




Oficina de Estudos da Preservação

Coletânea III

Maria Rosa Correia
Organizadora



Oficina de Estudos da Preservação

Coletânea III

Maria Rosa Correia
Organizadora

Iphan-RJ
2014

Presidenta da República do Brasil
Dilma Rousseff

Ministra de Estado da Cultura
Marta Suplicy

Presidenta do Instituto do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional
Jurema de Sousa Machado

Diretoria do Iphan
Andrey Rosenthal Schlee
Célia Maria Corsino
Luiz Philippe Peres Torelly
Marcos José Silva Rêgo
Robson Antônio de Almeida

Superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro
Ivo Matos Barreto Júnior

Organização
Maria Rosa Correia

Equipe de produção
Maria Rosa Correia
Rodney Dias Ribeiro

Iconografia
A cargo dos autores

O 32 Oficina de Estudos da Preservação III / Maria Rosa Correia, organizadora – Rio de Janeiro: Iphan-RJ, 2014.
224 p.

Palestras apresentadas no projeto Oficina de Estudos da Preservação de 2006 a 2007 realizadas no Iphan-RJ.
ISBN 978-85-62176-02-9

1.Patrimônio Cultural – Preservação. I. Correia, Maria Rosa, org. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro. III. Título.
CDD: 363.69

Os artigos desta publicação são autorais e não refletem necessariamente a posição do Iphan e da organizadora deste número.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro
Avenida Rio Branco, 46 – Centro
20.090-002 – Rio de Janeiro/RJ
Telefones: (21) 2233-7560 / 6777
http://www.iphan.gov.br
educacao.rj@iphan.gov.br

IPHAN

Ministério da Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apresentação

Passados mais de 75 anos desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual Iphan, nos contempla o fato de que alguns conceitos de nosso trabalho diário - durante muito tempo entendido como reduto de especialistas - finalmente extrapolaram os muros da instituição e alcançaram o domínio da população em geral. O primeiro deles, naturalmente, foi o instrumento do "tombamento", ferramenta forte e amplamente utilizada, figurando como protagonista da preservação de importantíssimos bens urbanos e artísticos país afora, incluindo, é claro, amplo acervo no Rio de Janeiro.

Contudo, o desenrolar dos debates no campo da preservação conduz à pauta um entendimento mais amplo do conceito de patrimônio, resultando em uma atuação mais ramificada e transversal às políticas públicas que tangenciam a questão, tais como a política urbana e a política habitacional. Tal mudança se reflete, mais tarde, numa tentativa de compartilhamento da capacidade de ação e, embora tais campos tenham avançado enormemente neste sentido, é no campo da educação que esta parceria e diálogo florescem e fazem nascer uma política de trabalho focada na interação com a sociedade, franqueando acesso público ao processo de reflexão e ação deste Instituto. Este movimento, encampado e defendido por contingentes de gestores e técnicos do Iphan nas ultimas décadas resulta, mais recentemente, na Política das Casas do Patrimônio, cuja premissa é fomentar espaços formais de interlocução entre o Iphan e a sociedade, nutrindo e incentivando o processo de utilização da noção de memória como premissa de desenvolvimento nos mais diversos campos, em especial, a Educação.

Embora consolidada recentemente, a Política de Casas do Patrimônio encontra lastro e nascedouro em ações de vanguarda que empunhavam a bandeira da Educação Patrimonial enquanto estratégia de ação e difusão dos conhecimentos e conceitos inerentes à preservação. Dentre estas ações seguramente está o projeto Oficina de Estudos da Preservação, capitaneado por técnicos da Superintendência do Iphan-RJ, cuja estratégia sempre foi organizar e sustentar um fórum permanente de apresentações de trabalhos de referência no campo da preservação, franqueando acesso a seus conteúdos a um público aberto e crescente. Iniciado em 2002 , o projeto rompe sua primeira década de existência consolidando-se vigorosamente no contexto carioca enquanto espaço de encontro e debate entre especialistas, técnicos, estudantes e interessados na matéria do patrimônio cultural.

Naturalmente, numa instituição na qual a preservação da memória resulta num dos pilares de sua existência, um projeto de tamanha importância não poderia deixar de registrar sua trajetória e a de seus componentes. Desta forma, dando sequência à série de publicações atreladas ao "Oficinas", como é carinhosamente chamado o projeto, apresentamos aqui a Coletânea III, que reúne artigos de palestrantes convidados a se apresentarem em 2006 e 2007, além de outros dois textos, ao final da publicação, referentes ao ano de 2005. Como pode ser observado, o conjunto da obra atesta a amplitude e pertinência dos temas abordados, resultado do afinco da coordenação do projeto em garantir a representatividade do caráter diverso de nosso patrimônio na pauta dos debates.

Por fim, para além da continuidade de uma ação de fôlego e importância inquestionáveis, finalizar e entregar ao público esta publicação significa, para toda nossa equipe, persistir no esforço desta casa em compreender e dar subsídios ao debate com a sociedade sobre os caminhos a serem trilhados na preservação de nosso patrimônio cultural, solidificando e ampliando o espaço dedicado ao diálogo, entendido como etapa legitimadora de nossa missão institucional.

Ivo Barreto
Superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro



Sumário

6 A gestão do patrimônio e dos museus na modernidade contemporânea e as práticas turísticas
Telma Lasmar Gonçalves

20 Preservação do Patrimônio Natural da Cidade do Rio de Janeiro – Políticas Públicas de Salvaguarda
Márcia Nogueira Batista

30 Histórico do Jardim Botânico do Rio de Janeiro
João Conrado Niemeyer de Lavôr

34 Patrimônio Cultural - Presente no futuro de Nova Iguaçu (A Formação do Território e o Planejamento Urbano)
Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

40 Morfologia Urbana e Preservação da Memória Social: um estudo na cidade de Goiás
Isolda dos Anjos Honnen

50 Mandioca: Saberes e Fazeres
Maria Dina Nogueira e Guacira Waldeck

56 Atyguazu: Fórum Permanente das Três Culturas
Ivo Matos Barreto Júnior

72 Restauração dos Salões do Cassino Copacabana
Isabelle Cury

84 Complexo Vulcânico de Nova Iguaçu – Singularidade Geológica a Preservar
Kátia Mansur, Nely Palermo, Gertrudes Nogueira, Sérgio Valente e Edson Farias Mello

94 Casa Vazia, Ruína Anuncia
Cyro Corrêa Lyra

104 O Projeto Central: projeto de arqueologia na Bahia
Maria da Conceição M. C. Beltrão

112 Sentidos e formas do habitar indígena: Estudo de caso entre os Wajãpi do Amapá
Catherine J. S. Gallois

122 O Espaço Caiçara: um estudo socioespacial da Praia Grande da Cajaíba - Reserva Ecológica da Juatinga/RJ
Manoel Vieira Gomes Júnior

132 Fortificações e Desenho Urbano: O caso do Rio de Janeiro
Adler Homero Fonseca de Castro

144 Evolução Urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
Carlos Fernando de Souza Leão Andrade

156 Análise Morfológica do Sítio Histórico de Parati/Rio de Janeiro
Isabelle Cury

168 Como atribuir valor ao Patrimônio. Estudo de caso: Projeto Plataforma
Heloisa Helena F. Gonçalves da Costa

176 Patrimônio na Inglaterra
Geraint Franklin

186 Mapeamento dos Terreiros de Candomblé do Estado do Rio de Janeiro
Marcia Ferreira Netto

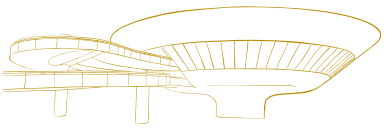
194 Paisagens do Jardim Botânico do Rio de Janeiro no século XIX
Ana Rosa de Oliveira

200 Um método e alguns discursos: A memória do convento e da vila na fazenda Macacu
Ceça Guimaraens

208 Duque de Caxias na Estrada Real
Jeanne Cordeiro e Alexandre Marques

214 Educação, patrimônio cultural e cidade: O *Almanaque Bandas D'além*
Lygia Segala e Lea Calvão

A GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DOS MUSEUS NA MODERNIDADE CONTEMPORÂNEA E AS PRÁTICAS TURÍSTICAS[1]



Telma Lasmar Gonçalves[2]

O trabalho ora apresentado, intitulado "A Gestão do Patrimônio e dos Museus na Modernidade Contemporânea e as Práticas Turísticas", é fruto de minha experiência como museóloga, que atua na área de museus há 30 anos, e como professora de Museologia na Faculdade de Turismo da UNIPLI e na Universidade Federal Fluminense, que encontrou respaldo nas aulas do Prof. Roberto Santos Bartholo Jr., no Mestrado em Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ. Ao ler e discutir, nas aulas da disciplina "Modernidade e Tradição", as questões colocadas por Martin Buber no seu livro *EU e TU*, escrito em 1921, percebi, claramente, que as relações do tipo Eu-Tu e Eu-Isso podem acontecer entre os museus e seus públicos, entre as obras de arte e os que as contemplam, entre os sítios e monumentos históricos e os que os visitam.

Martin Buber (1878-1965) nasceu em Viena e faleceu em Israel. Foi um pensador da maior importância para um tempo como o nosso, onde a carência de relações interpessoais fecundas é grave. Bartholo Júnior (2001, p. 11) afirma:

> *Focalizar a centralidade do tema Eu-Tu na vida e na obra de Martin Buber implica numa abertura dialogal. Implica, antes de tudo, compreender que falar de Buber e de sua obra já é uma falsificação. Sua obra é um convite a não se falar dele, mas com ele. Falar com quem nos diz que a fala mais propriamente humana é a resposta à locução Tu, no encontro face a face com a pessoa do Outro.*

Com efeito, não tenho a pretensão de analisar o pensamento de Martin Buber. Tentarei apenas estabelecer uma referência entre o pensamento buberiano e o fazer museológico. De fato, vou abordar questões que muito me inquietam e que tratam da relação impessoal entre os museus e seu público. Buber nos diz que o ser humano é um ser relacional: ele só existe em relação. E há dois modos relacionais fundamentais: Eu-Tu e Eu-Isso. Desde a

1 Este artigo é fruto da apresentação realizada no auditório do IPHAN-RJ, no dia 12 de abril de 2006, intitulada "A Gestão dos Museus e as Práticas Turísticas", e é um recorte de minha dissertação de mestrado, defendida na COPPE/UFRJ em 2002.

2 Museóloga formada pela UNIRIO, Mestre em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ e doutoranda em Museologia pela UNIRIO/MAST. Professora Assistente do Curso de Turismo da UFF desde 2009. Consultora da MUSAS Projetos Culturais e do Espaço de Memória Bernardo Monteverde. Foi durante 15 anos museóloga da RFFSA, Diretora Administrativa do MAC de Niterói de 1996 a 2005 e consultora de 2009 a 2013. Desenvolveu os projetos de criação do Museu do Ônibus e do Museu Aberto do Bondinho do Pão de Açúcar. Conselheira do COFEM e membro do ICOM. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6559104634080797. E-mail: telmalasmar@globo.com.

perspectiva buberiana, podemos colocar a questão: é possível que se estabeleça, de alguma forma, uma relação Eu-Tu entre o visitante e o museu? Entre os objetos em exposição e o indivíduo que os observa? Pode existir, de fato, uma relação dialogal entre os museus e o público? Os museus real-existentes buscam facilitar a vigência dessa relação, ou se limitam, se tanto, a conservar, expor e fazer estatísticas com os números de visitantes?

Buber disse que a palavra princípio Eu-Tu exige de quem a profere toda a "inteireza", pois a vida efetiva é encontro que exige imediatez. O encontro só se dá face a face. O Tu é presença. Suporte para uma relação dialógica, que não requer simetria na reciprocidade. Pode até mesmo ser presença na ausência. Sob essa perspectiva, deve ser investigada a possibilidade da relação Eu-Tu entre o visitante e o museu, e vice-versa. Deve ser ainda, neste contexto, lembrado que as relações do tipo Eu-Tu ou Eu-Isso são situacionalmente construídas, e não são estados finais absorventes. Ou seja, uma relação Eu-Isso pode transformar-se numa relação Eu-Tu (e vice-versa). Nenhum dos modos relacionais é perene.

Os museus que conhecemos, cuja origem remonta ao Renascimento, exercem um papel fundamental no processo de conservação, preservação e difusão cultural. Ao pesquisarem, conservarem e exporem o patrimônio que lhes foi legado ao público visitante, os museus atuam de fato como mediadores. Isso implica: entender a cultura mundial e valorizar a própria cultura local que abrigam, procurando inseri-la num contexto que extrapola os limites físicos e territoriais nos quais foi produzida. O museu é o veículo dialogal entre os visitantes e os bens culturais.

No século XX, conceitos e práticas da Educação passaram a ser empregados e/ou adaptados aos museus. Pedagogos e educadores viram nos museus um rico e importante instrumento de complementação ao ensino formal. Mas como fazer, se o museu não era a escola? Profissionais e estudiosos da comunicação aplicaram seus conhecimentos em novas linguagens textuais e visuais das exposições e usaram conceitos como símbolo, signo e significado para contextualizá-las. "Falar" com o público através das exposições tornou-se palavra de ordem.

Nas últimas décadas, estudos de Marketing e de viabilidade econômica ganharam destaque nas instituições museológicas, uma vez que as mesmas teriam que se tornar mais dinâmicas e atraentes para o público em geral, pois este estava cada vez mais atraído pela televisão e pelos shopping centers. A modernidade contemporânea adentrou na "Sociedade do Espetáculo"[3] e, sobretudo, do consumo. Surgiram as megaexposições, as lojas de souveniers, as lanchonetes, os restaurantes e outros espaços e serviços como recursos para atrair o público, mantê-lo dentro dos museus e fazê-lo consumir.

Assim sendo, podemos dizer que, de acordo com a ótica buberiana, os museus tentam estabelecer relações dialogais com os seus visitantes, buscando atraí-los e possibilitando-lhes situações dialogais do tipo Eu-Tu e do tipo Eu-Isso.

3 A teoria crítica de *La Société du spectacle* foi publicada por Guy Debord em 1967 pela editora Buchet-Chastel, em Paris. Segundo o próprio autor, "os acontecimentos de 1968 tornaram o livro conhecido".

Buscando ferramentas para fundamentar a pesquisa para a academia, utilizei os resultados da pesquisa aplicada nos Museus e Centros Culturais do Rio de Janeiro, realizada em 2000. Lecionando naquela ocasião a disciplina Museologia para alunos da Faculdade de Turismo do Centro Universitário Plínio Leite – UNIPLI, deparei-me com uma cruel realidade: aqueles estudantes, que futuramente seriam bacharéis em turismo e planejadores de programas de viagens, roteiros turísticos e visitas a museus, não tinham a menor ideia do que seja, na visão da Museologia, um museu; sequer dimensionavam a sua importância para os roteiros turísticos, além de ignorarem a quantidade e diversidade de museus existentes em sua própria cidade. Em suma, percebiam os museus como não mais que locais sujos, velhos e empoeirados.

Percebi que era preciso desconstruir os conceitos pré-estabelecidos e fazer os alunos conhecerem e gostarem de frequentar museus. Só assim, ao se tornarem profissionais de Turismo, seriam também sensíveis às questões da preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental. Em razão disso, as aulas teóricas e práticas passaram a incluir visitas a museus, trabalhos de campo, pesquisas e seminários. O foco das aulas, a partir de certa fase, recaia sobre a relação entre os museus e o turismo e, em especial, o museu e o turista. Aos alunos era dada a tarefa de projetar, dentro dos critérios técnicos já abordados em sala de aula, "O Museu Ideal para o Turista". Os resultados foram surpreendentes: condições perfeitas de recepção, exposição, segurança, manutenção e de trato com o turista eram colocadas em seus projetos, que contavam, ainda, com um *folder* para os visitantes. Propondo esse exercício de imaginação e criatividade aos alunos, percebi que eles passavam a gostar dos museus e a entender quais eram os seus objetivos e missões, e a acreditar que poderiam, eles próprios, mudar a imagem que um dia tiveram dos museus.

Numa outra tarefa, elaborei, com o Prof. Aguinaldo Fratucci, da disciplina "Pesquisa, Planejamento e Elaboração de Projetos Turísticos", uma pesquisa de campo cuja proposta era fazer um diagnóstico das reais condições estruturais, infraestruturais e de serviços que os museus possuíam para receber os turistas, fossem eles brasileiros ou estrangeiros. A pesquisa, realizada no segundo semestre de 2000, será analisada neste trabalho, no qual tentarei mostrar, através de dados concretos, o cenário que se apresentava na cidade do Rio de Janeiro e em algumas cidades próximas, para que possamos avaliar se havia, por parte dos gestores dos museus, uma preocupação de estabelecer uma relação de tipo dialogal com aqueles que os visitavam.

Em geral, as pesquisas feitas nos museus têm como objetivo conhecer o visitante, traçar o seu perfil, saber quais são as suas preferências, avaliar se usufruiu de outras atividades e serviços das instituições, do que mais gostou, o que acha dispensável, etc. Essas pesquisas visam a adequar as exposições para melhor atender ao visitante, saber quem frequenta os museus e, sobretudo, traçar estratégias para atrair o público que não tem o hábito de frequentar museus. No caso desta pesquisa, deve ser, no entanto, destacado que, ainda que ela tenha tido como objeto privilegiado de atenção o visitante, não foi ele o entrevistado, mas sim os gestores ou funcionários das instituições. Portanto, as respostas contidas nos formulários são institucionais e temos que ter cautela ao analisá-las, não nos esquecendo das especificidades de tal lugar de fala.

Após a apresentação e análise dos temas acima relacionados, apresentarei as "Considerações Finais", tentando mostrar se – com todas as nuances e todos os percalços – há viabilidade do estabelecimento de uma relação dialogal entre os museus e o visitante, e, em caso afirmativo, identificar que mecanismos de acolhida os museus utilizam para promover esse diálogo; se essas instituições criam condições genuínas e gentis para o estabelecimento de relações dialogais, de encontros. E se, sob a ótica do pensamento de Martin Buber, os museus buscam estabelecer com o seu *visitante voluntário* uma relação dialogal do tipo Eu-Tu, sem a pretensão de serem doutrinários, e imporem uma relação do tipo Eu-Isso.

1. MUSEU E VISITANTES: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL (?)

Durante muitas décadas, os museus tiveram as suas ações pautadas no trinômio pesquisa, conservação e difusão, ficando, em alguns casos, esta última atividade restrita à exposição, sem maiores compromissos com o visitante. Contudo, não podemos dizer que a responsabilidade pela perpetuação dessa situação fosse só dos museus. A grande maioria da população via nos museus um local "sacralizado", que não havia sido feito para elas e que não contava a sua história. A narrativa que os museus propunham, era, em particular no contexto brasileiro, inacessível para uma população iletrada.

Canclini (1998, p. 69) afirma que, em 1920, mais da metade da população do continente era analfabeta e que o acesso à universidade era ainda mais reduzido: "Nos anos 30 não chegavam a 10% os matriculados no ensino secundário que eram admitidos nas universidades". Além do que, não havia, por parte dos museus, uma preocupação com a linguagem museográfica; o que tornava as exposições insípidas e pouco decodificáveis. Era preciso mudar a forma de apresentação visual das exposições para fazê-las inteligíveis.

> *Ver não é entender. Por isso o contato imediato não é suficiente para criar uma familiaridade ou conhecimento imediato dos objetos. O que dá vida ao objeto é o discurso sobre ele e, dentro desta perspectiva, as pesquisas e experiências que os especialistas desenvolvem podem ser de grande importância para contextualizar as exposições.*

Orientados pela definição de Quentin (2000, p. 229), podemos dizer que, para que os objetos possam ser "lidos" e entendidos pelo público como tal, é preciso que haja informações sobre os mesmos, caso contrário, eles se tornam apenas "mais" um objeto, que o visitante olha sem ver. Para conquistar o visitante, os museus têm que levar em conta que a mensagem que vão transmitir não é para um público especializado, universitários ou pesquisadores, mas sim para os visitantes não especializados, que têm outros interesses e cujos níveis de instrução e de experiência de vida são absolutamente diversificados. Sob esta ótica, cabe ao museu, buscar definir o perfil do seu visitante para adequar e assegurar a transmissão da mensagem, fazendo-o ver que todos os bens produzidos pelo homem e pela natureza, ao serem musealizados, são destinados ao homem, e que o museu para realizar essa destinação apoia-se sobre a potencialidade dos mais diferenciados recursos comunicativos ao seu dispor.

Grande parte dos museus, ao longo da sua história, não tiveram muita preocupação em usar artifícios que seduzissem os visitantes, que os fizessem

gostar do que viram e tivessem vontade de voltar àquele local. As poucas pesquisas de público realizadas na área da Museologia apontam, permanentemente, para um profundo distanciamento entre o museu e o visitante. Essa conduta – "seduzir o visitante" – é recente.

Conscientes da complexidade das sociedades contemporâneas, nas quais a diversidade é uma tônica, uma nova museografia[4] foi adotada pela maioria dos museus, principalmente pelos museus de história, história natural, antropologia, arqueologia e ciências. Passaram a ser criadas ambientações como recursos técnicos para viabilizar que o mundo exterior ou o tempo passado fossem transportados para dentro dos museus, proporcionando ao visitante uma maneira de se aperceber, mais concretamente, da história, da cultura, do *habitat*, dos usos e dos costumes de outros povos ou de civilizações passadas, ou ainda, de seu próprio tempo e de sua própria cultura.

Mostrar o ambiente "real" tornou-se um recurso comunicacional utilizado pelos museus. Para Horta (1994, p. 9), a palavra-chave do processo aqui referido é "comunicação". Nos museus, os sinais e os signos são criados para a geração de sentido no processo de comunicação entre os homens ou entre os homens e a realidade concreta. Segundo afirma em seu artigo "Semiótica e Museu", a linguagem semiótica dos museus é composta por linguagens não-verbais que não podem receber um tratamento definitivo, conclusivo, como os dicionários, os códigos ou os sinais de trânsito. A interpretação dos signos visuais ou concretos existentes nos museus é variável, pois depende "do contexto, da circunstância, do código e do intérprete". (HORTA, 1994, p. 21).

Para que o processo de comunicação museológica e a interação com o visitante aconteça nos museus, há que se levar em conta que os objetos/bens culturais não são signos, mas sim "signos em potencial" (HORTA, 1994, p. 25) que serão carregados de significados através da linguagem museal e de sua inserção no discurso museológico. Uma vez que estão deslocados de sua função original e de seu contexto de origem, a percepção de seu significado vai ser variável em cada indivíduo, por maior que seja a vontade de controlar esse processo por parte daqueles que elaboram o sistema de mensagens.

Se considerarmos que os objetos expostos nos museus são testemunhos "verdadeiros", e que as informações, sejam elas visuais ou textuais, a eles agregadas e por nós elaboradas, estão carregadas de "verdades", entenderemos que os museus devem ter todo o cuidado com o maniqueísmo, com a manipulação dos fatos e das informações, com os juízos de valor que a eles atribuímos. Os museus são instituições com legitimidade constituída, mas não devem se ater a uma "doutrina", sob pena de impedir que o visitante exercite a seu legítimo direito de análise e crítica.

Entendemos que a perspectiva teórica proposta por Buber[5] traduz, em essência, o tipo de relação possível entre museus e visitantes:

> *[...] não tenho nenhuma doutrina. Apenas aponto para algo. Aponto para a realidade, aponto para alguma coisa na realidade que não tinha sido vista, ou o tinha sido muito pouco.*

4 A Museografia é a Museologia aplicada aos acervos.

5 Ver Martin Buber, "Replies to my Critics", in P. A. Schilpp e M. Friedman, *The Philosophy of Martin Buber* apud BARTHOLO JÚNIOR, 2001, p. 13.

Tomo quem me houve pela mão e o encaminho à janela. Abro a janela e aponto para o que está lá fora. Não tenho nenhuma doutrina, mas mantenho uma conversação.

Se entendermos que a relação que os museus devem manter com o público parte do pressuposto de que este tem liberdade de recepção, percepção e entendimento; se entendermos que a linguagem semiótica dos museus é fruto da reflexão, do estudo e da análise do fato museal, e que a relação do museu com o visitante é uma relação dialogal, podemos então afirmar que os museus, assim como Buber, não têm uma doutrina, mas apontam caminhos.

Uma tese buberiana fundamental afirma que, devido ao caráter dual da condição humana, existe a possibilidade de dois caminhos relacionais fundamentais: o modo relacional Eu-Tu e o modo relacional Eu-Isso. Para Buber, a relação é um dado *a priori* da condição humana que para existir não pode prescindir da relação. A liberdade humana mais fundamental está referida à possibilidade de escolha de modos relacionais alternativos.

Para Buber a relação Eu-Tu é uma relação imediata, enquanto a relação Eu-Isso é uma relação mediata. A relação Eu-Tu não se resume a apenas um instante fugaz, mas também não é perene. Os modos relacionais diversos podem existir efetivamente ou em estado latente, e pode haver sempre a migração de um modo relacional para outro. Nisso reside a dimensão mais propriamente humana da existência.

Propomos que o museu pode ser o cenário onde signos expostos podem levar o visitante a perceber neles significados e estabelecer com os mesmos uma relação dialogal e pessoal de memória e de afeto. Esta pode vir a se constituir numa relação face a face do tipo Eu-Tu.

Mas, as relações também podem ser de animosidade ou repulsa, como as que provocam comentários do tipo "isso meu filho também faz", "esta velharia eu também tenho" ou ainda "isto é arte?" E tais reações adversas podem tanto ser do tipo Eu-Tu como do tipo Eu-Isso. Distintivo é se o visitante se coloca como alguém que faz o relato de algo já sabido, ou se confronta com um interlocutor que lhe revela renovadas verdades. Ou, em outras palavras, se a relação estabelecida permanece no domínio da mesmice, ou se estabelece em confrontação com a alteridade.

Não deve ser esquecido que todos os recursos museográficos, de cunho instrumental-tecnológico, metodológico, comunicacional ou pedagógico, utilizados com vistas a "dar vida" aos objetos em exposição, não são nunca uma garantia para o estabelecimento de uma relação Eu-Tu entre o visitante e o museu ou o objeto museal. Em particular com visitante que vem ao museu trazido por programas de excursões ditas de "turismo cultural", pelos quais se vai ao encontro do já explicado e sabido.

Uma questão nesse contexto é central: quem é o visitante que almejamos seduzir e que temos em foco? A resposta: aquele que *espontaneamente* quer ir ao museu. Para Silva (1989, p. 93):

A visitação espontânea reúne, basicamente, três segmentos de público: turistas, passantes e visitantes intencionais. O turista é procedente de outras cidades. [...] O visitante intencional sai de casa para ir ao museu [...]. O visitante passante é aquele que descobre o museu ao passar pela porta, e decide entrar.

Trataremos, portanto, aqui de centrar nossa atenção no *visitante voluntário*, aquele que busca os museus por vontade

própria, o que possibilita e predispõe, mas de nenhuma maneira garante, o estabelecimento de uma relação Eu-Tu com o museu, ou o objeto museal. Para melhor conceituar quem é o *visitante voluntário,* nos apoiamos em definições de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (199-, p. 1466 e 1471):

> *[...] – Visitante: 1 Que ou quem visita; visitador. 2 Que ou quem percorre uma exposição, um museu, uma terra, com tenção de ver, de conhecer.*
> *– Visitar: [...] 2 Ir ver (regiões, monumentos, etc.) por interesse ou curiosidade.*
> *– Voluntário: 1 Que age espontaneamente. 2 Derivado da vontade própria; em que não há coação; espontâneo.*

O *visitante voluntário* é aquele que busca e escolhe o museu como opção cultural e de lazer. Ele se predispõe a ir ao museu por sua própria vontade. Para o *visitante voluntário* a ida a um museu nasce de um desejo, uma vontade.

Deve ser destacado que para Buber a relação Eu-Tu requer exclusividade no momento de sua existência. Não há uma relação Eu-Tu coletiva. Quando alguém define previamente as razões do relacionamento, não existe para esse alguém diante de si um Tu, e sim um Isso. Onde tudo está pré-estabelecido e pré-relacionado só há o mundo do Isso. Nosso *visitante voluntário* não é o estudante que vai ao museu por determinação da escola ou o turista que entra em hordas sem nem saber o que faz naquele local.

E para falar da relação entre o *visitante voluntário* e o museu não poderemos entender, neste trabalho, turismo cultural como aquele que Pontual (1975, p. 2) já apontava em seu artigo "Turismuseu", no qual visitar museus:

> *[...] tornou-se um divertimento em que o objeto de arte serve de pretexto, muito longínquo, de desculpa para caminhar aos tropeções por intermináveis galerias e de vez em quando acionar a emoção padronizada de estar diante de uma obra de arte que o tempo, a literatura e o exercício do turismo cuidaram de fazer famosa. Esses museus atraem, assim, o lugar-comum da reação humana cada vez mais guiada no contato com a arte, esvaziando-a de qualquer profundidade e substância. [...] O fato é que o turismo terminou fazendo da arte, através dos museus, matéria prima para alimentar sua máquina crescentemente agigantada.*

Embora transcorridas mais de duas décadas, essa observação quanto ao comportamento do visitante de museu participante de grupos turísticos é absolutamente atual. A nosso ver, o fato de o turista entrar em museus, igrejas e monumentos não caracteriza a sua viagem como turismo cultural. Ela é, sim, turismo comercial, e essas visitas são apenas mais um item mercantilizado do pacote de "produtos" que lhe foi vendido.

O que busca o turista conhecer? Outras culturas, outros tempos, outras músicas, outras comidas, outras identidades. Entendemos que a forma como o turista cultural se apercebe do que vê e vive é que o diferencia dos demais turistas e legitima o seu fazer turístico como turismo cultural.

Tornar os museus e as suas exposições uma forma de atração de pessoas de outras cidades, outros estados e, porque não dizer, de outros países é, efetivamente, uma fonte de recursos para todos os segmentos de serviços que estão na sua órbita: empresas de ônibus, empresas de aviação, hotéis, restaurantes, lojas, entre outros. É preciso que haja um trabalho muito eficaz de divulgação dos eventos para que o público se sinta motivado a deslocar-se até o museu e pagar ingresso para visitá-lo. Mas é preciso, acima

de tudo, que haja ética na captação de recursos e na sua utilização nos museus. E que não haja concessões ideológicas e oportunistas, sob pena de fazer com que os museus se tornem instituições desacreditadas pela comunidade.

Estamos abordando o aspecto comercial dos museus porque nos interessa saber se os museus pesquisados em nosso trabalho, a serem apresentados no próximo capítulo, norteiam suas ações visando não só à preservação do patrimônio, às exposições e às pesquisas, mas se têm como política institucional adotar estratégias que seduzam o *visitante voluntário* sem comprometer a sua missão, e quais são os mecanismos que utilizam para acolhê-lo.

De acordo com o prefácio dos ANAIS do Congresso *"Museos, Patrimonio y Turismo Cultural"*:

> *Os museus, na condição de comunicadores e conservadores de um patrimônio (suas próprias coleções e as que expõem) desempenham um papel privilegiado dentro do turismo cultural. Como mediadores, educadores, conservadores e divulgadores promovem uma dupla missão: compreender a cultura mundial e valorizar a sua própria cultura. (HERREMAN, 2000, Prefácio)*

Podemos dizer, então, que os museus teriam que definir, efetivamente, qual seria o seu papel na sociedade em que se inserem e buscar, através de políticas claras e objetivas, criar mecanismos que possibilitassem cumprir sua função e sua missão. Com efeito, torna-se imprescindível entender o seu papel de parceiro do visitante, aquele que facilita a compreensão, que viabiliza a apreensão, e que não tem a pretensão de ser um "mestre" ou um "instrutor", capaz de dominar e de ensinar-lhe todo um conhecimento, que em verdade ele não detém.

Para nós, importa saber se a imagem de museu que a Museologia pretende como real o é de fato nos museus e centros culturais pesquisados. Importa nos colocarmos no lugar do *visitante voluntário* para vermos como os museus vêem a si próprios e, sobretudo, nos vêem. Que papel, que relevância tem o *visitante voluntário* para o turismo cultural que inclui os museus em seus roteiros? Tentarei responder a esta indagação no próximo capítulo, utilizando para isso dados obtidos na pesquisa de campo.

2. PESQUISA DE CAMPO QUANTO ÀS PRÁTICAS TURÍSTICAS DOS MUSEUS

Voltando às práticas acadêmicas que adotei no Curso de Turismo já citado, posso dizer que pretendi pesquisar os museus como produtos turísticos e o tema central do trabalho em sala de aula foi "O Museu Ideal para o Turista", no que ele oferecia de instalações e serviços. Assim, foi elaborado um formulário de acordo com a metodologia implantada nas pesquisas realizadas nas disciplinas de ordem prática da Faculdade de Turismo, que fornecem subsídios metodológicos para o diagnóstico da qualidade dos serviços prestados pelos agentes do turismo. Em geral, esse tipo de pesquisa tem por objetivo auxiliar na programação de roteiros, eventos, orçamentos e demais informações que possam, direta ou indiretamente, auxiliar na prática turística. O Departamento de Turismo da UNIPLI possui o Centro de Pesquisas sobre o fenômemo Turístico – CEPETur, que atua desenvolvendo projetos de pesquisas acadêmicas solicitados pelos professores, instituições e municípios conveniados com a universidade.

Para que pudéssemos envolver todos os alunos na pesquisa, foi necessário adotar

alguns critérios metodológicos que se adequassem à disponibilidade de seu tempo para trabalhos extraclasse, quais foram:

- As turmas foram divididas em duplas e cada equipe escolheu o museu que melhor lhe conviesse ou interessasse, dentre os oferecidos pela professora;
- No total, foram implantadas 45 pesquisas, envolvendo 90 alunos, sendo visitados 37 museus e 8 espaços ou centros culturais;
- Ao esgotarem-se as opções de museus, foram escolhidos centros culturais que, mesmo não sendo museus, realizam exposições;
- Inicialmente, seriam pesquisados somente museus na cidade do Rio de Janeiro, mas optamos por incluir Niterói no roteiro por dois motivos: a existência naquela cidade do Museu de Arte Contemporânea, o que leva a ela inúmeros turistas, e o próprio domicílio da UNIPLI;
- Alguns alunos escolheram museus fora das cidades do Rio de Janeiro e Niterói, por serem os mesmos localizados em cidades que recebem um grande número de turistas;
- Alguns museus pesquisados não são conhecidos do grande público, mas foram criados visando a um público alvo: o turista estrangeiro. São estes os museus das joalherias Amsterdan Sauer e H. Stern;
- Os alunos foram instruídos a procurarem sempre entrevistar um profissional responsável pelo museu, o que nem sempre foi possível, devido ao horário disponível tanto por parte dos alunos como por parte dos dirigentes dos museus. Creditamos a esse fato algumas informações truncadas, principalmente quanto ao número de visitantes recebidos pelas instituições.
- Foi adotado o critério de não interferir nas respostas por entendermos que elas são de total responsabilidade do entrevistado.

2.1 MUSEUS E CENTROS CULTURAIS PESQUISADOS POR CIDADES:

- ***Rio de Janeiro:*** Aeroespacial, Amsterdan Sauer, Arte Moderna, Astronomia e Ciências Afins, Bonde, Carmen Miranda, Casa de Benjamin Constant, Casa de Rui Barbosa, Corpo de Bombeiros, FEB, Folclore Edison Carneiro, Histórico da Cidade, Histórico e Diplomático do Itamaraty, Histórico Nacional, H. Stern, Imagem e do Som, Imagem e do Som (anexo), Internacional de Arte Naif, Nacional, Nacional de Belas Artes, Naval e Oceanográfico, Planetário, República, Teatros, Telephone, Trem, Vida (FIOCRUZ), Villa Lobos, Casa de Cultura Laura Alvim, Casa França Brasil, Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, Centro Cultural do Banco do Brasil, Centro Cultural Cândido Mendes, Centro Cultural da Light, Espaço Cultural dos Correios e Espaço Cultural da Marinha
- ***Niterói:*** Antônio Parreiras, Arqueologia de Itaipu, Arte Contemporânea de Niterói, Casa de Oliveira Viana e História e Arte do Estado do Rio de Janeiro
- ***Petrópolis:*** Casa de Santos Dumont e Museu Imperial
- ***Cabo Frio:*** Museu de Arte Religiosa e Tradicional
- ***Nova Friburgo:*** Museu da Imigração Suíça
- ***Vassouras:*** Casa da Hera

CONCLUSÃO

Todas as considerações que foram traçadas sobre o papel dos museus, o pensar e o fazer museológico, a Museologia e sua área de atuação visam a nos remeter a uma indagação: Além de todas as questões conceituais e metodológicas, não seriam as condições físico-estruturais do museu uma forma de estabelecimento de uma relação de afeto com o visitante? Não seria, também, a boa acolhida, um gesto de sedução?

O que propus aqui, ao analisar os resultados obtidos com a Pesquisa de Campo que aplicamos, visa ao público, porém sob outro viés, pois não foi ele

o entrevistado. Não busquei saber o que o visitante viu ou almeja ver, o que gostou ou lhe desagradou, os serviços que desfrutou ou o que consumiu, e sim saber como ele foi recebido pela instituição que voluntariamente procurou e se a sua presença está sendo prestigiada. Os resultados obtidos na Pesquisa de Campo apontam caminhos para que possamos tecer algumas considerações finais que delineiam o cenário das práticas museológicas e as possibilidades do estabelecimento de uma relação dialogal entre o *visitante voluntário* e os museus. Quais sejam:

1 As condições de acessibilidade não são pensadas em sua totalidade, impedindo, muitas vezes, o acesso do *visitante voluntário* ao museu, seja por falta de sinalização urbana, seja pelas dificuldades de encontrar o local, ou pelas dificuldades de locomoção dentro do edifício;
2 Nenhum dos museus pesquisados apresenta as condições ideais de segurança, nem para o acervo e nem para o público;
3 Com exceção dos sanitários masculinos e femininos sinalizados, podemos considerar precárias as instalações físicas disponíveis para os visitantes nos museus: nem 50% das instituições pesquisadas oferecem auditório, loja de souveniers, lanchonete, biblioteca, salas para cursos, cafeterias, e demais instalações coletivas;
4 Se considerarmos que as visitas orientadas são um grande facilitador para o estabelecimento de uma relação dialogal, percebemos que isto não se opera nas nossas instituições, pois só em 68% delas existe esse tipo de serviço;
5 Há uma grande predominância de museus de história, em sua maioria organizados sob arcaicos modos de apresentação;
6 Os espaços internos e os serviços são mal sinalizados. Em alguns museus não há nem painéis com texto nem legendas nos objetos e fotografias em exposição. De uma maneira geral, não há preocupação em auxiliar o visitante estrangeiro, pois em somente 26% das instituições há informações também em inglês;
7 No que concerne ao conforto ambiental, a situação não é das mais alentadoras: em geral, as exposições são mal iluminadas e o espaço expositivo, sem climatização;
8 Atrair os visitantes com atividades que, além das exposições de longa duração, despertem interesse e motivem a ida aos museus não é uma constante na programação de todas as instituições. Mesmo as exposições temporárias, prática das mais recorrentes, só são promovidas em 78% das instituições pesquisadas;
9 A divulgação, fator preponderante para que o público tome conhecimento das atividades e se sinta atraído a freqüentar a instituição, é, de uma maneira geral, precária. Comumente, são as revistas especializadas ou os cadernos culturais que procuram obter informações nos museus sobre as atividades que estes irão promover;
10 A publicação de folheteria e catálogos do acervo, importante recurso para registrar e documentar os eventos, também não é produzida por todas as instituições. Poucas são as que editam CD-ROM, vídeos e revistas. No tocante às peças promocionais, que denominamos souveniers e que, como já dissemos, são capazes de estabelecer uma relação de memória entre o visitante e a instituição, não são comercializadas nem em 50% dos museus;
11 A grande maioria das instituições não conhece o seu público, pois o controle estatístico e as informações sobre os mesmos é feito somente através do Livro de Assinatura. Poucas são as instituições que promovem pesquisas por amostragem.

Parafraseando Néstor García Canclini[6], nos perguntamos: "Por que os museus são tão ruins no Rio de Janeiro?" O que lhes falta para atuarem como meio de comunicação de massa e desempenharem o seu papel de modificadores e transformadores de conceitos de cultura?

O que falta aos museus para se tornarem lugares agradáveis, nos quais as pessoas queiram passar uma tarde de domingo, mesmo que esse domingo esteja em pleno verão carioca? Falta-lhes empatia e simpatia. Os museus não são compostos só com objetos. A eles agregam-se imagens, sons, cores e palavras que criam uma linguagem museológica passível de adquirir diferentes coloridos no seu discurso político, técnico, artístico e estético.

Nossos museus são antipáticos no trato com o público, na forma pretensiosa como produzem suas exposições, na falta de diálogo com o visitante. Mantê-los abertos a todos, conceder gratuidade no ingresso a determinados segmentos da sociedade, oferecer visitas orientadas, montar exposições visualmente legíveis não são uma garantia de estabelecimento da relação Eu-Tu.

O que tentei propor, ao buscar traçar uma analogia entre o pensamento de Martin Buber no que concerne às possíveis relações do homem com o Outro, foi mostrar que, ao criarmos condições favoráveis que proporcionem ao nosso *visitante voluntário* condições de alteridade – a descoberta do Outro como elemento essencialmente diferente do si –, estamos possibilitando, jamais garantido, que exista ou mesmo se estabeleça uma relação tipo Eu-Tu.

A literatura sobre Museus e Museologia serviu para fazer uma nova leitura sobre as possibilidades de relação entre museus e visitantes: que as relações poderão fluir mais facilmente a partir das formas de acolhida. Entendo que as ações básicas para apontar o caminho até o museu estão intrinsecamente ligadas à amabilidade, ao ato de receber com carinho, respeito e consideração o visitante. Devem-se criar mecanismos na própria estrutura e proporcionar serviços que demonstrem ao visitante que a instituição pensa nele, que o quer bem vindo.

Se levarmos em conta que o museu pode ser o cenário onde signos expostos podem levar o visitante a perceber neles significados e estabelecer com os mesmos uma relação de memória, esta pode vir a ser uma relação face a face e, portanto, uma relação Eu-Tu. A simpatia aproxima e seduz. Ao criarmos condições amáveis que permitam ao *visitante voluntário* sentir-se próximo, tratado com deferência, cordialidade e respeito, poderemos estar gerando um campo favorável ao estabelecimento de relações tipo Eu-Tu ou Eu-Isso.

Martin Buber afirma que não possui uma doutrina, apenas aponta caminhos. A analogia de seu pensamento com a Museologia é que esta também deve apontar caminhos. Apontar caminhos, para a Museologia, é fazer com que uma exposição – que na realidade é uma releitura do mundo – seja capaz de despertar uma consciência crítica nos indivíduos.

A proposta teórica do "Museu Integral", do museu como veículo de comunicação e diálogo, como agente de transformação social e como espaço de desenvolvimento cultural só se concretizará se os gestores e técnicos das instituições perceberem-se como agentes que podem viabilizar uma relação dialogal entre o museu e o público.

Muito há que fazer ainda pelos museus e pela Museologia no Estado do Rio de

6 No capítulo "O porvir do passado" de seu livro *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*.

Janeiro e em todo o Brasil. Moramos num Estado em que preservar a vida humana – com boas condições de saúde pública, saneamento básico, educação e qualidade de vida – não é uma prioridade. Preservar a memória da vida humana o é menos ainda. Mas este é o nosso papel enquanto agentes da sociedade que atuam nos museus: tentar fazer com que o nosso desejo de transformar os museus dos textos teóricos em museus reais se concretize e que aqueles que visitam a "nossa casa" deixem de ser visitantes e passem a ser uma parte indissociável do fazer museológico.

Para que isso um dia venha a ocorrer, é preciso que as instituições, por meio de seus gestores e agentes, deixem de ter a pretensão de serem doutrinárias, que abram seus espaços e mostrem o seu interior de forma a possibilitar o diálogo, de forma a fazer com que, de alguma maneira, surja, espontaneamente, a possibilidade de relações face a face.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antonio Augusto. A preservação de bens culturais como prática social. **Revista de Museologia**, São Paulo, ano 1, n.1, p. 12-16, 1989.

_____. (Org.). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARAUJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **A memória do pensamento museológico contemporâneo:** documentos e depoimentos. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM: USP, 1995.

BARTHOLO JÚNIOR, Roberto S. **Você e eu**: Martin Buber, presença palavra. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BITTENCOURT, José Neves. Gabinetes de curiosidades e museus: sobre tradição e rompimento. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 8-19, 1996.

_____. A parede da memória: algumas observações sobre nobreza, memória e perenidade no museu histórico nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 209-234, 2001.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 1974.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 3. ed. São Paulo: USP, 1998. (Ensaios latino-americanos, 1).

CARVALHO, Rosane Maria Rocha de. **Exposição em museus e público**: o processo de comunicação e transferência de informação. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Comunicação, 1998.

_____. O público invade os museus: é uma febre que se propaga? **Cadernos de Memória Cultural**, Rio de Janeiro, ano 6, v. 4, p. 163-167, 1998.

CHAGAS, Mário de Souza. **Museália**. Rio de Janeiro: JC Ed., 1996.

COSTA, Roberto Teixeira da. Shopping e o financiamento dos museus. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 jan. 2002. Caderno 2, Cultura, p. 4-27.

DAMIÁN, Eduardo Salinas. Turismo cultural, conservación del patrimonio y viabilidad económica. In: **Museos, patrimonio y turismo cultural**. Paris: ICOM, 2000. p. 51-57.

DEBORD, Guy. A negação e o consumo na cultura. In: _____. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p. 119-135.

ECHEVERRIA, Alfonso Madrid. Museus e ideologia. Tradução Tereza Scheiner. In: SCHEINER, Tereza. **Bases teóricas da museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO, Escola de Museologia, 2001. Texto n. 19.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [199-]. p. 1466 e 1471.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HERREMAN, Yani. Prefácio. In: **Museos, patrimonio y turismo cultural**. Paris: ICOM, 2000.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras et al. **Guia básico de educação patrimonial**. Rio de Janeiro: IPHAN; Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

_____. Semiótica e museu. In: **CADERNOS de ensaios**: estudos de museologia. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. p. 9-28.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

MENSH, Peter van. Modelos conceituais de museus: e suas relações com o patrimônio natural e cultural. Trad. Tereza Scheiner. In: SCHEINER, Tereza. **Bases teóricas da museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO, Escola de Museologia, 2001. Texto n. 13.

PONTUAL, Roberto. Turismuseu. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 out. 1975. Caderno B, p. 2.

POSTMAN, Neil. A ampliação do conceito de museu. In: SCHEINER, Tereza. **Bases teóricas da museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO, Escola de Museologia, 2001. Texto n. 01.

QUENTIN, Christine. Patrimonio, museos y turismo cultural: elementos para el debate. In: **Museos, patrimonio y turismo cultural**. Paris: ICOM, 2000.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e turístico. In: FUNARIO, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001. Cap. 2.

SCHEINER, Teresa Cristina. Museologia, turismo y patrimonio: perspectivas de acción integrada. In: **Museos, patrimonio y turismo cultural**: Paris: ICOM, 2000.

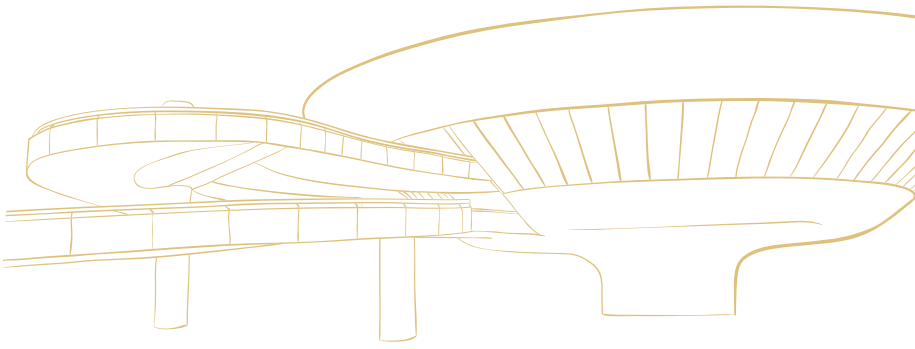
_____. Museus e museologia. Uma relação científica? **Ciências em Museus**, Rio de Janeiro, v.1, p. 59-63, 1989.

SILVA, Cristina Maria de Sousa e. **Pesquisa de público em museus e instituições abertas à visitação**: fundamentos e metodologias. 1989. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

SMITH, Jeffrey K. Exposições no MET, MoMA e Guggenheim: impacto econômico sobre Nova York. **Cadernos de Memória Cultural**, Rio de Janeiro, v. 4, ano 6, p.7-12, 1998.

URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: SESC, 1996. p. 20-33.

VARINE, Hughes de. Repensando o conceito de museu. Tradução Tereza Scheiner. In: SCHEINER, Tereza. **Bases teóricas da museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO, Escola de Museologia, 2001. Texto n. 06



PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL

DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – POLÍTICAS PÚBLICAS DE SALVAGUARDA[1]



Márcia Nogueira Batista [2]

BASES DA PESQUISA

A preservação do patrimônio natural carioca foi objeto de estudo no Departamento de Urbanismo do Centro de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Santa Úrsula, através de pesquisa desenvolvida na disciplina Paisagismo, com foco no patrimônio paisagístico. A palestra apresentada na Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro sintetizou alguns dos primeiros resultados dos levantamentos e análises realizados.

Sabe-se que, no Brasil, a salvaguarda do patrimônio natural se faz com os recursos da legislação ambiental e da legislação cultural; são olhares que não se divergem, ao contrário, que procuram se compatibilizar e se complementar. Os conceitos e os instrumentos utilizados é que são distintos, conduzindo a objetivos específicos, assim como a políticas públicas que, apesar de diferentes, procuram cada vez mais se interagir.

A pesquisa estendeu-se ao patrimônio natural protegido pelos órgãos de meio ambiente e da cultura, avaliando sua compatibilização nas ações de preservação propostas. A parte da pesquisa apresentada nesta palestra se concentrou no patrimônio paisagístico constituído apenas sob a ótica da cultura. O Decreto-Lei 25, de novembro de 1937, que é o guia para todas as ações de patrimônio cultural no Brasil, conceitua os bens que constituem esse patrimônio e institui o tombamento como instrumento de proteção, definindo no § 2º: *[...] são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana*.

Inicialmente, procedeu-se ao levantamento dos tombamentos realizados nas três instâncias ao longo do tempo, relacionando-os por ordem cronológica de data de tombamento e classificando-os em categorias – monumentos naturais (MO.NAT); parques, praças e jardins (PQ.PR.JD); e espécimes arbóreas (ÁRVORE).

A partir daí, identificou-se períodos de tombamento definidos por se adequarem

1 Palestra realizada em 03 de maio de 2006 na Oficina de Estudos da Preservação, na Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, fruto de parte da pesquisa realizada sobre o tema no Centro de Arquitetura e Urbanismo da USU – Universidade Santa Úrsula.

2 Arquiteta-paisagista e urbanista, Mestre em Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, consultora do IPHAN para o dossiê e Plano de Gestão do Sítio Rio Patrimônio Mundial, coordenadora do Núcleo Rio da ABAP – Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas.

a linhas de proteção específicas, o que nos permitiu proceder a uma análise comparativa que veio a sugerir, juntamente com o valor patrimonial, as políticas públicas de proteção adotadas em cada período pelos órgãos de cultura, levando-nos a pressupostos de tendências de proteção do patrimônio paisagístico.

Quadros comparativos por períodos de tombamento

1° PERÍODO – 1938			
NATUREZA / BAIRRO	CATEGORIA	PROJ./ DATA	TUTELA/DATA
Passeio Público / Centro (Figura 1)	PQ.PR.JD	M. Valentim, 1788 / Glaziou, 1861	F / 1938
Campo de Santana / Centro	PQ.PR.JD	Glaziou, 1875	F / 1938 anulada 1943 E / 1968
Jardim Botânico / Jd. Botânico (Figura 2)	PQ.PR.JD	1809	F / 1938
Quinta da Boa Vista / S. Cristóvão	PQ.PR.JD	Glaziou, 1869	F / 1938
Jardins do Palácio do Catete / Catete	PQ.PR.JD	Paul Villon, 1896	F / 1938
Jardins do Palácio da Guanabara / Laranjeiras	PQ.PR.JD	1865	F / 1938
Conjunto arquitetônico paisagístico Jardim e Morro do Valongo / Saúde	PQ.PR.JD	Luiz Rey, 1904	F / 1938
Aqueduto da Carioca (Arcos da Lapa) / Centro (Figura 3)	PQ.PR.JD		F / 1938
Praias de Paquetá / Paquetá	MO.NAT		F / 1938

2° PERÍODO – 1948 / 1970			
NATUREZA / BAIRRO	CATEGORIA	PROJ./DATA	TUTELA/DATA
Jardins do Palácio Gustavo Capanema / Centro (Figura 4)	PQ.PR.JD	R. Burle Marx, 1940	F / 1948
Parque Henrique Lage / Jardim Botânico	PQ.PR.JD	John Tyndale, 1840	F / 1957 E / 1965
Parque do Flamengo inclusive a Marina da Glória / Flamengo	PQ.PR.JD	R. Burle Marx, 1961	F / 1965 M / 1995
Parque da Cidade / Gávea	PQ.PR.JD	1939	E / 1965
Parque Ari Barroso / Penha Circular	PQ.PR.JD	1964	E / 1965
Ilha de Brocoió / Paquetá	MO.NAT		E / 1965
Reserva Biológica de Jacarepaguá	MO.NAT		E / 1965
Parque Nacional da Tijuca e florestas de proteção acima da cota 80 m	PQ.PR.JD		F / 1967
Dez árvores em ruas de Paquetá	ARVORE		E / 1967
Figueira gigante à Rua Mariz e Barros, 678 / Tijuca	ARVORE		E / 1968
Pedra de Itapuã / Recreio	MO.NAT		E / 1968
Pedra da Panela / Anil	MO.NAT		E / 1969
Recanto do Trovador / Vila Izabel	PQ.PR.JD	1888	E / 1970 M / 2000

3º PERÍODO – 1973 / 1989			
NATUREZA / BAIRRO	CATEGORIA	PROJ./ DATA	TUTELA/DATA
Horto Florestal / Jardim Botânico	PQ.PR.JD		F / 1973
Penhasco do Corcovado	MO.NAT		F / 1973
Morro Dois Irmãos – Pedra da Gávea / Gávea, Leblon, Jacarepaguá (Figura 5)	MO.NAT		F / 1973 E / 1994
Morros do Pão de Açúcar, Urca, Cara de Cão e Babilônia / Urca – Leme	MO.NAT		F / 1973
Jardim e Museu da Chácara do Céu / Santa Teresa	PQ.PR.JD	R. Burle Marx 1972	F / 1974
Pedra de Itaúna, Morros do Urubu, do Rangel / Barra da Tijuca, Recreio	MO.NAT		E / 1975
Estátua equestre de D. Pedro I na Praça Tiradentes / Centro	PQ.PR.JD		E / 1978 F / 1991
Jardins do Palácio das Laranjeiras / Laranjeiras	PQ.PR.JD	1910	E / 1979 F / 1983
Figueira à Rua Faro / Jardim Botânico	ARVORE		M / 1980
Morro do Cantagalo, Amorim, Portelo, Pedra Baleia, P. Sernambetiba / Recreio	MO.NAT		E / 1983
Relógios da Carioca e da Glória / Centro e Glória	PQ.PR.JD		E / 1983
Oito coretos Campo de São Cristóvão Pr. Catolé Rocha / Vigário Geral Jardim do Méier / Méier Pr. Quintino Bocaiúva / Quintino Pr. Seca / Taquara Pr. Washington Luiz / Sepetiba Pr. S. Roque / Paquetá Campo Marte / Realengo	PQ.PR.JD		E / 1985
Pedras da Moreninha e dos Namorados / Paquetá	MO.NAT		E / 1985
Observatório Nacional, conjunto arquitetônico paisagístico / S. Cristóvão	PQ.PR.JD		F / 1986 E / 1987
Jardins do Parque Guinle e Palácio das Laranjeiras / Laranjeiras	PQ.PR.JD		F / 1986 M / 2001
Espelho-d'água da Lagoa Rodrigo de Freitas / Lagoa (Figura 6)	MO.NAT		M / 1986 F / 2000
Pedra do Sal / Saúde	MO.NAT		E / 1987
Praia de Grumari / Grumari	MO.NAT		E / 1987
Ilha do Frade, Ponta do Picão, Saco dos Meros / Barra de Guaratiba	MO.NAT		E / 1987
Espelho d'água da Enseada de Botafogo / Botafogo (Figuras 7 e 8)	MO.NAT		M / 1988
Cemitério dos Ingleses / Santo Cristo	PQ.PR.JD		E / 1988
Sítio Santo Antônio da Bica / Barra Guaratiba	PQ.PR.JD	R. Burle Marx, 1949	E / 1988 F / 2003

3° PERÍODO – 1973 / 1989			
NATUREZA / BAIRRO	CATEGORIA	PROJ./ DATA	TUTELA/DATA
Monumento ao Marechal Floriano Peixoto, Praça Floriano / Centro	PQ.PR.JD		E / 1989
Pedra do Arpoador / Ipanema	PQ.PR.JD		M / 1989

4° PERÍODO – 1990 / 2002			
NATUREZA / BAIRRO	CATEGORIA	PROJ./ DATA	TUTELA/DATA
Praça Quinze de Novembro / Centro	PQ.PR.JD		F / 1990
Praça Senador Salgado Filho / Centro	PQ.PR.JD	R. Burle Marx, 1951	E / 1990
Forte de Copacabana e pontas de Copacabana e Arpoador / Copacabana	PQ.PR.JD		E / 1990
Serra do Mar / Mata Atlântica	MO.NAT		E / 1991
Conj. serras Madureira e Mendanha e Parque Estadual da Pedra Branca	MO.NAT		E / 1991
Conj. urbano-paisagístico nas praias do Leme e Copacabana / Copacabana (Figura 9)	PQ.PR.JD	R. Burle Marx, 1970	E / 1991
Conj. urbano-paisagístico nas praias de Ipanema e Leblon / Ipanema, Leblon	PQ.PR.JD		E / 1991
Palmeiras imperiais, Av. Santa Cruz em frente à Fábrica Bangu / Bangu	ARVORE		M / 1991
Cinco árvores à Rua Ministro Viveiros de Castro, 110 / Copacabana	ARVORE		M / 1991
Pedra da Babilônia / Tijuca	MO.NAT		M / 1994
Palmeira Babaçu, Rua Silva Cardoso, 120 / Bangu	ARVORE		M / 1994
Pau Ferro à Rua Marquês de Olinda, 64 / Botafogo	ARVORE		M / 1994
Amendoeiras e jardim das Praças Paris e Mal. Deodoro da Fonseca / Glória	PQ.PR.JD		M / 1995
Ilhas Cagarras	MO.NAT		M / 1995
Conjunto de palmeiras imperiais à Rua Paissandu / Flamengo	ARVORE		M / 1998
Cemitério Municipal de Santa Luísa / Paquetá	PQ.PR.JD		M / 1999
Tamarineiras centenárias à Rua da Chita / Bangu	ARVORE		M / 1999
Ilhas e ilhotas no entorno da ilha de Paquetá / Paquetá	MO.NAT		M / 1999
Parque Darke de Matos / Paquetá	PQ.PR.JD		M / 1999
Parque dos Tamoios / Paquetá	PQ.PR.JD		M / 1999
Espécimes arbóreos da Praça Afonso Pena / Tijuca	ARVORE		M / 1999

4º PERÍODO – 1990 / 2002			
NATUREZA / BAIRRO	CATEGORIA	PROJ./ DATA	TUTELA/DATA
Conjunto de árvores à Rua Haddock Lobo, 220 / Tijuca	ARVORE		M / 2000
Ponta do Ipiranga / Sepetiba	MO.NAT		M / 2000
Jardim de Alah (Praças Alm. Saldanha da Gama, Grécia e poeta Gilbran) / Leblon	PQ.PR.JD		E / 2001
Parque Estadual da Chacrinha / Copacabana	PQ.PR.JD		E / 2002
Parque Arruda Câmara (Bosque da Barra) / Barra da Tijuca	PQ.PR.JD		M / 2002



Figura 1 – Passeio Público. *Alfred Martinet, c. 1847, litogravura.* Coleção Geyer/Museu Imperial.

O Passeio Público, tombado pelo IPHAN em 30.06.1938, teve sua reforma empreendida a partir de 1861 por A.F.M.Glaziou. Este foi o primeiro projeto de porte do botânico francês no Brasil, a partir de projeto de Mestre Valentim da Fonseca, datado de 1788.



Figura 2 – Vista do Jardim Botânico. *Sebastien Auguste Sisson, c. 1860, litogravura.* Coleção Geyer/Museu Imperial.

Aléia de palmeiras imperiais plantadas no Jardim Botânico a partir de 1842 por seu diretor Serpa Brandão, que lhe conferem caráter e identidade. O Jardim Botânico foi tombado pelo IPHAN em 30.05.1938.

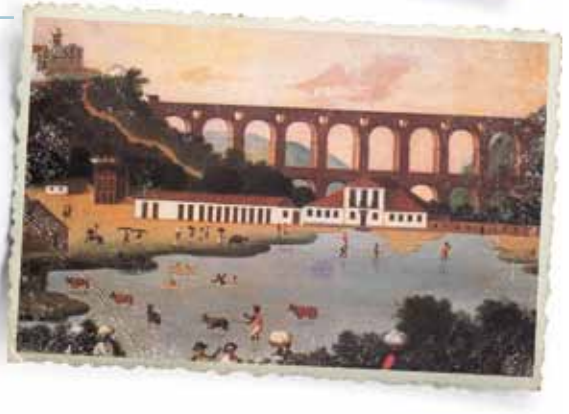


Figura 3 – Aqueduto da Carioca. *Leandro Joaquim, c. 1780-1790, óleo sobre tela.* Acervo Museu Histórico Nacional.

O antigo aqueduto, construído no período colonial para trazer água das nascentes do Rio Carioca para o centro da cidade, incorporou-se em fins do século XIX, ao sistema viário da cidade, servindo à linha de bondes que atende ao bairro de Santa Tereza. Os Arcos da Lapa constituíram-se desde sua origem, num dos mais importantes marcos da paisagem cultural carioca. Aí os vemos retratados, quando o atual Largo da Carioca ainda era uma grande lagoa. O Aqueduto da Carioca foi tombado pelo IPHAN em 05.04.1938.

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO

As informações contidas nos quadros apresentados permitem uma avaliação na linha do tempo das ações dos órgãos de cultura da cidade do Rio de Janeiro (IPHAN, INEPAC e DGPC), relacionadas à política de preservação de seu patrimônio paisagístico, através das prioridades de tombamento:

- em 1938, o IPHAN, em seu primeiro ano de atuação, reconheceu o patrimônio paisagístico enquanto ação antrópica, a paisagem enquanto história, como cenário projetado (projetos de Glaziou e seus discípulos, como o Passeio Público (Figura 1), o Campo de Santana, a Quinta da Boa Vista, os jardins do Palácio do Catete e do Palácio da Guanabara); destaca-se ainda o reconhecimento do valor cultural do Aqueduto da Carioca (Figura 3) como importante marco da paisagem carioca e da ilha de Paquetá por seu significado histórico e paisagístico;
- nos anos 1960, IPHAN e INEPAC atribuíram valor cultural aos parques urbanos (Parque Lage, Parque do Flamengo, Parque Nacional da Tijuca, Parque da Cidade) e aos elementos naturais das áreas que estavam sendo ameaçadas pela especulação imobiliária, visando a sua proteção (árvores da Ilha de Paquetá, formações geológicas e acidentes naturais da região da Barra da Tijuca); destaca-se o reconhecimento, já em 1948, do valor cultural da arquitetura modernista do edifício do Ministério da Educação e Saúde, incluindo os jardins projetados por Burle Marx (Figura 4);
- nos anos 1970 e 80, IPHAN e INEPAC deram sequência à política de proteção dos anos anteriores e, ao mesmo tempo, legitimaram o valor cultural de seu patrimônio ambiental ao reconhecer a identidade cultural dos elementos naturais mais significativos da paisagem carioca – Corcovado; Morro Dois Irmãos; Pedra da Gávea (Figura 5); morros do Pão de Açúcar (Figura 7), Urca, Cara de Cão e Babilônia; Pedra da Moreninha; destaca-se nesse período o tombamento de importantes elementos do mobiliário urbano (estátua de D. Pedro I na Praça Tiradentes, monumento ao Marechal Floriano Peixoto na Cinelândia, relógios e coretos), conferindo também valor cultural às áreas em que se situam; destaca-se ainda o início da atuação do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, valorizando importantes recursos naturais de nossa paisagem urbana – figueira à Rua Faro, espelhos d'água da enseada de Botafogo e da Lagoa (Figuras 6 a 8);
- nos anos 1990 e começo dos anos 2000, IPHAN, INEPAC e DGPC priorizaram a preservação de elementos da Natureza em que a ação do homem teve pouca significância (pontas de Copacabana e Arpoador, serras da Madureira e do Mendanha, Parque Estadual da Pedra Branca, Pedra da Babilônia na Tijuca, ilhas Cagarras, ilhas no entorno da Ilha de Paquetá); priorizaram também a proteção de projetos do paisagismo moderno de Burle Marx – Sítio Santo Antônio da Bica, Praça Salgado Filho e Conjunto urbano-paisagístico nas praias do Leme e Copacabana (Figura 9); e, ainda, com um olhar mais concentrado nos valores locais, vários parques e espécimes arbóreos de importância ecológica e paisagística.

RUMOS DO PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO

Quanto à preservação do patrimônio paisagístico, suas ações apóiam-se nas diretrizes da Carta de Florença (dezembro de 1981) que complementa a Carta de Veneza no que se refere aos jardins históricos: *Art. 6º A denominação jardim histórico aplica-se tanto aos jardins modestos quanto aos parques ordenados ou paisagísticos.* Ela estabelece conceitos e objetivos, definindo princípios para as operações de manutenção, conservação, restauração ou reconstituição do patrimônio paisagístico.



Figura 4 – Jardins do Palácio Gustavo Capanema. Foto: Márcia Nogueira Batista. 2009.

O Palácio Gustavo Capanema, antigo Ministério de Educação e Saúde, construído entre 1937 e 1943, foi tombado pelo IPHAN em 18.03.1948. Seu projeto inovador feito por uma equipe de profissionais de ponta (Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Jorge Machado Moreira, Carlos Leão, Ernani Vasconcelos), assessorada por Le Corbusier e apoiada pelo paisagista Roberto Burle Marx, transformou-o num marco da arquitetura modernista no Brasil e no mundo. Seus jardins integram-se ao edifício, complementando-o.

No que se refere ao uso, os artigos 18º e 19º nos remetem ao conceito de capacidade de carga de um sítio histórico: *Art. 18º Se todo jardim histórico é destinado a ser visto e percorrido, conclui-se que o acesso a ele deve ser moderado, em função de sua extensão e fragilidade, de maneira a preservar sua substância e sua mensagem cultural*. Este é um conceito constantemente utilizado pelos técnicos de patrimônio na definição de limites de ocupação dos jardins históricos. Vejam-se os danos ambientais e paisagísticos causados ao Campo de Santana pela ocupação indevida do Hospital de Campanha em março de 2005.

Diante daquele fato, levantamos a seguinte questão: se um jardim histórico com a importância ambiental, cultural e paisagística que o Campo de Santana tem está sujeito a intervenções desse tipo, o que será dos demais jardins não protegidos pelo instrumento do tombamento? Lembremo-nos da mutilação ocorrida na Praça Luiz de Camões, na Glória, em 2005/6, com a introdução do Memorial a Getúlio Vargas, de dimensões e material não condizentes com aquele espaço de ótimo paisagismo e de grande importância cultural, provocando uma justaposição de referências totalmente indesejáveis.

A partir dessas reflexões, a ABAP, Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, se empenhou junto aos órgãos de cultura em prol do tombamento dos jardins modernistas de autoria de Burle Marx. Para isso, respaldou-se nos termos da Conferência sobre a Preservação do Paisagismo Moderno, realizada em novembro de 1995 no *Wave Hill National Park* (EUA). O paisagista Charles Birnbaum assim se refere em uma das palestras: "Quando se pensa em preservação de paisagens históricas projetadas, pensa-se em Frederick Law Olmsted, Jen Jensen ou Beatrix Farrand. Porque não considerar as contribuições contemporâneas de Lawrence Halprin, Dan Kiley, James Rose, Hideo Sasaki? Olhemos para suas paisagens como recursos históricos que necessitam de proteção especial. [...] Nos últimos anos, grande número de paisagens criadas no passado recente se perdeu ou foi alterado substancialmente nos EUA. O critério de integridade, adotado na preservação de paisagens construídas em passado recente, é definido pela autenticidade da identidade da propriedade histórica, evidenciada pela sobrevivência das características físicas que existiram durante o período histórico da propriedade. Assim, se partes da paisagem construída são removidas ou alteradas, a integridade do projeto fica comprometida."



Figura 5 – Pedra da Gávea. Foto: Márcia Nogueira Batista. 2009

A Pedra da Gávea é um dos recursos naturais da cidade mais marcantes de sua paisagem. Parte integrante do Parque Nacional da Tijuca, foi tombada juntamente com o Morro Dois Irmãos pelo IPHAN em 08.08.1973

Figura 6 – Espelho d'água da Lagoa Rodrigo de Freitas. Foto: Márcia Nogueira Batista. 2009

A iconografia do século XIX nos mostra o espelho d'água da Lagoa Rodrigo de Freitas estendendo-se até o sopé dos morros que a delimitavam e uma larga faixa de terra em sua comunicação com o mar. Apesar da grande redução de sua área (cerca de 50%) decorrente dos sucessivos aterros, ela continua a desempenhar papel relevante na paisagem carioca. Foi no sentido de sua preservação que o município (em 03.07.1986) e o IPHAN (em 19.07.2000) a protegeram com o tombamento.





Figuras 7 e 8 – Espelho d'água da enseada de Botafogo. Fotos: Márcia Nogueira Batista. 2009.

O espelho d'água da enseada de Botafogo também tem sua configuração atual resultante de sucessivos aterros, mas apesar disso ainda constitui, com o conjunto de morros que a delimita, um dos cartões postais do Rio. Com a intenção de sua preservação ambiental e paisagística, foi tomado pelo município em 01.03.1988.



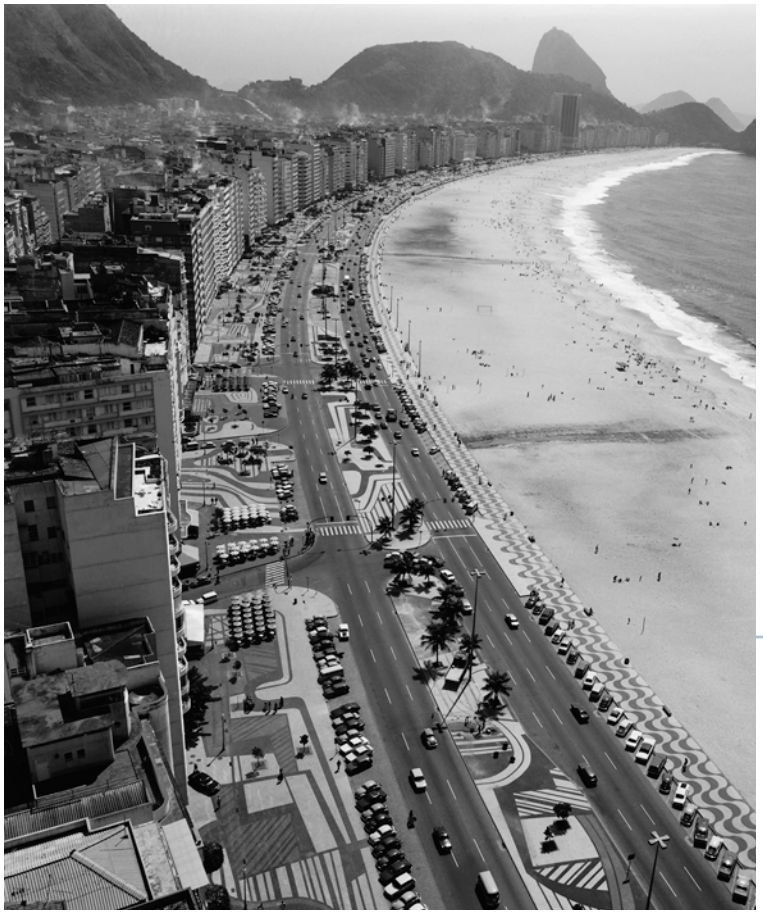


Figura 9 – Conjunto urbano-paisagístico nas praias do Leme e Copacabana. Marcel Gautherot, c. 1975, fotografia. Acervo Instituto Moreira Salles

O Calçadão de Copacabana, como é chamado, de autoria de Roberto Burle Marx, dá prosseguimento à contribuição do grande paisagista para a formação da paisagem da orla carioca. Executado a partir de 1971, após o alargamento das praias do Leme e Copacabana, foi tombado pelo INEPAC em 25.01.1991

REFERÊNCIAS

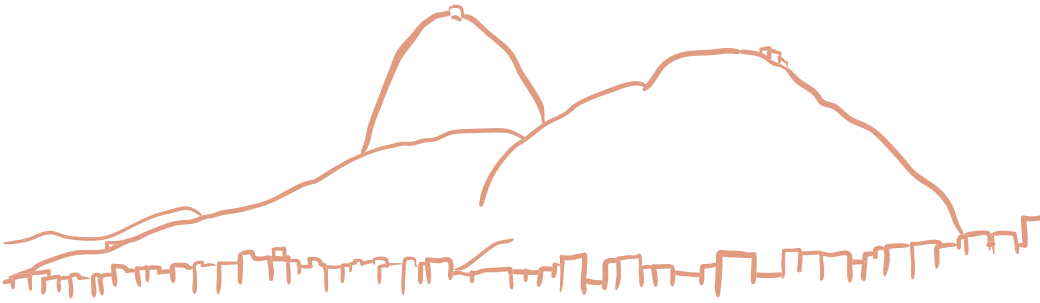
BIRNBAUM, Charles A. (org.). *Preserving Modern Landscape Architecture: papers from the Wave Hill – National Park Service Conference.* Cambridge: Spacemaker Press, 1999.

CARVALHO, Lia de Aquino (org.). *Guia do Patrimônio Cultural Carioca: Bens Tombados.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Patrimônio Cultural, 2000.

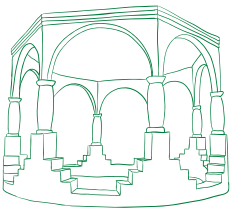
CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio, 2000.

RUBINO, Silvana. O Mapa do Brasil Passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 24*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

SILVA TELLES, Augusto C. (coord.). *Guia dos Bens Tombados da Cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 2001.



HISTÓRICO DO JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO[1]



João Conrado Niemeyer de Lavôr[2]

Devido ao precário estado de saúde de sua mãe, Dona Maria I, rainha de Portugal declarada insana, D. João, Príncipe Regente, sentindo próxima a invasão de seu país pelas tropas de Napoleão Bonaparte, comandadas pelo general Junot, antes que tal acontecesse resolveu transferir toda a corte para o Brasil.

Essa mudança teve início em 29 de novembro de 1807, contando com a escolta da esquadra britânica comandada pelo Almirante Sidney Smith. A nau portuguesa *Príncipe Real* deu início ao transporte, levando a bordo D. João, sua mãe e os príncipes D. Pedro e D. Miguel. Os demais vieram em outras embarcações, inclusive a espanhola Carlota Joaquina, esposa de D. João, de quem estava separada.

Inicialmente aportaram na Bahia, em 22 de janeiro de 1808, lá permanecendo até 26 de fevereiro.

A vinda de D. João com a corte foi benéfica para o Brasil, pois, ainda em Salvador, assinou o ato de abertura dos portos às nações amigas e fundou a primeira escola de medicina do Brasil.

Sua chegada ao Rio de Janeiro aconteceu em 7 de março daquele ano e, em princípio, ficaram hospedados no Paço Real, na Praça XV. Posteriormente, o Príncipe Regente foi morar em São Cristóvão, onde hoje existe o Museu Nacional; Carlota Joaquina instalou-se na Praia de Botafogo, em casa não mais existente na esquina da Rua Marquês de Abrantes com a praia; e D. Maria I hospedou-se no Convento dos Carmelitas, onde passou a funcionar anos mais tarde a Universidade Candido Mendes, na época ligada ao Paço por um passadiço.

Uma das maiores dificuldades foi conseguir habitação para todos. Por ordem do Conde dos Arcos, as casas

1 O presente artigo é uma síntese e refere-se à palestra proferida em 24 de maio de 2006, e é fruto das pesquisas por mim realizadas no Jardim Botânico do RJ, como bolsista do CNPq.

2 Nascido no Rio de Janeiro, é Funcionário Público Federal aposentado. Exerceu vários cargos, dentre eles Diretor de Pessoal do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), hoje IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis); Assistente e Diretor Substituto do Museu Botânico Kuhlmann, dependência do Jardim Botânico do RJ, onde foi, também, bolsista do CNPq. Escreveu vários trabalhos sobre a Instituição e sugeriu a pesquisa arqueológica na mesma. Colaborou, ainda, com a PUC-RJ, IPHAN, ABRADE (Associação Brasileira de Defesa Ecológica) e World Art Foundation. Artista plástico formado no IBA (Instituto de Belas Artes), expôs em vários salões, inclusive no Salão Nacional de Belas Artes. Citado nos dicionários *Guia Internacional das Artes*, *Ernani* e *Julio Lousada*. Recebeu prêmios de pintura e desenho da CPRM (Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais) e o diploma e medalha Guimarães Rosa concedidos pela ABRADE pela colaboração em prol da cultura e ecologia em 2009.

eram ocupadas pela nobreza. Nas portas escreviam-se as letras *P. R.*, que queriam dizer "Príncipe Regente", porém o povo começou a dizer que seu significado era "Ponha-se na Rua".

Na época, a cidade praticamente existia no Morro do Castelo e seu entorno, tendo como uma das vias principais a rua Direita, hoje 1º de Março.

Aos poucos, foi se desenvolvendo em direção à Zona Sul com a abertura das vias de acesso, que concorreram para que D. João, acompanhado de sua comitiva, da qual muitas vezes fez parte a desenhista e escritora Maria Graham, amiga e confidente da imperatriz Leopoldina, visitasse o Jardim Botânico, por ele criado.

A data consagrada de sua fundação é 13 de junho de 1809, talvez por ter o Príncipe plantado nessa data a *Palma Mater* (Palmeira Real), ou por ser dia de Santo Antônio. Mas, na verdade, a data oficial é 1º de março de 1811, graças ao artigo XXXII do alvará assinado pelo Conde de Linhares, Príncipe com Guarda.

Para lá chegar, o Príncipe Regente descia de uma sege às margens da Lagoa, hoje chamada de Rodrigo de Freitas, próximo à Fonte da Saudade, e embarcava em canoa, navegando até as imediações da atual Praça Santos Dumont, anteriormente conhecida como Praça das Três Vendas, com receio de que uma enorme pedra de nome Santa rolasse e o matasse, caso fizesse o percurso por terra.

Além das criações já citadas, fundou a Escola Superior de Medicina, a de Técnicas Agrícolas, o Laboratório de Análises Químicas, a Academia Real Militar, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional, o Real Teatro São João e, no interior do Jardim Botânico, a Fábrica da Pólvora.

Tanto o Jardim quanto a Fábrica citada faziam parte do que foi a Fazenda D'el Rei, também conhecida como de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa e como Fazenda Nacional.

Em planta de 1844, feita por P. Gaignoux, essa fazenda aparece com os seguintes limites: ao norte, as vertentes do Corcovado, Paineiras e morro da Tijuca; a oeste, as terras do Visconde de Asseca ou D'Asseca, o morro da Boa Vista, no final do Caminho da Boa Vista, hoje Marquês de S. Vicente, Morro Dois Irmãos, Sítio do Céu e Forte do Vidigal; ao sul, a praia do Arpoador, que ia desde a atual Avenida Niemeyer, no final do Leblon, até a pedra do Arpoador, chamadas hoje de Leblon e Ipanema; a leste, o traçado iniciava na Pedra de Nossa Senhora de Copacabana, onde foi instalado posteriormente o Forte de Copacabana, prosseguindo até encontrar as vertentes da chácara do Cantagalo, em seguida até a Praia Funda, onde estavam as terras de D. Isabel, seguindo até o Morro da Urca, próximo da Chácara da Catacumba, percorrendo as vertentes para encontrar o Caminho de São Clemente, no Forte de mesmo nome, também outrora chamado de Piaçava, localizado atualmente na rua Humaitá nº 229.

É interessante esclarecer que o morro da Urca era o que ficava próximo da Lagoa, e não na Praia Vermelha.

A sede do engenho, onde o Príncipe algumas vezes pernoitou, ainda existe no interior do Jardim.

Compunham a Fábrica da Pólvora três edificações: o Depósito do Salitre, onde era estocada esta matéria-prima visando à fabricação da pólvora; a Casa dos Pilões, local em que trituravam o carvão, outro componente; e a construção com portão colonial, da qual só restam os muros e o portão devido a uma grande explosão, onde esses dois produtos eram adicionados ao enxofre lá guardado, para obtenção da pólvora.

O primeiro Diretor do Jardim, na época chamado de Aclimação, foi o General Carlos Antonio Napion, que dirigiu paralelamente a Fábrica da Pólvora, sendo seguido na administração do jardim pelos Marqueses de Sabará e Queluz, e pelo Frei Leandro do Sacramento, responsável pela construção do lago. Vários outros vieram a seguir, como não poderia deixar de ser, totalizando até hoje 38, sendo que alguns em mais de um período de gestão.

As primeiras mudas foram introduzidas na Instituição graças a Luiz de Abreu Vieira e Silva, chefe de divisão da embarcação *Princesa do Brasil* que, após naufragar com alguns oficiais em Goa e conseguir embarcar no brique *Conceição* em direção ao Cabo da Boa Esperança, foi preso pelos franceses e mandado para a Ilha de França. Lá havia o Jardim Gabrielle de onde conseguiu fugir, contando com a ajuda de Rafael Bottado de Almeida, senador de Macau, trazendo consigo várias mudas exóticas, então presenteadas a D. João.

Foram essas mudas: Moscadeira, Abacateiro, *Litchi*, Caneleira, Turanjeira, Acácia (coração de negro), Sagu, Fruta-Pão, Cajá e a *Areca*, que passou a ser chamada de Palmeira Real.

Em 1810, o Marechal Manoel Marques enviou nova coleção de plantas e, em 1812, Rafael Bottado de Almeida, já citado, remeteu as primeiras sementes de chá. Ao germinarem, foi iniciada a plantação desse produto após a vinda, em 1814, de chineses a fim de ensinarem o processo de preparação, graças a D. João. Devido ao sucesso, o chá chegou a ser exportado.

Após a coroação do Príncipe Regente, o jardim passou a ser chamado de Real Jardim Botânico.

Sua área atual é de 1.370.000 m², sendo que o parque ocupa 540.000 m². Já foi maior até 1922, quando perdeu o trecho fronteiriço, onde existiam plantas da região amazônica, em prol da construção do Jóquei Clube Brasileiro.

No interior do parque, naturalmente além de milhares de plantas e espécies da fauna, existem obras de arte, como os bustos de D. João VI, de autoria de Rodolfo Bernardelli; Saint-Hilaire, feito por Humberto Cozzo; von Martius, obra de Antonio Pinto de Matos; e Frei Leandro do Sacramento, esculpido por Ribeiro da Costa. Outras obras incluem o chafariz central; as fontes Wallace; as esculturas Ninfa Eco, Caçador Narciso e as aves pernaltas, de Mestre Valentim; a estátua Tethys, datada de 1862, de Louis Savageau; Diana e Ceres, feitas em série na cerâmica Villeroy & Boch; Mulher com Cornucópia; Xochipilli, o deus asteca; vasos de mármore; coroa de ferro; lampiões e o portal que pertenceu à Academia Real de Belas Artes, projetada por Grandjean de Montigny, arquiteto que aqui esteve com a Missão Artística Francesa de 1816.

Ao longo de sua história, o Jardim Botânico recebeu visitas de reis, rainhas, príncipes, presidentes, ministros, representantes do clero, cientistas, pesquisadores, visitantes ilustres e amantes da natureza.

Possivelmente a mais marcante deve ter ocorrido em 21 de março de 1925, quando recebeu a visita de Albert Einstein.

Muito poderia ser escrito sobre o Jardim Botânico. Por tudo isso, esse belo recanto contribui para valorizar a Cidade Maravilhosa.

REFERÊNCIAS

GOMES, Laurentino. 2007. **1808**. 414 p., 38 fig. 2 mapas. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil

LAVÔR, João Conrado Niemeyer de; SCHULTZ, A. S.; COELHO, M. P. A. 1977. **Acervo Histórico do Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. 31p, 150 fig., 1 mapa. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Publicação Avulsa.

_____. 1979. Jardim Botânico do Rio de Janeiro: do seu início aos nossos dias. 20 p., 16 fig. **Rodriguésia**, ano XXXI, número 50. Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

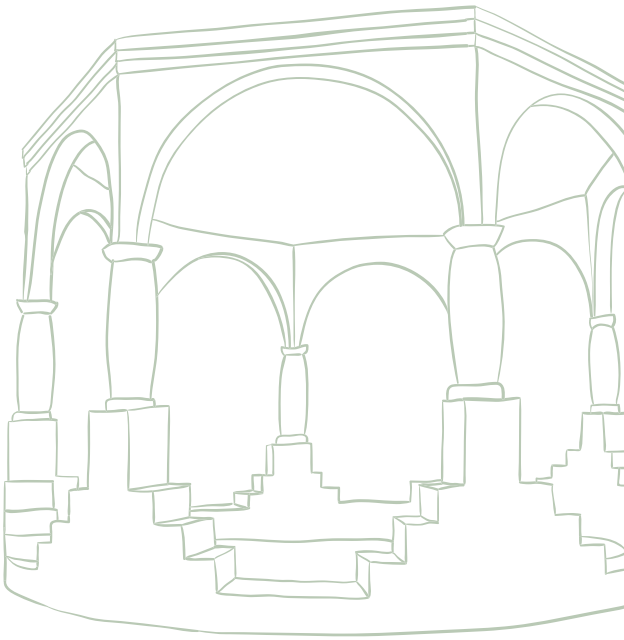
_____. 1980. Jardim Botânico do Rio de Janeiro: Histórico de seus prédios, dos homenageados, das obras de arte e dos artistas que as criaram 37 p., 46 fig. **Rodriguésia**, ano XXXII – número 54. Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

_____. 1983a. **História do Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. 47 p., 42 fig. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Publicação avulsa.

_____. 1983b. Historiografia do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, no Contexto da Fazenda Real da Lagoa Rodrigo de Freitas e seus desdobramentos. 48 p., 33 fig., 7 mapas, **Rodriguésia**, ano XXXV – número 57. Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

RODRIGUES, João Barbosa. 1894. **Hortus Fluminensis**. 38 p., 49 fig. Rio de Janeiro: Tip. Leuzinger. Reedição da Ed. Expressão e Cultura, 1989.

TAUNAY, Afonso de E. 1956. **A missão artística de 1816**. 351 p., 48 fig. Rio de Janeiro: IPHAN.



PATRIMÔNIO CULTURAL
PRESENTE NO FUTURO DE NOVA IGUAÇU[1]
(A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E O PLANEJAMENTO URBANO)



Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro[2]

Entendemos que o conhecimento da dinâmica da formação do território é fundamental para um planejamento urbano que potencialize as estruturas históricas e valorize o patrimônio cultural, bem como que a difusão dessa história é essencial para o fortalecimento de um sentimento de pertencimento e, consequentemente, da cidadania na população da região. Assim, o programa "Patrimônio Cultural – Presente no Futuro" de Nova Iguaçu é parte de uma estratégia de implantação de ações municipais que visam requalificar o espaço urbano do município, possibilitando uma considerável melhoria da qualidade de vida da população.

BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO URBANA EM NOVA IGUAÇU

O Município de Nova Iguaçu situa-se na Baixada Fluminense, tendo sua origem vinculada ao abastecimento da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e à penetração para o interior. Sua urbanização está relacionada aos ciclos econômicos ocorridos no Rio de Janeiro e em Minas Gerais e ao escoamento dessa economia. As transformações ocorridas na matriz do transporte de mercadorias – fluvial; ferroviária e rodoviária – geraram o desenvolvimento e o declínio de povoações, culminando com o abandono e arruinamento completo da Vila de Nossa

1 A presente palestra foi proferida em 7 de junho de 2006 e teve por objetivo apresentar para os parceiros potenciais o programa PATRIMÔNIO CULTURAL – PRESENTE NO FUTURO desenvolvido no âmbito da Subsecretaria de Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal da Cidade – Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu.

2 Arquiteto e urbanista formado pela FAU/UFRJ e Mestre em Conservação do Patrimônio Cultural pelo PROARQ/UFRJ, 1998. Foi assessor da Presidência do IPHAN, de 1995 a 2001, tendo por responsabilidade coordenar o Projeto de Restauração e Revitalização do Palácio Gustavo Capanema. Funcionário de carreira do IPHAN, foi responsável pela Área de Conservação da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro até 2004. De 2005 a 2008, exerceu o cargo de Subsecretário de Patrimônio Cultural da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu. Exerceu o cargo de Coordenador de Conservação e Projetos Especiais da Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, de 2009 a 2012. É Presidente do Conselho Estadual de Tombamento e Conselheiro do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural de Niterói. Atualmente é Diretor-geral do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, vinculado à Secretaria de Estado de Cultura do Governo do Rio de Janeiro.

Senhora da Piedade do Iguassú, primeira sede do município – 1833 a 1891.

Situada às margens do Rio Iguaçu, a vila foi importante entreposto comercial, escoando por via fluvial o café produzido no Vale do Paraíba. Sua decadência foi causada pela implantação, em 1858, da Estrada de Ferro Dom Pedro II, que passou em Maxambomba, distrito de Iguassú. A transferência, em 1891, da sede do município para a próspera Vila de Maxambomba (Nova Iguaçu desde 1916) sela a sorte da Vila do Iguassú, hoje Iguaçu Velha.

Nas primeiras décadas do século XX, a laranja para exportação produzida na Baixada Fluminense, assim como o café do Vale do Paraíba, será um dos principais produtos escoados pela Estrada de Ferro D. Pedro II, sendo Nova Iguaçu o principal centro produtor e de beneficiamento de laranja, até o declínio da produção em decorrência do embargo ao trânsito naval no Atlântico, ocorrido com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial.

A inauguração da Via Dutra trouxe a industrialização, mas a valorização do transporte rodoviário teve como consequência o declínio da ferrovia que, praticamente, ficou limitada ao transporte de passageiros, sendo os ramais secundários paulatinamente desativados.

Como cidade "satélite" ou "dormitório", Nova Iguaçu cresceu tendo o setor de serviços como principal atividade econômica. O território foi ocupado de modo desordenado, e sem se ater às estruturas formadoras e aos equipamentos e imóveis deixados pelos ciclos econômicos precedentes.

Há, portanto, uma estrutura subjacente à fisionomia atual da urbe que necessita ser "redescoberta e aflorada". Esse trabalho obviamente não foi iniciado nesta gestão e tem nas instituições de preservação – INEPAC e IPHAN – importantes parceiros. Destacamos como fundamentais os estudos realizados pelo INEPAC, responsável pelo tombamento de importante acervo em solo do município, bem como por um trabalho ímpar de pesquisa histórica denominado "Caminhos Singulares".

Ao IPHAN coube a primazia pelo tombamento da Fazenda São Bernardino e de outros importantes marcos da ocupação do território da Baixada Fluminense em Duque de Caxias, originalmente parte do município de Nova Iguaçu. A conclusão do processo de restauração da Igreja de Nossa Sra. do Pilar e da Fazenda São Bento, ambas objeto de obras emergenciais realizadas pelo 6ª SR/IPHAN, em 2005, é uma ação que viria a favorecer o sucesso de um roteiro de visitação turística na região.

A reativação da Estrada Real do Comércio como eixo de ligação entre a baixada e o planalto, articulando roteiros de visitação turística nas fazendas de café do Vale do Paraíba e o percurso de escoamento do café, que descendo a Serra de Tinguá chegava ao Porto de Iguassú, beneficiará ambas as regiões.

PRINCIPAIS LINHAS DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA "PATRIMÔNIO CULTURAL – PRESENTE NO FUTURO"

1. Pólo Turístico e Cultural de Tinguá

A vocação turística da região de Tinguá está nítida desde que, em 1975, a Lei de nº 50 estabeleceu para a área correspondente à Fazenda São Bernardino (Bem Tombado Federal) e para Iguaçu Velho uma "Zona Turística e Cultural". Em 1978, a FUNDREM – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – desenvolveu projeto para a implantação de um Parque

Metropolitano de Múltiplo Uso para a área correspondente à Fazenda São Bernardino, que teve como um dos motivadores o "reconhecimento, registrado no I Plan-Rio, de que a diminuição das oportunidades de lazer e recreação à população constitui um dos aspectos mais graves de deterioração dos níveis de qualidade de vida da Região Metropolitana do Rio de Janeiro".

No Plano Diretor Participativo de Nova Iguaçu, que está em fase final de elaboração, foi prevista a criação do Pólo Turístico e Cultural de Tinguá, que visa potencializar a vocação para o turismo cultural e ecológico desse trecho do território no qual nasceu o município. Esse pólo será composto por uma série de equipamentos de acesso público, implantados em Bens Tombados Federais e Estaduais, e prevê a requalificação de áreas urbanas e rurais, a recuperação e sinalização de vias de acesso, com execução de uma ciclovia, e, por fim, a implantação de ações culturais e de promoção de sustentabilidade para pequenos proprietários rurais que já encontram no turismo um meio de ampliar a renda.

Esse novo Pólo Turístico e Cultural terá seu alcance muito ampliado se considerarmos a implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, projeto prioritário do Governo do Estado e do Governo Federal. Incluído no PAC, a nova rodovia cruza o município de Nova Iguaçu na altura de Vila de Cava.

Em outra vertente, o Pólo Turístico e Cultural de Tinguá possibilitará a reativação de uma ligação histórica entre os municípios da Baixada e os municípios do Médio Vale do Paraíba. A recente aprovação do Plano de Manejo da Reserva Biológica de Tinguá permitirá não só a visitação dessa área preservada da mata atlântica, primeiro parque nacional implantado no país, que é cortada pela Estrada Real do Comércio, primeira estrada aberta, no início do século XIX, para escoamento do café produzido no Vale do Paraíba. Além da exuberante Mata Atlântica, o percurso inclui os remanescentes da Vila de São Antônio das Palmeiras, hoje um conjunto de ruínas tomado pela mata, que fica em meio à Serra de Tinguá.

A seguir, relacionamos os diversos equipamentos e ações que compõem o Pólo Turístico e Cultural de Tinguá:

1.1 Parque Arqueológico e Memorial da Antiga Vila de Iguassú

A implantação do Parque Arqueológico e Memorial da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú é uma ação que visa garantir a preservação, o estudo e a visitação adequada dos remanescentes da primeira sede do município. Declarada Bem Tombado Estadual pelo INEPAC e registrada como Sítio Arqueológico pelo IPHAN, a área da antiga vila está constantemente ameaçada por invasões e extração irregular de areia. Além dos remanescentes da antiga vila, acreditamos que a área poderá revelar-se um sítio arqueológico com vestígios ameríndios pré-coloniais.

A primeira etapa do projeto consiste em pesquisas históricas e arqueológicas, levantamento topográfico, delimitação do sítio, limpeza e sinalização preliminares, possibilitando o início da visitação guiada no futuro parque.

Na segunda etapa, estão previstas a regularização fundiária, a ampliação das pesquisas arqueológicas e a construção do Centro de Visitantes e do Memorial. O Centro de Visitantes será implantado junto ao acesso pela Estrada Real do Comércio e será o ponto de chegada do Parque Arqueológico e Memorial,

no qual haverá uma exposição sobre a história desse importante porto fluvial e seus remanescentes trazidos à luz pelos arqueólogos. Serão fornecidas informações sobre a economia cafeeira, desde a produção no Vale do Paraíba, o transporte da produção pelas tropas de muares que desciam a Serra de Tinguá pela Estrada Real do Comércio e o escoamento da mercadoria pelo Rio Iguassú até a Baia da Guanabara e o Rio de Janeiro. No Centro de Visitantes, após a visitação ao parque, o visitante poderá contratar um passeio pela Estrada Real do Comércio, até as fazendas do Vale do Paraíba ou para visitar as ruínas de Santana das Palmeiras. Pensa-se também na viabilidade de realização de passeios de barco pelo Rio Iguassú, até a Baia da Guanabara, após a recuperação do Rio Iguaçu prevista no âmbito do PDBG. O Memorial será implantado junto ao núcleo das ruínas da Igreja de N. Sra. da Piedade do Iguassú e do antigo Cemitério, e abrigará a memória dos principais personagens da história iguaçuana.

Pretendemos nesse projeto contar com o apoio de instituições de preservação, ensino e pesquisa, bem como de parceiros financeiros, sejam governamentais, por meio de convênios, sejam empresas, por meio da legislação de incentivo à cultura.

Salientamos que o Parque Arqueológico e Memorial poderá vir a ser uma importante área de laser para a população da Baixada Fluminense e um indutor do desenvolvimento sustentável da população do entorno.

1.2 Estrada Real do Comércio e Estrada da Polícia

A Estrada Real do Comércio, como já dissemos, foi a primeira estrada construída pelo governo para escoamento da produção cafeeira do Vale do Paraíba. Essa bela estrada, calçada em pé-de-moleque, desafia o tempo e ainda liga o Município de Nova Iguaçu ao alto da Serra de Tinguá, no Município de Miguel Pereira, possuindo vestígios que levam a Vassouras e Valença. A recuperação, sinalização e exploração turística das antigas estradas que ligavam a Vila de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú com a região do Vale do Paraíba, passando pela Reserva Biológica de Tinguá, são um vetor fundamental na promoção da sustentabilidade da região, gerando renda e qualidade de vida para a população local. Além da recuperação da pavimentação original e de sua complementação com paralelepípedos nos trechos faltantes, serão valorizadas as construções históricas e antigas granjas existentes ao longo do percurso com o fomento e o apoio à instalação de restaurantes, oficinas e lojas de artesanato e pousadas. Gestões junto ao IBAMA serão feitas para viabilizar um esquema de credenciamento para os visitantes que quiserem subir ou descer a Serra de Tinguá pela Estrada Real do Comércio. Atualmente, não é permitido o acesso de turistas à Reserva Biológica de Tinguá; no entanto, pretendemos que seja criada uma faixa, com caráter de Parque Cultural e Ambiental, ao longo do percurso da Estrada Real do Comércio. Imaginamos que a travessia do Vale do Paraíba possa ser realizada por "tropas" a cavalo que percorreriam um roteiro entre as fazendas de café e o Porto Iguassú, fomentando o turismo da região.

1.3 Fazenda São Bernardino

Tombada pelo IPHAN, em 1951, a Casa da Fazenda São Bernardino é o único Bem Tombado Federal existente no município. Seu processo de arruinamento acelerou-se na década de oitenta, após um incêndio na Casa Grande. A restauração desse patrimônio é um desejo antigo dos

órgãos de preservação e, principalmente, da população do município, que se manifesta indignada com o progressivo arruinamento do seu mais belo imóvel. Assim, a atual administração municipal, sensível às questões afeitas à memória e cultura do município, está envidando esforços no sentido de promover o resgate definitivo da dignidade do Bem Tombado Federal. Primeiramente, o imóvel foi declarado de utilidade pública para efeito de desapropriação e, logo após, uma emergencial foi iniciada para estancar o processo de arruinamento. Essa obra está atualmente em sua etapa final e, tão logo entregue, será iniciado um programa de educação patrimonial, com visitas guiadas de estudantes da rede pública e interessados.

Na Fazenda São Bernardino restaurada, será implantado o Centro de Estudos e Referência da Memória da Baixada Fluminense que, devido à sua localização privilegiada, funcionará com marco urbano de entrada do Pólo Cultural de Tinguá.

A Casa Grande, o Engenho e a Senzala abrigarão um conjunto de atividades relacionadas com o turismo, educação, cultura e lazer. Coerente com o conceito contemporâneo de sustentabilidade, o Centro de Estudos e Referência da Memória desempenhará papel relevante no desenvolvimento do turismo e do lazer responsáveis, e no apoio técnico e cultural aos 58 pequenos produtores rurais assentados pelo INCRA, na década de 1980, nos limites da antiga Fazenda São Bernardino.

Essas atividades demandam locais para: exposições; centro de informações turísticas e culturais; arquivo e biblioteca de referência; engenho modelo de "água ardente" e de "farinha de mandioca"; uma cozinha modelo; um centro de cultura afro-brasileira; cursos de artes e música; cafés; loja de artesanato; etc., tornando-se certamente um dos indutores do desenvolvimento sustentável da região.

Pretendemos que a obra de restauração seja empreendida seguindo o esquema de obra aberta, ou seja, continuaremos a receber visitação durante os trabalhos, envolvendo a população no processo de resgate do seu patrimônio. Igualmente, buscamos apoio para utilizar na obra o esquema de oficinas-escola, formando mão-de-obra em diversos níveis. Por fim, assim como para a restauração do Palácio da Alvorada o IBAMA liberou Jacarandá apreendido em extrações irregulares, buscaremos acordo com a entidade para utilizar madeira apreendida na restauração dos telhados, forros, pisos e esquadrias. Essa estratégia terá a dupla vantagem de baratear o custo da obra e possibilitar a execução de peças em seções não comerciais.

1.4 Estações Ferroviárias da Antiga Estrada de Ferro Rio D'Ouro

Restauração das antigas estações ferroviárias de Tinguá, Vila de Cava, Rio D'Ouro e Jaceruba (antiga São Pedro), tombadas pelo INEPAC, com implantação de um programa de pequenas bibliotecas de atendimento local denominado "Estações do Saber", que integrarão o Programa Bairro-Escola dessas comunidades. Uma ciclovia interligando as "Estações do Saber" pelo leito da antiga ferrovia viabilizará um deslocamento seguro e barato para a população.

1.5 APAC de Tinguá

Criação de uma área de Preservação do Ambiente Cultural em Tinguá com o objetivo de resguardar suas características, identificar e restaurar

exemplares arquitetônicos singulares, recuperar a margem do rio e promover o desenvolvimento sustentável.

1.6 Reservatórios e Sistema de Adutoras do Século XIX

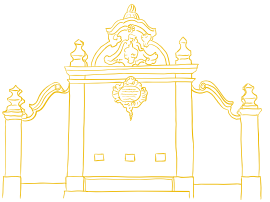
Tombado pelo INEPAC, o reservatório de Rio D'Ouro (1879) é parte integrante de um sistema de abastecimento da Cidade do Rio de Janeiro, idealizado e executado no último quartel do século XIX, pelo Governo Imperial, do qual fazem parte também os reservatórios de São Pedro e Tinguá. A Estrada de Ferro Rio D'Ouro foi criada para viabilizar a construção e manutenção desse sistema, tendo sido aberta ao transporte de passageiros somente no início do século XX. A transformação desses reservatórios em parques públicos depende de acordos a serem firmados com a CEDAE e com o IBAMA; no entanto, cremos ser necessária a complementação do tombamento, incluindo todos os elementos do sistema de abastecimento implantado por D. Pedro II.

2. Restauração das igrejas históricas e de seus acervos, e criação de um Museu de Arte Sacra na Igreja de Santo Antônio de Jacutinga

São tombadas pelo INEPAC no território de Nova Iguaçu as seguintes igrejas, além dos remanescentes da Igreja de N. Sra. da Piedade do Iguassú: Capela da Fazenda da Posse (1760); Igreja N. Sra. de Marapicu (1736); Capela de N. Sra. de Guadalupe (1753) e Igreja de Santo Antônio de Jacutinga (da Prata) (1773). Essas igrejas poderão integrar um circuito de visitação; no entanto, nossos esforços são no sentido de dar condições para que possam se incorporar ao Programa Bairro-Escola, oferecendo serviços sociais às comunidades nas quais estão inseridas.

Outros itens compõem o programa "Patrimônio Cultural – Presente no Futuro" de Nova Iguaçu, tais como a restauração do Casão do Parque Municipal e do Fórum Itabaiana; no entanto trataremos deles em uma próxima oportunidade.

MORFOLOGIA URBANA E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL: UM ESTUDO NA CIDADE DE GOIÁS[1]



Isolda dos Anjos Honnen[2]

No estudo da forma das cidades aqui apresentado, destaca-se a associação que faremos entre a descrição das características dos diversos elementos que compõem os espaços urbanos, com a sua análise a partir da percepção visual em percursos realizados pelos espaços públicos. Elementos naturais, o parcelamento do solo, as edificações e o mobiliário urbano são todos descritos quanto às características de sua forma; esses resultados são mapeados e são também registradas e analisadas, através de fotografias, as interações entre esses elementos, quando são percebidos visualmente em conjunto pelas pessoas que se deslocam nesses espaços.

A visão é responsável pela maior parte das informações que nos chegam ao cérebro. Vejamos alguns exemplos de elementos visualmente marcantes em paisagens urbanas. No Rio de Janeiro, elementos de relevo podem ser dominantes na nossa apreensão visual da fisionomia de certos bairros. A diferença de escala dos morros em relação aos elementos construídos e também as características tão peculiares de suas formas constroem efeitos visuais de contraste, originalidade, dominância e, na medida em que nos aproximamos, podemos perceber nosso campo visual, em certo grau, fechado. Em centros antigos predominantemente planos e com edificações de altura relativamente uniforme, alguns elementos construídos podem aparentar dimensões quase gigantescas. Em Barcelona, por exemplo, as torres do Templo da Sagrada Família, obra de Gaudi, perderam parte de seu destaque na paisagem após a

1 Artigo baseado em palestra realizada em 21 de junho de 2006. Seu conteúdo refere-se, sobretudo, à criação de um método de análise de configurações de espaços urbanos pelo IPHAN, entre 1999 e 2000, tendo em vista a necessidade de definição de normas de preservação para áreas urbanas tombadas.

2 Arquiteta especializada em Planejamento Urbano e Territorial, trabalhou durante 30 anos na área central do IPHAN, no Rio de Janeiro e em Brasília. Participou da execução de projetos em nível nacional, como: "Patrimônio Natural em Núcleos Históricos", em cooperação com o IBAMA e recursos do Banco Mundial; e "Inventário Nacional", com recursos do Programa Monumenta/BID. Como Coordenadora de Referências Culturais criou a primeira proposta para um Inventário Nacional de Referências Culturais, realizando um projeto piloto na cidade do Serro, Minas Gerais. Participou da Comissão Especial de Brasília, criada para a gestão da área tombada e de entorno do Plano Piloto, declarado patrimônio da humanidade pela UNESCO. Como Coordenadora de Identificação, agregou um Sistema de Informações Geográficas, SIG, ao Inventário Nacional de Bens Imóveis em Conjuntos Urbanos, possibilitando o mapeamento dos dados levantados para melhor gestão das áreas urbanas tombadas. Com a consultoria da arquiteta e professora da UNB, Maria Elaine Kohlsdorf, participou da criação do Inventário de Configurações Urbanas, cujo projeto piloto, na cidade de Goiás, está resumidamente apresentado neste artigo. E-mail: isolda571291@gmail.com.

construção da torre Agbar, com trinta e cinco andares e formato cônico/cilíndrico. Aqui também há o destaque desse elemento, pela sua dominância no espaço devido à altura, e pela sua originalidade e contraste devido à forma diferenciada. Além disso, tornou-se o principal ponto focal em uma parte da cidade. Uma única edificação transformou significativamente a memória dos barcelonenses que habitualmente caminham nos seus arredores e percebem, agora, o espaço urbano literalmente de outra forma. Em outro exemplo, temos a eternidade do Parthenon, na acrópole de Atenas. Essa edificação, que transpôs os séculos, faz parte da memória social da humanidade, pode-se dizer. A antigüidade da imagem do Parthenon e sua identificação por tantas pessoas de diferentes países nos fazem pensar que essa não é apenas uma imagem do passado, e sim, também, do futuro.

Passado e futuro permeiam nosso trabalho, pois a preservação de áreas urbanas de valor histórico e cultural, através do tombamento, tem a finalidade de fazer esses espaços construídos no passado serem conservados no presente, para chegarem ao futuro. Faz-se isso, sobretudo, a partir da preservação de sua forma. Quando se opta pela inserção da análise no nível da percepção visual de um conjunto urbano e, quando se define que essa análise é feita a partir do espaço público, onde todos transitam, estamos considerando mais um importante aspecto da preservação: o que vem sendo apreendido visualmente ao longo do tempo pela comunidade usuária desse espaço. O tombamento tem função social e, especificamente nessa abordagem, preocupa-nos a preservação dos elementos que compõem a memória coletiva. O individual, o interior das edificações, não será objeto deste trabalho. Mas, é claro, existe no IPHAN o tombamento individual de imóveis e toda uma série de outros critérios para se trabalhar com esses bens culturais, algumas vezes denominados "monumentos".

Outra questão importante para nos situarmos dentro das ações do IPHAN é que o presente trabalho, intitulado "Inventário de Configurações de Espaços Urbanos" (INCEU), foi idealizado para complementar o "Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos" (INBI-SU), cuja realização tem grande importância para as ações ligadas ao tombamento de conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos. O INBI-SU executa o levantamento arquitetônico e das características de cada edificação desses conjuntos urbanos. As informações sobre os espaços internos originais do casario antigo, além de seu valor como documentação, são fundamentais para que sejam analisados pedidos de reforma e estes possam ser aceitos criteriosamente, quando isto se faz necessário para que imóveis centenários não caiam em desuso e sejam abandonados, mas, sim, tenham sua conservação realizada por seus proprietários ou usuários.

O INCEU foi realizado em alguns sítios históricos tombados, mas tomaremos, aqui, o exemplo da aplicação do método na Cidade de Goiás, projeto piloto dessa iniciativa da instituição. Fomos a campo em Goiás em 2000, após um bom tempo de trabalho de gabinete e da realização de uma oficina com a participação de arquitetos de todas as Superintendências Regionais do IPHAN. Em todo esse percurso, nossa orientadora, consultora, supervisora, e que colocou mesmo a mão na massa conosco, foi a Professora Maria Elaine Kohlsdorf, arquiteta urbanista da

Universidade de Brasília, autora do livro *A Apreensão da Forma da Cidade*[3], a partir do qual o INCEU foi criado.

Podemos supor que um sítio histórico urbano tombado seja uma área relativamente homogênea do ponto de vista morfológico, com relação à área total de uma cidade. Em algumas áreas tombadas, as edificações são predominantemente de um determinado período histórico, em outras há maior diversidade e há também as áreas tombadas que incluem sítios naturais. Mas tomemos o exemplo da Cidade de Goiás. O conjunto se manteve bem preservado, não só pela transferência da capital do estado para Goiânia, mas também pelas características do relevo e pela vegetação de chácaras urbanas ainda existentes. A cidade cresceu em uma direção de maneira tal que essa expansão praticamente não é percebida visualmente a partir da área tombada. Realizando-se o método INCEU de análise morfológica, foram revelados treze setores morfológicos diferenciados na área tombada da Cidade de Goiás. Digo "revelados" porque, após a realização de cada etapa de levantamento dos elementos urbanos, após a elaboração dos mapeamentos de cada informação quantificada, após o cruzamento dos dados relativos a todas as categorias de análise e, finalmente, após a associação da descrição das características morfológicas com os resultados da análise no nível da percepção visual daquele espaço, os treze setores mencionados pareceram "saltar" da cartografia para se revelarem ao nosso intelecto. Tal quantidade de setores não significa, necessariamente, que para cada setor se indicarão normas urbanísticas de preservação também diferenciadas, mas alguns critérios para a normatização forçosamente se distinguirão entre um setor e outro.

Antes de abordarmos os setores, vamos detalhar um pouco mais os levantamentos do INCEU. As características morfológicas de cada tipo de elemento que compõe o espaço urbano são mapeadas e, posteriormente, são elaborados mapas síntese de cada categoria de análise. As categorias são: *Planta Baixa* (inclui malha – Figura 1, macroparcelamento, microparcelamento, relação entre cheios e vazios); *Conjunto de Planos Verticais* – Figura 2 (análise de linhas de coroamento, pontuações e linhas de força das silhuetas); *Elementos de Sítio Físico* (inclui o relevo do solo, a vegetação e as águas de superfície); *Elementos Edilícios* (analisam-se as relações intervolumétricas entre os edifícios, sua volumetria, fachadas e as relações entre temas-base e temas-destaque); *Elementos de Engenharia Urbana* (os de conexão viária – Figura 3, como pontes, viadutos e passarelas; os de intervenção no relevo, como arrimos, taludes; os de intervenção em superfícies hídricas, como atracadouros, barragens; e outros tipos de elementos, como torres autônomas de transmissão, por exemplo); *Elementos Complementares* (são elementos acessórios que têm presença cada vez mais notável nas áreas urbanas, tais como engenhos de propaganda; elementos de sinalização; mobiliário urbano; acabamento urbanístico, como pavimentação de vias e calçadas; muros; cercas; elementos escultóricos que podem variar muito quanto à sua forma, tamanho e função; e pequenas construções, geralmente situadas em áreas livres públicas, como bancas de jornal e

3 Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1996.

outros quiosques, abrigos de transporte coletivo, etc.). A última categoria de análise busca afinal compreender a totalidade da área de estudo. Intitulada *Estrutura Interna do Espaço*, levanta as unidades morfológicas que correspondem aos tipos de áreas livres públicas, como ruas, praças e avenidas; define partes temáticas da área a partir da diferenciação das características configurativas verificadas nos diversos estudos realizados; analisa relações configurativas com o entorno a partir da identificação de contraste ou continuidade entre as características dos diversos elementos; e, finalmente, analisa as conexões visuais entre as partes temáticas da área com seu entorno imediato. Esses levantamentos são complementados pelos realizados no nível da percepção visual (quando são identificados e analisados efeitos visuais topológicos, perspectivos e semânticos à medida que nos deslocamos por percursos pré-definidos). O método de análise morfológica é preciso, e nos surpreendeu pelos resultados alcançados.

A partir do mapa da área de estudo (Figura 4), vamos dar alguns exemplos de características do que passamos a chamar de setores morfológicos. O setor Santa Bárbara (Figura 5) teve sua ocupação predominantemente na segunda metade do século XX, tendo, no entanto, desde a construção da Igreja de Santa Bárbara, no final do século XVIII, o caminho que é hoje uma das ruas mais largas da área tombada. O caminho é antigo, mas a rua tem ares de bulevar, com canteiro central dividindo duas pistas, característica contrastante com a malha urbana predominante. Não há a menor dúvida quanto à inserção dessa área no perímetro de tombamento, mas suas características morfológicas são comparativamente diferentes do centro mais antigo da cidade: muitas edificações têm afastamentos frontais e laterais, os telhados têm cumeeira perpendicular às ruas, a relação entre cheios e vazios na ocupação do solo é distinta. Mas pode-se dizer que a identidade configurativa da área tombada não foi tão abalada, pois as edificações têm apenas um pavimento. Vale ressaltar também que a rua mencionada nos proporciona diversos campos visuais com "efeito mirante", pois, devido à sua declividade, tem-se ampla visão da paisagem que inclui outros setores do centro histórico.

Já o setor chamado Carmo foi dividido pelas nossas análises em três: o Carmo genuíno (Figuras 2 e 3), o Carmo tardio (Figura 6) e o alto do Carmo. O Carmo genuíno, uma das áreas iniciais do povoado, possui lotes estreitos, muito profundos e de formatos irregulares; as quadras são pequenas ou médias e de formatos complexos; a malha tem segmentos pequenos e de formatos irregulares. Encontra-se ali também uma unidade morfológica importante do espaço público, o largo do Rosário, e uma edificação que se destaca como ponto focal a partir de vários campos visuais da cidade: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, com sua alta torre neogótica. Já o casario, ou tema-base, apresenta suas características genuínas bem preservadas: tem relação direta com o logradouro, não tem afastamentos laterais, as coberturas são visualmente autônomas e com caimento frontal. Esse tema-base das edificações forma planos laterais contínuos em relação às vias, o que provoca efeitos topológicos muito claros (estreitamentos, alargamentos, envolvimentos, aclive, declive). Pode-se dizer que o Carmo genuíno apresenta certa complexidade visual, quando se realiza o percurso a pé por suas ruas, e se identificam os efeitos visuais que todos esses elementos

constroem. As paredes laterais das ruas, bem definidas pelo casario contíguo, trazem à percepção também efeitos criados pela perspectiva dos campos visuais, como o direcionamento, efeito que nunca chega a ser de intensidade forte na área tombada devido à predominância de alturas baixas nas edificações. Efeitos semânticos exemplares podem ser observados aqui também: o contraste entre o casario de pequena altura e fachadas estreitas e a volumetria da Igreja do Rosário, bem como sua dominância em certos campos visuais, devido à grande altura de sua torre; o contraste entre o estreitamento nas ruas com o alargamento no largo do Rosário e a complexidade deste, devido aos diferentes elementos que o compõem, como arborização, mobiliário urbano, escultura, a larga escadaria da igreja. Nesse setor, podemos verificar ainda a associatividade e continuidade que se devem às características tão semelhantes das casas, na maior parte dos percursos. Citamos aqui muitos efeitos semânticos, que são os criados pelo significado da relação entre os elementos que compõem os campos visuais. São eles: contraste, continuidade, dominância, originalidade, complexidade e associatividade. Todos os efeitos vão se distinguindo à medida que nos deslocamos no espaço.

No Carmo tardio, expansão do tecido urbanizado para oeste durante o século XIX, nota-se a regularização da malha (Figuras 1 e 6) e, portanto, das quadras, que tendem a formas quadriláteras. A quantidade de lotes muito pequenos é um pouco menor em relação ao Carmo genuíno. As características de implantação do lote são as mesmas, mas nota-se na configuração do casario a presença de alguns frontões e platibandas, escondendo as coberturas. Na análise dos planos verticais, a pontuação alta da igreja do Rosário permanece e surge uma pontuação bem mais modesta, representada pelas torres da igreja d'Abadia.

O alto do Carmo tem uma temática configurativa com becos estreitos, e largos formados no entroncamento das vias. As edificações implantam-se com menos contigüidade, mas permanece a relação direta com a rua. Há mais vegetação nos quintais que no Carmo tardio.

O setor Rio Vermelho (Figuras 2 e 7) tem uma temática morfológica de orla, em função da presença desse elemento natural tão importante que atravessa o sítio histórico. É uma área alongada, predominantemente pública, bordeando o rio. Proporciona efeitos visuais de amplidão, oferecendo à percepção cotidiana vasta extensão do Rio Vermelho. O rio e a consequente abertura do espaço nessa área é tão fundamental, que define um setor morfológico específico, apesar de que, quanto às características das edificações, temos aqui muita heterogeneidade. Na margem junto ao Carmo genuíno, existem as fachadas posteriores de terrenos que terminam diretamente no rio, havendo aí predominância de áreas verdes. Na margem junto ao setor Santana, existem os muros dos fundos de terrenos que se voltam para o rio, mas têm seus limites com a Avenida Dom Prudêncio, que acompanha esta margem do rio, e existem temas-destaque, devido à maior volumetria de edificações, como o Hospital São Pedro de Alcântara, a casa de Cora Coralina, a Prefeitura, o Teatro São Joaquim, a Igreja de São Francisco. Podemos observar, enfim, que as categorias analíticas mais presentes nesse setor são: *Estrutura Interna do Espaço* (sob a forma de unidade morfológica *sui generis* que denominamos "orla") e *Sítio Físico*, com a presença do rio, da vegetação

em suas margens e também das serras que circundam a cidade, muito presentes nas silhuetas dessa área.

Após a transposição do rio, dirigindo-nos para o sul, temos, desde o período de fundação da cidade, o setor Santana (Figura 8), com características de complexidade, centralidade e impacto cênico. "Optou-se por reunir duas fases históricas porque as correspondentes porções territoriais, desenvolvidas uma no século XVIII e outra, nos séculos XIX e XX, possuem grande continuidade dos elementos de planta baixa, de sítio físico e complementares, assim como das unidades morfológicas. E, embora as edificações atestem diferentes épocas, sua alocação não configura territórios distintos, pois se inserem misturadas às genuínas."[4] As maiores rupturas de configuração foram definidas como outros setores, limítrofes à Santana, denominados Borda Sudoeste e Borda Sul.

Em Santana percebemos grande alternância entre confinamento, devido ao canal estreito das ruas, e amplitude, quando adentramos largos, praças e entroncamentos de configuração alargada pela falta de ortogonalidade entre as vias (característica muito marcante da área tombada – Figura 1). A contiguidade das edificações permanece como no Carmo, permitindo uma leitura fácil desses espaços públicos, havendo, no entanto, maior alternância também entre temas-base (o casario) e temas-destaque. Nesse setor destacam-se não apenas alguns poucos sobrados, mas edificações monumentais pela sua originalidade arquitetônica associada a usos públicos. São temas-destaque, por exemplo, a Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu da Bandeira; a Igreja da Boa Morte, atual Museu de Arte Sacra; o Palácio Conde dos Arcos; a Igreja Matriz de Santana; o Quartel do Vinte; o Chafariz de Cauda. Impacto e clareza tornam essa parte do tecido urbano muito interessante também quando identificamos o Largo do Chafariz, tanto em planta baixa como em percursos pela área. Seu formato triangular, suas dimensões amplas, tornando ali o espaço tão aberto, a presença da arborização, do chafariz em meio ao gramado, e da Casa de Câmara e Cadeia ao alto da praça são muito marcantes. Há também esse ligeiro, mas bem perceptível aclive como característica do relevo, colocando em muito destaque a Casa de Câmara e Cadeia da cidade.

Vale a pena citar mais algumas conclusões sobre a configuração desse setor: "diversas épocas de consolidação do tecido urbanizado da Cidade de Goiás presentes em Santana tornam a categoria planta baixa muito diversificada. O tecido original desse bairro fez-se em quarteirões um pouco maiores, à exceção daqueles próximos ao rio Vermelho, organizando segmentos de malha de tamanhos contrastantes. Assim, esse Setor Morfológico contém vários tipos de malha, macroparcelamentos e lotes, formando-se várias zonas temáticas a partir dos elementos de planta baixa; tais diferenças organizaram-se, porém, em um conjunto complexo, mas com unidade, graças à configuração dos cheios em todo o território abordado, bem como a certas ruas que dirigiram a expansão para oeste. A malha (Figura 1) possui segmentos

4 Ministério da Cultura/IPHAN-Monumenta. *Inventário de Configurações de Espaços Urbanos – Cidade de Goiás, volume 7 – Conclusões*, 2001/2002, não publicado.

retos, pequenos e muito pequenos, nós com diversos e variados ângulos na zona da Matriz; nas outras zonas, os segmentos têm tamanhos diversos, mas permanece o tipo de nó. Os quarteirões variam muito em tamanho, mas possuem formas complexas em todas as zonas. No microparcelamento, a diversidade é talvez ainda maior (devido à grande ocorrência de desmembramentos de lotes), e os terrenos têm formas mais regulares apenas na zona do Museu das Bandeiras. Na zona da Matriz, são pequenos e estreitos; mais profundos na zona do Quartel; maiores e mais longos na zona do Museu das Bandeiras e muito variados na zona do Chafariz."[5]

Segundo o mapa apresentado como conclusão do trabalho (Figura 4), devemos mencionar ainda os setores denominados "bordas" e os que têm, predominantemente, áreas verdes. As bordas sudoeste e sudeste caracterizam-se como áreas de breve transição entre a área tombada e a área de entorno, pois, apesar de representarem áreas de expansão do tecido mais antigo, a maioria das características morfológicas mantêm-se. Há, às vezes, menos contiguidade entre as edificações e algumas alterações de fachada. Já a borda noroeste diferencia-se do setor Santa Bárbara, pelo fato de parte das edificações manterem relação direta com a rua e não apresentarem afastamentos laterais. Essas características aproximam esse setor do Carmo tardio, que também lhe é limítrofe, mas as edificações são ainda menos genuínas, pois construídas em sua maioria mais recentemente.

Quanto às áreas verdes, temos o Setor Carioca, onde predomina o Parque da Carioca, área pública de lazer onde se situa a Fonte da Carioca, construída no século XVIII, e a grande área da Chácara do Bispo. Todo esse setor é pouco urbano, com ocupação escassa e muito marcada por vegetação, às vezes em estado nativo.

Os três demais setores, denominados segundo o nome das chácaras que ocupam a maioria de seu território, foram incorporados ao tombamento posteriormente à realização do INCEU na Cidade de Goiás. Trata-se de uma extensão do perímetro anterior de tombamento, sem dúvida muito benéfica para manter uma espécie de cinturão verde ainda presente nesse sítio histórico, bem como parte da relação original entre tecido urbano e área rural.

Naturalmente, a Cidade de Goiás não fica na nossa memória apenas pela sua configuração urbana. Celebrações, como a Procissão do Fogaréu, na Semana Santa, a culinária local, as histórias que vão virando lenda, e um povo hospitaleiro, entre tantos outros, são aspectos da vida cotidiana que dão alma ao seu corpo físico.

Quando terminamos o trabalho, nossas conclusões nos pareceram muito claras, pois o método nos guia qual um mestre, e como mestre é a professora Maria Elaine que nos proporcionou a alegria de realizar um trabalho pioneiro no IPHAN, voltado tão especialmente para o patrimônio urbano, valorizando a cidade da maneira apaixonante como nós, urbanistas, adoramos.[6]

5 Ministério da Cultura/IPHAN-Monumenta. Ibidem.

6 A palestra a partir da qual este artigo foi escrito foi ilustrada por imagens dos mapeamentos realizados, desenhos e fotografias, através de projetor multimídia. Foi apresentado ao final o nome de todos os técnicos e estagiários que participaram do trabalho.

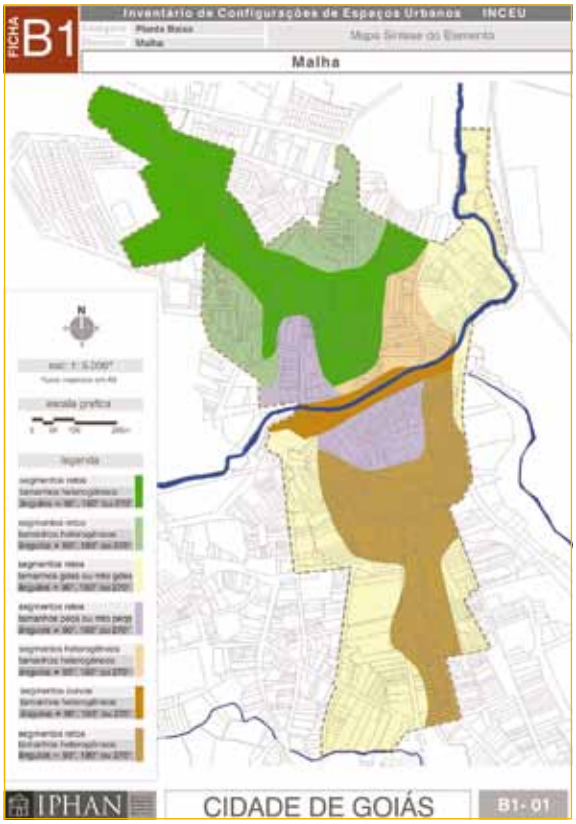


Figura 1

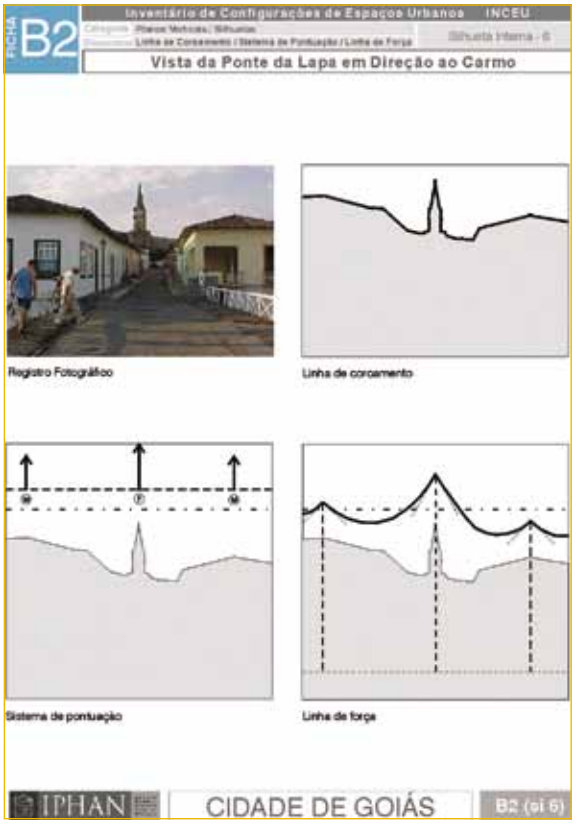


Figura 2

Figura 3

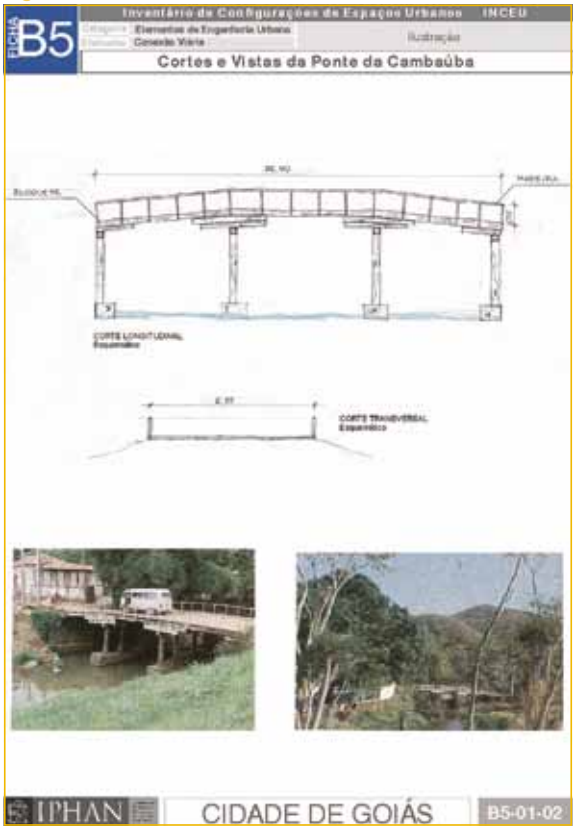


Figura 1 – Mapa síntese da análise das características da forma dos segmentos da malha urbana. INCEU da Cidade de Goiás. IPHAN, 2001

Figura 2 – Exemplo de estudo dos planos verticais a partir do registro de silhueta. Foto tirada sobre a Ponte da Lapa, no Setor Rio Vermelho, vendo-se a Igreja de N. S. do Rosário ao fundo, no Setor Carmo genuíno. INCEU da Cidade de Goiás. IPHAN, 2001

Figura 3 – Exemplo de levantamento de elemento de engenharia urbana: a Ponte da Cambaúba, no Setor Carmo Genuíno, integra um dos percursos mais antigos e fundacionais da cidade. INCEU da Cidade de Goiás. IPHAN, 2001



Figura 4



Figura 5



Figura 6



Figura 7



Figura 8

Figura 4 – Mapa da área tombada com a definição dos setores morfológicos distintos. INCEU da Cidade de Goiás. IPHAN, 2001

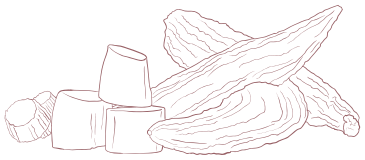
Figura 5 – Rua Passos da Pátria, no Setor Santa Bárbara: configuração distinta da que predomina na área tombada. INCEU da Cidade de Goiás. IPHAN, 2001

Figura 6 – Rua Eugênio Jardim e mais adiante Rua d'Abadia, respectivamente nos Setores Carmo genuíno e Carmo tardio. INCEU da Cidade de Goiás. IPHAN, 2001

Figura 7 – Av. Dom Prudêncio, margeando o Rio Vermelho, no setor de mesmo nome. Em primeiro plano, a Ponte do Carmo e ao fundo a Serra Vermelha. INCEU da Cidade de Goiás. IPHAN, 2001

Figura 8 – Largo do Chafariz, no Setor Santana, vendo-se o Chafariz de Cauda à esquerda e mais ao fundo, à direita, a Casa de Câmara e Cadeia. INCEU da Cidade de Goiás. IPHAN, 2001

MANDIOCA: SABERES E FAZERES



Maria Dina Nogueira[1]
Guacira Waldeck[2]

Este artigo, apresentado na Oficina de Estudos da Preservação da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, em 4 de julho de 2006, é uma versão do argumento da exposição **Mandioca: saberes e sabores da terra**, realizada no período de 25 de maio a 30 de julho de 2006, na Galeria Mestre Vitalino, a qual foi um dos resultados da linha de pesquisa sobre sistemas culinários do projeto Implementação de Inventários: Celebrações e Saberes da Cultura Popular, desenvolvido pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

A ideia era pesquisar a farinha de mandioca, não apenas como um ingrediente essencial na mesa brasileira, mas, a partir da categoria sistema culinário, analisar o conjunto de práticas e saberes que envolvem o cultivo, os modos de fazer, os usos culinários, o universo simbólico, em diferentes contextos sociais.

Essa categoria, por apresentar de modo estruturado os itens constitutivos da alimentação, permite que se aprendam as varias etapas de um mesmo processo, abrangendo tanto a transformação dos produtos quanto os universos simbólicos e as cosmologias a eles articulados.

> *Enquanto um conjunto de práticas e representações, os "sistemas culinários" estão intimamente integrados a determinadas cosmologias, unindo a pessoa, a sociedade e o universo, e identificando a posição e o comportamento do ser humano nessa totalidade. As preferências alimentares, os modos de cozinhar, as formas de apresentação dos alimentos, as maneiras de mesa, as categorias do paladar e ou gosto, todos esses elementos inter-relacionados compõem um código cultural por meio do qual mediações sociais e simbólicas são realizadas entre os seres humanos e o universo. (GONÇALVES, 2007, p. 185).*

Em geral associada à subsistência básica da população mais pobre, recentemente, a mandioca vem adquirindo visibilidade e importância no circuito da alta gastronomia, conduzido pelos chefes de cozinha, num processo que se poderia chamar de *descoberta de um paladar genuinamente brasileiro*. Essa "revelação" recente, no entanto, oculta

1 Mestre em Sociologia pelo IUPERJ, professora aposentada do IFICS (UFRJ), foi pesquisadora do Centro Nacional de Cultura Popular no período de 2001 a 2006. E-mail: dinanogueira@uol.com.br.
2 Mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, desde 1996 é pesquisadora do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. E-mail: pesq.folclore@iphan.gov.br.

uma tradição ancestral, cujos saberes tradicionais, sedimentados ao longo de gerações, constituem o patrimônio de inúmeras coletividades rurais que têm na agricultura familiar e na produção de mandioca seu meio de subsistência. A força dessas tradições parece invisível aos consumidores urbanos que desconhecem o engenho humano investido na classificação das espécies, a maestria dos fazeres, os segredos de uma boa farinha, um beiju saboroso, uma tapioca quentinha, a alquimia que transforma veneno – o ácido cianídrico – em iguaria.

Acompanhamento indispensável das refeições da maioria da população brasileira e componente básico de vários pratos tradicionais, a mandioca estabelece uma série de mediações, é investida de significados singulares que expressam, em função do contexto em que é preparada e servida, identidades de indivíduos, grupos e coletividades. Os diferentes usos da farinha revelam a diversidade cultural que caracteriza o Brasil. No Rio Grande do Sul, é o acompanhamento do churrasco. Os catarinenses não dispensam o pirão d'água. Está presente no barreado paranaense e, na Bahia, nas muitas farofas. No Mato Grosso do Sul, é componente de vários pratos e de receitas tradicionais das índias terenas. No Rio de Janeiro, feijoada sem farinha não é completa. Em contextos rituais, estabelece a mediação entre os homens e os deuses.

A mandioca – *Manihot esculenta Crantz* –, planta nativa da América, muito provavelmente do Brasil, era o principal produto agrícola das nações indígenas quando aqui aportaram os primeiros colonizadores. Os povos nativos detinham pleno domínio da seleção e do cultivo da mandioca, bem como das técnicas de sua transformação em farinhas, beijus e bebidas, que, aliás, se mantém. Padre Anchieta batizou-a de "pão da terra", e Gabriel Soares de Souza, Manuel da Nóbrega, Hans Staden, Jean de Léry, Debret, Rugendas, entre outros, deixaram vívidas descrições e riquíssimas ilustrações dos diferentes usos da mandioca pelos nativos e povos adventícios, o que evidencia a importância do produto já nos primórdios da vida colonial. Desde então a mandioca não deixou de ser essencial na vida das populações rurais e alimento básico do povo brasileiro, sendo grande a variedade de comidas e bebidas preparadas com seus derivados; presente tanto no dia-a-dia quanto nas festas, presente, enfim, na formação e permanência dos sabores tão singulares do paladar brasileiro.

Manihot esculenta e seus derivados, sobretudo a farinha, podem ser considerados bons para comer – esse é o sentido de *esculenta* em latim – por sua utilidade, por saciar os reclamos do estômago. De acordo com Câmara Cascudo (1983), a farinha foi "a provisão, a reserva, o recurso". Mas, parafraseando Lévi-Strauss, são bons também para pensar, posto que indissociáveis dos muitos significados que lhes imprimiram os brasileiros desde a colonização.

A maneira como se comia farinha nas refeições cotidianas, no século 19, evidenciava agudas distâncias sociais. Segundo os registros de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), entre as pessoas abastadas, servia-se "um monte de diversas espécies de carnes e legumes muito variados embora cozidos juntos", uma "insossa galinha com arroz" e, ao lado, sempre "o indispensável escaldado", preparado com farinha de mandioca, que substituía o pão. A refeição do pequeno negociante e sua família consistia em

"apenas um miserável pedaço de carne seca cozinhada com um punhado de feijões-pretos [...]. Cheio o prato com esse caldo, no qual nadam alguns feijões esmagados, joga-se nele uma grande pitada de farinha de mandioca, a qual, misturada com os feijões esmagados, forma uma pasta consistente que se come com a ponta da faca arredondada, de lâmina larga". Os indigentes e os escravos "alimentavam-se com dois punhados de farinha-seca, umedecidos na boca pelo sumo de algumas bananas e laranjas".

Augusto Saint-Hilaire (1790-1853) menciona a farinha na alimentação dos mineiros; Henry Koster (1793-1820) alude às três refeições dos sertanejos do Nordeste, que combinavam carne e farinha; e, em von Martius (1794-1868), aparece a associação entre mandioca e rusticidade: "o fubá e o feijão-preto, em geral cozidos com toucinho e carne seca ao sol e salgada", algo pesado e "grosseiro", embora "saudável para quem faz muito exercício, toma muito vinho português e cachaça".

A mandioca possui inúmeras variedades, divididas em dois grupos: *mansa* ou *de mesa* e *brava* ou *tóxica*, cuja distribuição pelas diferentes regiões do país não é uniforme: se na Amazônia predominam as variedades bravas, em algumas regiões são as mansas que se destacam; em outras, ambas se equilibram.

Os agricultores as diferenciam e classificam de acordo com alguns critérios: cor do tronco, recortes da folha, cor e conformação da raiz, Resistentes, essas plantas vicejam, adaptando-se à estiagem, aos solos de baixa fertilidade, e cada variedade tem seu tempo de permanência no solo, seu grau de produtividade, particularidades que interferem na coloração e na qualidade da farinha. Em seus roçados, os agricultores dão prioridade à lógica da segurança alimentar que, no Pará, consiste na manutenção de três roças, complementares – "verde", "intermediária" e "madura" –, garantindo, assim, produção plena ao longo do ano. Se no Norte em geral o cultivo da mandioca e o fabrico da farinha são permanentes, no Sul, as estações do ano influem no cultivo, pois aí as raízes permanecem no solo durante dois anos, e a farinha é feita anualmente, nos meses de abril a julho.

Embora disseminada em todo o país, não se produz nem se consome simplesmente farinha, no singular. São muitas as farinhas. A variedade é de tal ordem, que se pode delinear o mapa do Brasil com sua diversidade. Além de permitir entrever os contornos geográficos, essa cartografia expressa saberes e fazeres resultantes da mescla de diferentes tradições culturais formadoras da sociedade brasileira.

A classificação oficial, que distingue três tipos de farinha – seca, d'água e mista –, não abrange os intermediários, que caracterizam certas regiões do país. Por exemplo, a farinha de copioba, um tipo especial produzido no recôncavo baiano, de textura e sabor inconfundíveis. Os antigos engenhos de tradição açoriana, em Santa Catarina, produzem uma farinha muito alva, adocicada e finíssima, semelhante à de trigo, à qual os imigrantes estavam acostumados em sua região de origem. No Pará, em meio aos três tipos da classificação oficial, distinguem-se muitos outros, intermediários, cada um com textura, cor, sabor e usos culinários próprios, além de diversas farinhas de tapioca.

Apesar de os modos de fazer seguirem basicamente as mesmas etapas – descascamento das raízes, ralamento,

prensagem, peneiramento e torração –, cada tipo de farinha é o resultado de técnicas específicas de tratamento das raízes e da massa da mandioca.

Casas-de-farinha são para as coletividades rurais uma referência essencial, lugar por excelência de encontro, de cooperação, núcleo de saber e aprendizado, de expressão da vida coletiva Também denominadas retiro, farinheiras, bolandeiras, fábricas, engenho de farinha, são parte da paisagem rural em todas as regiões do país; um espaço simbólico englobador, elo entre as diferentes dimensões de um mesmo processo. Situadas no espaço de confluência entre a natureza e a cultura, articulam biodiversidade, modos de cultivo, trocas sociais e sistemas de significados. Saberes e processos artesanais transformam, em diferentes regiões do país, a mandioca em farinha e demais derivados, contribuindo não apenas para a sobrevivência de pequenos produtores rurais como são fundamentais para a preservação da diversidade das espécies e a permanência de sabores tão singulares dos paladares.

Apresentando marcas culturais, as casas-de-farinha, no Norte, distinguem-se pelo despojamento e simplicidade: teto de fibra vegetal, abertas e arejadas, de chão batido, compostas por implementos artesanais elaborados com madeira e fibras da flora local – caititu, cocho, tipitis, peneiras, etc. As atividades, todas manuais, envolvem o grupo familiar e de vizinhança. Embora todos participem, há certas atividades mais especializadas, como a retirada do líquido na prensa ou tipiti e a torração, tarefa específica dos homens. Depois de ralada a mandioca, a massa obtida é colocada no tipiti ou na prensa para a retirada do líquido ou manipuera. Em seguida, é esfarelada com as mãos, peneirada e, finalmente, levada ao forno para ser *escaldada e torrada*.

No Sul do país, as casas-de-farinha, denominadas engenhos, são construções fechadas, retangulares, com portas e janelas, cobertas com telha, e de chão batido. Alguns engenhos são movidos pela força humana, outros usam a tração animal, em geral um boi adestrado. Embora as etapas correspondam às praticadas no Norte, os equipamentos do engenho são complexas adaptações dos lagares e moinhos portugueses, introduzidas pelos imigrantes açorianos, que aprenderam a fazer farinha com a população nativa. Essas mudanças, de grande impacto na produtividade, associadas ao clima subtropical, bem fresco no inverno, contribuíram para a obtenção de uma qualidade peculiar.

Fazer farinha ou participar da *farinhada* envolve árduo trabalho em que sobressai o ritual aglutinador desse acontecimento na vida de coletividades. Sua produção destina-se, em primeiro lugar, ao consumo familiar e apenas um pequeno excedente é comercializado. Embora a forma mais comum seja via intermediários (atravessadores ou marreteiros), que então a repassam a atacadistas e varejistas, a venda da farinha pode ser feita pelo próprio produtor a uma clientela certa, na própria casa de farinha ou nas feiras próximas.

As feiras e mercados não concentram apenas relações de trocas econômicas; são espaços coletivos, centros de intenso convívio humano, referências na vida dos pequenos agricultores e produtores de farinha artesanal. Ali, o freguês assíduo ou o visitante podem encontrar também derivados da mandioca em meio à diversidade de farinhas que, em sacos de algodão ou de fibras sintéticas, expõe texturas, cores, sabores.

Impossível ignorar a diversidade dos usos rituais da mandioca e seus muitos derivados em todo país.

As predileções constituem e são constitutivas do significado que se imprime a refeição que ganha sua fisionomia, seu clima mais ou menos informal, seu caráter festivo, cotidiano ou sagrado no modo de preparar, nos utensílios usados para servir ou na maneira de fazê-lo, sem esquecer, claro, quem dela participa [...]. E, se na atualidade, assistimos a um certo despertar do sofisticado da gastronomia, sequioso por novidades feitas do receituário popular, não se pode esquecer desse outro mundo de saberes que gerações de pequenos produtores rurais, espalhados pelo país, perpetuam, de norte a sul. Pare eles, retomando Câmara Cascudo, fazer farinha tão integrada ao uso cotidiano e as trocas econômicas representa ainda "a reserva, a provisão, o recurso". (PINTO; WALDECK, 2006, p. 33-35)

REFERÊNCIAS

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1983.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A fome e o paladar: uma perspectiva antropológica. In: SEMINÁRIO ALIMENTAÇÃO E CULTURA, 2001. Seminário. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 2002. p 7-16. (Encontro e Estudos 4).

_____. A fome e o paladar: a antropologia nativa de Luís da Câmara Cascudo. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio**/José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007. p. 175-194. Coleção Museu, Memória e Cidadania.

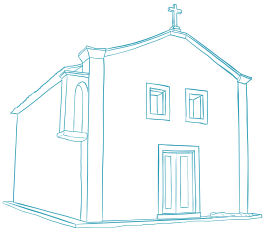
PEREIRA, Nereu do Vale. **Os engenhos de farinha da Ilha de Santa Catarina:** etnografia catarinense. Florianópolis: Fundação Cultural Açoriana, 1993.

PINTO, Maria Dina Nogueira. Mandioca e Farinha: subsistência e tradição cultural. In: SEMINÁRIO ALIMENTAÇÃO E CULTURA, 2001. Seminário. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 2002.

_____; WALDECK, Guacira. **Mandioca: saberes e sabores da terra**. Pesquisa e texto de Maria Dina Nogueira Pinto e Guacira Waldeck. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2006. Catálogo da exposição realizada no período de 25 de maio a 30 de julho de 2006.



ATYGUAZU: FÓRUM PERMANENTE DAS TRÊS CULTURAS[1]



Ivo Matos Barreto Júnior[2]

OS PRINCÍPIOS DE UMA PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO CULTURAL

O *Projeto Atyguazu*, proposta de reabilitação e restauração do Conjunto Arquitetônico de Paraty Mirim[3], tem suas origens no ano de 2000, de quando datam as primeiras visitas técnicas ao local e identificação das potencialidades mais marcantes da área. Não obstante, é de fato no ano de 2003 que o projeto se inicia, quando, já em contato com o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ, são feitos os primeiros levantamentos, tendo como intuito a elaboração de propostas de ação emergencial para o conjunto. Neste momento, os estudos que resultam no projeto ganham corpo, na medida em que o tema passa a ser objeto de Trabalho Final de Graduação do autor no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense.

Como veremos mais adiante, as constatações da primeira etapa de trabalho, uma imersão e investigação no contexto cultural (material e imaterial) no qual se insere o conjunto, passam a influenciar de maneira definitiva as propostas que constroem o projeto.

Em se tratando de um trabalho de arquitetura, é importante salientar que a proposta, além da busca pela restauração

1 O presente artigo tem por intuito apresentar as bases metodológicas e resultantes do *Projeto Atyguazu: Fórum Permanente das Três Culturas*, apresentado no âmbito do programa de Oficina de Estudos da Preservação, no IPHAN-RJ, em 02 de agosto de 2006. Tal projeto pretende-se, além do resgate e recuperação de importante acervo arquitetônico do município de Paraty, a criação de um espaço de difusão, vivência, reflexão, estudo, fruição e, principalmente, manifestação das culturas tradicionais Guarani M´byá, Quilombola e Caiçara, presentes na região da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu. Trata-se de uma resposta ao estado em que se encontram essas comunidades, esquecidas ou sob risco de desaparecimento, despejadas nas periferias crescentes de Paraty ou nas áreas de preservação do município.

2 Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (2004) com ênfase em Patrimônio (Universidad de Sevilla, 2003) e especialização em Gestão do Patrimônio Cultural Integrada ao Planejamento Urbano (CECI-UFPE, 2010). Arquiteto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN desde 2006, já atuou nos centros históricos de São Luís e Alcântara (ambos no Maranhão) e mais recentemente desenvolve suas atividades no estado do Rio de Janeiro, onde respondeu pela Chefia do Escritório Técnico do Iphan na Região dos Lagos (Ago/2009 a Jun/2013) e desde Julho/2013 ocupa a função de Superintendente do Iphan no Rio de Janeiro. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9126229490789930. E-mail: ivobarreto@iphan.gov.br.

3 Conjunto arquitetônico colonial situado na enseada de Paraty Mirim (Figura 1), composto por Casa Grande, Senzala, ruínas do antigo Mercado de Escravos e igreja de N. Sra. da Conceição (Figura 2). Para efeito de delimitação da área do projeto, não foi abordada a Igreja, uma vez que a mesma encontrava-se em melhor estado de conservação que o restante do conjunto (Figura 3).

física do conjunto colonial da Enseada de Paraty Mirim, no decorrer do processo de construção de sua metodologia passa a admitir um segundo – e não menos importante – desafio como premissa: a elaboração de um programa de uso que viesse de encontro aos anseios e demandas das populações tradicionais da área (Guarani M'byá, Quilombolas e Caiçaras). Posto isto, optou-se pela busca da construção de uma proposta arquitetônica embebida nos valores culturais das comunidades tradicionais que se relacionavam de alguma maneira com o conjunto arquitetônico, seja pela história ou pela identificação de grupos aos valores ali cristalizados. Acreditou-se, pois, que através da inserção da participação direta e conceitual das populações tradicionais locais no processo, poderia conseguir-se tal objetivo e ainda legitimar, de maneira justa e bem adaptada ao contexto local, a promoção da restauração. Por fim, cabe dizer que tal opção conceitual de trabalho baseava-se ainda na hipótese de que o debate em torno de um conjunto arquitetônico de valores tão complexos, na medida em que tratávamos de uma fazenda dedicada ao comércio de escravos, não se esgotava pela sua importância para a compreensão da ocupação do sul fluminense ao longo de séculos, mas ainda poderia servir de catalisador para um processo de reconhecimento cultural envolvendo as populações locais e seus valores tradicionais comuns, fortalecendo sua luta de resistência cultural.

HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO E O CONTEXTO CULTURAL TRADICIONAL: ATRIBUTOS DEFINIDORES DE UMA PROPOSTA

Para que se compreendam as opções metodológicas adotadas, é preciso passar pela complexidade cultural na qual se encontra hoje o conjunto arquitetônico remanescente do período colonial. Realizada extensa pesquisa histórica por ocasião do projeto, foi possível compreender o rico percurso de vivência e ocupação pelo qual o território passou para se constituir como atualmente se encontra. De maneira sintética, alguns fatores e acontecimentos foram fundamentais para a riqueza cultural e de conflitos de que resulta a área. Dentre estes, um dos mais importantes está no fato de que a região de Paraty encontra-se em área de confluência e justaposição de diversas e importantes rotas e caminhos antigos que se diferenciam em uso ao longo dos séculos, atraindo distintos interesses e grupos dominantes a cada período. Bandeirantes, militares, comerciantes e traficantes de escravos e mercadorias atualizaram os significados dessas rotas, colocando-as a serviço da ligação das Capitanias de São Vicente, o Planalto de Piratininga e a sede do Governo-Geral, no Rio de Janeiro, por motivações que ao longo do tempo foram se atualizando. Por conta disso, as rotas comerciais que traçam a região da Bocaina foram gradativamente sendo ocupadas, constituindo uma rede de infraestrutura (ranchos, fazendas, quilombos, igrejas, etc.), que vieram a dar origem a cidades e aldeamentos ainda hoje existentes, bem como justificam as diferentes culturas tradicionais que ali se foram fixando.

Importante período desse percurso histórico, o Ciclo do Ouro e Diamantes em Minas Gerais, sobretudo a partir da intensificação das atividades no século XVII, imprime fortes alterações na região, na medida em que grande parte do fluxo de pessoas atraídas pela mineração na região do Rio das Velhas passava

obrigatoriamente por Paraty. A vila passou a ostentar notória posição na Colônia,

> *com o seu porto servindo de ligação às regiões auríferas - era o mais procurado de toda a Capitania, as pessoas permaneciam na vila conforme a situação exigisse, dependendo sobretudo das condições atmosféricas, pois as grandes chuvas que inundavam as extensas vargens que antecediam a serra, não permitiam acesso à elevada e íngreme encosta entre cerradas matas virgens.*[4]

No século XVIII tem início a desativação do *Caminho Velho* que ligava Paraty e a região das minas, com a construção do chamado *Caminho Novo da Piedade*, direcionado ao Rio de Janeiro, numa tentativa da coroa de centralizar o controle e evitar a evasão de impostos pelo contrabando do ouro feito por rotas diversas. Contudo, a rota antiga não é desativada naquele momento. Segundo Thereza Maia, em meados do século XVIII, Paraty ainda era o segundo porto em importância da colônia. Situa-se naquele momento a atividade dos tropeiros que por essas rotas antigas abasteciam de mercadorias as regiões das lavouras do Paraíba e escoavam sua produção.

Tais fatos se entrelaçam com o surgimento da atividade de tráfico de escravos em Paraty Mirim. Segundo Edelweiss Campos do Amaral[5], a rota partindo de Cabinda e Luanda, na África, até Paraty Mirim era facilitada pelo posicionamento geográfico das duas cidades, que aproveitavam correntes marítimas favoráveis, encurtando em muito a viagem. Segundo o autor, em se tratando de local protegido por sua localização geográfica, em 1717 teria sido aprovado para construção do mercado de escravos e, em 1720, teria sido erguida a capela. A atividade do tráfico negreiro, em função das diversas releituras do papel de Paraty nos períodos históricos sucessivos da colônia, teriam se estendido até meados do século XIX, quando o entreposto ainda recebia levas de quase 400 mil escravos vindos do norte ou das minas, já em decadência, para serem remanejados as áreas de produção cafeeira.

O PROCESSO COLETIVO DE CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE NECESSIDADES: O AVESSO E O LÚDICO APLICADOS AO EXERCÍCIO PROJETUAL

Tendo em vista a construção de um projeto que incorporasse as premissas anteriormente apresentadas, foram ouvidos e consultados diversos agentes públicos, privados, governamentais, não governamentais e comunitários. Figuram nessa lista órgãos como: ITERJ, Instituto Estadual de Florestas (IEF), FUNAI, IPHAN-RJ, Associação de Moradores da Paraty Mirim, Prefeitura de Paraty, ONG Verde Cidadania, Aldeia Guarani Mbyá de Itaxï (Paraty Mirim), Associação de Moradores do Quilombo do Campinho, além de estudiosos da área, como o Professor Armando Barros (Faculdade de Educação/UFF), a arquiteta Isabelle Cury

4 Benedito Freitas. "O Século do Ouro de Paraty". In: Revista do Atheneu Angrense de Letras e Artes. Angra dos Reis, Março 1978, p. 14.

5 Edelweiss Campos do Amaral. "Mercado de Escravos em Paratimirim?". In: Revista do Atheneu Angrense de Letras e Artes. Angra dos Reis, Março 1978.

(IPHAN-RJ), o arquiteto Manoel Vieira[6], dentre outros importantes colaboradores que em muito auxiliaram na compreensão da dinâmica de forças políticas e comunitárias da área.

Além disso, foram examinadas antigas propostas para o conjunto, na tentativa de se identificar vocações e desarticulações projetuais já cometidas, evitando erros e redundâncias nessa fase, destacando-se as seguintes fontes:

- O *Projeto Paraty Mirim*, da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior/ITERJ, que contempla superficialmente os anseios das comunidades escutadas e representa uma visão governamental sobre o uso das edificações e seu destino;
- As propostas deliberadas pelo *Seminário Parati Planejamento e Patrimônio Mundial*, realizado em dezembro de 2001 em Paraty para debater aspectos para suporte da candidatura da cidade ao título de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO;
- As entrevista e vivências apreendidas das conversas com os líderes de cada comunidade ali presente.

Por fim, de posse das referências objetivas para a atribuição de usos, as diretrizes que norteiam o projeto de intervenção arquitetônica resultam da tentativa de abordagem do problema por meio da redução fenomenológica. Busca-se com isso uma interpretação mais próxima da visão de mundo e vida de índios, caiçaras e quilombolas e, portanto, de sua visão diferenciada dos valores inerentes ao conjunto. Desse exercício destaca-se o *conceito de territorialidade* concebido pelos grupos tradicionais envolvidos, em muito semelhantes entre si, especialmente no que diz respeito ao modo de compreender as interfaces entre o público e o privado: sem limites bem definidos, sobrepondo-se em parte e fazendo com que o conceito de Comunidade seja muito mais pleno do que nos centros urbanos. Como veremos, esse conceito se incorpora no trato da essência do projeto de intervenção.

Dessa forma, Programa de Necessidades[7] e Partido Arquitetônico[8] surgiram em conjunto. A reflexão aliou-se ao desenho, permitindo-nos esboçar as definições que resultaram na proposta que aqui segue e que, por motivos didáticos e de melhor compreensão, serão apresentadas

6 Naquele momento mestrando do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade-CPDA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, e cuja tese versava sobre a ocupação das comunidades Caiçaras da Praia Grande da Cajaíba/Reserva Ecológica da Juatinga – RJ.

7 Expressão utilizada para definir as demandas práticas de uso a serem obedecidas por uma proposta arquitetônica na definição de seus espaços.

8 A intervenção, enquanto atuação sobre um bem de importância histórica e protegido por legislações especiais, como o tombamento, deve se nortear em discussões quanto à postura adotada diante do tratamento da edificação. Possui, portanto, nesse aspecto, três zonas distintas de atuação. Seus limites são definidos pelo estado de degradação, tipologia e num contexto de proposta, unidos pelos usos conexos a eles atribuídos. Esses limites, nesse caso, coincidem com os limites físicos das edificações, que são: os que separam a área externa sob as árvores, antigo local do Mercado de Escravos, da Casa Grande, e esta da antiga senzala. A abordagem, por sua vez, norteia-se pelas discussões teóricas sobre patrimônio e toma a corrente do restauro critico como vertente adotada. Consideramos a postura crítica como resultante das contribuições de diversos autores através do tempo, dentre os quais se destacam Aloïs Riegl, Viollet-le-Duc, Camillo Boito e Giovanonni, culminando com as proposições teóricas do italiano Cesare Brandi e as Cartas Patrimoniais, sobretudo as de Veneza e Nara.

separadamente. As atividades do Programa de Necessidades por fim, definem-se pela proposta de criação do *Fórum Permanente das Três Culturas*[9]. Trata-se da proposição de organização de um fórum permanente das culturas tradicionais locais que, utilizando-se do conjunto histórico em atividades de fortalecimento cultural, como podemos notar na planta baixa proposta (Figura 4), passariam a ser protagonistas no espaço, expressando, segundo o Professor Armando Barros, *o percurso da própria brasilidade*.

Sobre os espaços, caracteriza-se como o coração do projeto a Casa Grande, onde se sintetiza todo o discurso de sua concepção. Anteriormente o símbolo da dominação, sempre fechada à presença das populações tradicionais, converte-se em palco principal do conjunto. Projetado em planta livre marcada, pelo desenho de piso, pelos percursos tortuosos e infinitos do tempo, projeta-se o espaço para sediar apresentações musicais, reuniões comunitárias, cursos, aulas, etc. Seu caráter recluso se inverte e os fluxos passam a permear seu interior. A parede dos fundos, já não existente (Figura 5), não é reerguida opaca, mas sim translúcida, na forma de um grande pano de vidro em mosaicos, que funciona como fundo de cena nas apresentações que ali se darão, contextualizando-as de maneira lúdica e secundária, e definindo uma nova compreensão da relação interior-exterior para o espectador.[10] O espaço, assim elaborado, passa a não admitir individualismo e publica em cores reais o exterior no interior e vice-versa. A floresta entra como parte componente da arquitetura, como sempre fora de direito, porém não de fato, na medida em que é convidada pela transparência.

Gravitando em torno da Casa Grande, outros espaços se distribuem, abrigando atividades diversificadas destinadas ao uso exclusivo do habitante local. O mercado retoma seu uso de mercado, humanizando-se dialeticamente: substituindo cativos por arte de homens livres e pensantes e que colocam em suas peças e produtos a representação de seu pensamento e sua cultura. Esse novo mercado, cercado pelas ruínas do antigo e coberto por estruturas tensionadas contemporâneas (Figuras 7 e 8), recebe índios, quilombolas e caiçaras a expor e vender, em atividades conjuntas ou sucessivas, o artesanato tão peculiar a cada um desses grupos (Figura 9), valorizando-os e destinando o devido destaque a essa produção. Por meio dessa nova apropriação, busca-se a mudança do valor simbólico, sem a perda do valor histórico.

A Senzala, além de um papel de apoio logístico à Casa Grande, assume caráter de lócus de uma base científica destinada a receber profissionais e entidades que aportem à comunidade saberes de interesse social, como educação

9 Daí o nome do Projeto: *Atyguazu* que, em guarani, significa *grande reunião*.

10 Inicialmente, esse painel fora definido composto como uma gama de vidros transparentes de diferentes qualidades – aramado, pontilhado, fantasia, liso, etc. –, formando um grande mosaico de texturas. Buscando, contudo, uma intervenção mais delicada e apropriada ao conjunto, mais discreta, optou-se pelo mesmo desenho, uma abstração da figura do beija-flor – que representa os olhos de Deus na cultura guarani –, porém executado em jateamento de um único pano de vidro (Figura 5). Eliminando-se as arestas, o painel e o desenho, agora muito menos perceptível, devolve ao edifício e aos seus usuários o papel de figura e reassume sua função desejada de fundo de cena das atividades.

ambiental, economia solidária, formação de guias e técnicos de turismo, ensinos de permacultura, tratamento de resíduos, bioarquitetura, etc. Para tanto, compõe-se o espaço por uma biblioteca de acervo voltado para essas disciplinas, uma sala de leitura e trabalhos – destinada à comunidade – e um receptivo turístico local, aglutinador das ações de interação com o visitante.

REPERCUSSÃO DE UM DEBATE E RESULTANTES CONVERGENTES

Após sua conclusão, o projeto Atyguazu é condecorado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-RJ) com o *Prêmio Arquiteto do Amanhã 2004 com Louvor*, sendo considerado pelo júri o melhor dentre os trabalhos apresentados, classificando-o como *paradigmaticamente modelar e pedagógico.*

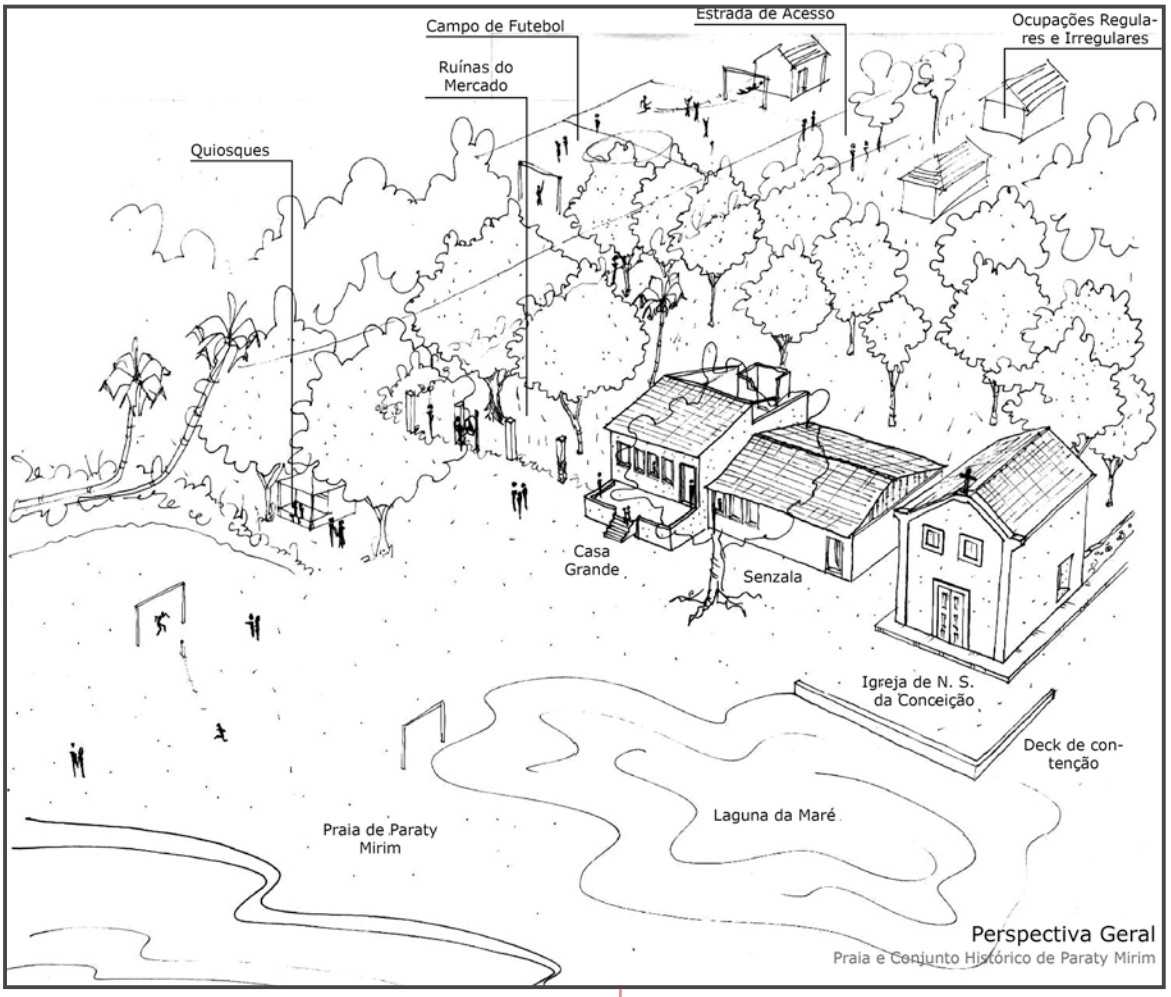
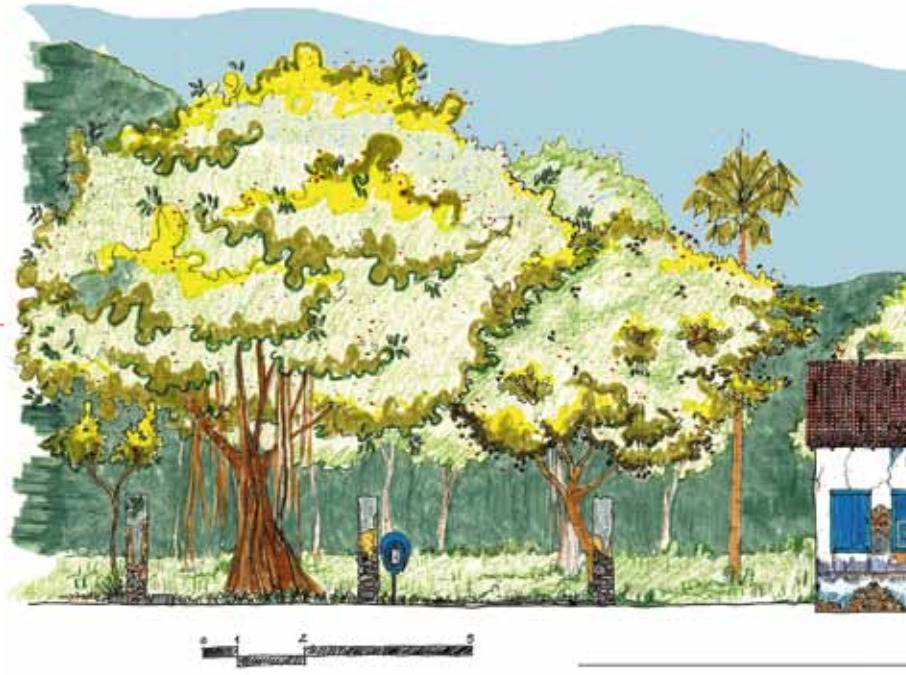
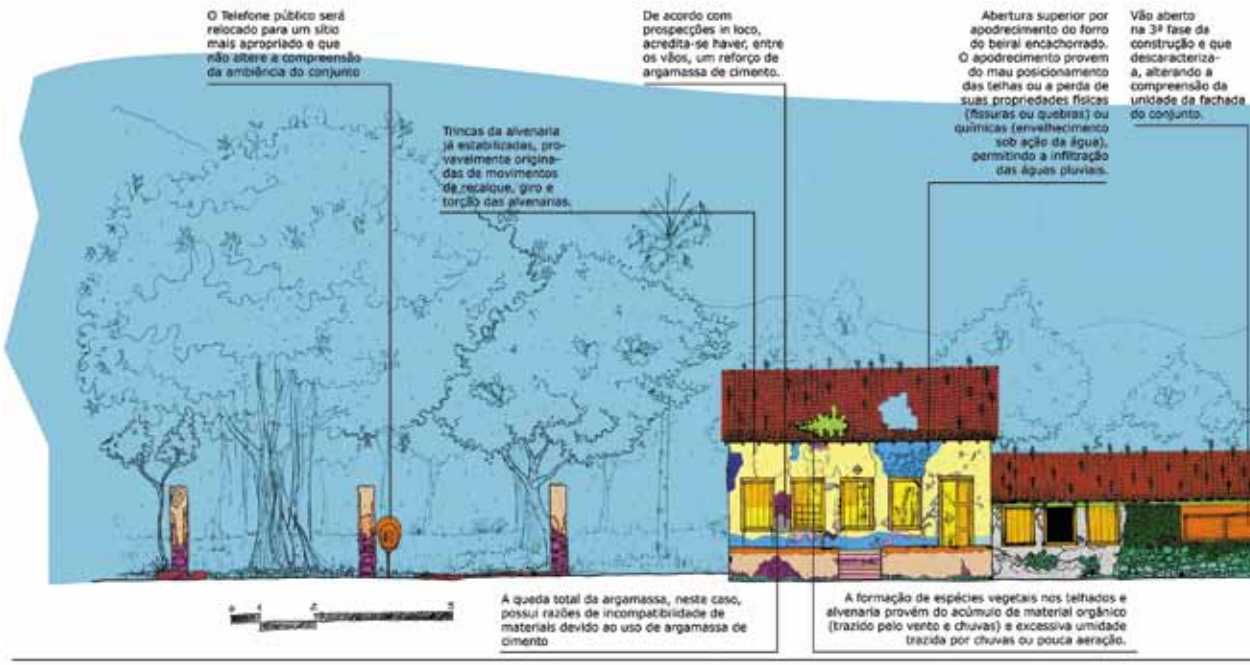
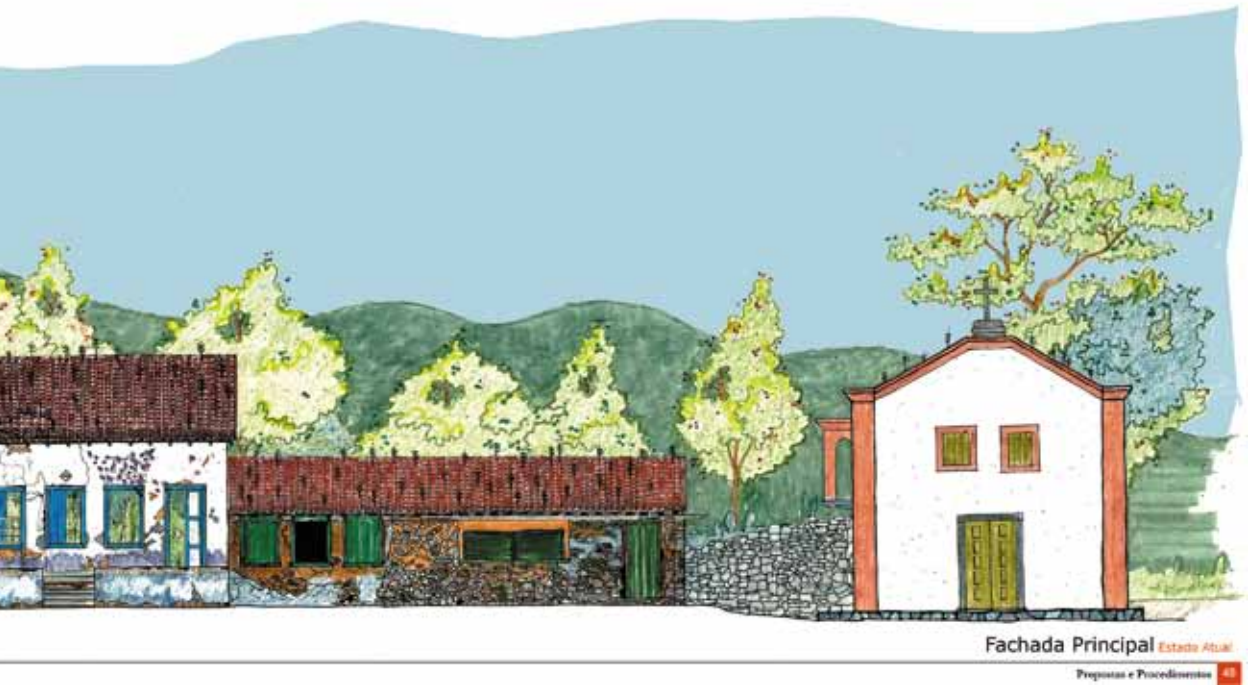


Figura 01. Perspectiva esquemática do Conjunto Arquitetônico e seu contexto imediato próximo à praia de Paraty Mirim. Ivo Barreto. 2004.

Figura 02. Fachada principal do conjunto em 2004. Ivo Barreto.







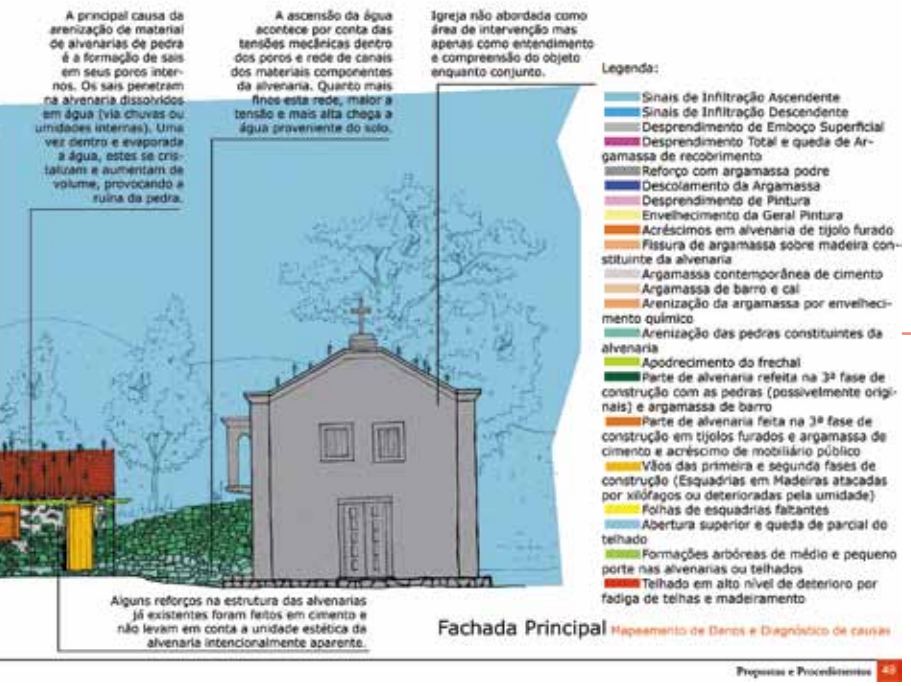


Figura 03. Mapeamento de Danos da fachada principal do conjunto, excluindo-se a Igreja. Ivo Barreto. 2004.

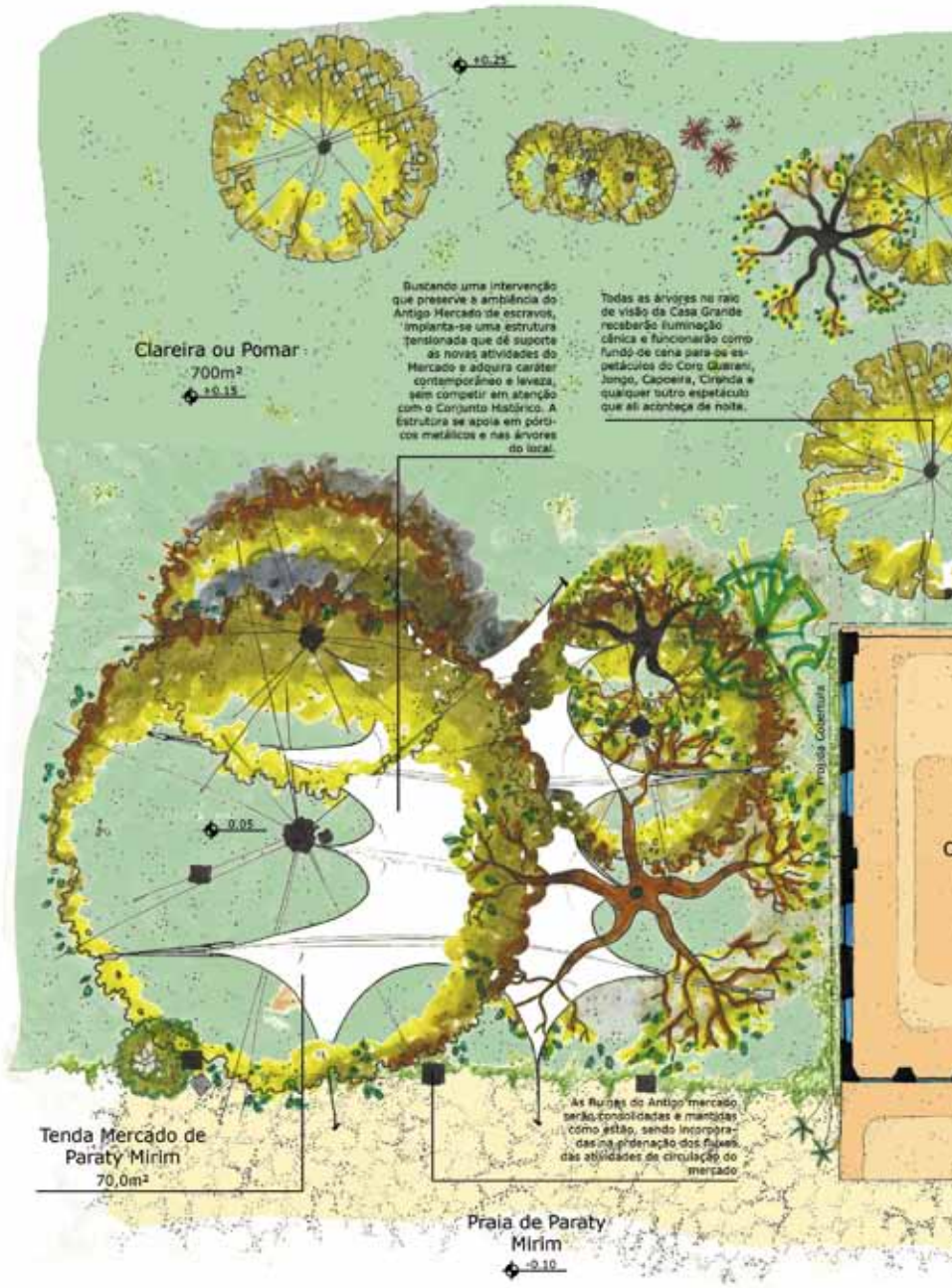
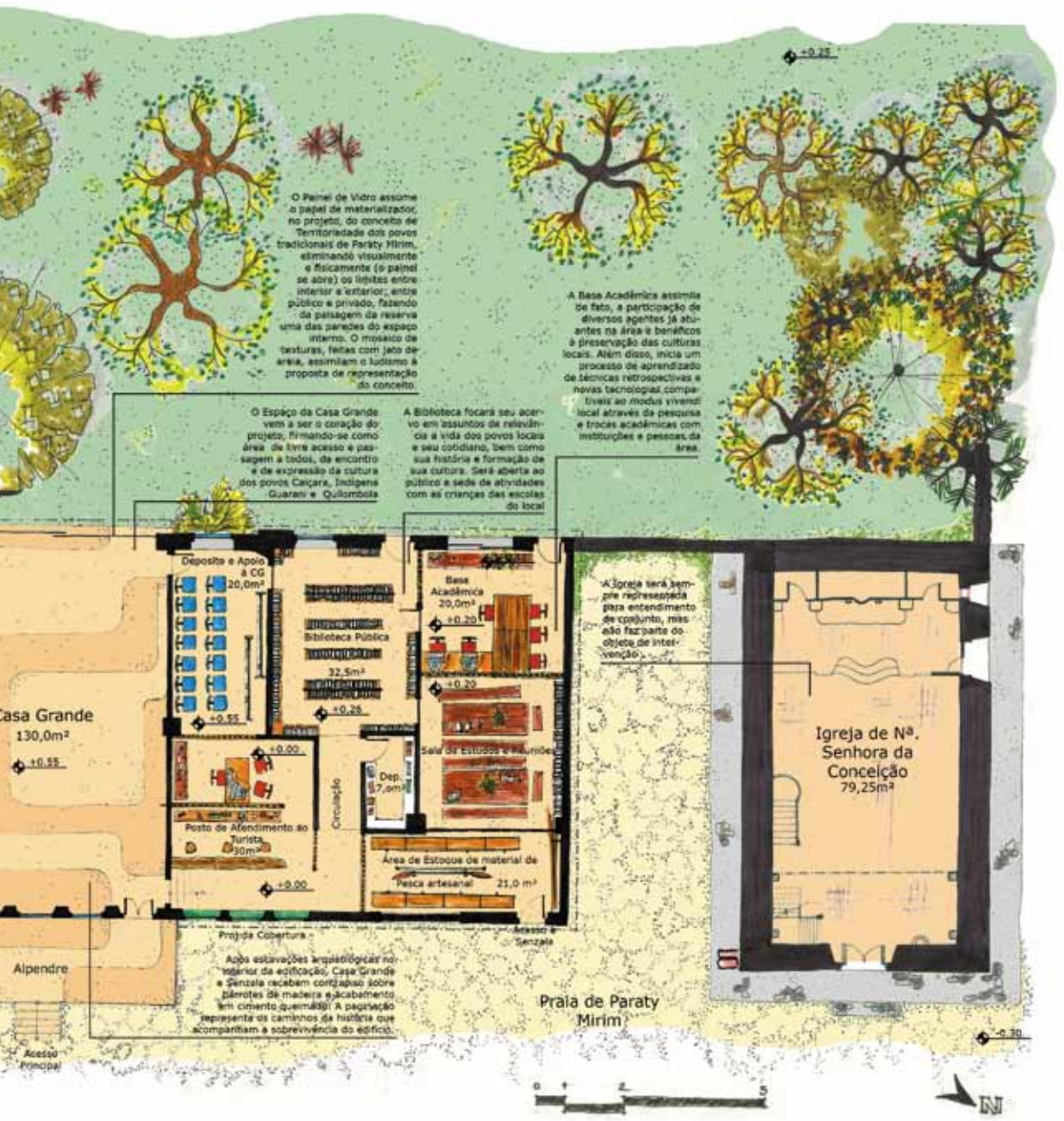


Figura 04. Planta Baixa proposta e comentada. Ivo Barreto. 2004.



Planta Baixa do Conjunto Histórico de Paraty Mirim

Propostas de uso e Intervenções

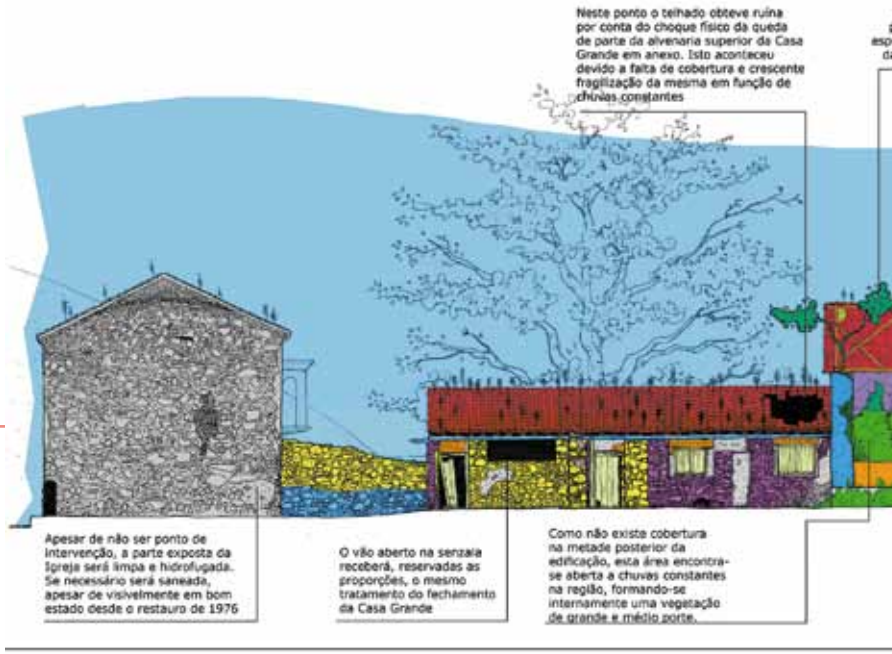


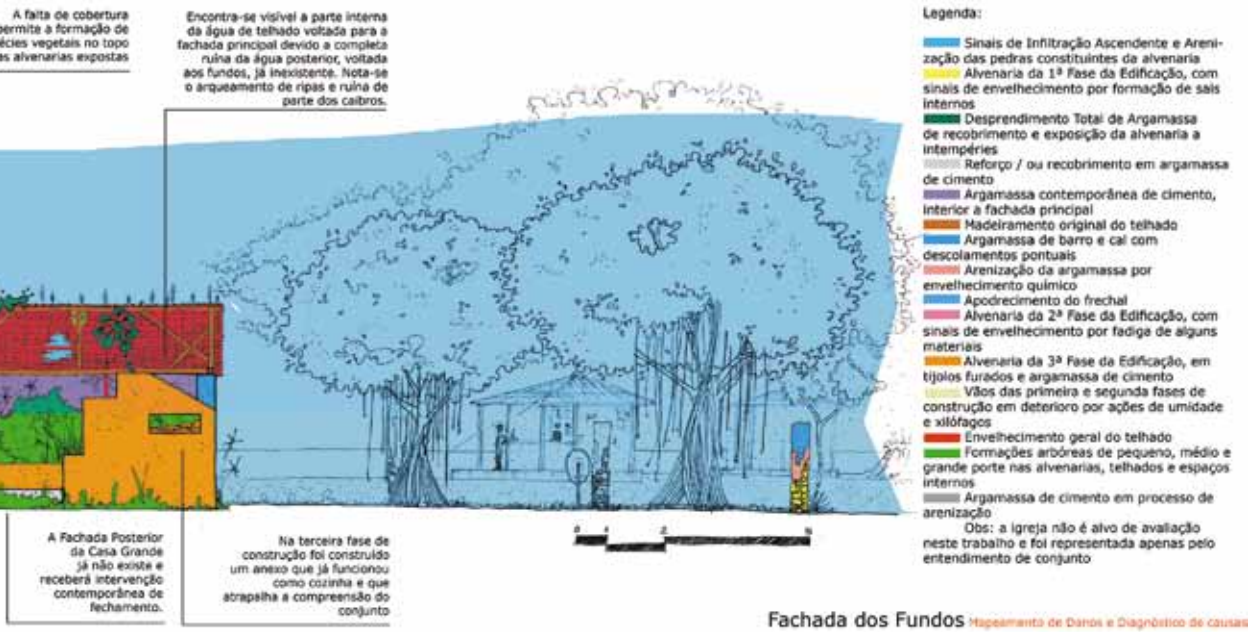
Figura 05. Mapeamento de Danos da fachada dos fundos, destacando-se ruínas de um acréscimo contemporâneo e a ausência da parede de fundos da edificação. Ivo Barreto. 2004.

Validado pelo prêmio recebido, o projeto é doado formalmente pelo autor à ONG Verde Cidadania, para sua implantação. Para tanto, em março de 2005, a ONG Verde Cidadania e o ITERJ firmam *Termo de Cooperação Técnica*, consolidando a parceria construída ao longo da elaboração do projeto, através do Grupo de Trabalho Atyguazu (GTA).

O GTA, liderado pela ONG Verde Cidadania (VC), teve por intuito viabilizar a implantação do Conselho Deliberativo Atyguazu (CDA), previsto na proposta original, por meio do qual deveriam se reunir os grupos interessados, fundando o *Fórum Permanente das Três Culturas*, para debater o projeto elaborado, revisando-o. A partir dessa revisão, fruto de um debate profundo e proporcional ao tema[11], poderiam produzir-se os projetos executivos complementares ao arquitetônico. Além disso, pensando no processo de gestão da proposta, o CDA, apoiado por consultorias diversas, deveria ainda produzir dois documentos: o Plano de Implantação e o Plano de Gestão do Fórum Permanente.

Seguindo esse objetivo, a VC inscreve a proposta do CDA e suas resultantes no *Programa Petrobras Cultural 2005-2006*, sendo contemplado na linha de financiamento *Apoio à elaboração de Projetos*

11 A proposta original previa uma fase de discussão e revalidação do projeto, acreditando que o debate, dentro das limitações de um projeto acadêmico, deveria ser ampliado para se tornar efetivo plenamente.



de Preservação de Bens Culturais. Desde então, sob a coordenação da VC, o CDA já se encontra implantado e a execução de seus produtos em fase de elaboração.

Por fim, apesar de ainda não se efetivar enquanto obra de restauração em função de atrasos na execução do projeto aprovado, o debate suscitado pela proposta ao longo de anos já possui frutos visíveis. O *Fórum das Culturas Tradicionais*, anteriormente um devaneio propositivo, hoje é uma realidade, possuindo representação em diversas instâncias locais, inclusive em eventos como a Feira Literária Internacional de Paraty, a FLIP, demonstrando que o debate conjunto fortalece a sinergia das ações, catalisando entre as comunidades envolvidas o incremento do sentimento de brasilidade e pertencimento em relação não apenas ao conjunto, mas ainda em relação aos aspectos imateriais de sua cultura.

Torna-se, pois, imperativo que as metas apontadas sejam de fato alcançadas para que se propicie a execução plena da proposta que, desde seu debate pelas comunidades, tem se demonstrado detentora de imenso potencial de transformação. A reinserção social do conjunto histórico de Paraty Mirim significa, pois, muito mais que a sua simples preservação física, uma oportunidade única de unir os processos de preservação do patrimônio material e imaterial das comunidades locais, reforçando aspectos fundamentais de sua identidade através da consolidação de seus laços afetivos com o patrimônio a ser preservado.

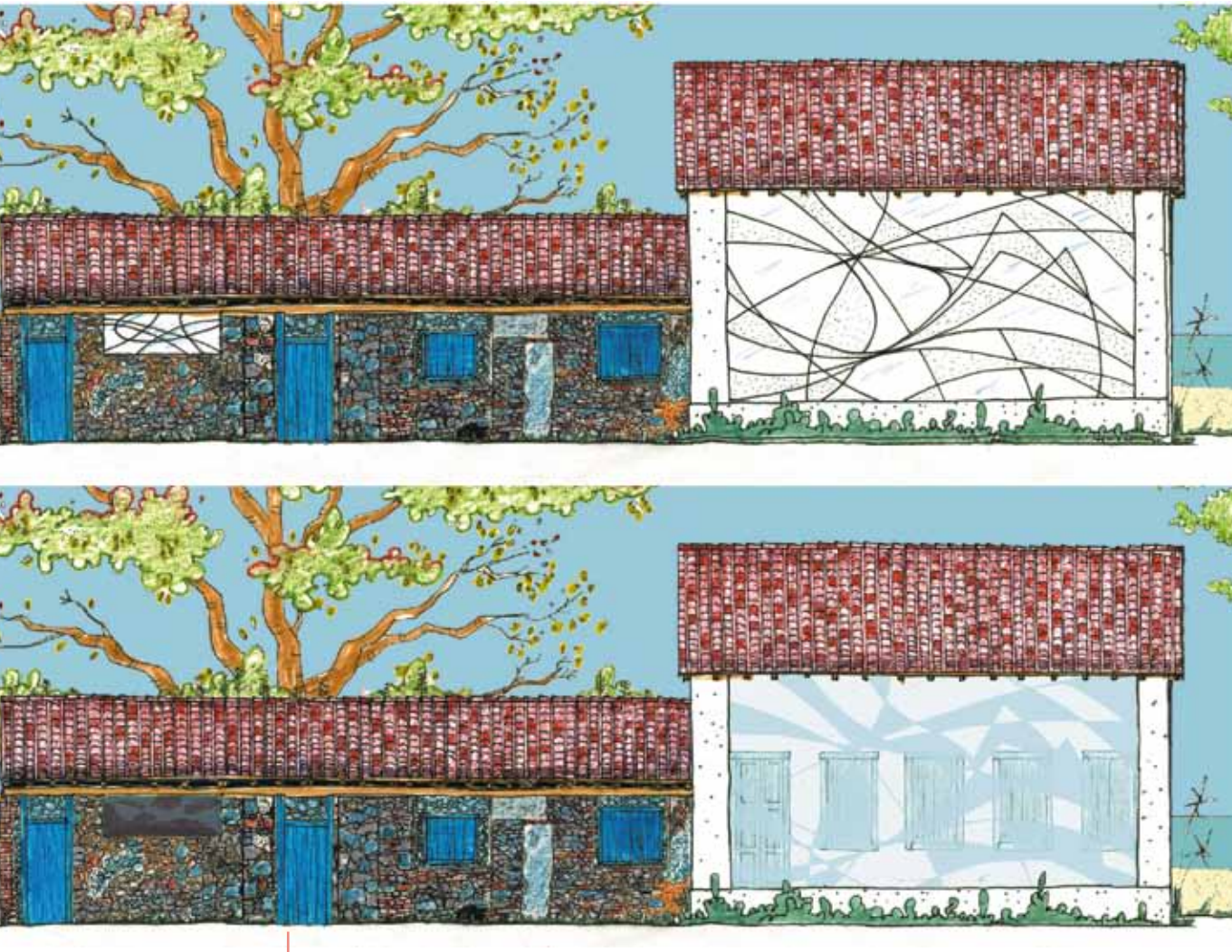


Figura 06. Análise comparativa dos painéis propostos: acima, a primeira versão em mosaicos de vidros; abaixo, a versão final, em pano único de vidro com desenho executado em jateamento. Note que o desenho elaborado – uma estilização da figura do beija-flor – permanece desde a primeira proposta mostrada, porém em linhas mais amenas, diluindo-se no conjunto proposto. Ivo Barreto. 2004.



Figura 07. Composição fachada dos fundos proposta. À direita, tendas tensionadas do Novo Mercado. Ivo Barreto. 2004.

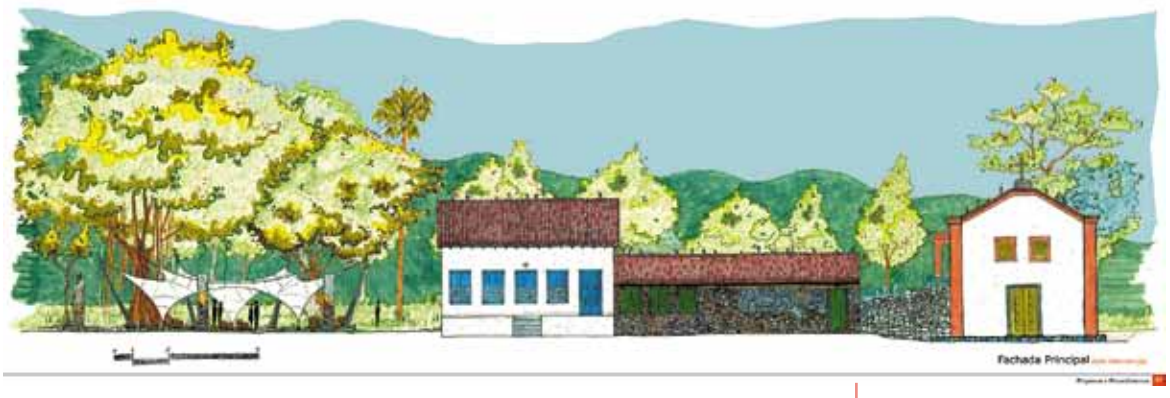


Figura 08. Composição fachada principal proposta. À esquerda, tendas tensionadas do Novo Mercado. Ivo Barreto. 2004.



Figura 09. Peças do artesanato Guarani M'byá em madeira esculpida. Ivo Barreto. 2004.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Edelweiss Campos do. Mercado de Escravos em Paratymirim? In: **Revista do Ateneu Angrense de Letras e Artes**. Angra dos Reis, 1980. Ano VIII, nº 01, p. 09.

BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. Coleção Artes & Ofícios. São Paulo: Ed. Ateliê Editorial.

CRUZ FILHO, Vicente de Paula. Mercado Municipal Histórico. Rio de Janeiro.

DARC-SEC. Encontro sobre tecnologia Caiçara. São Paulo, 1990.

DARTIGUES, André. **O que é fenomenologia?**

FAJARDO, E. Cultura Caiçara. In: **Ecologia e Desenvolvimento**. Ano 3, nº 39.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2 ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. Decreto-lei nº 25/1937.

_____. **Cartas Patrimoniais**. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

_____. (Org.). **Seminário Paraty: Planejamento e Patrimônio Mundial**. Rio de Janeiro, 2001.

LIRA, Flaviana; RIBEIRO, Cecília. Aula 03: Conceitos Básicos de conservação. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI, 2009.

MAGALÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MAIA, Thereza; MAIA, Tom. **Paraty**: História, Festas, Folclore, Monumentos. Rio de Janeiro.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **Caminhos das Civilizações**. São Paulo: Ed. Atual, 1998.

MUSSOLINI, Gioconda. **Ensaios de Antropologia Indígena e Caiçara**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. Col. Estudos Brasileiros. Vol. 38.

PAUWELS, Pe. Geraldo José. **Atlas Geográfico Melhoramentos**. Ed. Melhoramentos, 1991.

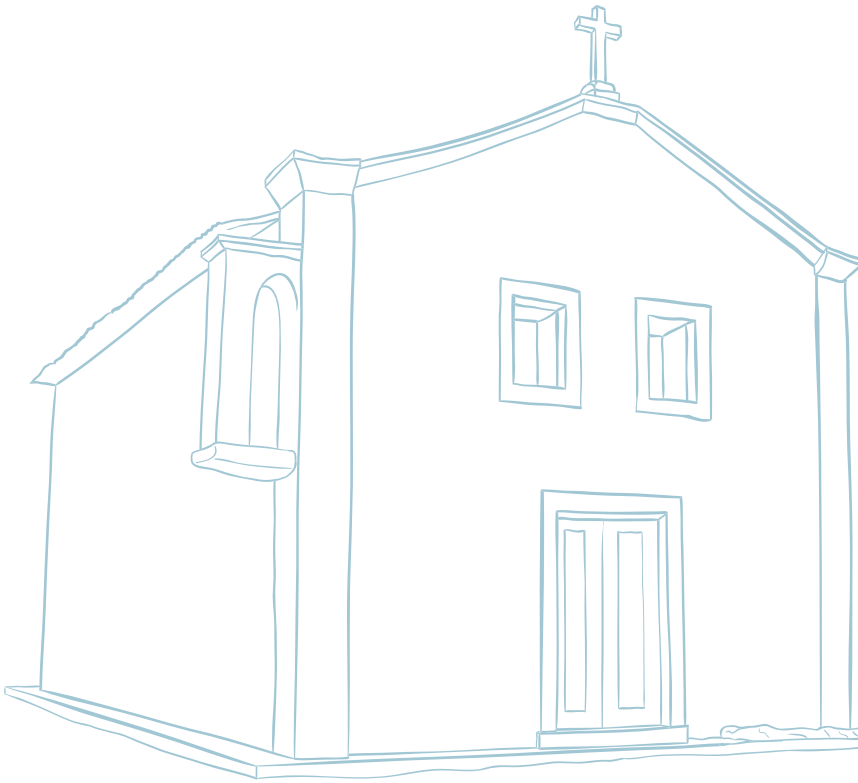
RIBEIRO, Jorge Ponciano. **Gestalt-Terapia**.

SEAF, Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos. **Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1991.

SEMADS, Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento. (Org.). **Atlas das Unidades de Conservação da Natureza do Estado do Rio de Janeiro**. São Paulo: Ed. Metalivros, 2001.

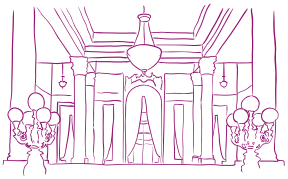
SIQUEIRA, Priscila. **Genocídio dos Caiçaras**. São Paulo: Ed. Massao Ono.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel. **Restauração**. Coleção Artes & Ofícios. São Paulo: Ed. Ateliê Editorial.



RESTAURAÇÃO DOS SALÕES DO

CASSINO COPACABANA[1]



Isabelle Cury[2]

COPACABANA PALACE

A construção do Hotel está diretamente ligada à história do País, seus ideais culturais voltados para o modelo europeu, bem como à política econômica para o mercado externo.

Foi uma das instâncias definidoras da identidade do bairro e também o primeiro hotel localizado em frente a uma praia em todo o litoral brasileiro.

O EDIFÍCIO PRINCIPAL

O Hotel nasceu de uma negociação entre o proprietário, Octávio Guinle, e o Presidente Epitácio Pessoa, que desejava receber com grande pompa as celebridades internacionais que viriam ao país para a comemoração do Centenário da Independência, em 1922. Epitácio Pessoa sugeriu a Guinle a construção de um Hotel de categoria internacional na beira da praia e que serviria como cartão de visitas do Brasil. Guinle aceitou, mas exigiu a liberação para um Cassino, que financiaria a obra.

Joseph Gire recebeu de Guinle a incumbência de projetá-lo nos moldes dos Hotéis Balneários Negresco, em Nice, e Carlton, em Cannes. O Hotel não ficou pronto para a Exposição de 22; diferentes fatores contribuíram para o atraso das obras, como as ressacas e a dificuldade de construção de um edifício daquele porte em solo arenoso (Figura 1).

O estilo Neogrego, Luís XIV e, principalmente, Luís XVI eram quase obrigatórios para os edifícios públicos (hospitais, clubes, correios, prefeituras, etc.); o Luís XV era adotado nas residências particulares. O estilo Luís XVI caracterizava-se pelas fachadas retilíneas, com plantas retangulares em elevação e tetos planos mascarados por balaustradas.

1 O presente artigo é baseado na palestra realizada no auditório da Superintendência do IPHAN-RJ no dia 13 de setembro de 2006, ministrada na ocasião por Isabelle Cury, Pedro Augusto Franco (Arquiteto do escritório Henrique Mindlin Arquitetos Associados Ltda.) e Lucia Vieira (Arquiteta e diretora da Vieira Sampaio Projeto e Consultorias s/c Ltda.)

2 Arquiteta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/MinC/PR desde 1982, doutora e mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAU/USP/SP e especialista em Sociologia Urbana pela UERJ/RJ, vem atuando na área do Patrimônio Cultural em ações e políticas de proteção do patrimônio ambiental urbano e das paisagens culturais; na restauração de bens imóveis tombados; e na instrução de processos de tombamento (classificação) nacionais e internacionais (UNESCO – Patrimônio Mundial). E-mail: isabelle.cury@iphan.gov.br.

O ecletismo no Brasil foi a fase de conquista do uso de estruturas pré-fabricadas e consequente arrojo na disposição dos espaços internos, que se tornaria gradualmente mais criativa. Essa convivência entre soluções estruturais mais evoluídas e o fachadismo historicista é, no entanto, a expressão autêntica daquele momento de transição.

O Hotel Copacabana Palace, com a planta perfeitamente acadêmica e simétrica, resolvia de modo prático os principais problemas funcionais do complexo programa. Dado tratar-se de um hotel de alto luxo e de um cassino, a decoração, também em estilo Luís XVI, tratava-se apenas de revestimento aplicado sobre uma estrutura oculta. Adquiriu fama internacional pelo seu padrão de qualidade: o cimento veio da Alemanha; o mármore, de Carrara, na Itália; os vidros e os lustres, da Tchecoslováquia; os operários, estrangeiros.

Gire foi formado pela École des Beaux-Arts de Paris. Todos os formados por essa escola não pertenciam mais ao ecletismo classicisante propriamente dito; conservavam certos princípios, como a simetria, o cuidado da medida e o senso de proporção; procuravam timidamente uma arquitetura que, sem romper com o passado, tirasse proveito das possibilidades dos novos materiais disponíveis.

Roberto Capello, em 1936, afirmou em artigo sobre o Hotel:

> *O equilíbrio entre o lado mecânico ou funcional e o lado santuário ou representativo - os dois aspectos que apresentam muitos dos problemas arquitetônicos - torna-se sobretudo importante, em um grande hotel. Pois é esse equilíbrio que encontramos perfeitamente realizado no Palace Hotel de Copacabana.*

Argumentava que um dos fatores que contribuíram para a grandiosidade do hotel fora o terreno de grandes dimensões, em contraste com o lote tradicional existente (Figura 2), e ainda que, ao lado de construções modernas em aparência, mas tecnicamente mal resolvidas, o Hotel era moderníssimo, apesar de seu estilo Luís XVI.

No livro *Quatro Séculos de Arquitetura*, Paulo Santos emite sua análise resumidamente: "*[...] com sua planta funcionalmente admirável, impecável*



Figura 1 – Copacabana Palace, c. 1923 / Augusto Malta. Acervo Copacabana Palace



Figura 2 – Vista aérea de Copacabana, c1926, cartão postal / Fotógrafo anônimo.

ajuste na distribuição de abastecimento e manutenção, e imponente massa arquitetônica, figura até hoje entre o que de melhor se fez no gênero entre nós".

O periódico *Beira Mar nº 22,* de 19 de agosto de 1923, faz uma descrição do edifício, um dia antes da sua inauguração

> *Penetramos no amplo vestíbulo onde estão os serviços de recepção e daí galgamos a escadaria de pedra mármore e chegamos ao hall, uma maravilha de bom gosto e extraordinário conforto. À direita fica a sala de visitas e a esquerda, a sala de leitura, mobiliadas com arte, distinção e simplicidade, e as paredes decoradas com lindos frescos dos festejados artistas patrícios Thimóteo e Chamberland.*
> *Passamos em seguida para o salão de festas, um dos mais belos que temos visto. A sua decoração sob o branco e o ouro, deslumbrou-nos; e deste segue-se o salão de concertos, onde notamos a mesma arte. Do lado direito, fica o restaurante, também montado com todo o gosto. Neste mesmo andar ficam a barbearia, coiffeur pour dames e os petits magazins.*
> *Nos cinco andares estão situados os aposentos, num total de 250, todos amplos e confortáveis, dispondo cada um de uma sala de banho, e dispostos, todos, tão inteligentemente, que poderão formar apartamentos inteiramente independentes entre si.*
> *O magestoso hotel é encimado por um terraço, destinado a festas ao ar livre, donde se descortina um panorama de tal belleza, que não tentamos, sequer, descreve-lo, porque por mais adjetivos que empregássemos, não lograríamos dar uma pallida idéia.*
> *Este terraço está dividido em dois centros de tênis, o elegante jogo britanico.*
> *[...]*
> *Visitamos, em seguida, o Cassino, anexo ao hotel, onde se acham instalados os grandes salões de diversões, o theatro, o grill room, e ahi, tivemos ocasião de admirar os bellos tapetes, cortinados [...].*
> *O acesso ao Cassino é por uma escadaria de mármore, que vai diretamente ao hall superior, encontrando-se a direita o salão do bar e diversões para o público, que não esteja habituado a freqüentar o andar superior, e a esquerda, salas destinadas à administração, barbearia etc.*
> *Aos lados da escadaria, estão duas entradas, para a platéia do theatro, que é um verdadeiro mimo; no mesmo plano dos camarotes ficam dois grandes corredores que vão ter aos salões de diversão, um verde, e outro azul e ao grill room. As salas de diversões passam para o atrium central onde estão instalados a sala de leitura o serviço especial telegráfico da Europa, América e o Rio da Prata.*
> *Ainda anexo ao hotel, o balneário com 250 cabines, perfeitamente aparelhadas [...].*

E, no *Jornal do Commércio*, de 14 de agosto de 1923:

> *De suas terrasses perdidas ao longo do areal opalino, e zombando das intempéries e dos domínios das ondas, os seus hóspedes devassarão todo o horizonte insondável do mar e as bellezas naturaes das nossas cordilheiras de montanhas. No interior de seus halls contemplarão elles as cores múltiplas dos plafons soberbos e riquíssimos. Rematando a parte sul do Copacabana-Palace Hotel, está erguido o Cassino, que com sua escadaria de mármore de Carara e jarrões de bronze veneziano vae completar as delícias do Hotel. No seu interior, os dilletantes encontrarão encantadora bôite do theatro e o recanto luculiano do grill-room com suas finas iguarias. Os dîner dansands e os thé elegantes e as reuniões que o nosso grand monde tanto aprecia serão ali realizadas com carinho e grande chic.*

CASSINO COPACABANA (FIGURA 3)

Durante a construção do Copacabana Palace, uma Lei Federal restringiu o jogo às instâncias hidrominerais e, a partir



Figura 3 – Cop. Palacio, Rio. Brasil. Fachada lateral / Augusto Malta. Acervo Copacabana Palace.



Figura 4 – Entrada do Teatro e Cassino, c. 193_. Fotógrafo anônimo. Acervo Copacabana Palace.

de 1924, com o hotel recém-inaugurado, essa atividade foi proibida em todo o território nacional.

Ao longo do primeiro Governo Vargas, de 1930 a 1945, praticamente toda a produção cultural do país concentrou-se no Rio. Três anos depois de ter assumido a presidência, Getúlio Vargas revogou a lei que proibia o funcionamento dos Cassinos. A nova realidade beneficiou diretamente o Copacabana Palace, que possuía os maiores e mais luxuosos salões de jogos da cidade.

O Cassino Copacabana (Figura 4) era alugado a terceiros, pois Otávio Guinle jamais quis explorá-lo diretamente. No contrato, o Copacabana Palace incluía cláusulas que obrigavam os arrendatários a manter um elenco permanente de duas orquestras, um cantor ou cantora "de expressão nacional", doze coristas e quatro *crooners*, dentre os quais se consagraram Nelson Gonçalves, Ciro Monteiro, Carmen Costa e Carmélia Alves.

Em 1938, vivendo uma década de plena prosperidade e crescente diversificação de suas atrações, o Hotel decidiu abrir o Golden-Room, a primeira casa de espetáculos de Copacabana, criando o conceito "teatro musicado".

A principal fonte de renda do Hotel era o jogo. Sua proibição pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, em 1946, não afetou seu sucesso, porém provocou uma grande transformação funcional e estética no Hotel.

O fechamento dos 79 Cassinos do país provocou o desemprego de quase 40 mil

pessoas, inclusive artistas e técnicos de espetáculos. Dos que existiram na cidade – Cassino da Urca, Cassino Atlântico – um foi demolido e o outro não preservou todos os seus espaços. O único e último exemplar íntegro é o Copacabana.

AS REFORMAS DA DÉCADA DE 1940

A proibição do jogo, a nova condição urbanística do bairro e principalmente a construção do Anexo provocaram inúmeras transformações físicas no edifício principal. Foram retirados os elementos decorativos do classicismo, ficando com um aspecto austero. O Hotel assumiu, então, novas características: foram acrescentados ao "complexo hoteleiro" a Pérgula, o Golden-Room e o prédio conhecido como "Termas Copacabana".

A Pérgula fez o fechamento lateral e frontal do terreno através de seus terraços, e o restaurante lá instalado foi o ponto de encontro da sociedade carioca durante as três décadas seguintes. O edifício das "Termas" possuía exclusivamente, no andar térreo, instalações para duchas e massagens, e, no andar superior, localizava-se a administração da Companhia Palace de Hotéis.

O TEATRO COPACABANA

A partir de 1949, o Hotel passou a contar também com o Teatro Copacabana, sucessor do Copacabana Theatro-Cassino, sala em estilo Luís XVI onde durante 25 anos haviam prevalecido as trupes de outros países.

Na manhã de 10 de agosto de 1953, a explosão de uma lâmpada provocou um incêndio que destruiu o Theatro Copacabana, o Golden-Room, a Boate Meia-Noite e os Salões do Cassino. O fogo só foi vencido 5 horas depois, graças à utilização da água da piscina, que abasteceu as mangueiras dos bombeiros.

Só em fins de 1955 seriam reabertas ao público as instalações atingidas pelo incêndio.

O COPACABANA PALACE APARTAMENTOS

O Copacabana Palace Residência, mais conhecido como "Anexo do Copa", embrião do primeiro Apart-Hotel do Rio de Janeiro, foi construído em 1949, com a finalidade de oferecer ao mercado serviços do tipo Hotel Residência, para locação permanente ou por períodos mais longos, a firmas ou pessoas, e não para locação diária. Ampliou o potencial de atendimento do Hotel, minimizando a perda provocada pelo fechamento do Cassino. O Anexo funcionou como residência dos políticos e das pessoas representativas da época, na fase áurea da República, os anos 50.

O TOMBAMENTO

O tombamento em nível federal do Hotel Copacabana Palace foi homologado no dia 27 de junho de 1986, e Publicado no *Diário Oficial* do dia 3 de julho de 1986 (Processo nº 1186–T-85 SPHAN). Encontra-se inscrito no Livro de Tombo Histórico – Volume I, fls. 93, nº de inscrição 506; e no Livro de Tombo das Belas Artes – Volume II, fls. 11, nº de inscrição 583: "Obra: Prédio do Copacabana Palace Hotel, localizado na Avenida Atlântica nº 1702, e recebendo também pela Avenida Nossa Senhora de Copacabana o nº 291".

Em 1989 o hotel, que até então pertencia à família Guinle, foi vendido para a empresa *Orient Express,* cujo proprietário é o Sr. James Sherwood.

GRUPO DE TRABALHO COPACABANA PALACE

A partir de solicitação de isenção de IPTU, em 2002, foi formado um grupo de trabalho com o intuito de orientar, acompanhar e fiscalizar os serviços de manutenção, conservação e restauração do bem tombado. Esse grupo foi formado por representantes dos órgãos de patrimônio atuando no Estado do Rio de Janeiro e de representantes do Hotel.

Representantes dos órgãos de Patrimônio: DGPC[3] – arquiteta Carla Cabral Domingues, INEPAC[4] – arquiteta Liana Carneiro Monteiro, e IPHAN/RJ[5] – arquiteta Isabelle Cury. Representantes do Copacabana Palace: Diretor Superintendente – Phillip Carruthers, arquiteta Lucia Vieira e arquiteto Pedro Augusto Franco.

RESTAURAÇÃO

Em 2005 deu-se início às obras de restauração do seguimento do Hotel onde funcionou o Cassino Copacabana, com dois pavimentos e frente para a Avenida Nossa Senhora de Copacabana, que possui: os salões Atlântico, Urca e Copacabana, e a galeria do teatro, no pavimento superior; e espaços de serviços e o foyer do teatro, no térreo (Figura 5).

Os salões Copacabana e Atlântico possuem 450 m² cada, com pé direito de 10,4 m; apresentam as janelas frontais com 6 metros de altura e as laterais, com 8,5 metros, com esquadrias de madeira e vidro. Os forros ornamentais, em estuque, são abobadados, com as quatro laterais em arestas de "barrete", com baixos relevos retangulares emoldurando relevos em circunferência, por toda a superfície dos salões. No foyer (Figura 6), destacam-se as escadas em mármore de Carrara com rodapés em mármore brocatello da Espanha, a clarabóia em vidro, os florões, sancas, balaústres, e o piso em pastilhas, com decoração geometrizante, formada por gregas junto às cabeiras e por elementos centrais em forma losangular, de cores variadas.

A proposta apresentada foi de reativação dos salões, transformando-os em local de eventos. Para possibilitar o novo uso desses espaços, fez-se necessário, além da restauração, realizar intervenções internas.

Esse setor do Hotel ficou fechado por quase dez anos. Os salões sofreram grandes reformas que acabaram por retirar os ornatos dos capitéis das colunas e os painéis decorativos das paredes. Os nichos do salão Urca encontravam-se fechados, e os forros dos salões Copacabana e Atlântico, rebaixados para instalação de ar-condicionado. Tanto os vãos da circulação dos salões, como o salão Urca, receberam fechamento com esquadrias de perfil metálico dourado e vidros canelados.

Os trabalhos de restauração dos elementos decorativos dos salões e do foyer foram executados pela firma RG Conservação e Restauração de Bens Móveis e Imóveis Ltda., que realizou um diagnóstico do estado de conservação,

3 Departamento Geral de Patrimônio Cultural da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
4 Instituto Estadual do Patrimônio Cultural.
5 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado do Rio de Janeiro.

prospecções estatigráficas e elaborou planta específica de mapeamento de danos existentes. O parecer técnico, além da avaliação do estado de conservação do monumento, apresentou levantamentos iconográfico e fotográfico atual.

O projeto arquitetônico é de autoria do escritório Henrique Mindlin Associados Ltda. Arquitetura e Planejamento. Complementarmente, foram apresentados: projeto de decoração, projeto estrutural, projeto de ar-condicionado e relatório de acústica. O levantamento cadastral da área de intervenção revelou a existência dos antigos jardins projetados por Joseph Gire, que pensávamos nunca terem existido (Planta 1). As principais intervenções propostas concentraram-se nas áreas: de serviço – cozinhas, acessos, terraço e outros; e sociais – salões, corredores, foyer, sanitários.

O projeto de decoração elaborado pela TANIT teve como responsável o decorador Michel Jouannet. Por meio de elementos de decoração, criou identidades diferentes para os ambientes, respeitando a significação cultural do bem. A restauração do forro original destaca-se nos trabalhos. Como não foi possível encontrar a cor original por meio da pesquisa estratigráfica, tal como descrita nos jornais da época de sua inauguração, a cor dos ambientes ficou definida de acordo com a escala cromática encontrada no local.

O relatório de acústica, com as recomendações necessárias, foi elaborado pelo Prof. Moysés Zyndeluk - COPPE/UFRJ. Os materiais e produtos especificados que proporcionam tratamento acústico para as diversas áreas levaram em conta tanto a utilização dos salões separadamente como a proteção sonora dos edifícios vizinhos.

O projeto de ar-condicionado teve alcance maior; abrangeu outras áreas do hotel, indicando a localização das máquinas e equipamentos, bem como os caminhamentos de dutos. A edificação em si proporcionou soluções bastante adequadas. As paredes, com o objetivo de parecerem mais antigas (variantes do estilo eclético), possuem larga espessura,



Figura 5 – Fachada Avenida Nossa Senhora de Copacabana, c. 2006. Acervo Vieira Sampaio.



Figura 6 – Entrada do Teatro e Cassino, c. 2005. Acervo Vieira Sampaio.

porém não são maciças. Trata-se de duas paredes de alvenaria de tijolos de barro maciço, com um distanciamento entre elas de 50 cm em média; comportam a estrutura e permitem a passagem das instalações em seu interior.

O projeto de estrutura considerou as condições físicas e estruturais de toda a área de intervenção de obras. Em particular, as condições estruturais dos pilares em concreto armado do pavimento térreo e o reforço estrutural no local onde foram instaladas as torres de ar-condicionado. O terraço foi recomendado pelo consultor de acústica por ser o único local com as dimensões e as condições necessárias.

A gerência dos serviços coube à Vieira Sampaio Projetos e Consultorias, que trabalhou em conjunto com a gerência de manutenção do hotel, tendo como responsável o engenheiro Paulo André Pozzobon; as obras civis ficaram a cargo da LAFEM Engenharia.

1. Principais intervenções realizadas:

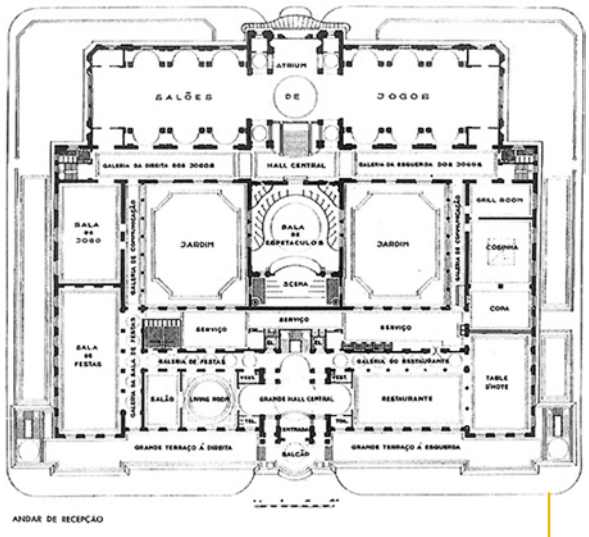
Pavimento Térreo

Por meio de fotos antigas, verificou-se que o acesso da Rua Rodolfo Dantas era utilizado como garagem da jardineira que transportava os hóspedes ao cais do porto e vice-versa.

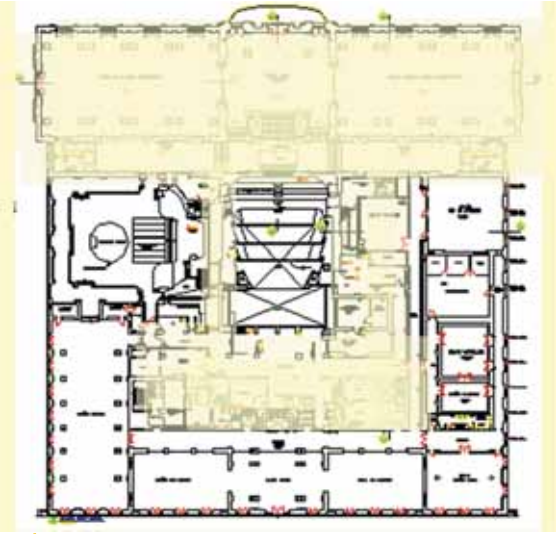
O pavimento térreo do hotel originalmente abrigava as oficinas e serviços, e, no segmento do Cassino, era ocupado com máquinas de jogos eletrônicos. As lojas que existiam na ocasião foram construídas rasgando-se as janelas originais da fachada da Av. Nossa Senhora de Copacabana.

Constatou-se que os banheiros sociais do Teatro Copacabana também não eram os originais, motivo pelo qual se optou por uma nova compartimentação dessa área.

As condições acima descritas propiciaram a criação de uma circulação de serviços para passagem do mobiliário e dos materiais de decoração dos eventos pela Rua Rodolfo Dantas. Um elevador de



Planta 1 – Andar da recepção – Revista Arquitetura e Urbanismo – Julho e agosto 1936.



Planta 2 – Pavimento social – área da intervenção.

cargas foi instalado para o acesso vertical do referido depósito do salão Carioca.

Primeiro Pavimento

a) A criação de duas circulações de serviços, propiciando o acesso direto da cozinha aos salões, constituiu-se num dos principais desafios do projeto (Planta 2). Para tal foi necessário:
Circulação esquerda – A construção de uma laje no prisma interno, contíguo à cozinha, em direção aos Salões do Cassino (antigo jardim do Hotel), fechado no nível do terraço do segundo pavimento, foi necessária para a criação de uma circulação de serviços independente da social, e a ampliação da cozinha. O fechamento de parte desse prisma, no nível do primeiro pavimento, agregou em sua proposta a adequação desse espaço, até então, obsoleto.
Nesse caso, necessária, também, foi a redução do Salão Carioca, construído em meados do século XX, no local da antiga Boate Meia-Noite, anteriormente jardim interno.
Circulação Direita – O Golden-Room foi criado como sala de espetáculos, em 1938. O espaço ocupado é resultante do remembramento do antigo salão de música ao jardim interno. Na época, as orquestras ocupavam o amplo palco; hoje, a música eletrônica reduziu a necessidade de espaço, sendo então admitida sua redução.

b) Um novo depósito, substituindo o existente, subdividiu verticalmente o Salão Carioca; o piso estruturado em madeira equiparou-se aos semipisos existentes, da galeria e dos banheiros do Cassino. O monta-carga terá um ponto de parada nesse nível. Os elementos decorativos originais ainda se encontravam no local, tais como as molduras em massa das janelas dos corredores do Cassino, voltadas para o antigo jardim, e as cornijas. Realizou-se a recuperação e consolidação dos ornatos e demais elementos originais.

c) Reforma dos banheiros do Cassino – As exigências atuais de sanitários para deficientes fizeram com que houvesse a necessidade de instalá-los no nível inferior dos banheiros.
Um novo layout, ampliando o número de sanitários, foi possível, transferindo os lavatórios para os mezaninos frontais, fechados apenas com cortinas. Preservaram-se a escada original, os ornatos do forro e o piso em ladrilho hidráulico existentes.

Terraço do segundo Pavimento

a) Reorganização dos equipamentos de infraestrutura existentes, no *lado direito*, com a demolição de volumes obsoletos e a colocação de equipamentos do ar-condicionado.

b) As torres de arrefecimento foram instaladas em seis volumes separados. O duto externo ficou revestido por alvenaria de proteção.

c) A retirada da antiga torre junto à fachada da piscina propiciou a volta da ambiência no local, e também a recuperação da balaustrada original.

d) No *lado esquerdo,* foram instalados os dutos de exaustão do elevador de serviços.

2. Caracterização dos serviços de restauração dos salões e do foyer do teatro:

a) Os pisos dos salões, em tacos de madeira, possuem moldura em mosaico com dois tons e o interior em parquet tipo “espinha de peixe”. A troca do parquet foi inevitável, pois os encaixes macho/fêmea estavam danificados e já não tinham condições de receber outras raspagens. Utilizaram-se novos tacos de madeira similar, dada a inexistência da utilizada na época.
As circulações apresentam piso desenhado com lajotas maiores, em mármore de Carrara, e menores, em mármore preto, criando um mosaico de quadrados com tabeira ao redor. A recuperação limitou-se aos pedaços quebrados.

b) No Foyer do Teatro, acesso principal da Av. Nossa Senhora de Copacabana, o piso é de mosaico modulado de pastilhas, com moldura em cruzes gamadas contornando todo o compartimento. Encontrava-se fragmentado pela bilheteria e por uma sala. A sujidade foi removida e foram complementados os elementos faltantes.

c) Escadaria – Composta de mármore de Carrara, com placas bastante extensas, apresentava inserções inadequadas e pedaços quebrados. Algumas peças foram substituídas e os trechos necessários complementados. Os rodapés, as bases das colunas e os balaustres foram decapados, para tirar o excesso de massa.

d) Forros dos salões (Figura 7) – O forro de estafe[6] abobadado dos salões Atlântico e Copacabana possui, nas quatro laterais, arestas de "barrete", e apresenta baixos relevos retangulares emoldurando relevos em circunferência, por toda a superfície. A restauração observou o desenho e o material originais. Esses forros encontravam-se bastante danificados pela própria instalação do forro plano, em gesso, na altura das sancas, colocado posteriormente.

e) Lustres – Os suspensos, originais, são em número de seis no eixo longitudinal dos salões Atlântico e Copacabana, e de grande porte, compostos por contas de cristal Baccarat. Nas laterais, também originais, encontravam-se dispostos oito lustres de sobrepor, quatro de cada lado, de menor porte, também em contas de cristal Baccarat.
O lustre do Salão Urca (Figura 8), o maior e mais imponente de todos, voltou para seu local original. Encontrava-se no Golden-Room.

f) Claraboia – Estava com vidros quebrados e com o suporte oxidado. Os vidros danificados foram substituídos, bem como partes do suporte.

g) As esquadrias da fachada, em madeira e vidro, receberam inúmeras demãos de tinta ao longo do tempo e algumas se encontravam bastante deterioradas. Foi possível proceder à decapagem e à recuperação. Novas portas acústicas paralelas foram instaladas.

h) Circulação – As três portas de acesso aos salões, existentes na época, eram novas, de correr e embutidas na parede. De perfil metálico e vidro canelado, apresentavam altura menor em relação às anteriores. Cogitou-se a recuperação do vão original, porém para instalação dessas portas foram criadas vigas em concreto armado e a retirada delas ocasionaria outra grande intervenção. Os vãos principais de acesso dos salões maiores ao Urca foram recuperados.

i) Cores – As prospecções realizadas nos salões para testar as cores originalmente utilizadas não foram conclusivas e os tons foram escolhidos conforme escala cromática existente.

j) As colunas e os ornatos do pavimento social, pleno de elementos integrados, receberam ao longo dos anos várias demãos de tinta e massa, apresentavam reparos grosseiros, pontos de quebra nas peças, pequenas fissuras e sinais de umidade. Na base das colunas, nas pilastras, pinhas e nas mísulas do foyer a prospecção revelou a textura em pedra. Todos os elementos de ornato foram decapados e consolidados.

Os serviços terminaram em agosto de 2006; desde então, os salões (Figura 9) vêm sendo utilizados para todos os grandes eventos que se realizam na cidade do Rio de Janeiro.

6 Gesso armado com fibras de sisal e cânhamo, fios de linho ou estopa, introduzido na final do século XIX na França, por ser um material mais leve.



Figura 7 – Salão Copacabana, c. 2006.
Acervo Vieira Sampaio.



Figura 8 – Lustre do Salão Urca, c. 2006.
Acervo Vieira Sampaio.



Figura 9 – Salão Copacabana, c. 2009,
calendário Orient Express.

REFERÊNCIAS

BOECHAT, Ricardo. **Copacabana Palace**: Um Hotel e sua História. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 1998.

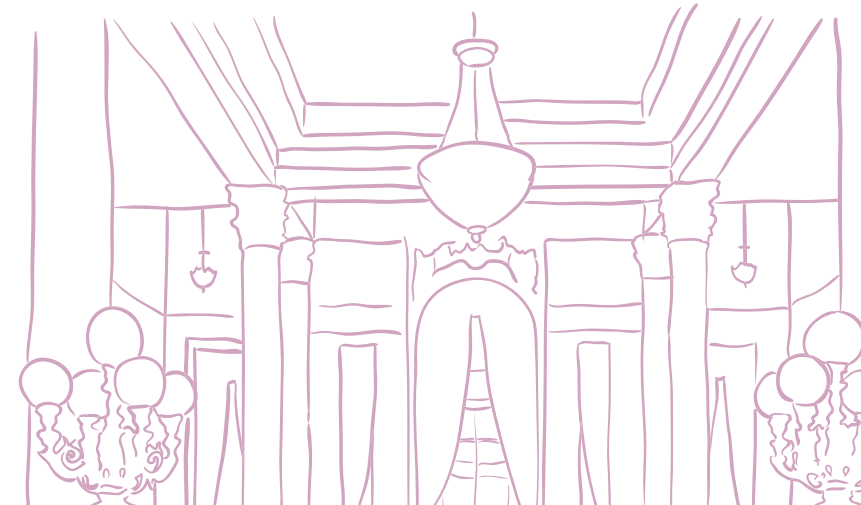
CAPELLO, Roberto. O Copacabana Palace Hotel. **Arquitetura e Urbanismo**, Rio de Janeiro, p. 7-17, jul./ago. 1936.

COPACABANA Palace: A próxima inauguração dessa maravilha de arte. **Beira Mar**, Rio de Janeiro, n. 22, 19 ago. 1923.

O CASSINO Copacabana Inaugura Brilhante Temporada Theatral de 1933. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 9 set. 1933.

O MAIOR palácio da cidade: Inaugura-se hoje o monumental Copacabana Palace-Hotel. **Jornal do Commércio**, Rio de Janeiro, 14 ago. 1923.

SANTOS, Paulo. **Quatro Séculos de Arquitetura**. Rio de Janeiro: IAB, 1981.



COMPLEXO VULCÂNICO DE NOVA IGUAÇU – SINGULARIDADE GEOLÓGICA A PRESERVAR[1]



Kátia Mansur[2]
Nely Palermo[3]
Gertrudes Nogueira[4]
Sérgio Valente[5]
Edson Farias Mello[6]

Apesar das diversas ações em prol da geoconservação ocorrerem no âmbito internacional desde meados do século 20, e em particular no Reino Unido, somente em 1991 ocorreu o Primeiro Simpósio Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Geológico, em Digne-Les-Bains, França. Nessa ocasião foi elaborada a bela Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra, primeira Carta Patrimonial totalmente dedicada à preservação da singularidade presente nas rochas.

No Brasil, somente na última década, a discussão sobre patrimônio geológico se estabeleceu mais fortemente. No Estado do Rio de Janeiro, desde 2000, foi lançado o Projeto Caminhos Geológicos, cujo objetivo é sinalizar os monumentos naturais de importância geológica, popularizando a informação científica para todos os cidadãos, como forma de angariar apoio para a preservação desse patrimônio de todos.

Nesse contexto, logo surgiu a necessidade do estabelecimento do valor patrimonial do Complexo Vulcânico de Nova Iguaçu, face às ameaças de destruição de feições únicas pela atividade de mineração para brita. Vale ressaltar que a atividade mineradora estava licenciada. Dessa necessidade surgiram

1 O presente artigo refere-se à palestra realizada no dia 22 de setembro de 2006 e é fruto de pesquisas realizadas pelas Universidades UFRuralRJ, UFRJ e UERJ e coordenadas pelo Departamento de Recursos Minerais – RJ no âmbito do Termo de Ajustamento de Conduta da Pedreira Vigné.

2 Possui graduação em Geologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1981) e doutorado pela mesma universidade (2010). Desde maio de 2011, é Professor Adjunto do Instituto de Geociências / Departamento de Geologia da UFRJ, ministrando as disciplinas de Geologia Geral e Tópicos em Ciências da Terra para o Curso de Bacharelado em Ciências Matemáticas e da Terra - BCMT, e Geoconservação para o Curso de Geologia. Desde 2010, é professor colaborador do Curso de Especialização em Geologia do Quaternário do Museu Nacional da UFRJ. A partir de 2013, faz parte do corpo docente do PPGL - Programa de Pós-Graduação em Geologia do Departamento de Geologia - UFRJ. Tem experiência na área de Geologia Ambiental, Hidrogeologia, Geoconservação e Popularização da Ciência. Por 30 anos atuou no Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro - DRM-RJ, onde coordenou o Projeto Caminhos Geológicos, desde sua inauguração em 2001 até 2011. Faz parte da coordenação do Projeto Caminhos de Darwin e do grupo de gestão da proposta do Geoparque Costões e Lagunas do Rio de Janeiro. Atualmente é vice-diretora do Museu da Geodiversidade. E-mail: katia@geologia.ufrj.br

3 Geóloga e mestre em geologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutora em geologia pela École des Mines de Paris, França. Professora Associada da Faculdade de Geologia da UERJ desde 2000 e Procientista UERJ/Faperj. Diretora financeira do Núcleo SBG RJ/ES biênio 2012-2014. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9475013342126355. E-mail: nelpalermo@gmail.com.

ações que variaram desde a sinalização interpretativa de afloramentos rochosos (em 2004) até o mapeamento geológico do complexo vulcânico[7] para detalhamento de informações e atualização do conhecimento então existente (em 2006).

Este trabalho apresenta como foi estabelecido um método de trabalho para, com base no conhecimento e divulgação científica, proteger o patrimônio identificado e gerar um movimento de apoio à sua preservação por parte dos visitantes do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu e moradores do entorno.

CONCEITOS BÁSICOS SOBRE VULCANISMO

Vulcanismo é o processo pelo qual o magma gerado no interior da Terra ascende até a superfície, resfriando-se para formar rochas vulcânicas.

O conhecimento que temos do interior da Terra nos indica que, com a profundidade, a temperatura aumenta. Sendo assim, a uma temperatura e pressão (das rochas sobrejacentes) adequadas, é possível ocorrer a fusão das rochas no interior da Terra, formando magmas que, por diferença de densidade, movem-se para cima até a erupção do material vulcânico, conhecido como lava. *Vulcão* é uma elevação construída a partir da acumulação dessas lavas e outros materiais eruptivos.

As lavas podem apresentar diferentes composições químicas, teor de gases e água. Essas variações originam formas de relevo diversas e derrames de lavas com características diferentes, como, por exemplo, lavas almofadadas típicas de uma erupção submarina. Quanto mais gás um magma contiver, mais violenta a erupção, podendo tornar-se explosiva, formando materiais denominados de depósitos piroclásticos. Esses depósitos são formados quando da liberação explosiva dos gases que fragmentam qualquer rocha sólida que estiver em seu caminho, e das cinzas e poeiras ejetadas.

4 Geóloga do DRM-RJ, atualmente ocupando o cargo de Subsecretária de Meio Ambiente da Prefeitura de Nova Iguaçu, possui mestrado em Geologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora convidada do Curso de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Iguaçu e Fundação de Apoio CEFET/FUNCEFET. E-mail: gsnogueira@drm.rj.gov.br.

5 Geólogo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985), obteve o título de PhD em Geoquímica pela Queen's University of Belfast (1997). Atualmente é professor adjunto do Departamento de Geociências da UFRuralRJ, professor e orientador no Programa de Pós-graduação em Geologia da UERJ e professor colaborador do Programa de Pós-graduação do Departamento de Engenharia da UFF. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq no período 2006-8, 2010-2013 e 2013-2015. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7049948512331299. E-mail: sergio@ufrrj.br.

6 Geólogo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ (1981), é mestre em Geologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (1991) e doutor em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2000). Professor Associado II da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atualmente está cedido à Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia - MME, onde ocupa o Cargo de Diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9673112196403961. E-mails: edson.mello@mme.gov.br e mello@geologia.ufrj.br.

7 Pesquisadores que participaram do projeto de mapeamento do Complexo Vulcânico entre 2004 e 2006: Akihisa Motoki (UERJ); Ana Maria Netto (UERJ); Cícera Neysi de Almeida (UFRJ); Diana Ragatky (UERJ); Edson Farias Mello (UFRJ); Eliane Guedes (DRM-RJ); Felipe Medeiros (DRM-RJ); Gertrudes Nogueira (DRM-RJ); Júlio César Horta de Almeida (UERJ); José Carlos Sícoli Seoane (UFRJ); Kátia Mansur (DRM-RJ); Mauro Geraldes (UERJ); Nely Palermo (UERJ); Paulo Vicente Guimarães (DRM-RJ); e Sérgio Valente (UFRuralRJ); além de alunos das instituições de ensino participantes.

O padrão global de vulcanismo pode ser explicado pela tectônica de placas (ou tectônica global). A casca rígida da Terra (litosfera) é dividida em placas (denominadas placas tectônicas), que "navegam" sobre uma camada pastosa (astenosfera). A grande maioria dos vulcões ativos no mundo, sejam eles terrestres ou submarinos, encontra-se nos limites convergentes de placas (encontro de placas) e divergentes (onde as placas se afastam uma da outra). Alguns poucos estão no interior de placas tectônicas, como foi o caso do vulcão de Nova Iguaçu.

Os vulcões são geossistemas importantes na formação de crosta terrestre, além de fornecerem os indícios da constituição do interior do planeta. A partir das rochas vulcânicas antigas, podemos aprender a respeito das erupções que ocorreram ao longo do tempo geológico, há milhões ou bilhões de anos. No entanto, as erupções vulcânicas constituem enormes riscos naturais à sociedade humana.

GEOLOGIA DE UMA PORÇÃO DO COMPLEXO VULCÂNICO DE NOVA IGUAÇU

O Complexo Vulcânico de Nova Iguaçu (Klein, 1993) está localizado nos municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis e Rio de Janeiro, e possui cotas máximas em torno de 800 m. De acordo com esse autor, o Complexo Vulcânico de Nova Iguaçu compreende duas chaminés vulcânicas, sendo a primeira conhecida como Chaminé do Lamego (pouco estudada), situada a sudoeste do Complexo Vulcânico, e, mais ao norte, está localizado o Vulcão de Nova Iguaçu. As principais diferenças entre as duas estruturas vulcânicas são a forma e dimensões, sendo o Vulcão de Nova Iguaçu bem maior, com sua cratera em forma de cone com diâmetro de 700 metros.

As unidades vulcânicas descritas compõem-se, principalmente, de rochas piroclásticas (brechas, lapilitos e aglomerados, em ordem de abundância) e, subordinadamente, por derrames de lavas traquíticas. As unidades hipabissal e plutônica são representadas, respectivamente, por intrusões tabulares (traquitos, lamprófiros e basaltos, em ordem de abundância) e sienitos de texturas variadas (equigranulares e inequigranulares porfiríticos) (VALENTE, 1997; VALENTE et al., 2005). Segundo esses autores, esses dados permitiram concluir que a área de estudo insere-se num ambiente vulcânico de atividade mista, ou seja, caracterizado pelo extravasamento de lavas traquíticas e produtos piroclásticos, contemporaneamente ou não. Alguns autores (MOTOKI et al., 2006, 2007), no entanto, interpretam as rochas ígneas presentes em Nova Iguaçu como produtos subvulcânicos, hoje expostos pela ação da erosão.

NOVA IGUAÇU NA ROTA DOS CAMINHOS GEOLÓGICOS

O DRM-RJ, a UERJ, a UFRuralRJ e a Prefeitura de Nova Iguaçu se uniram para divulgação da geologia de um dos poucos corpos alcalinos do Estado onde foram identificadas evidências de vulcanismo. Num país onde esse processo natural não ocorre mais, a existência de remanescente de uma rara estrutura vulcânica, o Vulcão de Nova Iguaçu, despertou interesse imediato da população e mídia, desde que Klein & Vieira (1980) publicaram sua descoberta.

A colocação de painéis interpretativos do Projeto Caminhos Geológicos no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu foi, então, considerada uma metodologia adequada para popularização do conhecimento então existente, e em conformidade com o Plano de Manejo da Unidade de Conservação. Os levantamentos geológicos preliminares foram realizados para estudos da petrogênese e geocronologia da estrutura vulcânica. Também, foi identificada a disponibilidade de trilhas e fluxo de visitantes para seleção dos melhores e mais didáticos afloramentos para a implantação dos painéis.

A partir desse estudo preliminar, foram implantados seis painéis na trilha principal do parque em junho de 2004. Um painel principal, instalado na sede administrativa do parque, apresenta conceitos básicos sobre vulcanismo e sobre as estruturas que evidenciam esse processo na região, além de mapas geológicos e de localização, que orientam os usuários sobre onde se localizam os principais afloramentos rochosos sinalizados.

Cinco placas menores foram implantadas na trilha selecionada. Em linguagem acessível ao público leigo, são descritos temas como características típicas de rochas ígneas plutônicas e vulcânicas; estruturas que mostram relação temporal entre tipos diversos de rochas; como se dá a construção de um edifício vulcânico; feições produzidas por soluções hidrotermais; erosão diferencial; entre outros conceitos. A colocação de muitas figuras e textos reduzidos foi a linha básica para confecção dos painéis.

Atualmente, membros da equipe do Projeto Caminhos Geológicos participam da composição do Conselho Consultivo do Parque, dando suporte científico na área de geologia para gestão do espaço protegido, e realizam visitas periódicas com estudantes e comunidade local, em permanente atuação na área de educação patrimonial de base geológica.

TRILHA INTERPRETATIVA: USO SUSTENTADO DO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO

A interpretação ambiental é uma técnica didática, flexível e moldável às mais diversas situações, que busca esclarecer os fenômenos naturais para determinado público-alvo, em linguagem adequada e acessível, de forma a promover o sentimento de "pertencer" à natureza, através de sua transformação interior em relação aos recursos naturais e respeito pela natureza e, consequentemente, pela vida. Dessa forma, a interpretação ambiental constitui um dos mais importantes instrumentos da educação ambiental.

Nesse contexto, um dos meios mais utilizados na interpretação ambiental é o de percursos ou trilhas interpretativas, uma vez que constituem um ambiente propício ao lazer educativo, ao permitir que sejam criadas verdadeiras salas de aula ao ar livre. Suscitam a curiosidade, o interesse e a descoberta, e o aprendizado se torna uma experiência viva, qualquer que seja a sua finalidade, acadêmica e científica. Em resumo, fornecem conhecimento e esclarecimento lúdico à comunidade em geral.

Pioneiro na divulgação da informação geológica em linguagem acessível à sociedade em geral através de seu Projeto Caminhos Geológico, o DRM-RJ deparou-se com um novo desafio, fruto de suas obrigações como interveniente em Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado com o objetivo de mediar conflito entre a atividade de mineração e

a preservação de patrimônio geológico: o de apresentar "projeto de trilha de acesso à cratera do Vulcão de Nova Iguaçu com a finalidade de expor aos pesquisadores, estudantes e a sociedade em geral os diferentes testemunhos geológicos da existência de um vulcão extinto na região".

Norteados pela função educativa a ser desempenhada pela trilha e pela diversidade do público-alvo e, portanto, pela diversidade do grau de conhecimento e interesse desse público, buscou-se através da adequação de metodologias conhecidas para o planejamento de trilhas interpretativas e da definição de "indicadores de seletividade", selecionar o percurso que melhor congregasse os seguintes fatores: democratização da informação geológica; diversidade de recursos ambientais; atratividade turística e segurança e conforto para seus usuários.

Utilizaram-se como "indicadores de seletividade" os seguintes critérios: (1) Relacionados às características do percurso – extensão e localização, e características do traçado; (2) Relacionados ao valor intrínseco – representatividade do tema, diversidade de recursos ambientais, equilíbrio entre beleza e recursos ambientais, e potencial para o desenvolvimento de diversas atividades (turismo, lazer, recreação, esporte e contemplação); (3) Relacionados ao potencial de uso – capacidade de carga da trilha e jurisdição das terras; e (4) Relacionados à necessidade de investimentos – necessidade de instalação de sistemas eficientes de vigilância e patrulhamento, e volume de obras e equipamentos necessários de modo a proporcionar conforto e segurança aos seus usuários e diminuir o impacto ambiental decorrente do uso. A seguir, a cada um dos critérios mencionados foram atribuídos valores de 1 a 3, de modo a se selecionar o percurso que melhor atendesse ao objetivo pretendido, e apontadas intervenções que qualificassem a experiência da visitação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Vulcão de Nova Iguaçu, sem dúvida, é um patrimônio geológico. As evidências deixadas nas rochas hoje expostas demonstram a existência de atividade vulcânica no interior da placa Sul-Americana no passado geológico. Qual parcela do vulcão está exposta atualmente parece ser a questão em discussão. Mas, independentemente disso, é unanimidade entre os pesquisadores a raridade desse geossistema existente em Nova Iguaçu – e que, portanto, necessita ser protegido.

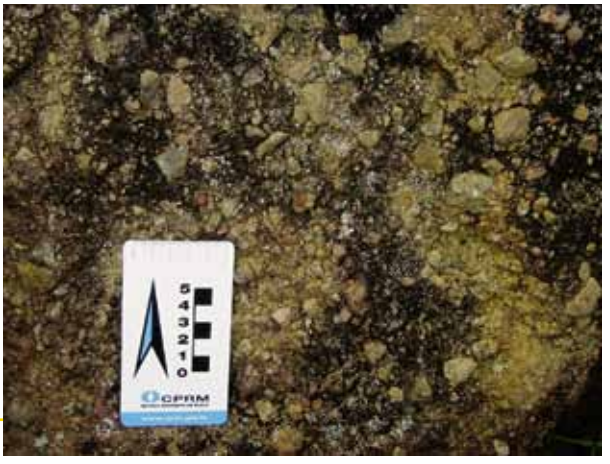
Segundo pesquisas de opinião realizadas no Parque Municipal de Nova Iguaçu, é evidente que a população se apropriou do espaço de lazer, incorporando de forma lúdica o conhecimento geológico desse monumento natural. Esse é, sem dúvida, o passo mais importante para a preservação desse sítio geológico para as gerações futuras, bem como para o incentivo da continuação das pesquisas científicas.



Fragmento piroclástico do tipo bomba em aglomerado com matriz de lapilli do Complexo Vulcânico de Nova Iguaçu. Notar o envoltório vítreo mais resistente à erosão e o núcleo originalmente vesiculado mais erodido.
Foto: Sérgio Valente.



Estrutura do tipo crosta de pão (bread crust structure) em bomba do Complexo Vulcânico de Nova Iguaçu. As fraturas são formadas pela expansão do envoltório parcialmente solidificado da bomba como resultado da expansão de gases no seu interior.
Foto: Sérgio Valente.



Lapilito do Complexo Vulcânico de Nova Iguaçu. Os lapilli são fragmentos piroclásticos predominantemente traquíticos.



Brecha polimítica do Complexo Vulcânico de Nova Iguaçu constituída de blocos de gnaisse e traquito.
Foto: Sérgio Valente.



Painel interpretativo do projeto Caminhos Geológicos implantado ao lado da sede do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu.
Foto: Kátia Mansur



Painel interpretativo implantado na trilha ao lado do Poço do Escorrega, no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu.
Foto: Kátia Mansur



O Poço do Casarão é uma da cachoeiras mais visitadas pelos usuários do Parque. O painel interpretativo dos Caminhos Geológicos neste local trata das estruturas existentes na rocha e da erosão provocada pela ação do rio.
Foto: Edgar Martins.



O Poço das Cobras é um importante atrativo do Parque. O painel dos Caminhos Geológicos neste local descreve as brechas, os diques e o sienito.
Foto: Edgar Martins.

REFERÊNCIAS

HELMBOLD, R.; VALENÇA, J. G.; LEONARDOS Jr., O. H. L. **Mapa geológico do Estado da Guanabara, escala 1:50,000**. MME/DNPM, Rio de Janeiro, 1965, 3 fls.

http://vulcan.wr.usgs.gov/LivingWith/VolcanicFacts/misc_volcanic_facts.html

http://www.caminhosgeologicos.rj.gov.br/site/index.php?http://www.caminhosgeologicos.rj.gov.br/lista_placas

KLEIN, V. C. **O Vulcão Alcalino de Nova Iguaçu (Estado do Rio de Janeiro)**: Controle Estrutural e Processo de Erupção. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1993. Tese de doutorado.

_____; VIEIRA, A. C. **Uma chaminé vulcânica na Serra de Madureira, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro**. Academia Brasileira de Ciências, comunicação breve, Rio de Janeiro, 52, 1980, p. 200.

MOTOKI, A.; NETTO, A. M.; SICHEL, S. E.; AIRES, J. R.; SOARES, R.; LOBATO, M. História de denudação regional e profundidade de posicionamento geológico das rochas vulcânicas de Nova Iguaçu, maciço Mendanha, RJ: constituintes de um vulcão ou corpos subvulcânicos? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 43. **Anais...** Aracaju, SBG, 2006, p 136.

_____; SICHEL, S. E.; AIRES, J. R.; LOBATO, M. Feições intempéricas em rochas alcalinas félsicas de Nova Iguaçu, RJ. **REM - Revista Escola de Minas**, v. 60, n. 3, 2007, p. 451-458.

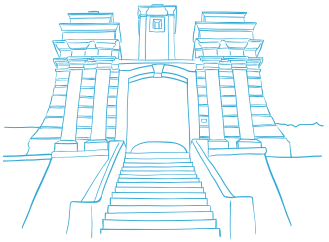
PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J; JORDAN, T. H. **Para entender a Terra**. Brookman. Trad. Menegat, R., Porto Alegre. 2006, 656 p.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C.; FAIRCHILD, T. M.; TAIOLI, F. **Decifrando a Terra.** Oficina de textos. São Paulo-SP, 2000, 558 p.

VALENTE, S. C. **Geochemical and isotopic constraints on the petrogenesis of the Cretaceous dykes of Rio de Janeiro, Brazil**, School of Geosciences, The Queen's University of Belfast, 1997, 400 p. Tese de doutorado.

_____; MELLO, E. F.; PALERMO, N. **Geologia de uma porção do complexo vulcânico de Nova Iguaçu, limítrofe à área de lavra da Pedreira Vigné, Nova Iguaçu, RJ**. Relatório Final, Nova Iguaçu: Ministério Público. 2005, 72 p. (inédito).

CASA VAZIA, RUÍNA ANUNCIA[1]



Cyro Corrêa Lyra[2]

A maioria dos edifícios antigos que conhecemos deve sua sobrevivência, em grande parte, à permanência de sua função utilitária, mesmo que diversa daquela que lhe deu origem. E a leitura da história de muitos deles revela que sua preservação foi alcançada à custa de modificações ditadas por necessidades funcionais.

É interessante observar que as ruínas, de um modo geral, têm *histórias de vida* semelhantes: foram edifícios que, em certo momento, ficaram ociosos. Perdendo sua função, entraram em processo de decadência física, que os levaram à morte, tornando-se testemunhos materiais de arquiteturas desfeitas, enquanto grande parte dos edifícios centenários que conhecemos deve sua longevidade à conservação e manutenção decorrentes da continuidade de sua utilização.

Frequentemente o aspecto atual de um edifício antigo não corresponde à sua imagem original. O que permaneceu resulta de adaptações sucessivamente realizadas para que ele continuasse a servir. Por outro lado, como a noção de valor histórico é relativamente nova para a humanidade, durante muitos séculos as modificações eram feitas atendendo exclusivamente a exigências ditadas pela reutilização.

As primeiras manifestações em defesa da preservação dos edifícios antigos datam do Renascimento. O Coliseu de Roma, o mais imponente dos monumentos romanos, por exemplo, sofreu durante muito tempo a retirada de seus revestimentos de mármore *travertino* para emprego em outras edificações. Esse "canibalismo" só veio a ser questionado no final do século XVI, durante o pontificado de Sisto V, que propôs a conservação do Coliseu e o aproveitamento do seu espaço para instalação de um uma tecelagem de lã conjugada com habitações para os operários. Mas isso não se realizou e a dilapidação continuou, só vindo a cessar dois séculos depois, quando o local foi consagrado pelo Papa Bento XIV à memória dos Mártires cristãos. Ou seja, só foi salvo porque lhe reconheceram uma

1 Este artigo refere-se à palestra realizada em 28 de novembro de 2006, na qual foram expostos os pontos centrais da tese de doutoramento em Artes Visuais defendida em agosto de 2005 na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, intitulada ***Casa vazia ruína anuncia.***

2 Arquiteto. Especialista em Conservação Arquitetural (ICCROM/Roma). Doutor em Artes Visuais (UFRJ), Membro Honorário do ICOMOS. Foi membro do Conselho Consultivo do IPHAN e Professor titular das Universidades federais do Paraná e Fluminense. Coordenou, no Brasil e em Angola, diversos projetos e obras de restauração de edificações e planos de preservação de centros históricos. E-mail: cclyra@uol.com.br.

razão de existir como ruína: uma função simbólica, a de rememoração.[3]

Já as edificações ociosas que vieram a sobreviver através da renovação de uso adquiriram valores *de contemporaneidade* (*Gegenwartswerte*), ou seja, foram dotadas da "*capacidade de satisfazer aquelas necessidades que as novas criações modernas poderiam satisfazer de maneira similar (quando não melhor).*" [4]

No valor de contemporaneidade subtende-se, portanto, um "*valor terreno de uso, relativo às condições materiais de utilização prática dos monumentos...*"[5]

Da Roma Imperial, os poucos edifícios que não se arruinaram foram aqueles que se adaptaram a usos diversos daqueles para os quais foram concebidos. São exemplos o antigo Teatro de Marcelo, convertido a habitação coletiva, e o mausoléu de Cecília Metela, aproveitado na Idade Média como torre de defesa. (Figuras 1 e 2)

Na primeira metade do século XIX, os resultados das descobertas arqueológicas influenciaram o fortalecimento de uma visão "sacralizadora" dos edifícios do passado centrada na ideia de que a preservação não admitia nenhum tipo de modificação, já que se constituíam preciosas fontes de informação e, por conseguinte, inalteráveis.

Os arquitetos restauradores franceses, por outro lado, envolvidos na recuperação de palácios e igrejas mutilados no período pós-revolucionário, preocupavam-se com a restauração desses edifícios enquanto obras de arte. A reutilização e suas implicações não eram aventadas, consolidando-se nas gerações seguintes certo preconceito quanto às adaptações a um novo uso.

Entretanto, o enfrentamento da restauração de edifícios históricos foi revelando a importância da função para a efetiva preservação da obra arquitetônica. Com base em seu profundo conhecimento de arquitetura e sua grande experiência profissional, Viollet-le-Duc[6], em seu *Dictionaire Raisonné de l'Architecture*, incluiu no verbete *Restauração*, observações sobre a importância do uso do monumento que, até então, não tinham sido registradas, constatando, ao mesmo tempo, a existência de uma postura diametralmente oposta – a do *arqueólogo teórico* –, que postulava a inalterabilidade da obra:

> *Uma vez que todos os edifícios que se restauram têm uma utilização, são destinados para um serviço, não se pode negligenciar este aspecto de utilidade, para fechar-se inteiramente no papel do restaurador de antigas disposições fora de uso. Saído das mãos do arquiteto, o*

3 Pela conceituação desenvolvida por Aloïs Riegl o Coliseu tornou-se um monumento *de rememoração* (*Erinnerungswerte*) no seu reconhecimento como monumento histórico. Ver RIEGL, Aloïs. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Visor Distribuciones. S. A., 1979. p. 30.

4 RIEGL, A. *op. cit.*, p. 69.

5 "*Esse valor de uso, segundo Riegl, é igualmente inerente a todos os monumentos históricos, quer tenham conservado seu papel memorial original e suas funções antigas, quer tenham recebido novos usos, mesmo museográficos. A ausência de valor de uso é o critério que distingue do monumento histórico tanto as ruínas arqueológicas, cujo valor é essencialmente histórico, quanto a ruína, cujo interesse reside fundamentalmente na ancianidade*". CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001. p. 169.

6 Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), arquiteto, restaurador e escritor francês, teve grande influência na história da restauração arquitetônica.



Figura 1 - Antigo Teatro de Marcelo, Roma. Na parte superior, as casas residenciais acrescentadas na Idade Média. Foto do Autor, 1976.

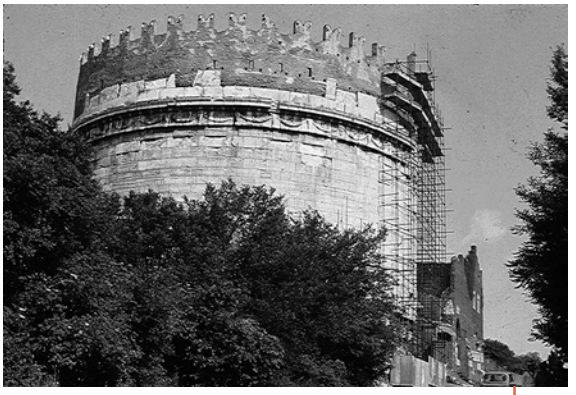


Figura 2 - Mausoléu de Cecília Metela. Via Apia, Roma. No alto da parede, as ameias construídas na Idade Média quando a edificação foi transformada em torre de defesa. Foto do Autor, 1976

> *edifício não deve ser menos cômodo do que antes da restauração. Muito freqüentemente, os arqueólogos teóricos não levam em conta estas necessidades e reprovam duramente o arquiteto por ter cedido às necessidades presentes, como se o monumento que lhe foi confiado fosse coisa sua, como se ele não devesse cumprir os programas que lhe foram impostos.*[7]

No Brasil, entre os edifícios de valor histórico que desapareceram ou se arruinaram, grande parte chegou a esse fim, pela perda de função original, como ocorreu com a arquitetura militar, cujo ciclo de existência durou um pouco mais de três séculos. Iniciado em 1549, com a construção da primeira obra fortificada de defesa de Salvador, a *Trincheira do Mar,* chegou ao fim em 1914, com a edificação do Forte de Copacabana.

O número de fortificações construídas naquele período não foi ainda precisado, mas corresponde a algumas centenas; a maioria, relegada ao abandono, desapareceu. Do acervo que restou, quarenta e quatro obras foram protegidas através do tombamento federal. Algumas são ruínas, e como tal sem condições de restauração. Entre essas se destaca a maior fortaleza construída pelos portugueses no Brasil, a do Príncipe da Beira, em Rondônia. Outras, porém, embora abandonadas e arruinadas, por não terem chegado a um estado irreversível, vieram a ser restauradas e reutilizadas, como ocorreu com os fortes setecentistas catarinenses. (Figura 3)

Diferentemente do que ocorreu com a arquitetura militar, os conventos – franciscanos e carmelitas – não tiveram sua obsolescência decretada pelo desaparecimento das razões de sua existência. O que ocorreu com a maioria deles foi um esvaziamento progressivo durante o século XX. Projetados em uma época em que a Igreja desempenhava função relevante, foram se tornando excessivamente grandes e custosos para o uso de poucos frades à medida que se reduzia sua importância na sociedade.

7 VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. São Paulo: Ateliê, 2000. p. 26.



Figura 3 - Quartel da Fortaleza de Santa Cruz de Anhato-Mirim, Santa Catarina. Restaurado de 1976 a 80 sob a coordenação do autor. Foto do Autor, 1980

Da mesma forma que as fortificações, alguns conventos foram abandonados e se arruinaram, como o de Santo Antonio do Paraguaçu em São Francisco do Conde, Bahia e o de São Boaventura em Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro. Outros foram reciclados para a função hoteleira como o antigo Convento do Carmo, de Salvador. (Figura 4)

Os antigos colégios da Companhia de Jesus tiveram melhor sorte. Com a expulsão dos Jesuítas em 1759, o governo português apropriou-se dos prédios e deu-lhes novo uso. O de Anchieta, Espírito Santo, foi adaptado a Câmara e Cadeia e os de Vitória – também naquele Estado – e de João Pessoa, Paraíba, em palácio do governo; enquanto que o de Paranaguá, Paraná, foi aproveitado como quartel e, depois, alfândega.[8] (Figura 5)

No acervo do patrimônio edificado há, porém, exemplos significativos de edifícios de valor histórico preservados graças à continuidade de uso, como a antiga chácara conhecida como *Solar do Jambeiro*, situada em Niterói, tombada em 1974 pelo IPHAN, atendendo solicitação de Lúcia Falkenberg, sua proprietária.[9]

Edificada na segunda metade do século XIX, manteve seu uso residencial por 125 anos. Somente após o falecimento de Lúcia, a antiga chácara passou a domínio público através da desapropriação realizada pela Prefeitura Municipal com o objetivo de preservação do imóvel.

A continuidade de uso foi sempre um fator de preservação, mesmo em caso de utilizações diversas da função original, como ocorreu no município de Campo Largo, Paraná, com o último exemplar dos engenhos de soque de erva mate que fizeram durante muito tempo a riqueza do Paraná. Sua sobrevivência se deve à sua adaptação para moinho de cereais e ao zelo com que foi conservado pela

8 Atualmente os usos são outros: Em Anchieta a edificação voltou a abrigar os padres jesuítas. No de Vitória, totalmente descaracterizado, está a sede do governo estadual. E no antigo Colégio de Paranaguá funciona o Museu de Arqueologia e Antropologia da Universidade Federal do Paraná.

9 A proprietária, Lucia Falkenberg, falecida em 1997, solicitou o tombamento em 1973, com receio de que os planos urbanísticos para Niterói que estavam sendo estudados viessem a mutilar a chácara através do alargamento da via pública. O IPHAN acatou o pedido, tendo em vista as qualidades arquitetônicas e paisagísticas do imóvel, inscrevendo o bem nos Livros de Tombo das Belas Artes.



Figura 4 - Claustro do Antigo Convento do Carmo, Salvador, reciclado para Hotel.

Vê-se a piscina e as folhas de vidro temperado inseridas nos vãos. Projeto de restauração e adaptação do Arquiteto Fernando Machado Leal. Foto do Autor, década de 1980.



Figura 5 - Antigo colégio dos jesuítas, Paranaguá. Museu de Arqueologia e Antropologia da Universidade Federal do Paraná. Foto do Autor, 1980.

família proprietária. Depois da morte do ancião que dele cuidava, foi, em 1982, desapropriado e restaurado, passando a abrigar o Museu do Mate. (Figura 6)

Assim como ocorreu com muitos dos seus colegas europeus, os primeiros arquitetos restauradores brasileiros concentraram sua ação na recuperação física do monumento, envolvendo-se apenas nas questões materiais do edifício. Priorizavam a *forma* e, em contrapartida, relegavam a um segundo plano a questão da reutilização, isto é, a *função* do monumento, que era encarada como uma adaptação *infelizmente necessária* e, por isso, equacionada a posteriori. Raramente, em relatórios e pareceres técnicos, é abordada a questão da reutilização do bem arquitetônico e da necessidade de seu equacionamento no início do processo restaurativo. O que se percebe é a incidência frequente no equívoco de considerar a restauração como uma operação dissociada e precedente às adaptações (inevitáveis) funcionais.

A relutância em enfrentar as exigências da destinação de novo uso está na raiz do fracasso ocorrido na restauração de muitos monumentos. Depois de cuidadosamente restaurados, permaneciam vazios, voltando progressivamente a se degradar, por não ter sido previamente definido como seriam utilizados e a quem caberia sua manutenção.

No final da década de setenta do século passado, essa questão foi levantada por Aloísio Magalhães[10], diante

10 Aloísio Magalhães (1927-1982), artista plástico e designer, assumiu, em março de 1979, a direção do IPHAN. Faleceu aos 55 anos, menos de três anos depois de sua posse (março de 1979). Durante sua curta gestão foi criada, em novembro de 1979, a Fundação Nacional Pró-Memória, como órgão operacional da ação de preservação do patrimônio em nível federal, cabendo ao SPHAN a função normativa. Esse binômio funcionou até o ano de 1990, quando foi extinta a Fundação.

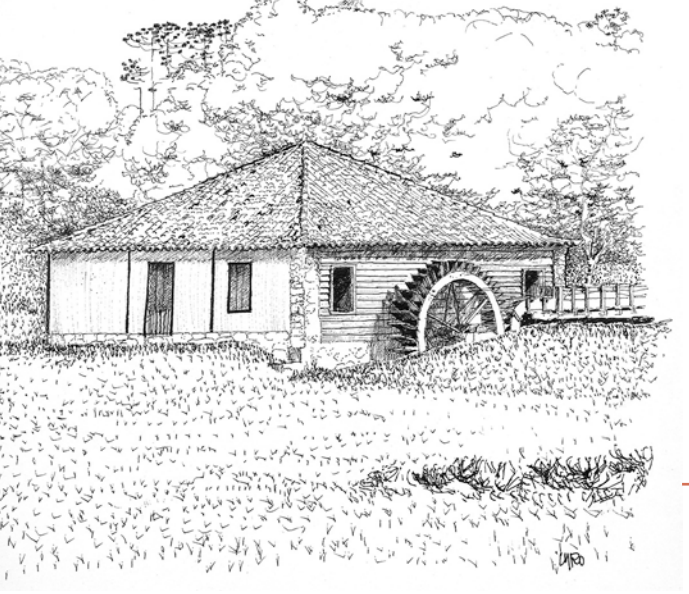


Figura 6 - Antigo engenho de mate, atual Museu do Mate, Campo Largo, Paraná.

Restaurado e adaptado para Museu em 1980 segundo projeto de Cyro Corrêa Lyra e José La Pastina Filho. Desenho do Autor publicado em Guia dos Bens Tombados do Paraná, 1994.

do fato de que a maioria das intervenções restaurativas não era acompanhada de medidas que promovessem a reutilização e, consequentemente, a manutenção do bem restaurado:

> *No caso dos monumentos de pedra e cal não faz sentido restaurá-los para que voltem depois a ser abandonados. É preciso inserir esse bem na vida da comunidade. É necessário que ele volte a ser importante, volte a ser usado diária, quotidiana e fortemente pela comunidade. Primeiro porque assim é que ele vale e, segundo, porque assim é que ele se conserva. Na verdade, não há imóvel que se conserve fechado e vazio. A vida é um elemento de contribuição para a própria permanência da vida.*[11]

Sua mensagem em prol de um *patrimônio vivo* era uma advertência para a maioria dos restauradores de bens edificados. Infelizmente, sua morte prematura impediu uma mudança de postura que, provavelmente, acarretaria modificações na linha tradicionalmente adotada nas restaurações de bens imóveis.

Em nome da verdade deve-se reconhecer que, apesar da transferência da questão do uso para um segundo plano, houve sempre uma consciência da importância da reutilização para garantia da conservação do monumento. É o que atesta, por exemplo, o depoimento recente de um dos mais importantes técnicos que atuaram na restauração dos monumentos brasileiros, Mestre Ferrão (1920-2001), figura legendária na história da restauração do patrimônio cultural brasileiro:

> *Infelizmente, há um problema muito sério que precisa, na minha opinião, ser resolvido. Hoje já aposentado, aos 70 anos, pelo Patrimônio, acho que há a necessidade do corpo técnico e jurídico estudar uma maneira que todos os monumentos restaurados tenham utilização. Não é restaurar, e deixar abandonado, entregue aos morcegos, aos cupins totalmente, porque não há quem cuide.*[12]

11 Trecho do depoimento, prestado em 23 de abril de 1981, por Aloísio Magalhães, na 3ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, publicado em MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? - A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997. p. 189.

12 Trecho do depoimento de José Ferrão Castelo Branco a José La Pastina Filho, Cyro Corrêa Lyra e Marta d'Emery, em maio de 1999, publicado em **CADERNOS Técnicos nº 2** – Grupo Tarefa – IPHAN/Programa Monumenta/BID. Brasília, 2001. p. 40.

Na geração mais nova de arquitetos restauradores, a postura em relação ao monumento só mudou no sentido de uma ênfase maior no valor documental do edifício. Mas concentra-se ainda o restaurador na recuperação física, material, relegando a destinação de uso a um segundo plano, não enfrentando na fase de projeto, como deveria, o desafio de conjugar a ***restauração*** do monumento com as adaptações que a utilização impõe.

Observe-se que isso reflete as colocações teóricas em voga, oriundas do que podemos chamar de *escola italiana* de restauro. Na principal obra de referência difundida no Brasil, a *Teoria do Restauro*, de Cesare Brandi[13], a especificidade da obra de arquitetura frente às demais artes – sua dimensão funcional – não é explicitada:

> *Per il restauro dei monumenti valgono gli stessi pricipi qhe sono stati posti per il restauro delle opere d'arte, e cioè per lê pitture, sai mobili Che imobili, gli oggetti d'arte e di storia e cosi via, secondo l'accezione empírica qhe distingue l'opera di arte dall'architettura propriamente detta.*[14]

Ou seja, Brandi, ao permanecer no plano da teoria e história geral da arte, não contempla a vertente da *função* da obra arquitetônica, transpondo para a restauração dos monumentos arquitetônicos os mesmos princípios preconizados para os bens artísticos visuais.

Vale observar ainda que seus pressupostos restringem-se ao campo da pintura, embora pretendesse teorizar sobre o restauro de todas as artes, como bem assinalou Carlos Olmos:

> *A pesar de todo, Cesare Brandi, como teórico, es parcial, pues aún sin tomar en cuenta los aspectos idealistas, ya superados, de su dialéctica, su obra se refiere solamente ao problema de la pintura, por más que continuamente aluda a obras de arte en general, incluida la arquitectura. Sus amplios aportes, sin embargo, hacen de él un auténtico teórico de la restauración que influyó poderosamente en el tratamiento de la pintura.*[15]

A readaptação, em muitos casos, é a condição para sobrevivência do edifício, como ocorre com as obras cuja função original desaparece, extinguindo-se a razão primeira de sua existência ou quando as características de sua arquitetura já não mais satisfazem às necessidades e exigências da sociedade.

Entretanto, a readaptação pode dar nova vida ao edifício, mas pode também destruir, se o novo uso for inadequado, como sucedeu com o Partenon, o mais extraordinário dos monumentos clássicos. Convertida a Acrópole em cidadela, durante a dominação turca, no século XVI, foi Atenas sitiada pelos venezianos e o Partenon, que abrigava um paiol de pólvora, atingido por um petardo que

13 Cesare Brandi (1906-1988). Historiador de Arte italiano, notabilizou-se pelos seus trabalhos teóricos sobre Restauro.

14 "Para o restauro dos monumentos valem os mesmos princípios que foram explicitados para o restauro das obras de arte, isto é, para as pinturas, sejam elas móveis ou imóveis, os objetos artísticos e históricos, e assim por diante, segundo a acepção empírica que distingue a obra de arte da arquitetura propriamente dita." BRANDI, Cesare. **Teoria do Restauro**. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1963. p. 105.

15 "A pesar de tudo, Cesare Brandi, como teórico é parcial, pois mesmo sem levar em conta os aspectos idealistas, já superados de sua dialética, sua obra se refere somente ao problema da pintura, por mais que se refira continuamente a obras de arte em geral, incluída a arquitetura. Seus aportes, sem dúvida, fazem dele um autentico teórico da restauração que influiu poderosamente no tratamento da pintura." OLMOS, Carlos Chanfón. **Fundamentos teóricos de la restauración**. 1983. p.16.

provocou a explosão que o arruinou.[16] A história dos monumentos é rica em exemplos tão absurdos como o caso do Partenon, a maioria decorrente da ignorância e do imediatismo. Há causas mais complexas, como motivos de ordem ideológica, como ocorreu na França, em fins do século XVIII, nos primeiros anos pós-revolucionários, quando catedrais e igrejas foram convertidas para as mais inusitadas funções, como paióis de munição, depósitos de salitre ou de sal, mercados, prisões e quartéis.[17]

Como avaliar a adequação de um novo uso?

Inicialmente, é necessário observar que os monumentos diferenciam-se pelo que se pode chamar de **caráter,** ou seja, o conjunto de aspectos definidores da família arquitetônica a que pertence.

Reconhece-se que há famílias de grande densidade simbólica e de explícita intenção plástica, como a arquitetura dos palácios e das igrejas. São exemplares arquitetônicos que já nasceram "monumentos", predestinados a perpetuar de forma explícita a singularidade de sua expressão plástica, independentemente dos componentes documentais que sua história tenha lhe agregado. Neles, a finalidade original está solidamente impressa, dificultando atualizações na relação com o usuário, sendo, portanto, mais resistente a toda forma de renovação e adaptação,

Basta lembrar que a presença de elementos artísticos integrados – um dos traços comuns a esses edifícios – como as pinturas ou as talhas que revestem paredes e tetos, constitui-se por si só em empecilho a mudanças de uso para funções diversas da primitiva como se pode ver na figura 7.

No outro extremo, estão as famílias arquitetônicas dos edifícios concebidos sem maiores intenções plásticas, destinados a atender apenas às necessidades práticas, ou seja, utilitários por natureza. Seu valor como arquitetura foi um reconhecimento a posteriori, não nasceram "monumentos". São exemplos os antigos fortes, fábricas, estações ferroviárias, armazéns, etc., mais acolhedores a adaptações, reciclagens de uso, modernizações, principalmente se pertencerem a programas arquitetônicos que se tornaram obsoletos. Como vem ocorrendo em diversos países, propõe-se a reciclagem da área portuária desativada do Rio de Janeiro para a função de lazer cultural, com a adaptação dos armazéns para novos usos, à semelhança do que ocorreu nas cidades de Nova York e Buenos Aires. (Figura 8)

Contudo, a maioria dos edifícios que integram os centros históricos não consiste nem em obras de significativo valor estético nem em espaços meramente utilitários. São casas de moradia e comércio, térreas ou assobradadas, que compõem os exemplos urbanos da arquitetura vernacular brasileira dotados de valores específicos seja na forma de organização espacial (documentos materiais da história do cotidiano) seja na expressão plástica (documentos materiais da história da "arquitetura sem arquiteto"); valores a serem resgatados e protegidos.

Na reutilização de um edifício antigo para um uso diverso do original, uma das primeiras questões a ser colocada é a avaliação da pertinência da função

16 CESCHI, Carlo. **Teoria e Storia del Restauro** . Roma: Bulzoni Editore,1970. p. 45.
17 CHOAY, *op. cit.*, p.105.

pretendida para aquele monumento. Em outras palavras, deve-se verificar se a nova função é condizente com as vocações daquela tipologia arquitetônica e, o mais importante, com a vocação daquele monumento. Embora reutilizações completamente diversas das funções originais tenham salvado do desaparecimento muitos monumentos, pode-se dizer que tais fatos foram excepcionais, possuindo cada tipo arquitetônico um leque finito de vocações de uso.

Assim como a tipologia arquitetônica resulta da função que a motivou, o que explica o fato de se diferenciarem externamente casas, igrejas, mercado e indústrias, pela sua expressão formal, é de se concluir que a função original marca definitivamente o edifício, conferindo-lhe um caráter. E, nesse sentido, não seria razoável fazer de uma moradia uma fábrica, de um mercado um templo, porque as características de cada tipologia arquitetônica impregnam definitivamente seus exemplares. Cada edifício pertence, portanto, a uma família arquitetônica em que cada membro tem traços comuns que identificam uma linha vocacional. Além disso, cada edifício tem uma história própria e uma relação especifica com a comunidade a que pertence; fatores que condicionam a escolha de uma nova função.

O patrimônio construído só é verdadeiramente preservado quando plenamente utilizado e quando, tanto a reabilitação urbana como a restauração de edifícios, pressupõe a revitalização como meio para que a preservação cultural seja efetivamente alcançada. Não há preservação sem revitalização, nem restauração sem renovação.

A preservação do patrimônio construído é o resultado de um processo integrado de restauração e revitalização. Enquanto a restauração é dirigida à matéria do bem cultural, a revitalização refere-se à questão de seu funcionamento. Pode-se dizer que a primeira trata do **corpo** da arquitetura e a segunda, de sua **alma**.

A preservação pressupõe a conciliação entre dois propósitos em sua natureza antagônicos: de um lado encontra-se



Figura 7 - Igreja Matriz do Pilar, Ouro Preto. Interior da nave. Foto do Autor, 1980.



Figura 8 - Porto Madero, Buenos Aires. Antigo armazém portuário reciclado para escritórios e comércio. Foto do Autor, 2005.

a finalidade da restauração, ou seja, o resgate do edifício como **bem cultural**. Do outro lado encontra-se o objetivo de utilização, que tem como finalidade última a revitalização, ou seja, sua transformação em um **patrimônio vivo.**

A restauração restabelece a dignidade implícita no edifício, resgatando valores, expressões e símbolos contidos. A revitalização, por outro lado, potencializa seu uso, garantindo sua sobrevivência como espaço útil. Retomando-se a função, sobrevive o **edifício**, mas não a do **monumento**, assim como a restauração recupera a **identidade**, mas não garante, por si só, se não houver quem o mantenha, uma vida longa para o monumento.

REFERÊNCIAS

BRANCO, José Ferrão Castelo. Depoimento. In: **Cadernos Técnicos n. 2**. Brasília: Grupo Tarefa – IPHAN/ Programa Monumenta, 2001.

BRANDI, Cesare. **Teoria do Restauro**. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1963.

CESCHI, Carlo. **Teoria e Storia del Restauro**. Roma: Bulzoni Editore, 1970.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

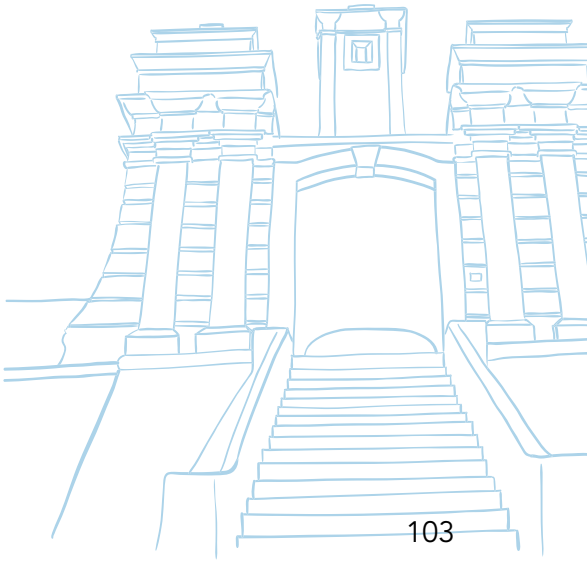
LYRA, Cyro Corrêa de Oliveira. Da Conservação à Restauração. In: **Anchieta: a restauração de um santuário**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

_____. **Guia dos Bens Tombados no Paraná**. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1994.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

RIEGL, Aloïs. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Visor Distribuciones. S.A., 1979.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. São Paulo: Ateliê, 2000.



O PROJETO CENTRAL:
PROJETO DE ARQUEOLOGIA NA BAHIA[1]



Maria da Conceição M. C. Beltrão[2]

O Projeto Central se iniciou como projeto de pesquisa no interior do Estado da Bahia, mais precisamente na região correspondente à Chapada da Diamantina e seu entorno, com uma extensão, originalmente, de 270.000 km² e, hoje, atendendo ao pedido do IPHAN, reduzida para 100.000 km². As pesquisas arqueológicas já contam com 28 anos de realização, compreendendo campanhas anuais, gerando uma produção de conhecimento materializada em diversas teses de mestrado e doutorado, monografias em nível de graduação e especialização, além de centenas de comunicações apresentadas em diversos congressos e reuniões científicas, sempre buscando disponibilizar as informações para a comunidade científica com a maior brevidade possível. Hoje, o projeto, em razão dos resultados alcançados, constitui-se em um Programa que inclui, além da pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento, intensas ações extensionistas particularmente no que concerne à divulgação científica, visando ao envolvimento dos diversos públicos atingidos pelo Projeto. Assim, para sua execução, o Projeto conta com uma equipe transdisciplinar composta por diversos pesquisadores brasileiros, além da colaboração de estudiosos estrangeiros.

Desde o início, o Projeto Central tem como seus principais objetivos encontrar evidências de ocupação humana em depósitos do Pleistoceno que contenham ossos fossilizados de animais, assim como documentar as mudanças culturais e paleoambientais desde o Pleistoceno até os tempos históricos. Fora isso, busca interpretar as evidências arqueológicas e paleoambientais em relação à evolução dos ecossistemas presentes na Região Arqueológica de Central, explorados pelos homens pré-históricos. O Projeto admite como pressuposto teórico que o homem utilizou a passagem via Bering em mais de um momento, quando esta esteve disponível. Penetrou na América do Norte graças a um corredor livre de gelo entre as Montanhas Rochosas e os planaltos

1 Palestra realizada em 06 de dezembro de 2006, no projeto *Oficina de Estudos da Preservação* da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

2 Doutora em Antropologia (Arqueologia) e em Geologia pela UFRJ, Professora Titular do Museu Nacional/ UFRJ. Pesquisador Sênior do CNPq. Membro do Conselho Permanente da "Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques" (UNESCO). Regular Member da *Society for American Archaeology*. Membro do Conselho Permanente da *Association Internationale pour l'Étude de la Paléontologie Humaine* (UNESCO). Membro da *Academia Portuguesa da História*. E-mail: mariabeltrao@globo.com.

centrais americanos, espalhando-se, em seguida, sempre em direção sul, até chegar à América do Sul, ora utilizando-se dos vales férteis dos contrafortes andinos para chegar ao que hoje corresponde ao território brasileiro, ora utilizando um corredor livre de floresta, situado entre os Andes e a Floresta Amazônica, rumando em direção à costa atlântica, espalhando-se pelo restante do continente. Não descarta, porém, a possibilidade de uma outra via de penetração (PAEPE; BELTRÃO, 1978; BELTRÃO; DANON; DORIA, 1988).

Essa formulação se esteia nos dados disponíveis relativos às mudanças climáticas que se deram no planeta, em termos globais, desde tempos imemoriais. A Terra compreende diversos ecossistemas contendo as mais variadas formas de vida. Essa afirmação é um fato real, e não mera teoria. As violentas catástrofes ambientais dos últimos dois anos demonstram-no de forma inequívoca. O planeta sofre constante balanço e sempre busca um ponto de equilíbrio. Portanto, buscar estabelecer quando e em que condições se deram a entrada e a consequente penetração do homem na América exige uma contextualização do ambiente pretérito que, em última análise, teria sido o elemento facilitador ou limitador para tal acontecimento. Sabe-se, igualmente, que, quanto mais se recua no tempo, mais difícil é a plena reconstituição das paisagens e dos ambientes, porém, testemunhos, como as morainas, não deixam dúvidas de que durante os períodos glaciais, geleiras se formaram, cobrindo até a metade do território norte americano, devendo buscar-se, assim, uma contrapartida para o continente sul americano, já que o que acontece em um ponto do planeta, em termos ambientais, reflete-se de algum modo em outro.

Para a América do Sul, no entanto, o testemunho correspondente é de caráter muito mais sutil, demandando uma busca mais laboriosa. Nesse sentido, as pesquisas na Região Arqueológica de Central em muito têm contribuído para o refino dos dados relativos à questão ambiental, não apenas os sedimentos presentes nos sítios arqueológicos como a Toca da Esperança que, por suas camadas, atestam as alternâncias de climas secos e úmidos, ocorridas ao longo do Pleistoceno, pelo menos nessa área do continente sul americano. Aos dados estratigráficos e paleontológicos agregam-se aqueles decorrentes da cultura material e imaterial deixada pelo homem pré-histórico, como as pinturas de animais pleistocênicos, e de cenas retratando homens e animais, algumas vezes juntos, outras em separado. Tais registros indicam não apenas o que esses homens de outrora viam, mas também como viam e sua relevância para aquela sociedade. A fauna fossilizada, presente nos sítios e em seu entorno, atesta a convivência do homem com os animais hoje extintos.

A presente comunicação visa noticiar os mais recentes achados ocorridos na Toca da Esperança, situada no nordeste do Brasil, mais especificamente no Município de Central, no Estado da Bahia. Esse sítio arqueológico integra um conjunto de cerca de 400 sítios até agora localizados na Região Arqueológica de Central, que abrange em torno de 250 municípios. A Toca contém quatro níveis estratigráficos e centenas de ossos de mamíferos fragmentados, fossilizados, com ou sem incrustação, sendo que, até agora, predominam os megamamíferos pleistocênicos. A boca da gruta se abre para noroeste, com aproximadamente 18 m de comprimento por 18 m de largura, variando em termos de altura de 1,60 m a 4,25 m acima de seu

solo atual. Desde as primeiras escavações, a cultura material encontrada na Toca da Esperança está representada por ossos de mamíferos pleistocênicos, carapaças de moluscos e artefatos em quartzito e quartzo.

A camada IV, de onde provém a maior parte do material, é bastante compacta – solo laterítico, próprio de clima úmido, de coloração avermelhada, em virtude da concentração de minério de ferro – e se encontra absolutamente *in situ* (BELTRÃO; NEME; ANDRADE, 1988). Contém ossos de mamíferos de grande porte, fogueira, artefatos líticos e artefatos ósseos, estes últimos confeccionados com ossos de fauna extinta. Uma mandíbula de urso fóssil (+*Arctodus*) foi datada pelo método do desequilíbrio da série de Urânio tendo sido obtida a idade de 300.000 anos (LUMLEY et al., 1988, p. 241-247). A indústria óssea presente na Toca da Esperança tem-se revelado bastante expressiva e numericamente mais representada do que a indústria lítica. O primeiro artefato encontrado foi confeccionado em osso de eremotério. Sua identificação foi possível graças à análise tecnotipológica que o classificou como um raspador. O segundo artefato encontrado foi um perfurador, também identificado como tal por sua tecnotipologia. Especificamente, esse artefato sugere fortemente a utilização, pelo homem pré-histórico, de vestimentas e/ou calçados como sugerido por Wenke (1980, p. 86) e mais recentemente por Trinkaus, da Universidade Washington, em St. Louis (EUA), em um artigo publicado no *Journal of Archaeological Science*. O terceiro artefato, objeto desta comunicação, é um buril diedro, encontrado na quadrícula G8, a 109 cm de profundidade. É confeccionado a partir da diáfise do metacarpo de *Paleolhama major*. Além dos estigmas de lascamento, indicativos de um processo de redução (retirada de lamínulas) para obtenção de um gume próprio dos buris, apresenta evidências de utilização na parte ativa. A análise realizada através de lupa binocular revelou a presença, na face externa do gume, de desgastes e estrias decorrentes do uso.

A grande predominância de restos ósseos presentes na Toca da Esperança fez com que atenção especial fosse dada aos processos tafonômicos envolvidos na deposição desse tipo de material, bem como aos agentes responsáveis por sua presença na gruta. As alterações identificadas nos ossos podem ser de origem natural, isto é, como produto da ação de animais carnívoros e roedores, do intemperismo e das pressões exercidas pelo sedimento da gruta sobre o material nele encerrado. Do mesmo modo foi possível atribuir uma origem humana para determinadas peças, ficando clara sua utilização como artefatos, a partir da identificação de fraturas longitudinais em ossos longos. Constatou-se uma regularidade no material de, em média, 8 cm de comprimento, enquanto que nas depressões calcárias, onde o animal morreu naturalmente, os ossos não mostram esse grau de fragmentação. Essa padronização tem sido um dos critérios para diferenciar aquilo que é fruto da engenhosidade humana da mera ação predatória de outros animais. As fraturas encontradas no material sugerem que ali foram executadas atividades voltadas para a retirada de tutano e confecção de pelo menos um artefato – o perfurador antes mencionado.

Tomando por base as datações obtidas para a Camada IV, de onde provém esse material com idade mínima de 300 mil anos AP, esses vestígios estariam relacionados ao *Homo erectus*. É evidente que tal atribuição não se apóia única e exclusivamente nas datações absolutas. Coincide, também, com a faixa cronológica de distribuição do Homo

erectus sobre a Terra, além das afirmações de outros pesquisadores, como R. J. Wenke. Esse autor defende uma origem tropical para o *Homo erectus*. Para ele, esse ancestral do homem teria sobrevivido ao inverno das latitudes temperadas porque disporia de fogo, vestes e instrumentos rudimentares. Destarte, guardada as devidas proporções quanto às dificuldades ambientais de preservação dos vestígios arqueológicos, não parecem ser nem um pouco absurdos os resultados oferecidos pelas escavações conduzidas na Toca da Esperança. Outro elemento a favor da presença humana no local está no achado de outros artefatos, porém elaborados com outro tipo de matéria prima, como o quartzito e o quartzo. É importante citar especificamente uma lasca de quartzito, do tipo clactoniano, além de um *chopper* cujos estigmas de lascamento demonstram indiscutivelmente ter sido confeccionada pelo homem pré-histórico. As lascas de calcário existentes em abundância apresentam nítidas marcas de utilização.

A partir da análise do ambiente onde se insere a Toca da Esperança, fica evidente que, além do homem pré-histórico, outros animais, como a +*Palaeolama*, por exemplo, habitaram a região, reforçando a contemporaneidade do homem com a fauna extinta. Essa contemporaneidade, no Brasil, foi tema controvertido. É bastante compreensível que pesquisadores de áreas afins à arqueologia, por não conhecerem os métodos e as técnicas próprias da pesquisa arqueológica, tenham tido dificuldade de entender como é que o arqueólogo chega à interpretação do sítio a partir da cultura material nele presente. Mas graças à pesquisa desenvolvida na Toca da Esperança, os mamíferos pleistocênicos brasileiros foram datados pela primeira vez (22.000 a 295.000 anos). Até agora não foram encontradas evidências de atividades de animais carnívoros, como perfurações e raspagens que poderiam ter sido feitas pelo tigre-de-dente-de-sabre; apenas fraturas em espiral que também são próprias da atividade humana. O *chopper* em quartzito, encontrado na quadrícula C8, nº 30, e a lasca obtida a partir de um seixo e fraturada por percussão violenta, encontrada na quadrícula B8, nº 561, ambos em quartzito, foram submetidos a exames de traceologia no Laboratório do Instituto de Paleontologia Humana de Paris, revelando, com a ajuda de microscópio eletrônico de varredura J.E.O.L. do tipo J.S.M., respectivamente, 07 e 11 micro-traços de utilização, provavelmente resultantes do trabalho em matérias primas duras. A disposição dos micro-traços demonstra que a utilização desses artefatos foi feita através de movimentos ligeiramente oblíquos em relação a seus respectivos gumes (Espinet-MoucadelESPINET-MOUCADEL; BELTRÃO, 1987).

Outro importante achado diz respeito às pinturas rupestres presentes na região. Muitas propostas de interpretação têm sido formuladas para explicar as pinturas rupestres presentes em grutas e abrigos sob rocha, paredões, cânions e outras formações rochosas disponíveis para o homem pré-histórico expressar-se. As pinturas rupestres englobam as obras de grupos humanos ágrafos ou sem calendários acurados, que permitem estabelecer uma sequência de datas. Assim sendo, geralmente não fornecem informações precisas sobre seu desenvolvimento histórico. Embora o aparecimento do homem no planeta date de, pelo menos, 2,5 milhões de anos, as pinturas e gravuras rupestres só têm sido registradas a pouco menos de 40.000 anos. Por essa razão, costuma-se apenas atribuir ao *Homo sapiens sapiens* sua autoria. Na Europa, as pinturas rupestres

são tratadas como uma forma de arte e seu estudo é dividido em *parietal* (deixada sobre suporte rochoso) e *mobiliária*, isto é, executada sobre suportes móveis de diversas naturezas. A partir de uma fase não figurativa, as pinturas passaram a ser identificadas por *estilos*: figurativo geométrico, figurativo sintético e figurativo analítico, a exemplo das manifestações das artes plásticas no século XX.

No Brasil, em oposição à *arte parietal*, costuma-se usar o termo *arte rupestre* (sobre rochas) e em lugar de *estilos*, *tradições*: Geométrica, São Francisco, Nordeste, Planalto, Agreste e Cosmológica. Ao nos debruçarmos sobre o estudo dessa arte do homem pré-histórico brasileiro, surpreendemo-nos com sua diversidade, conhecida não só pelos escritos dos primeiros colonizadores como inferidas a partir da arte do índio, descendente direto do homem pré-histórico. Esse tipo de manifestação cultural, além da expressão original e de rica diversidade, caracteriza-se, também, por sua extensão. Existem na Bahia, por exemplo, cânions de dois ou mais quilômetros recobertos de pinturas rupestres. As pinturas rupestres brasileiras parecem estar bem datadas em alguns lugares, por isso que precisas, sobretudo no Piauí. Monzon, já em 1987, recuou a idade até então defendida de 17.000 para 30.000 anos, agora confirmada por Pessis. No Brasil, as pinturas rupestres mais antigas aparecem nos "canyons" de Central, Bahia, porque só aí é que existem conjuntos pictóricos com representações de animais que compõem a fauna pleistocênica. Não há registro de representações pictóricas desses animais em outras regiões do Brasil.

Em 2004, descobrimos uma pintura rupestre em Gameleira do Assuruá, em Gentio do Ouro, Bahia, que retrata um tigre-de-dente-de-sabre, que ampliou a lista de mamíferos pleistocênicos até então encontrados: urso; mastodonte; toxodonte; tatu-gigante; paleolhama; preguiça gigante; preguiça de menor porte, porém igualmente pleistocênica; e dois gêneros de cavalos (BELTRÃO, 2000). O local do cânion onde se encontra a representação do tigre é cognominado "escorrega". A figura tem as cores amarelo e vermelho chapado e mostra o animal de forma estática. Uma peculiaridade importante de se registrar são os grafismos desenhados em vermelho sobre o animal, semelhantes ao que foi encontrado sobre a representação pictórica de um provável mastodonte, na localidade denominada Cânion da Vacaria. Outra semelhança que aproxima essas duas representações está relacionada ao ambiente onde estão inseridas. Durante a estação chuvosa, no Cânion da Vacaria, as águas preenchem a cavidade próxima, formando um poço que assim fica abastecido por um longo período. Já no cânion de Gentio do Ouro as águas represadas formam uma verdadeira piscina que assim permanece por um bom tempo. As características do animal não parecem se enquadrar entre os representantes da fauna atual. Sua identificação foi feita com base nos traços que definem a cauda e as presas, levando-se a acreditar que se trata de mais um exemplar da fauna típica do Pleistoceno, no caso, um tigre-de-dente-de-sabre. Restos fósseis desse animal também foram encontrados em diferentes locais, especialmente na Toca da Esperança. O *Smilodon*, nome científico do tigre-de-dente-de-sabre, é um gênero extinto de grande gato que, segundo Ross Barnett, especialista em evolução molecular da Universidade de Oxford, Inglaterra, parece ter sido o primeiro a se separar do resto da árvore genealógica. De acordo com Alan Cooper, da Universidade de Adelaide,

Austrália, parece que o *+Smilodon* teve um ancestral em comum com os gatos modernos há cerca de 15 milhões de anos. Eram predadores corpulentos, fortes e bem-sucedidos. Pesavam cerca de 350 kg, cauda curta, pernas fortes e cabeça grande como a de um leão. Distribuíram-se entre quase todos os continentes (inclusive América do Norte e do Sul) desde a África, entre aproximadamente 3 milhões e 10.000 anos atrás, na América do Norte e do Sul. Pelo menos cinco espécies de *Smilodon* existiram: o *+Smilodon fatalis*; o *+Smilodon gracilis*; o *+Smilodon populator*, comum no Brasil; o *+Smilodon californicus;* e o *+Smilodon floridus*, esses dois últimos são provavelmente subespécies do *+Smilodon fatalis*.

O *+Smilodon fatalis* talvez seja a espécie melhor conhecida. Apareceu na América do Norte há cerca de 1,6 milhões de anos e posteriormente migrou para a costa oeste do continente até o Peru. Foi extinto há aproximadamente 10.000 anos. O *+Smilodon populator* apareceu primeiramente na América do Sul, há mais ou menos 1 milhão de anos, e foi extinto há 10.000 anos. Era muito maior que o *+Smilodon fatalis* e o *+Smilodon gracilis*. Caçavam em grupos e não podiam correr muito rápido para abater a presa. Por isso, tinham que viajar com outros para ajudar na captura. No Brasil, a representação de animais pleistocênicos só ocorre em cânions com uma única exceção – um tatu gigante junto a um felídeo – tigre-de-dente-de-sabre? –, ambos pintados em branco. Aliás, em toda a América, além dos vários animais pleistocênicos pictografados em Central, só há uma representação petrográfica, picotada, de um elefante ferido, que está no *Northern Washoe County*, no Estado de Nevada, nos Estados Unidos da América, mais precisamente em um cânion, o *Yellow Rock Canyon*, do mesmo modo que a de Central. A análise dessa figura contribui, primeiramente, para a possibilidade de uma relação entre o animal representado e o animal sabidamente extinto há cerca de 10.000 anos AP. A confirmação da possível contemporaneidade do tigre-de-dente-de-sabre com homem pré-histórico permitirá inferir quanto às condições paleoambientais da região, além de conferir à pintura certa antiguidade, ou seja, colocando-a como tendo sido executada provavelmente no final do Pleistoceno Superior.

Assim, dentro do Projeto Central, o caminho que se busca para entender a significação das pinturas rupestres como documento visual, tem sido a de uma abordagem metodológica relacionada aos seguintes itens: informação cultural-lingüística; representação de mitos; representação de ritos; origens do Bumba-meu-boi; informação da linguagem pictórica; informação paleoclimática; informação comportamental de mamíferos; informação através de signos, símbolos e eventos; informação astronômica; informação migratória, etc. Mais ainda, a importância dessa representação recai, também, sobre o conjunto de informações complementares que podem ser inferidas a partir de sua análise mais acurada, além da identificação propriamente dita do animal representado.

Em síntese, ao que parece, a Toca da Esperança, situada estrategicamente a 37 m acima do nível de base da planície, na região de Central, Bahia, foi habitada pelo homem pré-histórico, talvez por razões defensivas, isto é, evitando o confronto inesperado com a fauna pleistocênica, cuja presença atestada pelos vestígios encontrados na gruta lhe confere uma idade entre 22 e 295 mil anos. A excessiva fragmentação dos ossos da fauna pleistocênica, por outro lado, sugere que o homem pré-histórico, ocupante da gruta, realizou uma série de atividades,

incluindo a descarnadura de certos animais. A presença de um furador em osso de fauna pleistocênica aponta para o provável uso de vestimentas, possivelmente de couro. Os ossos fraturados nas diáfises, por sua vez, aventam a prática de consumo do tutano pelo homem. Os dados disponíveis indicam, ainda, que equídeos e camelídios foram os principais componentes da alimentação, já que a maioria dos ossos e dentes encontrados em volta da fogueira era de cavalos e de paleolhamas. Embora até presentemente presente não tenham sido encontrados outros vestígios humanos além dos culturais, a datação mínima de 295.000 anos, obtida pelo método do urânio-tório para a Camada IV, parece sugerir a presença do *Homo erectus* na América.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, M. C. M. C. A Região Arqueológica de Central, Bahia, Brasil: a Toca da Esperança, um sítio arqueológico do Pleistoceno Médio. São Raimundo Nonato (PI). **FUMDHAMentos**. Revista da Fundação Museu do Homem Americano, v. 1, n. 1, 1996.

_____; DANON, J. A.; DORIA, F. A. M. A. **Datação absoluta mais antiga para a presença humana na América**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1988, 49 p., 2 map., 4 figs. e 9 fotos.

_____**.** Ensaio de Arqueogeologia: uma abordagem transdisciplinar. Rio de Janeiro: M. da C. de M. Coutinho Beltrão, 2000.

_____; NEME, S. M.; ANDRADE, C. O. L. C. O homem pré-histórico brasileiro: de 300 mil a 3 mil anos. **Anuário do Staden**, São Paulo, n. 36, p. 222-36, 1988.

BELTRÃO, Maria. Arte Rupestre: as pinturas rupestres da Chapada Diamantina e o mundo mágico-religioso do homem pré-histórico brasileiro. Catálogo da Exposição patrocinada pela Org. Odebrecht e apoio de Sherwin Williams S/A, São Paulo Alpargatas Ltda. e Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB. Fontes Financiadoras: CNPq e FINEP, 1994.

_____. Rock paintings of the Chapada Diamantina and the magical-religious universe of prehistoric man in Brazil. Catálogo da Exposição patrocinada pela Org. Odebrecht e apoio de Sherwin Williams S.A., São Paulo Alpargatas Ltda. e Sociedade Arqueologia Brasileira – SAB. Fontes Financiadoras: CNPq e FINEP, 1996.

BIGARELLA, J. J.; BELTRÃO, M. C. M. C.; TÖTH, E. M. R. Registro de Fauna na Arte Rupestre: possíveis implicações geológicas. **Revista de Arqueologia**, Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, , v. 2 – n. 1, p. 31-37, 1984.

ESPINET-MOUCADEL, J.; BELTRÃO, M. C. M. C. Étude Tracéologique de Deux Pièces Lithiques dela Toca da Esperança, Région de Central, État de Bahia, Brésil. **L'Anthropologie**, v. 91, n. 4, p. 943-948, 1987.

LUMLEY, H.; LUMLEY, M.-A.; BELTRÃO, M. C. M. C.; YOKOYAMA, Y.; LABEYRIE, J.; DANON, J.; DELIBRIAS, G.; FALGUÉRES, C.; BISCHOFF, J. L. Découverte d'outils taillés associes à dês faunes du pleistocène moyen dans la Toca da Esperança, État de Bahia, Brésil. **Comptes Rendus de l'Academie dês Sciences**, Paris, v. 306, Série II, p. 241-247, 1988.

PAEPE, R.; BELTRÃO, M. Documento. Rio de Janeiro, Arquivos do Setor de Arqueologia do Museu Nacional; inédito, 1978.

WENKE, R. J. **Patterns in prehistory**. Oxford, 1980.

SENTIDOS E FORMAS DO HABITAR ENTRE OS

WAJÃPI DO AMAPÁ[1]



Catherine J. S. Gallois[2]

O presente artigo resgata os principais pontos apresentados em palestra proferida na Oficina de Estudos da Preservação na 6ª SR-IPHAN, que visou mostrar, de forma sintética, as formas tradicionais de habitar dos índios Wajãpi do Amapá (grupo Tupi).

Em 2000, tive a possibilidade de conhecer diversas aldeias da Terra Indígena Wajãpi, no estado do Amapá, quando prestei assessoria em duas oficinas de desenho sobre as temáticas da pintura corporal – sistema gráfico *Kusiwa*, hoje Patrimônio Cultural do Brasil[3] – e sobre o sistema de organização territorial – "roças, pátios e aldeias"[4]. Em paralelo, realizei, à época, uma pesquisa sobre a arquitetura wajãpi e outra preliminar sobre a organização espacial das aldeias, que resultaram no meu trabalho final do curso de graduação[5] em Arquitetura e Urbanismo. Através de pesquisa documental e de campo realizadas no mestrado[6], pude aprofundar o entendimento sobre como a concepção das aldeias e de suas habitações se dá concomitantemente à implantação das roças, dentro de um processo de escolha de um "lugar para viver". É assim que as formas de organização territorial indígenas não podem ser desconectadas de sua organização social e de suas formas de manejo ecológico do território (cf. GODELIER, 1978).

1 O presente artigo refere-se à palestra proferida na Oficina de Estudos da Preservação em 11 de abril de 2007. É fruto de pesquisa realizada para dissertação de mestrado no IPPUR-UFRJ (GALLOIS, C. J. S., 2004).

2 Arquiteta e Urbanista (FAU-USP, 2001), Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ, 2004), aluna do Stone Conservation Course (2009) do ICCROM/Veneza. Atua na área de Conservação-Restauração da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0158695745997720. E-mails: catherine.gallois@iphan.gov.br e cath.gallois@gmail.com.

3 A produção iconográfica das Oficinas *Kusiwa* fez parte da documentação iconográfica do *Dossiê de Candidatura para Registro de Patrimônio Imaterial da UNESCO* "Expressões gráficas e orais dos Wajãpi do Amapá", publicado em 2002 pelo Museu do Índio. Em 20-12-2002, à *Arte Kusiwa – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi, dos índios Wãjapi do Estado do Amapá*, foi conferido o título de Patrimônio Cultural do Brasil, tendo sido registrado no Livro de Registro das Formas de Expressão, de acordo com o artigo 5° do Decreto nº 3.551 de 04-08-2000.

4 Estas oficinas foram realizadas, respectivamente, através do *Programa de Educação Wajãpi* do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), em janeiro de 2000, e do *Programa Ambiental Wajãpi* (CTI), em setembro de 2000.

5 GALLOIS, C. 2002a, 2002b.

6 Sem o acesso a documentos e trabalhos elaborados pela equipe do *Programa Wajãpi* (CTI), esta pesquisa não teria sido possível. Também tive acesso a documentos inéditos, especialmente as primeiras representações gráficas dos Wajãpi para explicar como são suas aldeias, coletados pela pesquisadora e antropóloga Dominique T. Gallois entre 1976 e início dos anos 80, no Amapá. Esses documentos integram o acervo do Núcleo de Historia Indígena e do Indigenismo da USP.

CONCEITOS E REFERÊNCIAS

Ao discutir os modos de morar dos Wajãpi, os trabalhos realizados levaram em consideração, igualmente, que as terras indígenas são delimitadas, demarcadas e homologadas no bojo de um processo, muitas vezes longo e difícil, de enfrentamento entre as comunidades indígenas, o poder estatal e os interesses regionais. A demarcação final muitas vezes não vai encontrar correspondência com a territorialidade indígena[7], resultando em importantes reduções de tamanho das áreas disponíveis.

Embora a literatura antropológica sobre as *habitações indígenas* no Brasil seja relativamente farta, foi produzida há cerca de duas décadas. O único livro sobre habitações indígenas que abrange estudos de variados grupos indígenas no Brasil, e que se tornou referência para muitos estudos, data de 1983: *Habitações indígenas* (NOVAES, 1983). Ora, sabe-se que desde 1983 muitas coisas se passaram. O que ocorreu com esses grupos indígenas ao longo dos vinte anos que se seguiram? Suas terras foram demarcadas? Homologadas? Como estão configurados seus territórios e aldeias?

Considerando que a arquitetura das casas, o espaço das aldeias, os percursos e modos de ocupar o território são manifestações culturais que, como muitas outras (danças, músicas, línguas faladas, artefatos, pintura), não estão "paradas" no tempo, e sim em constante transformação, a investigação da minha dissertação pretendeu, também, levantar os aspectos "contemporâneos" das formas e sentidos do habitar wajãpi, de modo a não *museificar* os aspectos sociais e espaciais do *habitar* wajãpi.

Outra referência importante para o estudo da arquitetura e espacialidade indígenas são os trabalhos de Rapoport (1972, 1994) que apresentam aspectos da diversidade mundial das formas de habitar e demonstram como as escolhas de formas construtivas e espaciais das habitações são antes escolhas culturais do que escolhas condicionadas por fatores físicos ou climáticos. Os fatores físicos (clima, matérias-primas para a construção, etc.) devem ser considerados fatores modificantes, mas não determinantes das adaptações ao meio e das formas finais que assumem as habitações de um determinado povo. Assim, entende-se porque povos diferentes vivendo em regiões com condições materiais similares, pensam, constroem e dispõem suas habitações no espaço de maneiras muito diversificadas[8].

Assim, o principal objetivo da dissertação de mestrado foi mostrar como se configurava, no início do século XXI, a "habitação indígena" dos Wajãpi e como esta se relacionava ao modo desse grupo organizar seu território, levando em conta o seu modo de vida e as condições de sua reprodução socioeconômica. Pois a questão da *habitação indígena* não pode ser pensada dissociada do conjunto das mudanças socioespaciais pelas quais as sociedades indígenas têm passado nos últimos anos, já que essa questão

7 Estudos de OLIVEIRA (1998) e GALLOIS, D. T. (1998, 2000) mostram claramente que "territórios" (na acepção antropológica) e "Terras indígenas" (na acepção jurídica) são noções que não devem ser confundidas.

8 Para uma discussão sobre a diversidade das arquiteturas indígenas no Brasil e sua relação com o patrimônio cultural, ver GALLOIS, C. J. S., 2008.

está intimamente ligada às diferentes possibilidades de ocupação territorial.

No capítulo 1, foi discutida a categoria *fronteira* no contexto amazônico e suas diferentes abordagens (geográfica, sociológica, antropológica). Também se apresentou uma discussão sobre a problemática dos territórios e terras indígenas. Nos capítulo 2 e 3, foram tratadas as *formas* e *sentidos* da organização territorial wajãpi, mostrando a tensão entre *mobilidade* e *fixação/sedentarização*, tensão esta revelada no capítulo 3.

Em cada capítulo, foi abordado um tipo de escala que se reporta às unidades sociológicas enfocadas. No capítulo 2, foi tratada a relação entre espaço humano/não humano e, sobretudo, o *espaço doméstico* (da família extensa), na aldeia. No capítulo 3, foi abordada a escala do *grupo local*, que reúne vários grupos domésticos (familiares) e a Terra Indígena Wajãpi como um todo. Trata-se, portanto, de escalas diferentes da organização social e política. Também são considerados distintos níveis de *territorialidade*. No capítulo 2, a *territorialidade aberta* e o ciclo de vida de uma aldeia, posta nesse contexto. No capitulo 3, a *territorialidade constrangida* (a terra com limites) e a *territorialidade sob planejamento*. É nessa ótica que foi, nesse último capítulo, discutida a possibilidade de interpretação de um modelo espacial centro-periferia no que diz respeito às tensões entre *mobilidade* e *fixação/sedentarização*.

A seguir, resgataremos conteúdos do capítulo 2 da dissertação, destacando alguns aspectos da forma "tradicional" da organização territorial dos Wajãpi, a começar pela escala da família. Também ilustraremos aspectos da organização do espaço das aldeias e roças, com o objetivo de mostrar como se forma uma aldeia wajãpi. Já os embates entre a mobilidade territorial encontrada no espaço-tempo de uma família e aspectos da *sedentarização* não serão tratados aqui.

WAJÃPI RENA E *JISYRYSYRY*: O ESPAÇO-TEMPO DE UMA FAMÍLIA WAJÃPI

Rena, na língua Wajãpi, significa "espaço-recipiente". *Wajãpi rena* é, então, o "recipiente" dos Wajãpi, domínio da ocupação humana em contraposição à floresta (*ka'a*). A fronteira "micro" do recipiente, *rena*, é ao mesmo tempo uma fronteira cosmológica e social. É a fronteira do espaço habitado por humanos, ou seja, a clareira composta por roças e habitações, em contraposição à floresta, ocupada por não humanos. Essa distinção dá sentido à expressão *"escolher um lugar* [para morar] *na floresta"*. O termo *rena* ("minha casa", "meu lugar") é *"uma noção fundamental do pensamento social wajãpi; noção de inclusão"* (BEAUDET, 1997, p. 35), que pode ser atribuída desde o banco de madeira onde se senta à casa de "minha" família, ou à aldeia ocupada por "minha" parentela, ou seja, "minha aldeia" e por fim o lugar onde essa aldeia está instalada (Figura 1)[9].

9 Em seu belo estudo sobre a música dos Wajãpi do Oiapoque (Guiana Francesa), Beaudet (1997) aplica o conceito *rena* e faz um paralelo entre as esferas musicais e as esferas sociais. Beaudet abriga, num esquema concêntrico, os tipos de música e os espaços onde estas são tocadas, assim como entre as esferas de integração social, demarcadas por esses diferentes tipos de música e os espaços "recipientes" *rena*: desde o espaço da casa, espaço da unidade doméstica (cantos solo), até o espaço da região ocupada por várias aldeias de um mesmo grupo local, à qual corresponde a esfera dos cantos de guerra.

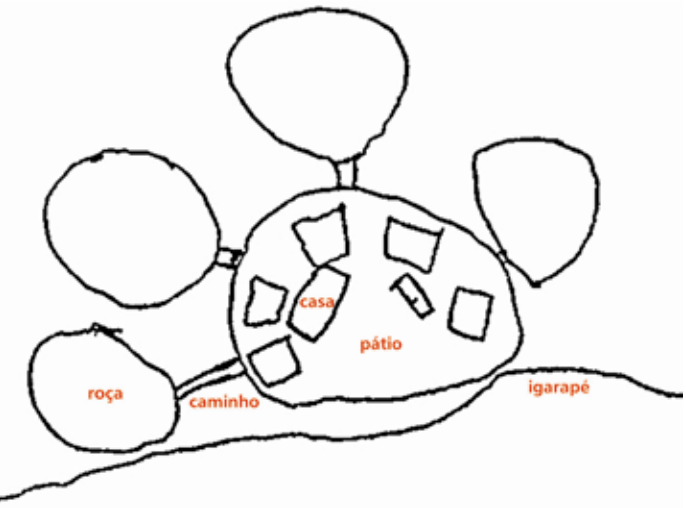


Figura 1 – Representação de aldeia (*taa wanã*). Autores do desenho: Pao Wajãpi e de Kasiripina Wajãpi (feitos na aldeia Tataira), 1977. Fonte: Acervo do Núcleo de História Indígena do Indigenismo da USP (NHII-USP) – Primeiras experiências de representações gráficas de mapas elaborados nas décadas de 70 e 80 (Pasta 7, seq. X1). Reproduzido em: GALLOIS, Catherine J. S. *Sentidos e Formas do Habitar Indígena: entre mobilidade e sedentarização. Estudo de caso entre os Wajãpi do Amapá.* Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2004 (Prancha 1.7).

Esta representação pode ser considerada como representação "conceitual" do espaço de uma aldeia wajãpi. No desenho está exemplarmente representada a forma de ocupação caracterizada pela agricultura itinerante. O pátio com casas é a centralidade da representação da aldeia wajãpi: dele saem caminhos para diversas roças. Cabe ressaltar que as roças ao redor de uma aldeia estão sempre em estágios diferentes (roças com alguns anos de idade, roças do ano anterior cujos frutos estão sendo colhidos e roças em preparação para a próxima colheita). Não é à toa que as roças, nos desenhos, estão representadas como elementos separados. Isto reforça o fato que as roças não podem ser contíguas, de maneira a diminuir a contaminação por pragas. O recurso à forma circular para a representação de roças wajãpi é bastante freqüente, principalmente entre os desenhos de mulheres, embora na realidade as roças tenham formas quadrangulares.

Jisyrysyry significa "afastar-se afastando". É o princípio wajãpi de *mobilidade* no território. Aqui vamos tratar da organização social e espacial do *grupo doméstico*, que corresponde à escala "micro" do território: o *pátio*. Neste ponto, é essencial diferenciar as unidades sociológicas e as formações espaciais. As primeiras abrangem grupos domésticos (geralmente uma família nuclear), famílias extensas ou um conjunto delas, formando *grupos locais*. Nem o grupo doméstico, nem a família extensa, nem o grupo local correspondem à aldeia. Já, pode-se afirmar que cada grupo doméstico corresponde ao espaço de um *pátio*. Uma aldeia, portanto, não corresponde a uma unidade definida, mas apenas representa a ocupação espacial de um conjunto mais ou menos amplo de famílias extensas, distribuídas no espaço de uma aldeia em diferentes pátios (cf. Programa Wajãpi/ CTI, 2002). Ao longo dos anos, as famílias Wajãpi deslocam seus pátios, morando em várias aldeias (Figura 2).

Numa aldeia wajãpi, todos são parentes próximos, sendo parentes ou afins, ou seja, distinguindo-se aqueles com as quais não se pode casar daqueles com quem se mantém relações de aliança (sogro/sogra, esposo/esposa, cunhado/cunhada, etc.). Existem "regras" e "exceções" na maneira como os Wajãpi estruturam suas relações de parentesco e essas regras de certa maneira se projetam nas formas de ocupação espacial dos pátios. Essas relações no espaço dependem, então, basicamente das regras de casamento e de residência pós-casamento. Em geral, adotam a regra de residência *uxorilocal* (do latim *uxor*: esposa), termo que significa que um novo casal irá viver no local de residência da família da esposa. No início do casamento, o casal vai morar na casa dos pais da esposa e depois passa a morar em outra casa, mas nesse mesmo pátio; e, com o passar dos anos, vai se afastando (*jisyrysyry*) para outra aldeia ou nova aldeia. Após alguns anos, o casal poderá viver na aldeia dos parentes do marido, ou em

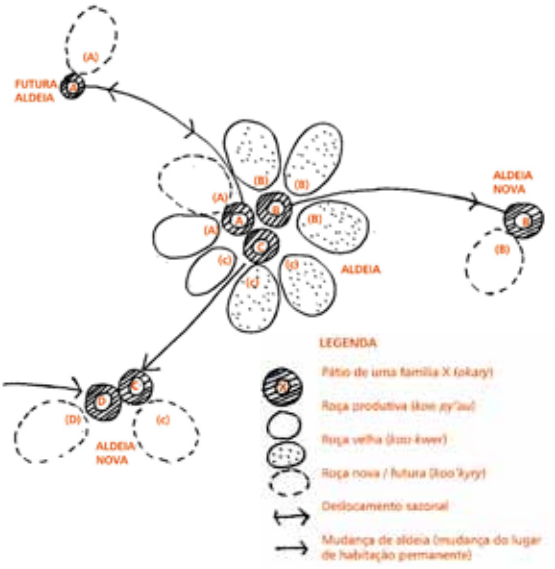


Figura 2 –Pátios e aldeias no contexto do *jisyrysyry* ("afastar-se afastando"). Elaborado por: Catherine Gallois, 2004. Fonte: GALLOIS, Catherine J. S. *Sentidos e Formas do Habitar Indígena: entre mobilidade e sedentarização. Estudo de caso entre os Wajãpi do Amapá.* Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2004 (prancha 3.2).

Uma aldeia é composta pelos pátios das várias famílias que ali habitam.

outra aldeia, onde abrirá novas roças, mas sempre voltará regularmente à aldeia dos pais da esposa. Há exceções para os filhos dos chefes, que costumam não sair do pátio de sua própria família. Essa regra de residência uxorilocal faz, então, com que a ocupação no território seja dispersa, quando os grupos locais se subdividem e novas roças – portanto novos assentamentos – são feitos. Essa tendência de residência uxorilocal é válida também para outros povos indígenas da região das Guianas.

As atividades socioeconômicas são diferentes para as mulheres e para os homens. Depois que os homens abrem uma clareira, queimam, limpam e preparam a futura roça para a sua família, esse espaço da roça se torna um território predominantemente feminino: são elas que cuidam da roça, do plantio e da colheita. As saídas para caçadas e pescarias são feitas pelos homens, enquanto que a preparação dos alimentos é de total responsabilidade das mulheres.

Voltando à lógica wajãpi de ocupação do espaço, a noção *jisyrysyry* se refere à prática de mudar a localização do pátio para outro lugar – próximo ou distante – do anteriormente ocupado. Esse tipo de deslocamento se aplica essencialmente ao grupo doméstico, ou seja, às famílias que ocupam e vivem num pátio. No entanto, essa lógica de ocupação espacial se dá – normalmente – dentro de uma área territorial maior, associada a determinados grupos locais. São essas unidades denominadas pelos wajãpi como *wanã* (Figura 3). A cada grupo local, pertencem as famílias de várias aldeias que podem estar situadas ou não numa mesma "região". Um grupo local compartilha, então, uma história comum de ocupação e exploração dessa "região".

Para compreender a organização territorial dos Wajãpi, vimos aqui que é impossível dissociá-la das duas principais unidades sociais: o grupo doméstico/família e o grupo local. Interessa aqui, também, explicitar como o *espaço é produzido e apropriado* através da *mobilidade* territorial, a qual, por sua vez, garante a autonomia política de diferentes grupos de famílias extensas que formam os grupos locais. A unidade social enfatizada nesse capítulo é a família extensa, que pode estar ocupando um ou mais pátios, reunida numa aldeia ou dispersa em várias aldeias. O ponto de partida da análise espacial aqui é, portanto, esse espaço micro, a clareira, ou seja, o espaço aberto por um grupo doméstico,

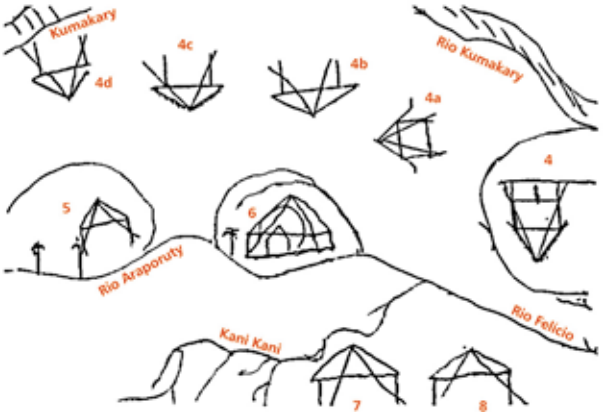


Figura 3 – Representação de aldeias e trajetórias de Tsiro e seu pai, Piriri, do nascimento até o casamento. Autor do desenho: Tsiro Wajãpi, aldeia Tataira, 1977. Fonte: Acervo do Acervo do Núcleo de História Indígena do Indigenismo da USP (NHII-USP) – Primeiras experiências de representações gráficas de mapas elaborados nas décadas de 70 e 80 (Pasta 7, seq. X1). Reproduzido em: GALLOIS, Catherine J. S. *Sentidos e Formas do Habitar Indígena: entre mobilidade e sedentarização. Estudo de caso entre os Wajãpi do Amapá.* Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2004 (Prancha 1.5 – parte 2).

As casas representam as aldeias onde Tsiro viveu, desde sua aldeia de nascimento (4) à aldeia onde se casou (8). As posições das aldeias, de 4 a 8, parecem mostrar um deslocamento circular com um retorno às proximidades do ponto de origem, na outra margem do rio Felício.
4 - Aldeia YPARY - Fundada pelo pai de Tsiro, Piriri. Ali nasce Tsiro.
4a a 4d: aldeias na mesma região do Kumakary que são de outro grupo local (avô Tamea, avô Jesewarai e Jawaira).
5 - Aldeia URARYWER - Ali Tsiro viveu quando tinha 10 anos. Lugar de muita pupunha.
6 - Aldeia KURUMURI POPY- Ali Tisro viveu quando tinha 15 anos. Lugar de muita pupunha também.
7 - Aldeia KARAPANATY - Ali morreu Piriri, pai de Tsiro, que nunca tinha visto brasileiros.
8 - Aldeia de Tsiro, onde casou-se com Nawai. Abandonou esta aldeia e foi para a região do Nipuku.

que funda uma aldeia, abrindo a primeira roça e um primeiro pátio. O pátio (*okary*) é, portanto a unidade espacial mínima dentro da lógica territorial wajãpi.

Apesar de algumas transformações recentes, e apenas para alguns desses grupos locais (*wanã*), é clara até hoje a correspondência entre grupo local e regiões "tradicionalmente" ocupadas por esses grupos locais. *Jisyryry* ("afastar-se afastando") é, portanto, ao mesmo tempo uma "técnica" e um conceito wajãpi, imprescindível para explicar sua organização territorial.

O ESPAÇO DA ALDEIA É O TEMPO DA ROÇA

A agricultura itinerante praticada pelos Wajãpi distingue vários estágios[10] de uma roça[11]:

Koo'y (lugar "bom" para plantar uma nova roça, ou seja, a escolha de um local adequado para abrir uma roça); *Kookyry* (roça sendo plantada, futura roça); *Koopy'au* (roça nova, produtiva, sendo aproveitada, colhida); *Kookwer* (roça velha, literalmente capoeira).

Os espaços de uma aldeia estão diretamente vinculados a esse ciclo agrícola (Figura 4). A roça nova, *koopy'au,* transforma-se em poucos anos em capoeira (*kookwer* – roça velha). Assim, a aldeia surge no espaço aberto para a primeira roça, onde o pátio ocupa o lugar da roça, a qual, por sua vez, já virou "capoeira" (onde subsistem plantações de longo ciclo, pupunha, urucum e fruteiras). Enquanto isso, as roças produtivas vão sendo abertas nas imediações desse pátio (*okary*). Quando essa aldeia for

10 Observar que essa categorização de lugares está graficamente representada nos mapas recentes de aldeia, elaborados pelos Wajãpi entre 2000-2002. Esses mapas são mostrados no capítulo 3 da dissertação (GALLOIS, C. J. S., 2004).

11 De acordo com Programa Wajãpi / CTI (2002) e dados da segunda etapa de pesquisa de campo do mestrado (dezembro de 2003).

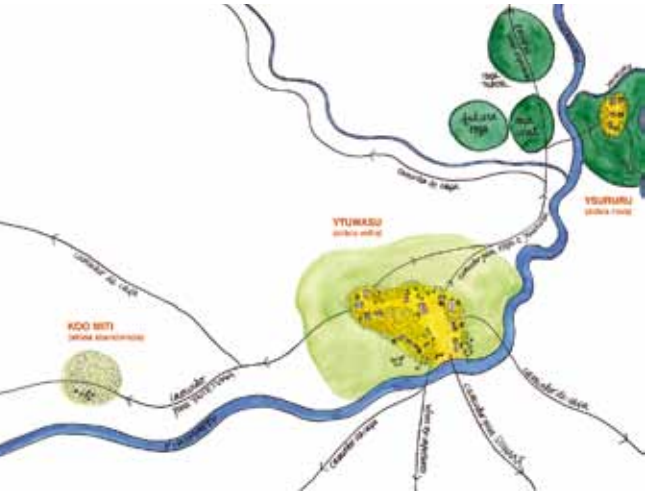


Figura 4 – Aldeias em três tempos. Elaborado por: Catherine Gallois e Moropi Wajãpi, 2000 (Oficina Roças Pátios e Aldeias, Programa Wajãpi, CTI). Fonte: GALLOIS, Catherine. Wajãpi rena: roças, pátios e casas. Rio de Janeiro: Museu do Índio-CTI, 2002.

Essas três aldeias são exemplos dos três estágios de um assentamento wajãpi: Koo miti é uma aldeia antiga (onde morava o chefe Jowatõ), abandonada há vários anos. Já Ytuwasu é uma aldeia 'velha' e Ysururu é a mais recente das três. Ali mora Jowatõ, o chefe do grupo local, com seus filhos casados e a família de um de seus genros. Ysururu é uma aldeia recente, com idade de um ano e meio aproximadamente. Soinarã é a aldeia secundária situada a dois dias de caminhada, para onde Jowatõ e sua família vão passar o verão, pescando e cuidando de suas outras roças. Ysururu é um 'pátio-aldeia', ou seja, uma aldeia cujo pátio ainda no centro da roça, ao contrário de Ytuwasu, onde as roças já distam de alguns quilômetros dos pátios de seus respectivos donos. Os moradores de Ysururu mantêm estreitas relações sociais com os de Ytuwasu. Em Ysururu há três casas e seus respectivos *tapaina* (casas de cozinha). Ali moram Matia e seus genros, Kaitona e Paturi. Este pátio novo é muito farto em plantas como o algodão, pés de pimenta, batata doce, jerimum. Ali também existem pés de pupunha antigos e palmeiras de açaí plantadas em uma ocupação antiga. Nesta aldeia, as futuras roças vão se expandir para além do igarapé Ysururu. Cabe mencionar que os caminhos de caça representados no mapa não são caminhos coletivos, pois a caça é uma atividade individual.

abandonada, as capoeiras se regeneram e voltam a ser floresta após várias décadas.

Quanto às aldeias (*taa*), é na floresta primária (*ka'a*) que as famílias Wajãpi escolhem preferencialmente lugares para fazer novas roças (*koo' y*) e aldeias "novas" (*tena py'au*). As aldeias, ao se tornarem aldeias "velhas" (*tena taimiwer*), são abandonadas (*tapera*) no momento em que as famílias passam a abrir roça "nova" e a compor um novo pátio (*okary*). A roça, já não mais produtiva, é abandonada e se torna capoeira, e assim sucessivamente. O chefe Waiwai nos contou que abriu uma nova aldeia no norte da Terra Indígena, Najaty[12]. Para responder à pergunta "há quantos anos existe a aldeia Najaty?", ele empreende um cálculo que envolve os diferentes estágios das roças que ele sucessivamente abriu, enumerando seis roças. Podemos então considerar que Najaty existe há seis anos (já que, a cada verão, abre-se um roçado novo). Assim, na concepção dos Wajãpi, o tempo de duração de uma aldeia mede-se pela quantidade de roças que a primeira família que abriu a aldeia já cultivou ali.

AS ROÇAS *(KOO)* E SEU MANEJO

Como foi visto, são as roças que dão início a uma nova aldeia. Ou seja, espacialmente, as aldeias "nascem" das roças, já que o espaço de uma nova aldeia sempre começa no "centro" de uma nova roça. Seja num velho ou num novo assentamento, a

12 Entrevista com o Chefe Waiwai, dezembro de 2003, em Kwapo'ywyry, Terra Indígena Wajãpi, Amapá.

roça é, portanto, fundamental, pois dá início a uma aldeia e, quando a aldeia já foi abandonada, ela deixa uma "marca de passagem" pela floresta, através de diversas árvores frutíferas[13].

As roças dos Wajãpi são um exemplo das chamadas "agriculturas itinerantes", de corte e queima. Esse tipo de agricultura traz inúmeras vantagens de adaptação às condições físicas e climáticas amazônicas. É uma solução ecológica baseada em muitos anos de conhecimento profundo dos ambientes naturais pelos povos nativos, de acordo com Berta Ribeiro (1987). O cultivo itinerante justamente se associa à *ocupação dispersa* e à mobilidade *territorial*, que corresponde à maneira como os Wajãpi se organizam espacial e socialmente. Cada família tem, no mínimo, duas roças em estágios diferentes, pois se abre uma roça nova a cada ano. De dois a cinco anos depois, uma roça de mandioca brava já não é mais produtiva. O período de cinco anos coincide justamente com o tempo de degradação das coberturas das casas, feitas de palha de ubim. Nesse momento, os Wajãpi têm que procurar novos lugares para morar e construir novas casas (Figuras 5 e 6)[14].

SÍNTESE: A MOBILIDADE DOS ESPAÇOS-TEMPOS DE UMA FAMÍLIA *WAJÃPI* NA LÓGICA DO *JISYRYSYRY*

As famílias wajãpi produzem, ainda hoje, diferentes tipos de espaços que podem ser diferenciados em quatro categorias, dentre os quais se destacam três tipos de aldeias:

- Os lugares de *concentração*: aldeias com roças/pátios, com habitações (aldeias principais);
- Os lugares de *dispersão*: aldeias de ocupação intermitente ou aldeias secundárias – principalmente durante a estação seca – (acampamentos de caça, pesca e coleta);
- Sítios de *ocupação antiga*, *kookwer*: as capoeiras de aldeias antigas para onde os wajãpi retornam regularmente e que constituem zonas de reserva de fauna;
- Os *percursos de caça*, pesca e coleta, formando uma rede intrincada de caminhos entre aldeias, acampamentos e igarapés.

Assim, os Wajãpi ocupam áreas com características geográficas e ambientais diferentes em épocas específicas para realização da caça e coleta, dispersando espécies vegetais pelo território (a pupunha, por exemplo, entre outras frutíferas), praticando um manejo dos espaços de cultivo, de áreas de caça, pesca e de coleta que lhes garante viver bem. Tal manejo resulta da combinação de fatores de ordem social, política e ecológica que determina os *movimentos de dispersão* dos Wajãpi no seu território, ou seja, sua organização territorial baseada na *mobilidade*.

Neste texto buscou-se situar o estudo realizado que deu fruto à palestra proferida, bem como apresentar, de forma sintética, o ciclo de ocupação de uma família Wajãpi, buscando-se explicitar as formas de *produção do espaço* wajãpi na sua menor escala, a escala "doméstica", quando essa produção não está envolvida pela pressão da *sedentarização*.

13 Trata-se das florestas "antropogênicas".
14 Para maiores detalhes sobre as tipologias arquitetônicas e métodos construtivos, vide Gallois, C. (2002a).

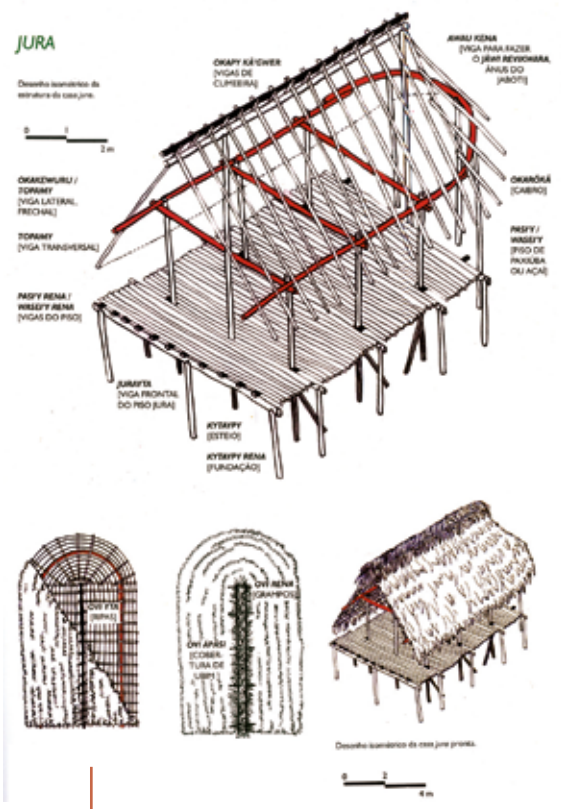


Figura 5 – Casa tipo *jura* – perspectiva isométrica. Autor: Catherine Gallois, 2001. Fonte: GALLOIS, Catherine. Wajãpi rena: roças, pátios e casas. Rio de Janeiro: Museu do Índio- CTI, 2002.



Figura 6 – Casa tipo *jura* da família do Pikui, aldeia Mariry – aquarela. Autor: Catherine Gallois, 2000. Fonte: GALLOIS, Catherine. Wajãpi rena: roças, pátios e casas. Rio de Janeiro: Museu do Índio- CTI, 2002.

REFERÊNCIAS

BEAUDET. De la séduction à la guerre: les Wayãpi et leurs musiques. **Souffles d'Amazonie**. Nanterre: Société d'Ethnologie, 1997, p. 27-45.

GALLOIS, Catherine. ***Wajãpi rena*: roças, pátios e casas**. Rio de Janeiro: Museu do Índio-CTI, 2002a.

_____. Arquitetura indígena. **Jornal Museu ao Vivo**, Ano XIII, n. 22, p. 4. Rio de Janeiro: Museu do Índio / FUNAI, 2002b.

GALLOIS, Catherine J. S. **Sentidos e Formas do Habitar Indígena:** entre mobilidade e sedentarização. Estudo de caso entre os Wajãpi do Amapá. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2004.

_____. **Elementos para um inventário nacional das arquiteturas indígenas brasileiras**. Texto apresentado na II Oficina de Pesquisa – Metodologia de Pesquisa e Multidisciplinaridade no IPHAN. Rio de Janeiro: COPEDOC, IPHAN, 1 a 5 de setembro de 2008.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Apropriação e gestão de uma "terra": a experiência Wajãpi (Amapá, Brasil). In: CONFERENCIA SOBRE DERECHOS INDÍGENAS Y CONSERVACIÓN DE LA NATURALEZA. IWGIA-FPP, Pucallpa, Peru, 1997.

_____. "Não sabíamos que existiam limites". In: PAIS DE BRITO, Joaquim (Coord.). **Os índios, nós**. 1. ed., Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 2000.

GODELIER, Maurice. L'Appropriation de la Nature. Territoire et Propriété dans quelques formes de sociétés précapitalistes. **La Pensée**, Paris, n. 198, Mars-avril 1978.

NOVAES, Sylvia Caiuby (org.). **Habitações Indígenas**. São Paulo: Nobel/Edusp, 1983.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Redimensionando a questão indígena no Brasil: uma etnografia das terras indígenas. In: OLIVEIRA, João Pacheco (Org.). **Indigenismo e Territorialização:** poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998, p. 15-60.

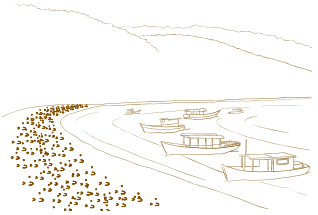
PROGRAMA WAJÃPI/ CTI (Centro de Trabalho Indigenista). **Diagnóstico etno-ambiental da Terra Indígena Wajãpi – Amapá**. Macapá: Relatório apresentado ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, 2002.

RAPOPORT, Amos. **Pour une anthropologie de la maison**. Paris: Dunod, 1972.

_____. Spatial organization and the built environnement. In: INGOLD, Tim (Ed.). **Companion Encyclopedia of Anthropology**. London, NY: Routledge, 1994.

RIBEIRO, Berta G. **O índio na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: UNIBRADE / UNESCO, 1987, cap. 1.

O ESPAÇO CAIÇARA: UM ESTUDO SOCIOESPACIAL DA PRAIA GRANDE DA CAJAÍBA – RESERVA ECOLÓGICA DA JUATINGA/RJ[1]



Manoel Vieira Gomes Júnior[2]

Por suas práticas patrimoniais e modo de vida, destacando-se como uma das populações tradicionais mais bem conservadas entre as duas maiores metrópoles do país, os caiçaras, *"uma mistura de tamoios, francês, português e negro"*[3], possuem destacada importância para a cultura brasileira[4]. O assunto, ainda que ignorado até pelo menos, meados do séc. XX[5] vem ganhando espaço nas universidades e sociedade civil. Essa cultura, que se estende do norte do Paraná ao sul do Espírito Santo[6], é resultante de um processo de transformação com momentos, ora essencialmente perenes, ora intensamente dinâmicos, que aconteceram mais ou menos distantes do desenvolvimento social urbano e hegemônico.

A história da cultura caiçara e da ocupação dessas áreas remonta ao processo de conquista e colonização portuguesa, tendo na viagem de Martim Afonso de Souza, em 1531, um marco inicial[7]. Sabe-se que os índios guaianás ocupavam o litoral de Paraty nessa época e que, quando a Metrópole procurava um local apropriado para a instalação de um porto para o escoamento do ouro das Minas Gerais, no início do século XVIII, já havia um pequeno vilarejo no Morro da Vila Velha – hoje Morro do Forte Defensor Perpétuo. Pela sua posição privilegiada e a existência de antigo caminho indígena que ligava a

1 Artigo para palestra realizada em 25/04/2007, no auditório do IPHAN-RJ, embasado na dissertação de mestrado intitulada "O Espaço Caiçara e o Dom da Terra – um estudo socioespacial da Praia Grande da Cajaíba/Reserva Ecológica da Juatinga – RJ", do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, de maio de 2005. A pesquisa de campo das ocupações foi realizada em conjunto com o Arquiteto Leonardo Bungarten, então aluno da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense – UFF.

2 Arquiteto e Urbanista graduado pela Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF, Mestre em Desenvolvimento e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ e Diretor do escritório A REDE Consultoria em Arquitetura. E-mail: manoelvieira@gmail.com.

3 MARQUEIZ apud MENDONCA, 1978, p. 19.

4 Aziz Nacib Ab'Sáber e Nilo Bernardes (1958, p. 47) destacam a importância da cultura caiçara e estudos como o de Mendonça (1978) e Maldonado (2001) registram e comprovam peculiaridades dessa cultura tradicional.

5 As populações tradicionais passaram a ter maior espaço em textos técnicos e acadêmicos no Brasil, a partir da segunda metade do séc. XX, com trabalhos como o de Cardoso (1968), Diegues Júnior (1980) e Antonio Cândido (1982).

6 "*O Império Caiçara ocupa extensa região que vai desde Ubatuba até Parati, abrangendo a linha costeira e a Serra do Mar.*" (DIEGUES JÚNIOR apud MENDONÇA, 1978, p. 12).

7 *"[...] da muito nobre gente que consigo trouxe Martim Afonso de Souza, foi feita a história das vilas que marcaram o litoral, desde Santos até o Rio de Janeiro."* (MAIA, T.; MAIA, T. R. C., 1978, p. 11).

região costeira ao Vale do Paraíba, foi em Paraty instalado o porto, que chegou a ser o segundo mais importante do país.

Porém, com a criação da Estrada Real da Côrte, no início do séc.XVIII, e a mudança da rota do ouro, o porto de Paraty passa a ter importância secundária. No séc. XIX, ganha novo impulso para escoar a produção cafeeira do Vale do Paraíba e para levar aos Barões do Café o luxo trazido da Europa[8]. Porém, *"ao se aproximar o fim do século, estava a antiga província do Rio de Janeiro com uma densa rede ferroviária, a qual viera provocar uma queda quase total no movimento dos caminhos e pequenos portos do tempo das tropas"*.[9] A antiga trilha foi desativada e o porto, que foi o segundo mais importante da Colônia, entrou em declínio.

Com a abolição da escravatura em 1888, houve a queda no tráfico escravista que havia na região, causando acentuado declínio da produção dos engenhos de cana-de-açúcar e um êxodo tal que, dos 16.000 habitantes existentes em 1851, restaram apenas *"600 velhos, mulheres e crianças"*[10] no final do século XIX. Nos momentos em que a economia voltada para o mercado externo (cana, ouro, café) apresentou decadências, houve um afrouxamento na concentração urbana e maior dispersão na ocupação no município de Paraty.

De meados do séc. XIX a meados do séc. XX Paraty vive um relativo isolamento sociocultural e econômico. Desenvolveu-se ali uma economia basicamente voltada aos cultivos da banana, da cana-de-açúcar e do café, à pequena produção de aguardente e de açúcar, à pesca artesanal e à agricultura de subsistência. Os bens excedentes eram voltados principalmente para o comércio com o Rio de Janeiro e cidades do Vale do Ribeira. A produção de víveres, que antes atendia a elite mineira e os coronéis do café, agora se direcionava para o mercado urbano industrial mais próximo. Plantações de banana se expandiam, acompanhando o movimento econômico da região[11]. Nesse período, os caiçaras mantinham razoável troca de bens com Paraty. Levavam mandioca, farinha de mandioca, peixe e outros víveres para a cidade e voltavam com carne seca, arroz e produtos industrializados de toda sorte, desde alimentos e roupas até munição para caça. Ganhavam "bem" no cultivo do café, no período de Vargas, momento econômico que ficou marcado na memória dos caiçaras mais antigos.

O relativo e involuntário isolamento de Paraty foi paradoxalmente o que preservou não só a estrutura arquitetônica, urbana e paisagística da cidade como também os costumes e práticas patrimoniais dos habitantes do município e arredores. Por essa importante herança, o Centro de Paraty foi considerado Patrimônio Estadual em 1945 e tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1958 ("Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Parati e separadamente a Santa Casa de Misericórdia"). Em 1966, o município é convertido em Monumento Nacional pelo Decreto Federal 5876/66. Em 1974, o IPHAN, em observância ao

8 MAIA, T.; MAIA, T. R. C., 1978, p. 22.
9 AB'SÁBER, A. N.; BERNARDES, N., 1958, p. 47.
10 Disponível em: www.paraty.com. Acesso em: janeiro de 2002.
11 Pelo Porto de Santos foi escoada parcela importante da produção nacional de banana e a cidade já abrigou uma indústria bastante conhecida – A Leoneza –, além da comercialização local das bananas *in natura* produzidas em toda a região próxima.

citado Decreto, promove o Tombamento do Município de Paraty, ratificando a proteção de 1966, no qual se destaca uma área especial de proteção de 5 km de raio, contados a partir da Igreja da Matriz.

A valorização desse trecho do litoral fluminense foi determinante para a abertura da BR 101 (Rio-Santos), inaugurada em meados de 1970. Nesse momento, Paraty sofre uma aceleração muito significativa no seu processo de ocupação e, consequentemente, na ação antrópica, que já havia sido sensivelmente acentuada a partir de 1950, com a abertura da rodovia Paraty-Cunha. A rodovia Rio-Santos tornou possível a instalação do terminal portuário da Petrobrás em São Sebastião e das usinas nucleares de Furnas Centrais Elétricas em Angra dos Reis. Essa retomada, com a implantação das mais diversas atividades econômicas de médio e grande porte na região, provocou grandes modificações ambientais, paisagísticas e socioculturais. Paraty passou a atrair mais e mais os interesses das elites do eixo Rio-São Paulo, tanto como balneário e estância turística como palco de especulação imobiliária e grilagem de terras, principalmente à beira-mar, ocasionando uma ocupação indevida da região costeira e gerando sérios conflitos sociais na região.[12]

Os antigos moradores do Centro Histórico de Paraty foram os primeiros a passar por um processo de expropriação conhecido por "remoção branca", sendo os usos das construções substituídos por atividades comerciais e turísticas. Emergiam situações que dificultavam ou inviabilizavam a reprodução social dos moradores tradicionais no Centro da cidade, tais como aumento dos impostos, valorização imobiliária, aumento do custo de vida e diversas transformações socioculturais que fizeram do Centro de Paraty outro lugar (ou lugar de outros). Atualmente, são poucas as residências no Centro Histórico e boa parte da população que residia ali se mudou para bairros periféricos. Obviamente que as consequências desse processo são sentidas no nível paisagístico e ambiental da cidade, visto o caráter cênico que hoje impera nas edificações do centro histórico, em oposição à rusticidade das edificações nos bairros mais pobres ao redor.

A abertura da rodovia Rio-Santos foi planejada no governo de Castelo Branco, em 1967, e satisfez as necessidades de escoamento rodoviário do Parque Industrial de Santa Cruz, Porto de Sepetiba, Estaleiros Verolme, Usina Nuclear Angra I e dos terminais petrolíferos de Angra dos Reis e São Sebastião. Abriu caminho para a especulação turística e imobiliária por vários grupos empresariais, promovendo uma repentina valorização das terras da região, as quais em parte foram compradas e revendidas pelo então governador Carlos Lacerda, como a Fazenda das Laranjeiras, hoje famoso Condomínio das Laranjeiras. A ação do governo foi então o estopim de um processo de mercantilização fundiária de toda a região, incentivando investimentos empresariais e industriais em detrimento da "cultura da banana"[13]. Sucessivas investidas do empresariado para transformar o local num balneário

12 "*[...] com a construção dessa rodovia, inaugurada em 1975, toda a região de Paraty (RJ) e Ubatuba (SP) transformou-se abruptamente em foco de tensão social causada pela especulação imobiliária, pelas atividades e ocupação desordenadas ligadas ao turismo, 'atravessadores' do comércio de peixe, palmiteiros e madeireiros. A faixa situada entre a BR-101 e as praias estavam sendo vendidas a terceiros, a maioria pela venda da posse, e ainda em alguns trechos eram objetos de disputa de grileiros.*" (RAIMUNDO, 2001, p. 84-85).

ou estância turística minaram as forças de sustentação do povo caiçara, alterando parcialmente seus valores e determinados aspectos dos seus costumes. Hoje, a ameaça está concretizada e o povo caiçara segue rumo à miséria nas periferias mais próximas da cidade[14].

Com tudo isso, a cidade de Paraty vem recebendo um crescente contingente de visitantes[15]. O crescimento populacional dessa região se caracteriza também pelo êxodo das áreas rurais, que desempenhavam papel fundamental na economia local, e por um alto índice de urbanização. Esse impacto, inicialmente concentrado na cidade, se expandiu bastante, especialmente a partir da década de 80, e atingiu as comunidades caiçaras da Reserva Ecológica da Juatinga – REJ, situada no extremo sul do município, próximo à divisa com o Estado de São Paulo. Esses caiçaras ocuparam terras que, por sua acessibilidade desfavorável, relevo acidentado e distância das vilas e centros urbanos, foram preteridas pelas ocupações oficiais e regulares.

Grandes latifúndios foram originados a partir da subdivisão em Sesmarias da Capitania de São Vicente, mas não foram ocupados conforme os planos da coroa portuguesa pelas características do relevo (Serra do Mar), que se apresentava como grande obstáculo para a conquista do território. No estudo da Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários – SEAF (1991, p. 159) para a Ação Discriminatória da Praia do Sono[16], lê-se que *"em 29/12/1593, foi doada uma Sesmaria a Miguel Alves Maldonado, que recebeu o nome de Cajahiba e abrangia, entre outras, a área hoje conhecida como Praia do Sono, mais a Praia dos Antigos e a Praia Negra."* (grifo nosso). A Sesmaria da Cajahiba, ou Sesmaria de Maldonado, estendia-se até Paraty-Mirim, passando pela Praia do Pouso da Cajaíba e englobando toda a Praia Grande da Cajaíba, como indicado em mapa existente nos arquivos do levantamento realizado pela SEAF. Em 1643, a Sesmaria da Cajahiba foi doada por Maldonado e sua mulher aos religiosos de Nossa Senhora

13 "*A essa valorização corresponde o valor do que se faz com ela (a terra)... onde a terra passa a valer mais do que a banana permite, o desejável não é plantar bananas e sim instalar algo mais compatível com a valorização. [...] Cidades, turismo, são mais valiosos que bananas.*" (Imobiliários gananciosos, imobilistas gananciosos. O Estado de São Paulo, São Paulo, 08 out. 1972).

14 *"A partir de então as cidades da região receberam imigrantes em grande quantidade, que iniciaram uma completa transformação nos padrões culturais e sociais das comunidades antes isoladas em suas próprias tradições. Surgem então dois novos padrões de ocupação: os condomínios de luxo dos veranistas e altos funcionários (de Furnas e da Petrobrás) e as favelas dos pescadores expulsos de suas terras pelo capital turístico, empregados domésticos e operários (das estatais)"*. (SOS Mata Atlântica, 2002, p. 8).

15 "*A população flutuante, em função das atividades turísticas, chega a alcançar e até superar várias vezes a população residente, aumentando a demanda sobre a estrutura viária, os equipamentos urbanos e a infra-estrutura ineficiente.*" (SOS Mata Atlântica, 2002, p. 9).

16 SEAF, 1991, p. 159. Arquivo acessado no Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ, em visita realizada em 18/03/2005, sob a orientação cuidadosa da servidora Dra. Elisabete Andrade. A Ação Discriminatória da Praia do Sono, situada no extremo sul da REJ, exigiu um minucioso levantamento da área pela SEAF, realizado na década de 1980. Através do estudo das cartas de doação, de confirmação de doação, de confirmação de Sesmarias, do levantamento e mapeamento de todos os acidentes geográficos encontrados em mapas de época (1700 a 1850) e a identificação e mapeamento dos Registros Paroquiais de Terras declarados no cumprimento da Lei 601 de 1850, regulamentada em 1854, a SEAF pôde verificar como foram efetivadas as declarações de terras possuídas, discriminando as terras de domínio particular das devolutas.

do Carmo que, por sua vez doaram uma parte daquela, englobando as praias do Sono, dos Antigos e Negra, em meados do século XVIII, para pessoas que alegavam viver nos locais, plantando e pescando de rede. Outra Sesmaria, que englobava a localidade do Saco do Mamanguá, vizinha da Praia do Sono, teria sido do padre José Alves Velludo, em início do século XIX. Ao morrer, este deixou suas terras para o seu filho, o padre Manoel Alves Velludo, que morreu sem deixar herdeiros.

Parte das terras que compreendem a REJ não foram oficialmente ocupadas até a sanção da Lei 601 de 1850, ou Lei de Terras, regulamentada em 1854, sendo consideradas como devolutas e reavidas pelo Império. Com a Independência, essas terras passaram a pertencer ao poder público, mesmo quando não escrituradas em seu nome. As terras herdadas pelo padre Manoel Alves Velludo foram incorporadas pelo Estado como devolutas e, em 29 de novembro de 1953, juntamente com pelo menos parte da Sesmaria de Maldonado, foram leiloadas pela Fazenda Pública Estadual à Theóphilo Rameck. Pelos documentos encontrados (SEAF, 1991 e Mapa Sesmaria de Maldonado), observamos que essas terras englobavam o Saco do Mamanguá e a Praia Grande da Cajaíba, entre outras localidades.

A compra das terras que permaneceram devolutas desde a Lei de Terras equivale ao período da construção das primeiras rodovias que tornaram Paraty mais acessível aos centros urbanos mais próximos (Santos, Rio de Janeiro e São Paulo), iniciado pelas melhorias na estrada que ligava Paraty à Cunha. Já nesta época se falava na criação de uma estrada que ligaria os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo pelo litoral. Contudo, Theóphilo Rameck não ficaria muito tempo com as terras recém-adquiridas:

> *Em 1955 Theóphilo Rameck vendeu suas terras a Gibrail Tannus e sua mulher. E, na ocasião, o memorial descritivo contido no Registro Imobiliário sofreu alterações, tendo a citação da Fazenda do Sono como confrontante feita com rasuras em tinta vermelha no Livro do Registro de Imóveis. E com ela foi concluída a grilagem das terras pertencentes à Praia do Sono, Praia dos Antigos e Praia Negra. (SEAF, 1991, p. 159).*

A partir de então, iniciam-se conflitos em diversos locais da REJ, com destaque para a Praia do Sono e a Praia Grande da Cajaíba:

> *Querendo tomar o domínio das terras incorporadas a sua propriedade, Gibrail Tannus passou a tomar atitudes violentas contra os caiçaras, que não aceitavam a idéia de abandonar as terras desde sempre cultivadas e habitadas por, pelo menos, três gerações de suas famílias. A partir daí, estabeleceu-se o confronto. (SEAF, 1991, p. 159).*

Sabendo que os caiçaras já ocupavam aquelas terras há séculos[17] e observando o conflito gerado pelo processo de expropriação iniciado por Gibrail Tannus, a SEAF iniciou, na década de 80, a citada Ação Discriminatória da Praia do Sono. A partir daí, para tentar comprovar a legitimidade documental do Registro Imobiliário de Paraty frente às inquirições da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, quando da Ação Discriminatória, Gibrail Tannus

17 "[...] em 1762, parte da Praia do Sono foi novamente doada em Sesmaria, desta vez a Leonardo Pimenta D'Oliveira, cuja área se encontra assinalada no mapa. Em 1771, também por doação, Antônio Villela de Bastos recebeu a Praia dos Antigos, a Praia Negra e o restante da Praia do Sono. Ele obteve a doação

fraudou um mapa demarcatório das terras inscritas na sesmaria de Maldonado, utilizando escalas distintas entre o mapa e a delimitação da propriedade. Mesmo com todos os argumentos e provas contrárias a Gibrail Tannus, surpreendentemente este obteve sentença favorável no fórum de Paraty. Entretanto, essa sentença foi anulada por decisão unânime de três desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em 1994. Desde então, a questão está no Supremo Tribunal Federal e hoje já passa de 15 volumes.

A Ação Discriminatória tornou pública a realidade enfrentada pelos caiçaras da região. Em 1985, a então Secretaria de Estado da Ciência e Cultura, por intermédio do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC, numa ação inovadora, resolve tombar[18] diversas praias do litoral fluminense, inclusive as praias do Sono e a Grande da Cajaíba, considerando não apenas a preservação da fisionomia natural e dos ecossistemas litorâneas, mas também *"o valor cultural de uma associação espacial e, por assim dizer, simbiótica, entre os povoados tradicionais de pescadores e a faixa de terras emersas das águas oceânicas"*[19].

A Praia Grande da Cajaíba (PGC) enfrentou situação similar à da Praia do Sono, porém sem a devida atenção do Governo do Estado, sendo palco de sucessivas tentativas de expropriação, a partir de 1950, com a chegada de Gibrail, como contado por um dos moradores mais antigos dali, o Sr. Almerindo Gonçalves[20]. A história, contada e confirmada por vários caiçaras, diz que pouco depois da compra, Gibrail Tannus teria colocado 500 cabeças de búfalos na PCG, criando grande confusão, quebrando casas, destruindo roças e expulsando o povo dali. Por sorte, a manada adoeceu envenenada por uma determinada planta existente na região, que era ingerida pelos animais juntamente com as pastagens[21], perecendo completamente. O Sr. Almerindo afirma que Gibrail Tannus foi "comprando aos poucos" as terras que pertenciam aos seus antepassados, aproveitando-se do pouco conhecimento que detinham sobre o valor da terra, a legislação e seus direitos.

Por usucapião, essas terras particulares, compradas do Estado em 1954, passariam a ser de propriedade dos caiçaras. Entretanto, por não terem sido revalidadas pela Lei de Terras de 1850 e por raríssimas vezes terem sido registradas em cartório, as ocupações

---

alegando que vivia no local onde fazia plantações e pescaria de rede. [...] Quanto aos atuais moradores, os da Praia do Sono descendem apenas de três famílias: Santos, Araújo e Castro. Lá existem caiçaras de 80 anos, nascidos na localidade cujos pais e avós também nasceram ali. Os descendentes dessas três famílias portuguesas que desembarcaram em Parati, assim como o sesmeiro Antônio Villela de Bastos, sempre se dedicaram à lavoura (plantavam principalmente feijão, milho, banana e aipim) e à pesca. Esta mesma prática é mantida pelas famílias moradoras da Praia Negra (na Praia dos Antigos não há mais moradoras, foram todos despejados). Mas todas essas famílias jamais tiveram qualquer documento que comprovasse a propriedade da terra." (SEAF, 1991, p. 159).

18 Tombamento do Litoral Fluminense, Processo nº E-18/300459/85, acessado no INEPAC em meados de 2006 e em 19 de abril de 2010.

19 Do Ofício nº 289/DCDG, de 09/09/1985, do então Diretor do Departamento Geral de Cultura, Prof. Ítalo Campofiorito, com a faculdade da escrita que lhe é peculiar. Processo nº E-18/300459/85 (Fls. 82-83).

20 Mais conhecido como "Seu Filhinho", nascido na PGC, onde viveu por mais de sessenta anos, foi um dos maiores contribuintes dessa pesquisa. Faleceu no início de 2010 no Saco do Mamanguá, expropriado de sua terra de origem, mas vivendo ainda no interior da REJ.

21 Essa história também está relatada em artigo escrito por Cavallieri (2003, p. 1).

caiçaras não possuem qualquer documento que comprove suas titularidades. Esse aspecto da cultura caiçara foi observado por Raimundo (2001, p. 77): *"[...] é importante destacar que não faz parte da cultura caiçara a regularização de títulos. O Estado deveria reconhecer este aspecto"*. Essa legitimidade é contestada pelos titulares do Sr. Gibrail Tannus, que afirmam ter contratos de comodato com todos os moradores. O contrato de comodato foi o jeito que Gibrail Tannus arranjou para que as posses caiçaras, garantidas por séculos de usucapião, lhes fossem transmitidas "a preço de banana" ou mesmo apropriadas de maneiras ilícitas[22]. Não se sabe precisamente se os contratos de comodato foram ou não realmente assinados pelos caiçaras, mas há registros deles no Livro de Registros de Paraty.

Acirrando o conflito, o Instituto Estadual Florestal – IEF – criou em 30/10/1992, através do Decreto Estadual N° 17.981, a Reserva Ecológica da Juatinga – REJ, com o objetivo principal de *"preservar o ecossistema local, composto por costões rochosos, remanescentes florestais de Mata Atlântica, restingas e mangues que, em conjunto com o mar, ao fundo, forma cenário de notável beleza, apresentando peculiaridades não encontradas em outras regiões do Estado"*. Esse decreto, como outros atos similares[23], apesar de no seu Artigo 4º fazer menção ao fomento da comunidade caiçara ali residente, no Artigo 2º apresenta-se como de "caráter *non edificandi*", ignorando a reprodução da comunidade que pretendia proteger.

A discussão da permanência de comunidades tradicionais no interior de Unidades de Proteção Integral também é assunto recente nas políticas públicas nacionais[24]. A atuação dos órgãos ambientais em áreas protegidas tem notadamente buscado remover as populações tradicionais[25] em benefício de suposta regeneração biótica, ainda que haja casos em que o desejo de remoção dessas comunidades divida espaço com a construção de mansões para o "*refúgio de milionários*" (WURM, 2010).

Com atuações no mínimo equivocadas na REJ desde meados da década de 90, o IEF promoveu em março de 2006 a demolição de ranchos caiçaras na PGC[26]. Em razão da ilegalidade do ato,

22 Em 2004, em depoimento dado na mostra de vídeos caiçaras intitulada "Encontro com o Cinema de Paraty", realizada pela ONG Verde Cidadania, na Casa da Cultura de Paraty, D. Maria, esposa do Sr. Almerindo Gonçalves, contou que ficou um dia inteiro trancada numa casa sem nada comer até que "assinasse o papel" (contrato de comodato) com a sua digital. O relato foi registrado em vídeo pela mesma ONG.

23 No Parque Estadual da Serra do Mar, em Ubatuba, "*não foi respeitado o direito de posse dos moradores nem considerado o uso tradicional dessas comunidades à medida que, nesse acordo verbal (com o Estado) os moradores foram orientados a não aumentarem suas áreas de cultivo"*. (RAIMUNDO, 2001, p. 77).

24 A permanência das populações tradicionais em áreas de proteção só foi devidamente legitimada com a criação das *Reservas Extrativistas*, motivada pela organização do Movimento Nacional dos Seringueiros, iniciado no Acre, na década de 70 (DIEGUES, 1998, p. 146-148), que teve Chico Mendes como seu principal líder e mártir.

25 "A política ambientalista não os contempla. [...]. Na prática, são populações 'invisíveis' que sofrem uma repressão baseada em idéias ultrapassadas que não levam em conta a contribuição desses grupos sociais (caiçaras, ribeirinhos, seringueiros) na conservação do meio ambiente." (FAJARDO, Maio/1994, p. 6). *"A preocupação com as populações tradicionais é relativamente recente no Brasil, e até pouco tempo eram considerados 'caso de polícia', pois deveriam ser expulsas da terra em que sempre viveram, para a criação de parques e reservas"*. (DIEGUES, 1998, p. 125).

o Ministério Público Federal interveio e impetrou ACP para responsabilizar o IEF/RJ[27]. Por outro lado, curiosamente desde início do séc. XXI, policiais são encontrados em período de alta temporada apenas na PGC, removendo com violência e ameaças turistas que instalavam suas barracas nos quintais dos caiçaras. Essas ações tiveram um efeito avassalador no êxodo caiçara. Em 1993, segundo levantamento de Cavallieri (1999), havia 17 edificações habitadas na PGC, com aproximadamente 60 moradores. Em 2003, a ONG Verde Cidadania fez novo levantamento e constatou que havia 25 edificações habitadas[28] no local. Mesmo com a migração de alguns caiçaras da PGC para a cidade de Paraty e outras localidades, houve um crescimento de aproximadamente 47% no número de habitações em cerca 10 anos. Das 25 moradias ocupadas em meados de 2003, apenas 11 permaneciam ocupadas em julho de 2004 (Figura 1). Atualmente, apenas 5 habitações encontram-se ocupadas por caiçaras na PGC.

A família Tannus traz versão diferente para a história:

> *Maria Elisabeth Tannus, herdeira de Gibrail, explica numa carta a posição da família. No texto, ela confirma que todas as famílias caiçaras tornaram-se comodatárias por força de contratos celebrados em sua maioria na década de 70. Mas diz que não tem a intenção de retirar nenhum morador da área. 'Os comodatários podem viver tranqüilamente e sem serem importunados desde que não desviem de sua cultura, a caiçara [...]. Todas as famílias que de lá se retiraram o fizeram por iniciativa própria, por livre e espontânea vontade, por motivo de velhice, doença ou simplesmente para melhorar de vida, exercendo o livre arbítrio.'*[29]

A questão aqui é dar contornos ao que seria cultura caiçara para *Elisabeth Tannus* e porque a sua visão sobre o assunto seria a hegemônica. Além disso, caberia ainda esclarecer a que tipo de "livre arbítrio" ela se refere, visto que outras escolhas não foram possíveis aos caiçaras.

Ainda que afirme o contrário, fato é que a família Tannus é acusada por diversos segmentos da sociedade (caiçaras, ONGs, turistas, jornalistas, pesquisadores, entre outros) de ter exercido diversas pressões sobre os moradores locais para conseguir, pouco a pouco, a sua expulsão.

À distância das intenções que motivaram os tombamentos em nível federal e estadual e outras normas que sustentam a proteção das comunidades tradicionais, ante as pressões dos órgãos ambientais, de grileiros e especuladores imobiliários, as intervenções do governo têm sido pouco ou nada significativas para garantir a preservação da cultura caiçara e a permanência do seu povo nas suas terras de origem, cabendo, portanto, uma reformulação estratégica das políticas de preservação desse patrimônio cultural que ainda pulsa com a movimentação rítmica do mar.

---

26 Manifesto Reserva Ecológica da Juatinga. Disponível em: http://www.fboms.org.br/detalhes.asp?id=180&cat_id=4&dnome =Manifesto% 20Reserva%20Ecológica%20da%20Juatinga%20&cat_nome=Comunicação&idioma=.

27 DUARTE, Maria Betânia Guerra. A Atuação do Ministério Público na Defesa dos Caiçaras de Paraty/RJ. Disponível em: http:// www.usp.br/nupaub/betania.pdf.

28 GOMES JÚNIOR, M. V., 2005, p. 90-92.

29 BRANDÃO (2004, p. 28)

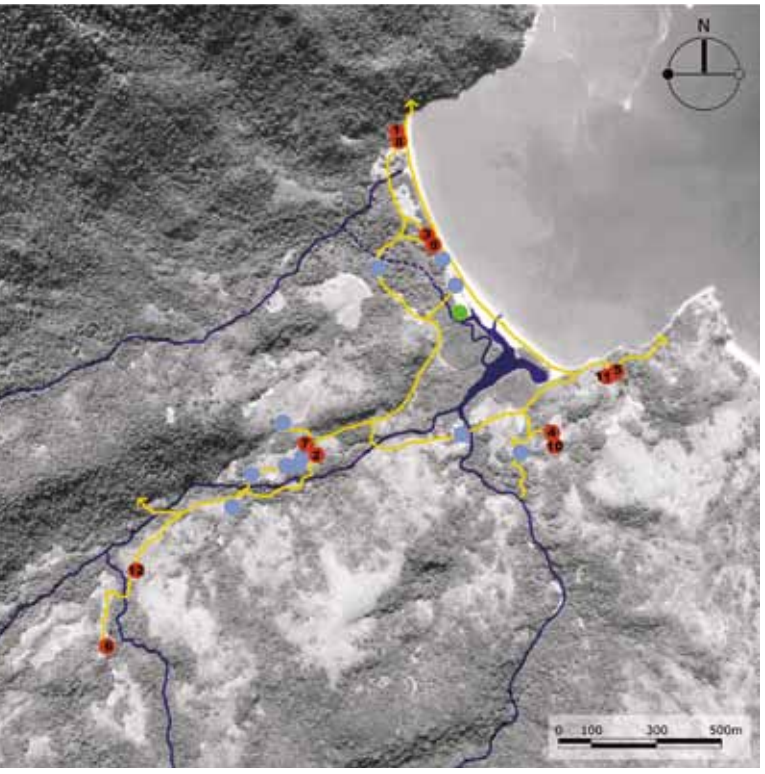


Figura 1 – Levantamento e manipulação de imagem aérea cedida pela AMPLA realizados juntamente com o Arq. Leonardo Bungarten em 2004.

- Habitações ocupadas
- Habitações desocupadas
- Casa de Veraneio da família Tannus
- Caminhos
- Hidrografia

O lugar é então o espaço consagrado a determinado fim ou a um conjunto deles. Seus limites são estabelecidos de forma equivalentes aos do espaço. O homem transforma o espaço em lugar; seu lugar ou lugar dos outros, prisão ou vastidão. E dessas dualidades surgirá um sem número de variações; de matizes, mais ou menos contrastantes, que qualificarão lugares por onde o homem desenvolverá suas atividades e recortá-las-á no espaço. Serão espaços socialmente construídos, serão lugares de moralidades.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib; BERNARDES, Nilo. **Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Arredores de São Paulo**. Guia da excursão n.º 4, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

ADAMS, Cristina. **Caiçaras na Mata Atlântica:** pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

_____. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 43, n.1, p. 145-182, 2000.

BRANDÃO, Túlio. Paraíso em forma de fiorde na mira dos ricos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 jun. 2003, p. 28.

_____. A meteórica agonia dos caiçaras de Paraty. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 fev. 2004, p. 26.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

CARDOSO, Ciro F. Santana. **Escravo ou Camponês?** O protocampesinato negro das Américas. São Paulo: Brasiliense, 1968.

CAVALIERI, Lúcia. **Os Caiçaras da Juatinga**: Cultura, Conflitos e Sonhos. São Paulo, Monografia de Graduação, Departamento de Geografia, USP, 1999. Orientação: Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

_____. A comunidade caiçara da Reserva Ecológica da Juatinga no processo de reclassificação da Unidade de Conservação. In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA / I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. USP, São Paulo, 2003.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito da Natureza Intocada**. 2. ed., São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **Etnias e Culturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1980.

FAJARDO, E. Cultura Caiçara. **Revista Ecologia e Desenvolvimento**, Ano 3, n. 39, Maio 1994.

_____. Os povos da floresta e do mar merecem respeito. **Revista Ecologia e Desenvolvimento**, Ano 3, n. 42, ago. 1994.

GARBIN, Luciana. http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2001/07/29/cid021.html

GOMES JÚNIOR, Manoel Vieira. **Princípios, Conceitos e Diretrizes para um Plano Básico Sustentável na Praia Grande da Cajaíba**. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Orientador: Eduardo Mendes Vasconcellos. Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

_____. O Espaço Caiçara e o Dom da Terra – um estudo socioespacial da Praia Grande da Cajaíba/ Reserva Ecológica da Juatinga – RJ. Rio de Janeiro. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. 2005.

MAIA, Tim; MAIA, Thereza R. C. **Do Rio a Santos – velho litoral**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

MALDONADO, Wanda T. Passos de Vasconcellos. **Da mata para o mar**: a construção da canoa caiçara em Ilhabela/SP. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado), Ciência Ambiental. Orientação: Pedro Roberto Jacobi.

MENDONCA, Olympio Correa de. **Léxico do falar caiçara de Ubatumirim**. São Paulo, 1978. Tese de Doutorado, FFLCH-USP

RAIMUNDO, Sidnei. **Nos bananais de Ubatuba (SP):** dilemas e desafios para a gestão das unidades de conservação de proteção integral com comunidades tradicionais residentes. Dissertação (Mestrado). São Paulo, USP, 2001. Orientação: Gil Sodero de Toledo.

SÁ, Cristina. A casa Guarani: notas comparativas sobre modelos espaciais. In: VIVIENDA RURAL. 3er Seminário sobre vivienda rural y calidad de vida en los asientamentos rurales. Memoria. Santiago de Cuba: CYTED-HABITED-RED XIV-E, 2001.

SEAF. A Ação Discriminatória de Terras Públicas. In: **Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1991, p. 159.

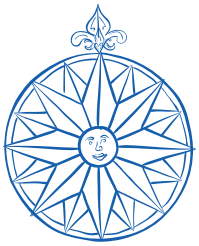
SIQUEIRA, P. **Genocídio dos Caiçaras**. Ed. MASSAO ONO, J. São Paulo: Guarnelli Editores, 1984.

SOS Mata Atlântica. **Plano de Gestão Ambiental da APA de Cairuçú**. Patrocinado pelo Condomínio Laranjeiras e a Harmonia Global, apoiado pela Prefeitura Municipal de Parati e tendo a colaboração do IBAMA do Instituto Estadual de Florestas (IEF), 2002.

TAVARES, Themilton. Paraty. **Revista Ecologia e Desenvolvimento**, Ano 2, n. 28 – jun. 1993.

WURM, Sabrina. Refúgio dos milionários. **Veja Rio**, Rio de Janeiro, Edição nº 1728, 27 fev. 2010.

FORTIFICAÇÕES E DESENHO URBANO: O CASO DO RIO DE JANEIRO[1]



Adler Homero Fonseca de Castro[2]

A década de 1930 foi um momento marcado por profundas mudanças no País e nas ciências humanas. Foi quando surgiram algumas obras revolucionárias ou que seriam fundamentais na historiografia brasileira das décadas seguintes. Não é preciso comentar a importância de *Casa-grande & Senzala,* de autoria de Gilberto Freyre e datada de 1933, para se constatar esse aspecto. Outra obra de fundamental importância, *Raízes do Brasil,* de Sérgio Buarque de Holanda, escrita três anos depois, também teria um efeito muito forte na forma como os acadêmicos de história viam a sociedade nacional.

Uma passagem do livro *Raízes do Brasil,* contudo, geraria uma grande controvérsia entre os urbanistas. Buarque de Holanda, descrevendo uma das suas teses sobre as distintas formas de agir dos ibéricos nas Américas, no capítulo intitulado "o semeador e o ladrilhador", defende a tese de que havia diferenças marcantes entre a forma lusitana e a espanhola de colonização. Estes últimos queriam fazer das colônias uma extensão de seu país, enquanto os portugueses tratavam suas colônias mais do ponto de vista de uma exploração comercial imediatista, com consequências na formação das cidades nas colônias dos dois países. Enquanto na América hispânica nota-se um cuidado no planejamento urbano, retilíneo, "estável e bem ordenado"[3], no Brasil haveria uma contraposição:

> *A cidade que os portugueses construíram na América não é um produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra "desleixo" – palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como "saudade" e*

1 Este texto é um sumário da palestra apresentada na Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, em 9 de maio de 2007, e é resultado de pesquisas sobre as fortificações do Brasil que vêm sendo desenvolvidas desde 1982.

2 Mestre em História, pesquisador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), curador de armas portáteis do Museu Militar Conde de Linhares, autor ou co-autor dos livros: *Armas, ferramentas da paz e da guerra*; *Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do porto de Santos*; e *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0569417605584381. E-mail: ahfc@centroin.com.br.

3 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 19 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. p. 62.

que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que "não vale a pena..."[4]

Como dissemos acima, o texto de Buarque de Holanda gerou controvérsias: foi o primeiro autor a propor uma teoria da formação urbana brasileira. Esta, como colocado acima seria originária de um pensamento de "semeador", que larga a semente no solo para ver como ela se desenvolve, sem maiores preocupações, em oposição ao hispânico, do "ladrilhador", que procura, de forma racional, "vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste", onde "As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõem-lhes antes o acento voluntário da linha reta."[5]

Em termos de traçado urbano real, essa é uma realidade que é aparentemente de fácil apreensão: basta ver as plantas de uma grande cidade na América hispânica, como Buenos Aires, em 1708 (Figura 1), e compará-la com a de uma capital do Brasil, como Cuiabá, de cerca de 1770 (Figura 2). Na primeira, mesmo sem haver uma ocupação – a maior parte dos lotes é mostrada como vazia – já há uma previsão de como a povoação se desenvolveria em uma grelha de quarteirões retangulares, regulares. No caso de Cuiabá, a ocupação dos lotes tem uma lógica, em função da topografia e prédios públicos existentes, como as igrejas. Contudo, não se pode, de forma alguma, dizer que seja uma planta "regular".

Nem todos concordam com as colocações de Buarque de Holanda, argumentando que seria um "mito"[6], pois teria havido uma regulamentação urbanística no Brasil colônia[7]. Roberta Marx Delson chega até a defender o oposto da tese de Holanda, afirmando que "quase todas as novas comunidades construídas no sertão foram subordinadas a um protótipo de planejamento de vilas"[8].

O abaixo assinado é historiador e sua linha de pesquisa não é a história do urbanismo brasileiro – muito complexa e controversa, como colocado acima. Contudo, um dos argumentos apresentados na questão do desenho urbano das cidades no Brasil colonial é sobre o papel dos engenheiros militares "que foram, faça-se a ressalva, durante todo o Período Colonial, os principais arquitetos, urbanistas e construtores do Brasil"[9], e nossa linha de pesquisas tem se centrado há vários anos na questão da engenharia militar. Seria possível discutir a questão de haver no Brasil um planejamento urbano com base nas imposições militares? É o que nos propomos a refletir brevemente, usando o Rio de Janeiro como exemplo.

Do ponto de vista de traçado urbano, o que chama mais a atenção é a previsão

4 Ibid., p. 76.
5 Ibid., p. 62.
6 Palavra usada em DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: planejamento Espacial e Social no século XVIII*. Brasília: Ed. Alva-Ciord, 1997. p. 1.
7 REIS FILHO, Nestor Goular. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Livraria Pioneira-EDUSP, 1968. p. 66 e segs. e SANTOS, Paulo. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. p. 46 e segs.
8 DELSON, op. cit., p. 4.
9 SANTOS, op. cit., p. 71.

que os "tratadistas", os autores de livros sobre arquitetura militar, faziam de traçados ortogonais ou regulares para as cidades[10]. Para um arquiteto e urbanista de hoje, os planos geométricos, simétricos e harmônicos dos engenheiros militares podem até parecer o elemento mais importante no ordenamento urbano proposto por esses tratadistas quando os analisamos hoje em dia, mas isso é um engano. Na época, esse tipo de desenho regular tinha sua utilidade: ruas retas, largas, com praças colocadas em posições centrais ou espalhadas de forma equidistante eram úteis, pois atendiam a mentalidade de sua época, eram de fácil desenho e resgatavam valores da antiguidade clássica, um ponto importante no Renascimento. Do ponto de vista estritamente militar, as amplas vias permitiriam o rápido movimento de tropas e equipamentos de um ponto para outro de uma fortificação, enquanto as praças destinavam-se à concentrações de tropa, para treinamento ou para serem passadas em revista[11]. Mas essas vantagens de uma malha urbana regular não eram determinantes no desenho de uma cidade fortificada. Eram secundárias ou até ignoradas por vários engenheiros militares.

Ao longo de toda a história, considerações puramente urbanísticas sempre foram encaradas como de pouco relevância em uma fortificação: o que mais preocupava os autores de projetos defensivos e os legisladores era tornar o perímetro externo da cidade, a região *extramuros*, o mais defensiva possível. Era uma preocupação que tinha surgido em função do armamento que seria usado, tanto no ataque, como na defesa. No Renascimento, esse armamento – os canhões – tinha alcançado tal eficiência que os antigos castelos deixaram de ser capazes de oferecer qualquer resistência aos ataques, de forma que um novo desenho teve que ser adotado, o *traçado italiano*[12], com possibilidade de fazer fogo defensivo de flanco que cobriria as muralhas, sem deixar pontos cegos. Mais importante, o maior alcance dos canhões exigia que em torno das fortificações e cidades muradas existisse uma ampla área extramuros, livre de obstruções que pudessem ser usadas como cobertura por um atacante – o que é conhecido como "zona de servidão militar".

A consequência era que as muralhas urbanas passavam a ser um elemento de proteção e, ao mesmo tempo, de restrição: além delas, nenhuma construção

10 Por exemplo, Francesco Giorgio Martini, Girolamo Marini, Antonio Lupicini, Cacogliatti, Albert Dürer e Heinrich Schickhardt, entre outros. Ver: DE LA CROIX, Horst. *Planning and cities: military considerations in city planning: fortifications*. New York: George Brazilier, 1982. p. 57 e segs.

11 Uma prática da Antiguidade: o *Campo de Marte*, em Roma, destinava-se originalmente a uma área de exercícios militares. Mais tarde, outras cidades tiverem seus "campos de Marte", como Paris (uma área para desfiles), Lima (Peru) e São Paulo, onde o campo de Marte se tornou em um aeroporto, inicialmente para uso militar. No Rio de Janeiro, no período Colonial, usava-se o largo do Paço, atual praça XV de Novembro, para esse tipo de atividade, tal como retratado na pintura de Leandro Joaquim, *Revista Militar no Largo do Paço*. O MUSEU Histórico Nacional. São Paulo: Banco Safra, 1989. p. 44-45

12 O traçado italiano teve esse nome por ter sido desenvolvido no início do século XVI por engenheiros italianos, com base em baluartes pentagonais. No Brasil, é comum fazer-se a associação entre o desenho abaluartado e o general francês Vauban, mas este trabalhou no século XVII, bem depois da introdução do sistema defensivo moderno.

podia ser autorizada, sob o risco de se prejudicar a defesa. A cidade só podia crescer verticalmente, como aconteceu em Amsterdã, onde chegaram a ser feitos prédios de sete pavimentos. Outra opção seria a construção de uma nova muralha que englobasse as novas áreas construídas, uma proposta que poucas cidades podiam adotar devido ao imenso custo que isso implicava.

As limitações militares, na Europa, eram reguladas por leis e os administradores as faziam cumprir com severidade, já que o risco de um ataque era uma preocupação permanente: as muralhas de Paris e de Viena só foram demolidas na segunda metade do século XIX e a área ao redor delas foi mantida livre de construções, obrigando os moradores dos subúrbios a fazerem longos trajetos para irem à cidade intramuros. Um claro exemplo disso pode ser visto na carta de Viena, de 1833, ainda com suas muralhas construídas em 1683, delimitando a cidade e os subúrbios, separados por uma área de parques, que serviam de campo aberto para o fogo de artilharia (Figura 3).

Essa exigência militar de um terreno descoberto era importante – vital – e, muitas vezes, foi implantada de forma impiedosa: a planta da Restituição da Bahia, de João Teixeira Albernaz (1631) mostra quarteirões inteiros de casas extramuros demolidas pelos holandeses em 1624, quando tomaram e fortificaram Salvador. Ainda com relação a nossa história, em Portugal as necessidades de defesa urbana geraram toda uma legislação proibindo o uso de espaços extramuros – as ordenações filipinas já explicitavam uma norma de uso medieval, que proibia que prédios prejudicassem as defesas:

> *E toda a pessoa, que tiver campo, ou pardieiro a par do muro da vila, pode-se acostar a ele, e fazer casa sobre ele. Porém fica sempre obrigado, se vier guerra, ou cerco, de a derrubar, e dar pior ela corredoura [passagem] e serventia. E, se o muro, sobre que assim tiver a casa, ou a que se encostar, cair, aquele que assim tiver casa, será obrigado a fazer o muro à sua custa.*[13]

Normas administrativas que foram sendo ampliadas e reiteradas ao longo dos anos, como pelo Regimento, de 1708, a Resolução Régia de 4 de julho de 1754, o alvará de 12 do mesmo mês e ano e o Aviso de 30 de maio de 1755[14]. Uma legislação que, curiosamente, ainda é válida nos dias de hoje[15].

É neste ponto que reunimos o ponto apresentado no início do texto com o título proposto para o trabalho: será que as normas portuguesas relativas à defesa das cidades condicionariam o traçado das cidades no Brasil, em especial no Rio de Janeiro? Será que a tese de Sérgio Buarque de Holanda seria válida, especialmente quando consideramos que uma cidade implantada de forma não racional certamente não seria eficiente em termos defensivos? São

13 Ordenações filipinas, título LVIII, § 41

14 MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Repertório da legislação militar actualmente em vigor no exército e armada do Imperio do Brasil compilado e offerecido a S.M. o senhor D. Pedro II por...* Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher, 1834. p. 267.

15 Ver: Decreto-lei 3.437 de 17 de julho de 1941, que "Dispõe sobre o aforamento de terrenos e a construção de edifícios em torno das fortificações". Esse decreto-lei é baseado nas normas coloniais.

perguntas que cremos ser relevantes e que também são válidas para Salvador, Recife, São Luís e Colônia de Sacramento, cidades em que considerações defensivas foram de fundamental importância em determinados momentos de sua história[16]. Então, como é que a questão defensiva foi resolvida no Rio de Janeiro?

A preocupação com a defesa foi uma constante na cidade, de sua fundação até, coincidentemente, a transferência da capital para Brasília[17]: o Rio foi fundado como uma medida de contra-ataque aos franceses, vistos como invasores. Mas a expulsão dos invasores e a garantia da posse do território não foi um processo rápido – mais de dois anos de lutas se passariam até que a posse da Guanabara fosse obtida, e mais alguns anos de insegurança se seguiram. Os militares-colonos que se estabeleceram aqui pensaram na questão da defesa como a principal preocupação – em 1565 a "cidade-fortaleza" foi fundada no morro Cara de Cão, com todas as cerimônias medievais que marcavam o ato de criação de uma cidade murada[18]. Mais tarde, ao ser transferida para o morro do Castelo, o problema da proteção contra um ataque foi visto como secundário, mas, mesmo assim, o morro teve seus acessos defendidos por fortes e por uma trincheira[19].

É nessa segunda fundação da cidade do Rio de Janeiro em que se começa a perceber a forma como a formação urbana das cidades no Brasil se daria, quando encarada do ponto de vista militar. Ao contrário do que as imposições militares poderiam parecer exigir, a escolha do local da nova cidade foi feita mais com base na conveniência dos moradores do que pensando nas possibilidades de defesa do sítio[20], característica que marcaria toda a expansão urbana do Rio nos séculos seguintes, até o Império. Ameaças contra a Guanabara existiam e ficaram evidentes para todos os inimigos com a presença de esquadras estrangeiras na baía em diversas ocasiões do século XVI, como em 1575, 1583 e 1599. Mesmo assim – e apesar do morro do Castelo ainda ter sido escolhido pensando em termos de um possível ataque inimigo – os moradores preferiram

16 Todas essas cidades, ao contrário da imensa maioria das povoações construídas no Brasil, foram cercadas de muralhas, implicando grandes investimentos – e uma evidente preocupação – com a questão defensiva. Além dessas cidades, no período colonial, Iguatemi (MS), destruída pelos espanhóis, foi murada. Corumbá e Porto Alegre tiverem muralhas de defesa projetadas ou construídas, mas isso durante o Império.

17 Os últimos fortes costeiros da cidade foram desativados na década de 1960. Cf. Adler Homero Fonseca. *Muralhas de pedra, Canhões de bronze, Homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2009. p. 422 e segs.

18 LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Seignot-Plancher, 1834. v. 1, p. 105 apud FERREZ, Gilberto. A França Antártica: A expulsão dos invasores. In: *História Naval Brasileira*. 1° Vol. Tomo I. Rio de Janeiro: Serviço Geral de Documentação da Marinha, 1975. p. 467

19 VAU DE CLAYES, Jacques de. *Le vrai pourtrait de Geneure et du Cap de Frie par Jqz de Vau de Claye,* 1579. In: CZAJKOWSKI, Jorge (coord.). *Do Cosmógrafo ao Satélite*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000. p. 33, e INSTRUMENTO dos Serviços prestados por Mem de Sá, Governador do Brasil. Salvador, setembro-dezembro de 1570. In: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Lisboa: Comissão Nacional das Comemorações do IV centenário do Rio de Janeiro, 1965. 2º Vol., p. 69.

20 O fundador da cidade escreveu: "e por o sítio onde Estácio de Sá edificou não ser que para mais se defender em tempo de guerra, com parecer de outros capitães e doutras pessoas que no dito Rio de Janeiro estavam escolhi um sítio que lhe me parecia mais conveniente para edificar nele a cidade de São Sebastião". (SERRÃO, op. cit., p. 69).

desobedecer aos ditames da arquitetura militar, passando a morar na *várzea,* a área plana que se situa entre os morros do Castelo e de São Bento. Um local muito mais prático para o seu cotidiano do que o acanhado topo de um morro, que só podia ser alcançado pela subida de cansativas ladeiras. Ao mesmo tempo, a várzea era muito mais vulnerável a um ataque. Um sinal evidente de que não seriam as normas burocráticas, que previam a defesa como sendo um fator de grande importância, que regulariam a formação e expansão da cidade.

A tendência a um descumprimento de uma legislação urbana, já evidente no período inicial da ocupação, se agravaria ao longo dos anos. O século XVII foi um momento em que todo o Brasil vivia sobressaltado com o risco de ataques: os holandeses atacaram e ocuparam boa parte do Nordeste no período de 1624 a 1654 e, ao mesmo tempo, os espanhóis, de quem Portugal tinha obtido a restauração de sua independência a partir de 1640, mantiveram hostilidades com os lusitanos por mais dezenove anos. Deveria ser o momento em que considerações defensivas se sobreporiam a todos os outros interesses. Contudo, isso não é visível na história do Rio de Janeiro.

Os meados do século XVII são o momento em que a defesa urbana alcança seu maior momento no Brasil – é quando são construídas as muralhas urbanas em Salvador, Olinda, Recife e São Luís, bem como em algumas outras cidades menores. Entretanto, das grandes cidades, as defesas portuguesas de Recife e Olinda eram simples e improvisadas paliçadas de troncos, enquanto as impressionantes muralhas de Recife ou as menores, de São Luís, foram construídas pelos holandeses, assim como a maior parte das que foram feitas nas cidades menores do Nordeste[21].

Assim, a única povoação portuguesa que teve uma fortificação urbana regular foi a capital da colônia, Salvador. Não encontramos muitas informações sobre o motivo de só terem sido feitas essas muralhas urbanas pelos portugueses – a prática defensiva deles na Europa e nas suas colônias Asiáticas era outra, a de construção de grandes muros em volta das povoações[22]. Mais importante, como proteção, as muralhas urbanas eram muito mais eficientes do que os fortes isolados, do tipo que normalmente foram feitos no Brasil até o século XIX. Isso era uma constatação evidente no período, tanto é que houve uma série de "praças fortes" (o nome técnico para uma cidade murada) nas outras colônias das Américas: Quebec, Montreal, Louisbourg, Nova Orleãs e Caiena[23] foram construídas pelos franceses. Os espanhóis foram os que mais fizeram praças fortes nas Américas, das quais podemos citar apenas algumas: Santo Domingo (Santo Domingo); Vera Cruz, Campeche, Merida (México); San Juan (Porto Rico); Cidade de Panamá (Panamá); Havana (Cuba); Cartagena (Colômbia); entre muitas outras[24]. Mais próximo a nós, Montevidéu (Uruguai) foi

21 As duas exceções a esse esquema, a Colônia de Sacramento, de 1680, e Iguatemi, edificada em 1765, foram muradas por terem sido criadas por iniciativa governamental e por causa do grande risco que sofriam de ataques espanhóis – tanto é que ambas foram atacadas e tomadas por eles.

22 BOCARRO, Antônio. *O livro das Plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações da Índia Oriental*. Lisboa: Casa da Moeda, 1992. 3 vols.

23 Ver, por exemplo, CHARTRAND, René. *French Fortresses in North America, 1535-1763*. Osprey: Oxford, 2005.

uma cidade murada, criada para conter a ameaça de expansão portuguesa a partir da Colônia de Sacramento.

Então, por que uma solução desse tipo não foi adotada no Rio de Janeiro, uma cidade de fundamental importância no comércio com a África e com o Prata? Não há documentos que nos permitam saber de forma objetiva o motivo disso, mas uma razão aparente está na forma como se deu a colonização do Brasil: sem haver aqui um produto de alto valor, como a prata do Peru ou as especiarias da Ásia, a exploração econômica da terra – e sua ocupação – só seriam viáveis com a implantação de latifúndios agroexportadores. A opção por esse tipo de colonização implicava em uma ocupação dispersa pelo território e uma grande autonomia para as câmaras locais, formadas pelos grandes proprietários de terras e outros "homens bons", comerciantes de maior vulto, moradores da vilas. Isso era agravado pela forma como a metrópole administrava os impostos recolhidos no Brasil – quase como uma forma de rapina, não se pensava em retorno de recursos na forma de investimentos em obras públicas, inclusive para a defesa. Os fortes, e até mesmo as tropas de guarnição, tinham que ser pagos pelas câmaras locais, o que aumentava ainda mais a autonomia local, pelo menos na gestão de recursos. E, como ninguém nunca gostou de pagar impostos, os grandes investimentos que seriam necessários para se murar uma povoação eram praticamente impossíveis de serem feitos – o grande número de pequenas fortificações tinham mais valor moral do que prático, mas eram muito mais baratas[25].

Isso foi um problema que ficou evidente quando os franceses atacaram a cidade, tanto em 1710 quanto no ano seguinte: nos dois casos, a cidade ficou à mercê dos invasores, assim que os fortes da entrada da baía foram contornados ou ultrapassados. Para enfrentar as tropas de Duclerc ainda foi feita uma trincheira, que protegeria a cidade, mas, incompleta, essa trincheira improvisada pôde ser contornada.

A solução era evidente: uma muralha urbana, para impedir uma repetição do feito de Duguay-Troin, que causou um imenso prejuízo aos moradores e aos cofres da coroa portuguesa. A muralha foi projetada pelo engenheiro enviado para isso, o general João Massé (Figura 4). Correndo pelos limites da cidade de então, do morro do Castelo até o da Conceição, o muro, com cerca de sete metros de altura, seguiria a linha da trincheira anterior, pela atual rua Uruguaiana. Não era uma obra cara. Seu custo foi estimado em cerca de um quinto de todo o valor das fortificações projetadas para melhorar a defesa do Rio, depois do debacle causado pelos franceses – gastos[26] que no total não chegavam sequer ao que foi pago pelo governo como resgate aos franceses pela cidade, sem contar com os prejuízos dos particulares, seis vezes superiores.

24 CHARTRAND, René. *The Spanish Main, 1492-1800*. Osprey: Oxford, 2006.

25 Para uma discussão mais longa desse tema, ver CASTRO, op. cit.

26 MASSÉ, João. Relação de todas as fortificações e reparações necessárias para a conservação e defesa da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e do seu Porto. 1 de maio de 1714. Mss Arquivo Ultramarino. O valor das obras seria de meio milhão de cruzados. O muro custaria 22,5% do total das obras. O resgate pago pelo governo a Duguay-Troin foi de 610.000 cruzados e os prejuízos dos particulares foi de trinta milhões.

O muro não só foi começado em 1714, como avançou de forma muito rápida: quatro anos depois, já estava em obras em todo o seu comprimento de 650 metros, com uma altura média de dois metros. Contudo, o tempo desde a invasão ia passando e, com ele, o medo de um novo ataque ia diminuindo. Onze anos depois de iniciado, a coroa ordenou a interrupção dos trabalhos no muro.

Consideramos a história subsequente do muro do Rio de Janeiro como sendo de extrema importância para entender o ordenamento urbano no Brasil. Qualquer muralha urbana era, como já dissemos, um grande problema para os moradores: reduzia as possibilidades de expansão da cidade, tanto pelos limites físicos do muro, como pelo impedimento de construção na área imediatamente além dele, a zona de servidão militar. Isso sempre gerava atritos entre os administradores e os moradores, a não ser onde havia um perigo constante de ataque – gerando um temor nos citadinos e, com ele, a aceitação das limitações defensivas, em troca da segurança. Conflitos maiores podiam ser evitados com a aplicação, com mão de ferro, das normas da arquitetura militar: se o governo não abrisse exceções quanto à expansão urbana extramuros, as reclamações normais seriam apenas no sentido de ampliação do circuito das muralhas e da área da cidade que seria abarcada por ela.

O que ocorreu no Rio? De início, pode-se observar a observância rígida das normas urbanísticas de caráter defensivo. O governador Luís Vahia Monteiro (1725-1732) considerava que a melhor defesa da cidade era forçar os moradores a ficar no circuito das muralhas, ou, nas suas palavras: "em conservar dentro dela todos os seus moradores, o que se não conseguirá se lhes deixarem retirar o precioso de suas fazendas, e o mais estimável de suas mulheres e filhas"[27]. Ele também impediu, com mão de ferro, que os moradores construíssem casas extramuros, o que gerou problemas com a câmara, que chegou a pedir, infrutiferamente, que o Rei permitisse a construção fora da cidade defendida[28]. Não é à toa que o apelido de Vahia Monteiro fosse "o Onça", pela truculência de suas ações, e que esse nome fosse perpetuado na expressão popular "no tempo do Onça".

No início do governo do Conde de Bobadela (em 1735), o muro ainda foi reformado, mas o longo período de paz que se seguiu àquele ano viu o completo abandono da proposta de defesa baseada em uma muralha urbana. Bobadela, famoso por sua administração, deixou que os fortes da cidade caíssem em ruína e, mais grave, permitiu que a cidade se expandisse livremente além dos limites fixados por Massé. Um governador interino, José Antônio Freire de Andrade, chegou até a autorizar que os jesuítas retirassem 880 metros de pedras do muro[29], ordem que seria sustada pelo rei. Mas o dano estava feito. Em 1750, a planta do Rio feita pelo Capitão André Vaz

27 MONTEIRO, Luís Vahia. Carta ao Rei de Portugal, 7 de julho de 1726. In: *Publicações do Arquivo Nacional*, Volumes 15-8. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1915. p. 116.

28 CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 51.

29 Ibid., p. 52.

Figueira[30] (Figura 5) já mostrava a "cidade nova", a área de expansão além dos muros, inutilizando-os para defesa.

Em 1769 o governador, marquês do Lavradio, encomendaria a três engenheiros militares projetos de construção de um muro, mas a área a ser protegida era muito maior do que a existente no início do século XVIII e nenhum projeto foi implantado. Na última proposta de defesa da cidade por terra, elaborada durante a guerra de Independência, a cidade tinha crescido ainda mais, e a solução foi a construção de fortes destacados nos limites da cidade nova de então (Catumbi-Praça XI-Morro de São Diogo).

Então, o que isso implicaria em termos do "mito" do semeador, de Buarque de Holanda? Alguns dos que contestam a afirmação do historiador baseiam suas criticas na existência de uma legislação urbana colonial. Mas seria a existência dessa legislação suficiente para dizer que as cidades brasileiras eram "planejadas"? Se analisarmos a questão do ponto de vista da legislação militar de caráter urbano, isso não se justificaria. Havia leis, mas elas não eram respeitadas; o crescimento e implantação da cidade se deu mais de forma "orgânica" – ou, para usarmos o termo de Buarque de Holanda, "desleixada". Isso tanto no Rio de Janeiro como em Salvador, Recife e outras cidades que foram muradas. Elas se comportavam mais como resultado da ação do "semeador" do que a do "ladrilhador", que fez as ordenadas cidades na América hispânica – onde, igualmente, as muralhas urbanas foram mais comuns e perduraram por muito mais tempo. Basta ver que Cartagena das Índias, e suas muralhas, são patrimônio da humanidade.

Isso nos leva a terminar o presente trabalho com uma reflexão: a questão urbana está cada vez mais presente, vivenciando os problemas de crescimento desordenado e surgimento de comunidades de baixa renda. Há diversos projetos para tentar resolvê-los, mas perguntamos: essas propostas adiantarão alguma coisa? A ação de nossos governantes com a situação da realidade urbana parece lembrar o termo de Buarque de Holanda – desleixada. Seria isso uma característica cultural brasileira, tal como no caso da defesa urbana do século XVIII? Esperemos que o tempo prove que não.

30 FIGUEIRA, André Vaz de. Carta Topográfica da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, tirada, e executada pelo Capitão Andre Vaz Figueyra, Acadêmico da Aula Militar. Ano d'1750. In: REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP; Imprensa oficial do Estado, 2001. p. 169.

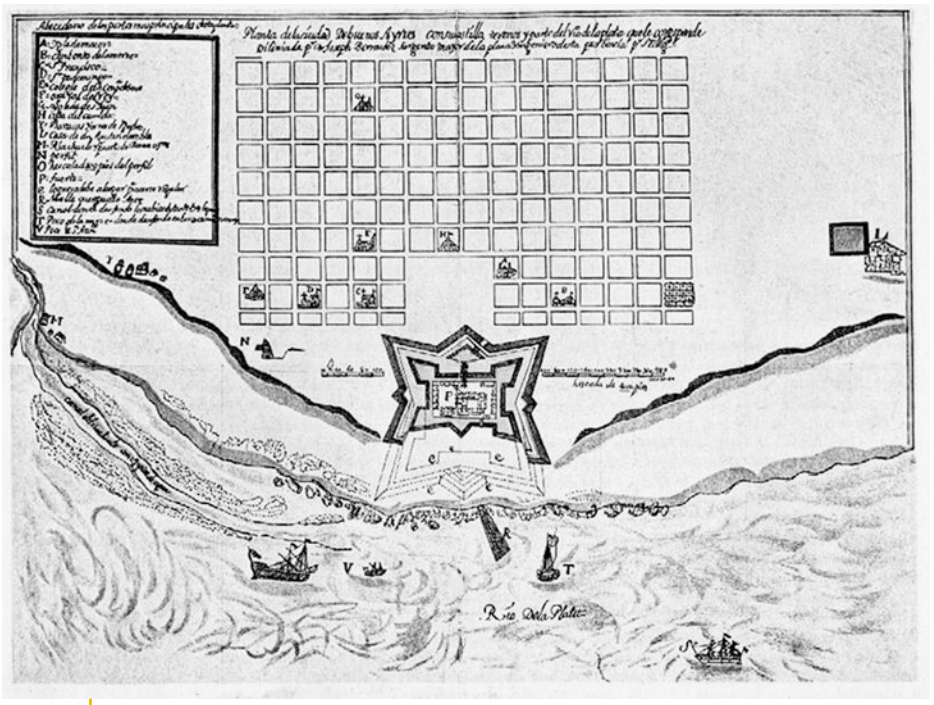
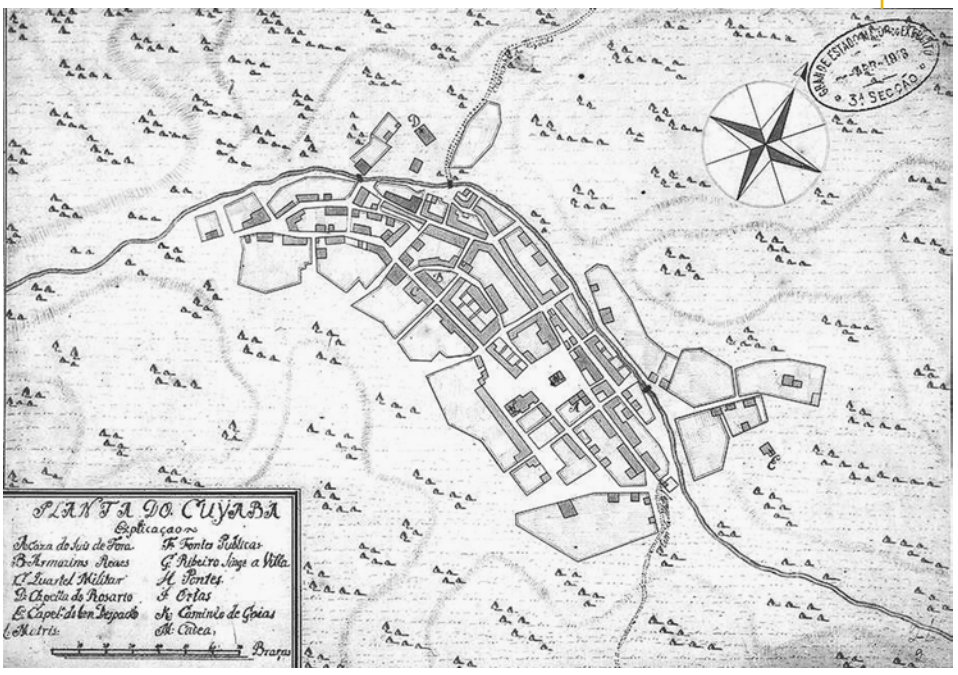


Figura 1- Planta de Buenos Aires.
José Bermúdez, 1708.

Figura 2 - Plano do Cuyabá.
s.d. [c. 1775.]



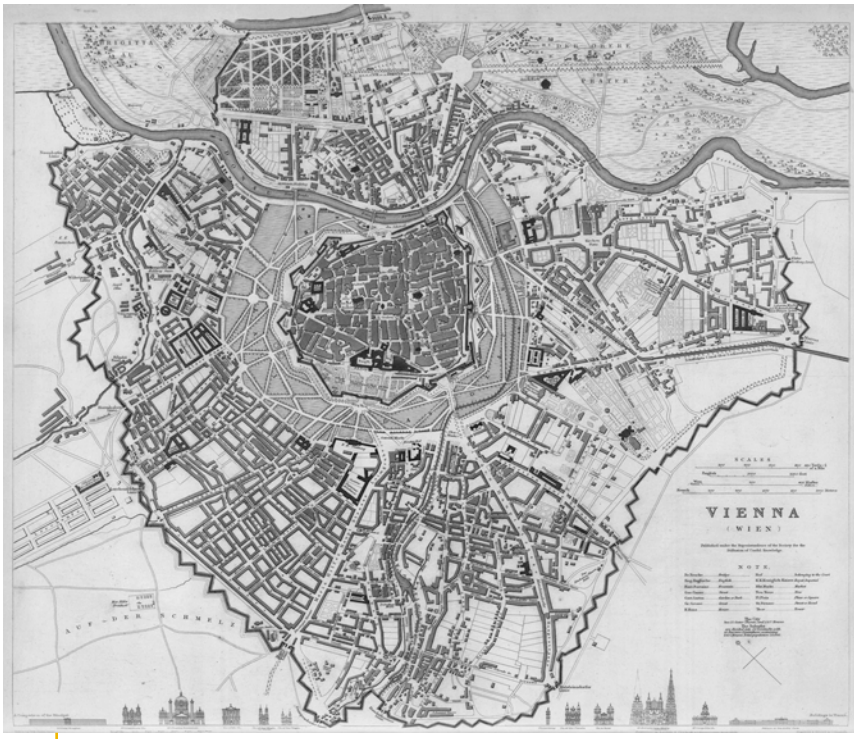
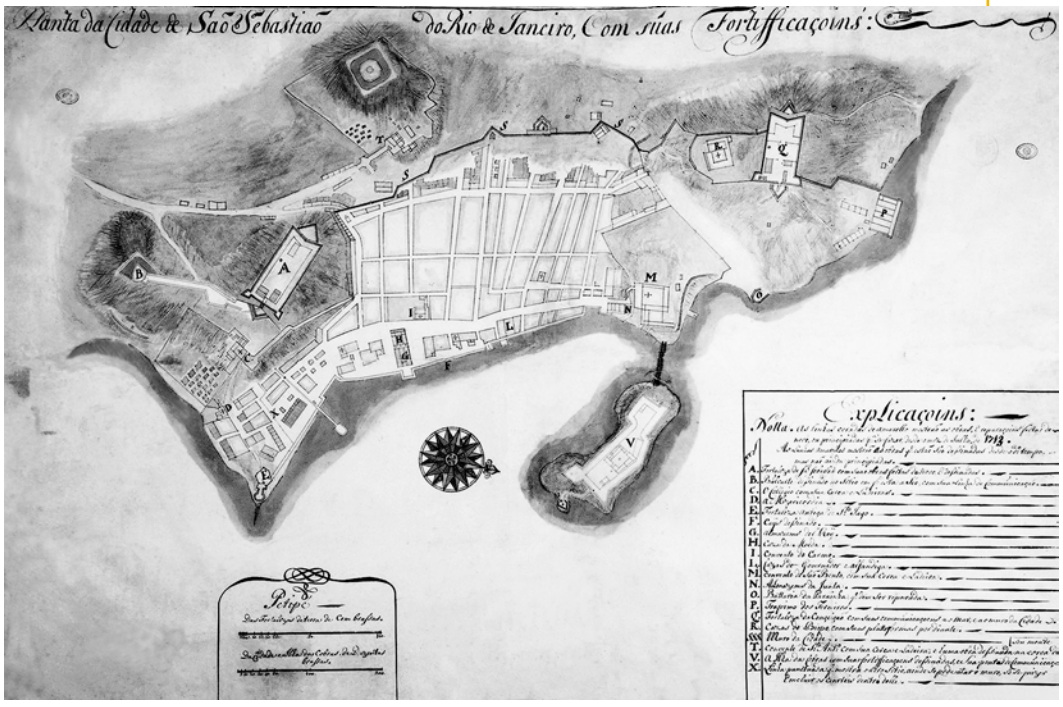


Figura 3 - Plan Von Wien, 1833.

Figura 4 - Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com suas Fortificações. João Massé. [c. 1714.]



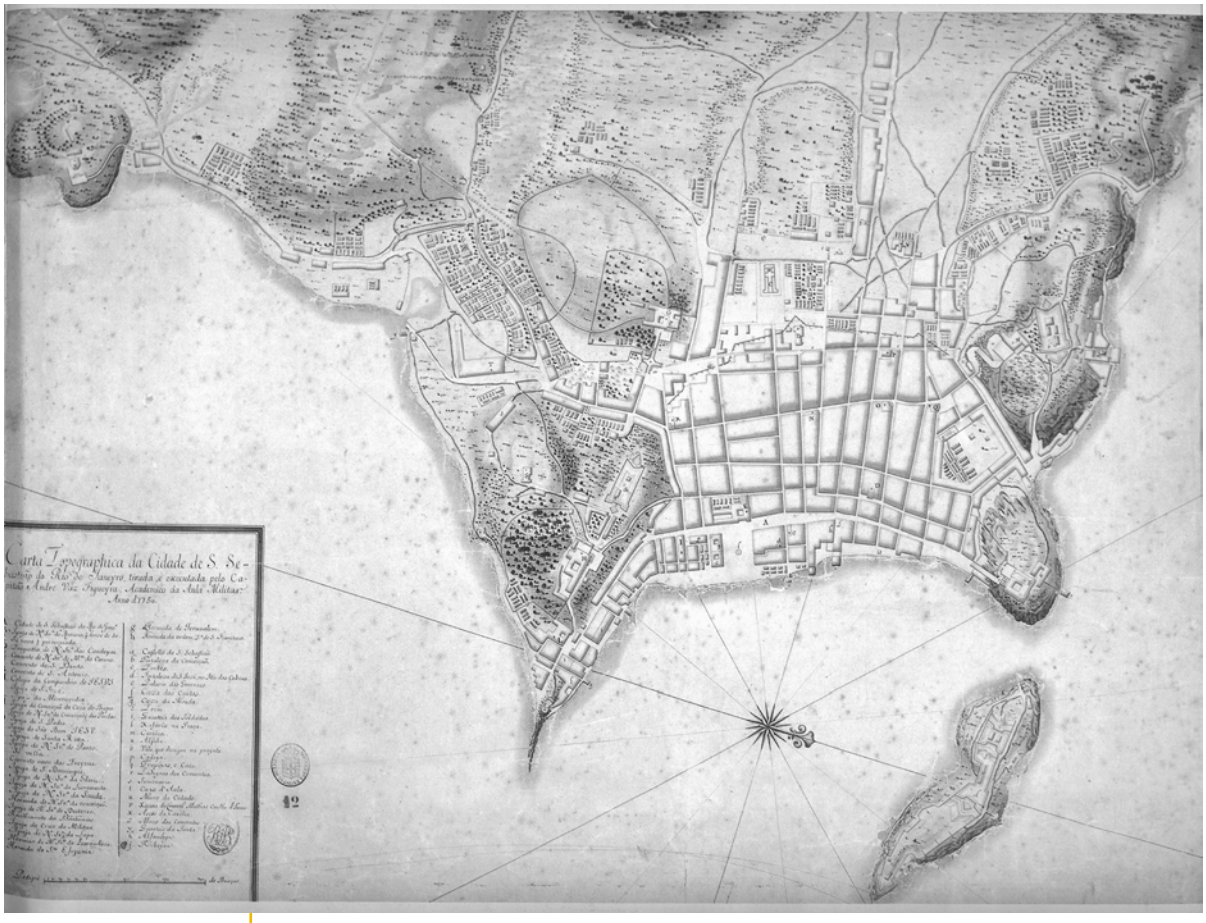
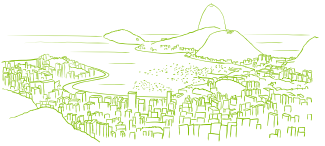


Figura 5 - Carta Topográfica da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, tirada, e executada pelo Capitão Andre Vaz Figueyra, Acadêmico da Aula Militar. Ano 1750.

EVOLUÇÃO URBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO[1]



Carlos Fernando de Souza Leão Andrade[2]

Deve-se à saudosa Lysia Bernardes a ideia de que o Rio de Janeiro dependeu de seu entorno para a sua viabilização como núcleo urbano. Pode-se até dizer que, em verdade, a região que hoje chamamos Região Metropolitana é que foi responsável pela expansão de seu núcleo, e possibilitou a que chegasse a ser a maior cidade brasileira e, até 1960, a capital federal.

De fato, se atentarmos para o mapa do litoral sul brasileiro, constataremos que a Serra do Mar localiza-se tão próxima da costa que, em alguns trechos, só existem praias ou costões rochosos. No município fluminense de Itaguaí, porém, a cordilheira começa a se afastar do litoral, dando início à Baixada Fluminense, criando grande extensão de terra plana e fértil, entrecortada por baías e lagoas.

Uma delas, a de Guanabara, se credenciou, entre as demais, para abrigar o principal porto da região, por motivos estratégicos: sua barra se fecha, ao invés de abrir para o oceano, como a de Salvador, que, para Tomé de Souza, nosso primeiro Governador Geral, "*Não há quem a guarde*".[3] Além disso, é protegida por elevações nos dois lados de sua entrada, onde os colonizadores edificaram fortalezas que mantinham razoavelmente seguras a navegação de seu excelente e profundo canal. Até hoje, navios de razoável calado circulam por suas águas.

Tudo isso, porém, poderia ter reduzido o Rio de Janeiro ao papel de simples ponto de apoio à navegação que ligava a Europa aos oceanos Índico e Pacífico, única função que o Brasil exercia nos primeiros anos de colonização portuguesa.

1 O presente artigo refere-se à palestra proferida em 26 de setembro de 2007 no auditório do IPHAN-RJ, no projeto chamado *Oficina de Estudos da Preservação*.

2 Arquiteto, mestre e doutor em Urbanismo pela FAU/UFRJ. Foi Superintendente do Iphan no Rio de Janeiro de 2006 a 2011. É Conselheiro do CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

3 Tomé de Souza ao passar pela Baía de Guanabara, em 1953, vaticina que ali deveria haver uma cidade e escreve ao Rei: "*Eu entrei no Rio de Janeiro, que está nesta costa na capitania de Martim Afonso. Mando um debuxo (desenho) dela a Vossa Alteza, mas tudo é graça o que dela se pode dizer. Se não que pinte quem quiser como deseje um Rio, isso tem este de Janeiro. Parece-me que V. A. deve mandar fazer ali uma povoação honrada e boa porque nesta costa já não há rio em que entrem franceses senão neste (...) e não ponha V.A. isso em transpasso porque além de ser necessário para o que digo, deveria V.A. ali ter outro ouvidor-geral porque está em passagem para toda a costa [...] E se não fiz fortaleza este ano no dito Rio foi porque não o pode fazer, por ter pouca gente e não me parecer siso desarmar-me por tantas partes*". (BUENO, 2006, p. 161).

A produção de açúcar, entretanto, irá mudar completamente esse estado de coisas e é aí que a baixada da Guanabara desempenhará um papel preponderante no desenvolvimento da futura metrópole. Cortada por uma excelente rede de rios navegáveis, que permitiam a penetração humana sem os inconvenientes das viagens por terra, ligando-se, portanto, diretamente ao porto do Rio, a região foi rapidamente ocupada por plantações de açúcar e por engenhos. Lamego (1964, p. 192) nos conta que o próprio Estácio de Sá doou sesmarias, tão logo chegou, em 1565, e que em 1580 elas já alcançavam a Serra dos Órgãos. Além disso, a cana apresenta como característica apodrecer pouco depois do corte – o que não acontecia com o pau-brasil, único produto exportado pelo Brasil, até então – e, considerando-se o tempo do transporte até Portugal, a produção não se viabilizaria. Surgem, assim, os engenhos, instalações agroindustriais, capazes de beneficiar a cana até alcançar o estágio que permitisse transportar o produto. Localizam-se ao longo dos inúmeros rios e se multiplicam rapidamente por toda a região, devendo-se entender que a mão de obra escrava circulasse a pé, por distâncias que não tomassem muito do tempo necessário às tarefas de plantio e colheita. São certamente instalações autossuficientes; porém, as funções urbanas são fortemente centralizadas pelo Rio de Janeiro: a primeira freguesia fora da cidade, a de N. Sra. da Apresentação de Irajá, só acontece em meados do século XVII, assim como a primeira vila criada no recôncavo da Guanabara, Santo Antônio de Sá, às margens do rio Macacu, que ocorre apenas no século XVIII. Ou seja, por mais de dois séculos, o Rio monopolizou as funções típicas de um núcleo urbano. Muitos bairros cariocas tomam nomes que remontam a esses estabelecimentos agroindustriais: Engenho Velho, Novo, da Rainha, Real Engenho (Realengo).

Porém, a maior e mais importante propriedade agrícola localizava-se na outra baía, a de Sepetiba: a Fazenda dos Jesuítas, ou Fazenda de Santa Cruz, como era chamada. As primeiras ocupações integradas ao processo de colonização europeia, naquela região, datam ainda do século XVI, quando as áreas em torno do Rio de Janeiro se veem transformadas em plantações de cana-de-açúcar, cultura que dominou a região até meados do século XIX (GALVÃO, 1962). Santa Cruz foi colonizada, a partir de 1589, quando os jesuítas receberam metade de suas terras e ali instalaram sua grande fazenda, "*consideravelmente ampliada no século seguinte com a aquisição de glebas contíguas*". (GALVÃO, 1962, p. 174).

Principal provedor de produtos agrícolas e pecuários para o centro do Rio, a Fazenda dos Jesuítas gerou um tráfego de tal magnitude que deu origem à primeira via terrestre de circulação extensa: a Estrada Real de Santa Cruz, ligando as baías de Sepetiba e Guanabara, mais tarde Estrada Real. Maria Graham, que a percorreu em 1823, portanto após a expulsão dos jesuítas, encontra a fazenda incorporada à Coroa, chamando-se Palácio de Santa Cruz, e conta que "*a vista das extensas planícies de Santa Cruz, com os rebanhos de gado, é magnífica. Os pastos estendem-se por muitas léguas de cada lado do pequeno morro em que estão o Palácio e a povoação*". (GRAHAM, 1956, p. 319).[4]

4 O percurso aproximado da Estada de Santa Cruz corresponde à atual Av. Cesário de Melo, seguindo pela Av. Santa Cruz, que, curiosamente, fica em Bangu, bairro que se encontra a muitos quilômetros de Santa Cruz. Ou seja, é o resquício da nomenclatura secular que ali perdurou.

Do lado da Baía de Guanabara, entretanto, a cana-de-açúcar polvilhava o território, não apenas com engenhos, como já vimos, mas com pequenos portos fluviais, como Iguaçu, Estrela, Inhomirim, Suruí..., que chegaram a ter alguma expressão nos anos seguintes.

A história dessa área é estreitamente ligada às variações da política ultramarina portuguesa. Se, durante a dominação holandesa no Nordeste, sua produção açucareira será chamada a compensar Portugal, aumentando a ocupação das áreas, a seguir, entrará em severa crise, uma vez que o comércio internacional se volta para o açúcar antilhano, cuja comercialização era controlada pelos holandeses.

A cidade do Rio de Janeiro, em compensação, disso pouco se ressente, graças a dois fortes e bons motivos: a descoberta do ouro em Minas Gerais e a chegada da Família Real Portuguesa em 1808.

O ouro coloca o Rio como principal porto de exportação do metal, e importador de mão de obra escrava. Cria os grandes caminhos de interiorização para Minas – Caminho Velho, Caminho Novo, Variante do Proença... –, mas a área que por eles é cortada não recebe os mesmos benefícios. Pelo contrário, as plantações são esquecidas, as obras de dessecamento da baixada são abandonadas, muitas regiões retornam à condição de brejos. A vida nos portos fluviais entra num estágio de sonolência e tornam-se, muitos deles, locais de pernoite na longa viagem para as Minas Gerais.

A chegada da Família Real, que para o Rio foi tão importante, não trouxe qualquer resultado para sua área de entorno. Pelo contrário, simbolicamente, o Rio se separa do que tem de mais próximo e passa a se comunicar mais intensamente com os centros regionais brasileiros ou mesmo com os internacionais. Afinal, a cidade era capital de Portugal, já não era produtor de nenhum produto exportável, e se robustece como centro administrativo, financeiro e cultural.

A escassez do ouro e a chegada das plantações de café virão trazer uma breve, mas intensa, alteração nesse relacionamento.

Com o advento do café, arruínam-se as lavouras canavieiras. O café, ao contrário da cana, plantada na baixada, foi introduzido nos maciços da Pedra Branca e do Mendanha e demais serras da região, mas foi, logo, suplantado pela produção do Vale do Paraíba, assim como a cana já o havia sido pela produção açucareira de Campos, seguindo-se, assim, um período de estagnação econômica: *"[...] pequenas lavouras de subsistência foram em fins do século passado e início deste as únicas atividades da população rural do sertão carioca*". (GALVÃO, 1962, p. 175).

Entretanto, a expansão territorial do café, tendo o porto do Rio de Janeiro como ponto nodal, é rápida e vigorosa. Alcança rapidamente a serra fluminense, os vales do Paraíba, em direção a São Paulo, e do Paraibuna, em Minas Gerais. Os portos fluviais voltam a funcionar como pontos de transbordo da produção que chegava em lombos de burro e mesmo as distantes baías de Sepetiba e da Ilha Grande, que estavam esquecidas, voltam a receber a produção cafeeira do Vale do Paraíba, que descia a Serra do Mar, em diferentes trilhas, em direção aos "portos de descida". Mangaratiba, Mambucaba ou mesmo Angra e Paraty, dentre outros, são pontos finais de trilhas utilizadas pelas tropas de burro e redirecionavam o café para o porto do Rio.

Maria Graham, cuja viagem à Zona Oeste já foi citada, informa que o tráfego de barcos entre Sepetiba e Guanabara era tal que se pensou em construir um canal unindo as cabeceiras de dois rios, provavelmente o Guandu e o Sarapuy, que têm suas nascentes muito próximas, porém deságuam em baías diferentes. Esse canal permitiria que os barcos não passassem por mar aberto.

Entretanto, o brutal aumento da produção cafeeira e o distanciamento do porto das zonas de produção determinarão a criação das ferrovias. Para a região do recôncavo, a Estrada de Ferro determinará a morte e, em alguns casos, o desaparecimento dos portos fluviais. O porto de Estrela marca até mesmo o desaparecimento do município a que dava nome, que foi incorporado ao de Magé. Iguaçu se arruína completamente e a sede do município se muda para a estação ferroviária de Maxambomba, que passa a se chamar Nova Iguaçu. Os portos de descida das baías de Sepetiba e Ilha Grande atravessarão um século como bucólicos núcleos pesqueiros, o que permitiu que alguns deles mantivessem um razoável acervo urbano, hoje reconhecidos como Patrimônio Histórico Nacional.

O SÉCULO VINTE

Após esse período de estagnação, a região conhece uma rápida era de progresso, com a introdução da fruticultura. Pode-se identificar que se configura um esforço oficial em substituir as lavouras de cana e café, pois "*estimulavam-se exposições, conferências, concursos e editavam-se publicações diversas com o objetivo de fazer uma fase econômica que sucedesse a da cana e do café*" (PEREIRA, 1977, p. 114), referindo-se ao governo de Nilo Peçanha que, antes de Presidente da República, já o havia sido da Província do Rio de Janeiro, onde procurou apoiar a citricultura. Segundo Segadas Viana (PEREIRA, 1977, p. 115), "*durante o seu governo, como Presidente da República, foi estabelecida a reciprocidade de direitos aduaneiros sobre frutas entre o Brasil e a Argentina (1909), medida de maior importância*". A partir da década de trinta, porém, a citricultura ganha impulso na Baixada e na Zona Oeste, favorecida por condições de mercado externo: "*A Inglaterra compra cerca de 75% de toda a exportação [...] A venda da laranja brasileira na Europa é facilitada, porque pode entrar nos mercados na ocasião em que escasseiam as colheitas dos outros países produtores*" (GÓES, 1939, p. 67), como também pelas obras que Getúlio Vargas realiza na área que intitulam Baixada Fluminense, isto é, o território que vai de Itaguaí à foz do Paraíba, em São João da Barra.

Esse grande programa de saneamento procurou resolver os históricos problemas de inundação da região através da abertura de canais, construção de diques e desobstrução de rios, criando terras para agricultura e colonização:

> *O Governo incentiva esse renascimento com a instalação de núcleos coloniais. Na bacia do rio Guandu-Assú, onde a União possui grandes áreas, procedeu-se à divisão em lotes, construindo-se uma casa modesta em cada um deles, onde os colonos se instalaram com suas famílias.(...) No Núcleo Colonial de Santa Cruz, instalaram-se, recentemente, trinta famílias japonesas, que iniciaram o plantio de grandes hortas para abastecer a cidade do Rio de Janeiro. (GÓES, 1939, p. 58).*

Assim, o somatório dessas ações dá início a um novo ciclo econômico, a citricultura, que, após a década de

trinta, determina uma atividade intensa na região: "*verdadeiro rush foi então deflagrado com enorme corrida pela posse de 'terras para laranjais'*". (GALVÃO, 1962, p. 180). Mesmo em Bangu, onde a fábrica que leva seu nome, estabelecida ali desde 1890, e dona de quase 4.000 ha de terras: "*[...] em 1936, Bangu exportava por safra 100 mil caixas de laranja pêra do tipo especial para Londres.*" (AZEVEDO SILVA, 1989, p. 58). Com a chegada da Segunda Guerra, porém, e a interrupção da navegação transatlântica, milhares de frutos apodreceram no pé, dando chance ao aparecimento da fumagina, praga que infestou os laranjais, comprometendo as safras futuras. Segundo Galvão (1962, p. 184), a área ocupada, em 1940, na região que ela denomina "sertão carioca", era de 48.000 ha, passando em 1950 para 39 000 ha. Vale dizer, em dez anos, 9.000 ha desapareceram do registro de propriedades rurais.

De toda forma, do período citrícola que viveu a região, e que, de alguma maneira, ainda subsiste, podem-se identificar os fatores importantes para a sua estruturação urbana, e que originam o processo de parcelamento da terra para fins urbanos, que ocorrerá a seguir.

Ou seja, as sesmarias do período açucareiro, algumas já bastante divididas em fazendas menores, mas ainda assim imensas, são fracionadas em propriedades menores, os sítios de laranja. Estes se ligam por um sistema radial de vias terrestres às inúmeras estações ferroviárias que recebiam a produção, dirigindo-a ao porto do Rio de Janeiro. Essa estrutura fundiária intermediária, somada ao sistema multimodal de transporte, dará ensejo a que um frenético processo de loteamento aconteça na região nas décadas seguintes.

Contudo, ele ocorre em duas unidades distintas da federação. O Distrito Federal, sucedido pelo Estado da Guanabara e o antigo Estado do Rio de Janeiro, cuja capital era Niterói, cidade que primeiro estabelece com a cidade do Rio de Janeiro relações intraurbanas. A ligação por barcas entre as duas localidades remonta ao final do século XIX, mas a expansão urbana para o leste da baía só ocorreu após os anos de 1970, com a construção da ponte Rio-Niterói.

Na porção oeste da Baía de Guanabara, porém, a situação é outra, já que as ferrovias que ligam o Rio de Janeiro ao interior partem daí.

A Zona Oeste da cidade, embora se localize relativamente próxima ao centro do Rio de Janeiro e, administrativamente, faça parte de seu território municipal, possuiu, até poucas décadas, perfil basicamente rural, diferente, portanto, de outras áreas também periféricas próximas à Baía de Guanabara, que foram logo incorporadas ao processo de suburbanização da metrópole carioca. Prova disso são exemplos como os de Nilópolis, município vizinho ao então Distrito Federal, que, já em 1914, era totalmente loteado (FUNDREM, 1979). A Zona Oeste, entretanto, somente após a Segunda Guerra Mundial, assiste ao fracionamento de seu território por loteamentos, só então estabelecendo com o centro do Rio relações intraurbanas.

Os fatores que determinaram as diferenças evolutivas entre as duas baixadas, isto é, a de Guanabara a leste, e a de Sepetiba a oeste, podem ser encontradas não só na distância relativa ao centro, como também pela existência de grandes áreas militares que impediram a continuidade do crescimento do vetor oeste, depois da estação de Deodoro, já que o crescimento

periférico do final do século XIX ocorre ao longo dos ramais ferroviários. Cumpre destacar que, ainda hoje, tais áreas, representadas pela Vila Militar ou o Campo de Instrução de Gericinó, impedem a completa conurbação entre as duas grandes malhas urbanas. Vale ressaltar que, mesmo quando o modo rodoviário de transportes começa a substituir o ferroviário, a Zona Oeste continuou relativamente isolada do Centro, pois a Avenida das Bandeiras, que criou um novo eixo de expansão da cidade, chega a Coelho Neto em 1949 e a Deodoro em 1954 (ABREU, 1988, p. 121), desviando o ainda incipiente tráfego da antiga rodovia Rio-São Paulo, que se utilizava da Estrada de Santa Cruz, reforçando a ocupação urbana na bacia guanabarina.

As aberturas das rodovias Dutra e Washington Luís permitem, por sua vez, o avanço da malha urbana sobre os municípios vizinhos à capital, não mais se restringindo às margens das ferrovias. Dessa forma, a expansão urbana da Zona Oeste deu-se através da expansão dos núcleos existentes em torno das estações de Bangu, Campo Grande e Santa Cruz, e não pelo simples avanço do Centro do Rio. É evidente, por outro lado, a conjugação entre um processo e outro, pois,

> *[...] o estabelecimento destes vetores regionais de expansão só existem conjugados com o processo de crescimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, como um todo, e não em função de fatores endógenos a cada um dos núcleos regionais que, quando param de suprir o Centro metropolitano de produtos agropecuários, passam a desempenhar funções de residência, centros industriais ou subcentros. (SEDUR, 1990, p. I-121).*

Assim, coincidindo com os fatores de ordem física, fracionamento do território e sistema radial de vias, soma-se um especial momento na conjuntura socioeconômica: o incremento da imigração para o Rio de Janeiro e o avanço da inflação. O primeiro, ao atrair grandes contingentes de população para uma cidade que historicamente oferecia poucas opções de residência para as camadas de baixa renda, reexporta esta multidão para os municípios vizinhos. A inflação, por seu turno, canaliza capitais para um investimento tido como seguro: imóveis.

Tratando-se, entretanto, de investimentos periféricos, voltados para população de baixa renda, esses imóveis apresentarão peculiaridades: lote bruto dirigido à autoconstrução. Britto (1990, p. 15)[5], que realiza a comparação entre os tipos de crescimento periférico em várias cidades do Terceiro Mundo (Ásia e América Latina), destaca onde o modelo periférico caracteriza-se pela conjugação loteamento-autoconstrução (como no caso do Rio de Janeiro) e onde este foi substituído pelas operações imobiliárias e, apresentando ainda diversos autores, para os quais *"a forma concreta de morar na periferia seriam os loteamentos acompanhados da autoconstrução..."* e acrescenta:

5 A autora, baseando-se em Topalov e Ribeiro, identifica diversas formas de produção imobiliária, a saber: a produção não mercantil, na qual a predominância no processo de produção é o usuário e na qual o valor de uso sobrepõe-se ao valor de troca; a produção rentista, na qual a obtenção de uma renda é o motor do processo, o que determina o surgimento de aluguéis , seja de casas, seja do terreno, no qual um construtor produza casas para aluguel; a promoção fundiária, forma que melhor caracteriza o loteamento periférico, onde o proprietário exerce as funções de loteador, fracionando o terreno, provendo de infraestrutura e vendendo os lotes. As duas outras formas pouco têm a ver com o objeto do presente estudo e são elas: a incorporação imobiliária e a produção sob encomenda do Estado.

As formas de produção imobiliária não mercantis, assim como a promoção fundiária, ocorrem apenas em determinadas áreas da cidade que, por suas características espaciais, ainda não foram incorporadas ao mercado imobiliário (áreas periféricas muito distantes do núcleo urbano, com condições precárias de infra-estrutura, ou áreas desvalorizadas no núcleo como as encostas). Estas formas atendem à demanda de uma população que pelo seu nível de renda, não pode participar do mercado imobiliário. Dentro deste quadro de referência, a periferia, por suas características espaciais e sociais, seria uma fronteira para a atuação do capital incorporador, isto é, uma área onde este capital ainda não penetrou de forma a imprimir sua dinâmica na produção desse espaço.

Não se pode desconhecer, contudo, o esforço do poder público em transferir a população de baixa renda para a periferia. Mormente no Estado da Guanabara, houve uma política deliberada de afastamento dos pobres, fosse com a remoção de favelas, ou a oferta de conjuntos habitacionais produzidos pelas Companhias de Habitação pertencentes ao Governo do Estado (COHAB, até 1975, e CEHAB, após a fusão).

Tem-se que metade dos moradores da Região Administrativa de Santa Cruz morava em conjuntos da CEHAB na década de 1970. Entretanto, essa política não atravessou as fronteiras estaduais e, no antigo Estado do Rio, não se tem notícia de empreendimentos tão grandes como os conjuntos Dom Jaime de Barros Câmara, Vila Kennedy, Cesarão ou Antares. Pelo contrário, os municípios da Baixada, a leste e oeste da Baía de Guanabara, foram fortemente atingidos por loteamentos, por vezes gigantescos, que perduravam com atividades rurais até recentemente. Na divisa de São Gonçalo e Itaboraí encontra-se o Jardim Catarina, apontado por muitos como o maior loteamento do Brasil. Queimados, município desmembrado recentemente de Nova Iguaçu, tem seu território praticamente todo ocupado pelo loteamento Campo Alegre.

Recentemente, entretanto, constata-se que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresenta o menor crescimento entre suas congêneres nacionais, porém a população continua a avançar nesse distanciamento centrífugo, não mais motivado pela demografia, mas pelas condições de vida.

O resultado do conturbado processo de relacionamento entre capital e interior, núcleo e periferia, Rio e Baixada, terá sido, assim, a criação de uma cidade produzida por fatores diáfanos, como a sua capitalidade e centralidade financeira e cultural, e uma periferia extensa e pobre que não se estruturava para responder ao chamado que a perda daquelas condições, pela metrópole carioca colocaria.

A fusão, tardia a nosso ver, entre os estados da Guanabara e do antigo Estado do Rio equivale a recompor a enorme ligação histórica entre o Rio de Janeiro e seu entorno, que, como quisemos demonstrar, foi essencial para o surgimento e crescimento da metrópole carioca.



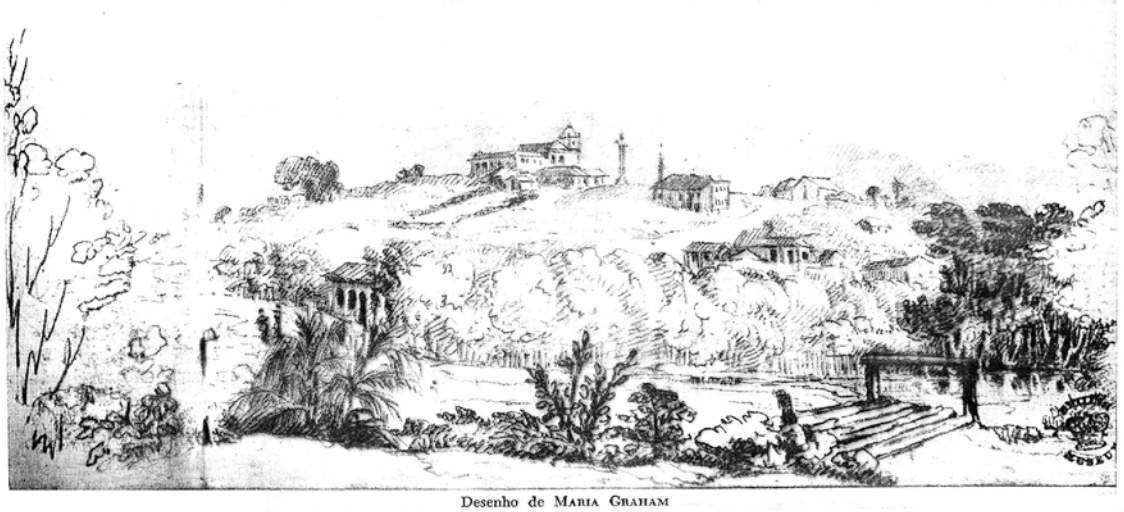
Figura 1 - Valongo.
Autor: Thomas Ender.
Ano: Circa 1817.
Fonte: "O Velho Rio de Janeiro através das Gravuras de Thomas Ender". Texto e Legendas por Gilberto Ferrez. Edições Melhoramentos. São Paulo. s/d.

Figura 2 - Mappa do Municipio Neutro. Mapa de Laemmert e Cia. Final do século XIX.
Fonte: Acervo do Ministério de Relações Exteriores. "IV Centenário da Fundação do Rio de Janeiro". Schell Brasil SA. 1965.



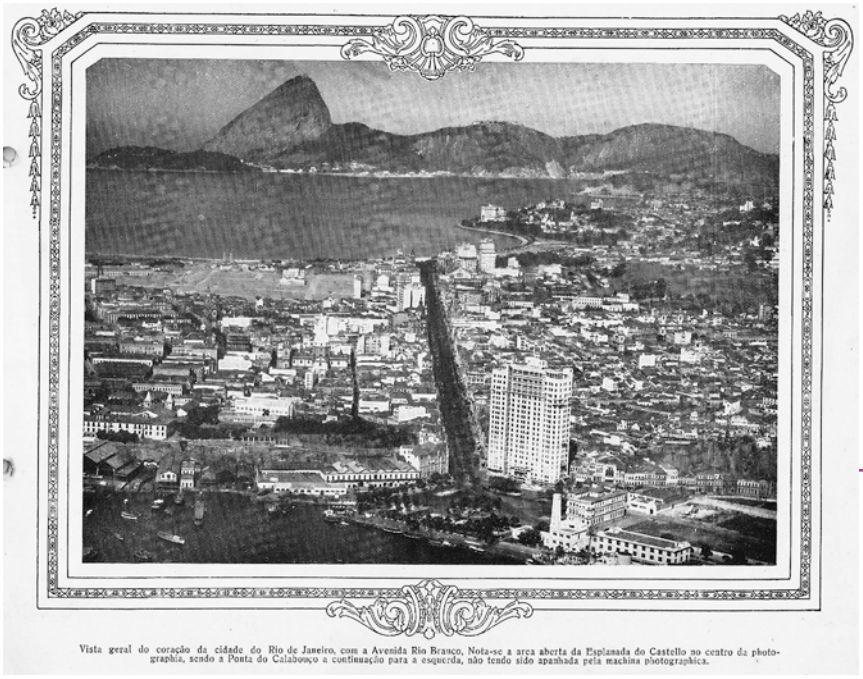


Figura 3 - Aparencia do Rio de Janeiro. Mapa de João Teixeira Albernaz. 1666.
Fonte: Acervo do Ministério de Relações Exteriores. "IV Centenário da Fundação do Rio de Janeiro". Schell Brasil SA. 1965.



Desenho de Maria Graham
Coleção do Museu Britânico
Vila de S. Francisco Xavier de Itaguaí

Figura 4 - Vila de São Francisco Xavier de Itaguai. Desenho de Maria Graham. 1823.
Fonte: Graham, Maria. "Diário de Uma Viagem ao Brasil". Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1956.



Vista geral do coração da cidade do Rio de Janeiro, com a Avenida Rio Branco. Nota-se a area aberta da Esplanada do Castello no centro da photographia, sendo a Ponta do Calabouço a continuação para a esquerda, não tendo sido apanhada pela machina photographica.

Figura 5 - Vista Geral do coração da Cidade do Rio de Janeiro, com a Avenida Rio Branco. Sem indicação de autoria. Fonte: Secção de Propaganda e Informações para a venda dos Terrenos do Castello e Calabouço. 1935.



Desenho de MARIA GRAHAM, datado de Sábado, 23 de agôsto de 1823 — Coleção do Museu Britânico

Palácio de Santa Cruz

Apontamento de Maria Graham: "Beirais das janelas amarelos. Portas, salvo as da igreja, verdes".

Figura 6 - Palácio de Santa Cruz. Desenho de Maria Graham. 1823. Fonte: Graham, Maria. "Diário de Uma Viagem ao Brasil". Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1956.

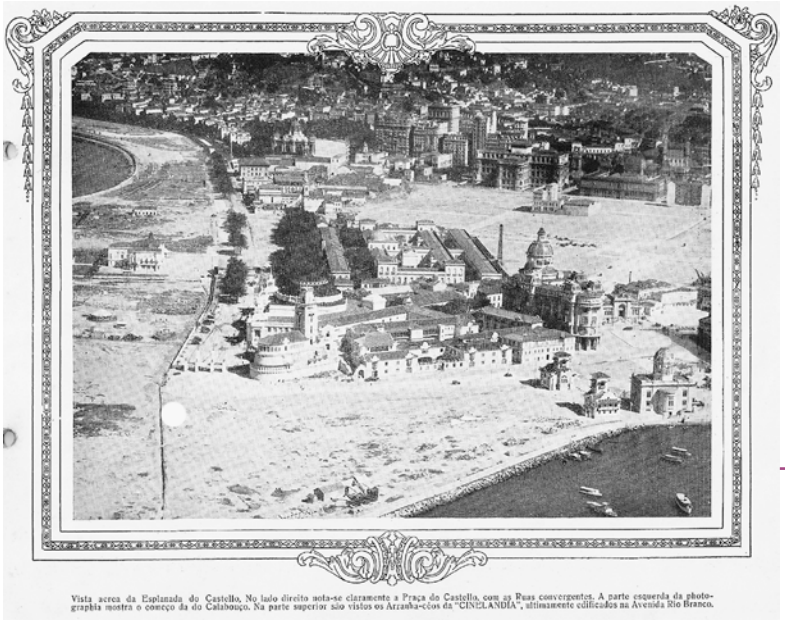


Figura 7 - Vista Aérea da Esplanada do Castello. Sem indicação de autoria. Fonte: Secção de Propaganda e Informações para a venda dos Terrenos do Castello e Calabouço.

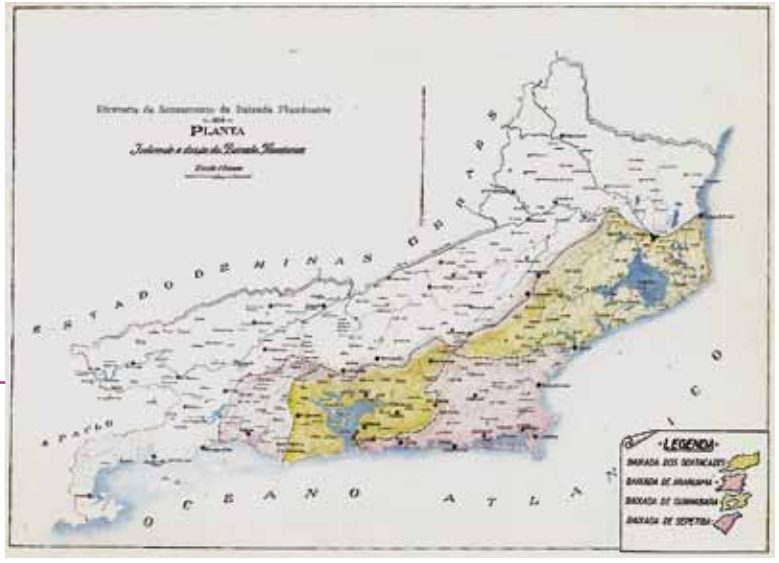


Figura 8 - Planta indicando a divisão da Baixada Fluminense. Fonte: Góes, Hildebrando de Araujo. "Saneamento da Baixada Fluminense". Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro. 1939.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1988.

ANDRADE, Carlos Fernando de S. L.. **Parâmetros em Loteamentos Irregulares e Clandestinos na Zona Oeste do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/ PROURB, 1998.

_____. **Rio de Janeiro - Urbanismo em Tempos de Retração**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/ PROURB, 2009.

AZEVEDO SILVA, Gracilda Alves. **Bangu 100 Anos: a fábrica e o bairro**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1989.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1990.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. **O Rio de Janeiro e sua Região**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1964.

BRITTO, Ana Lúcia N P. **Novas Formas de Produção Imobiliária na Periferia**: o caso da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPPUR, 1990.

BUENO, Eduardo. **A Coroa, a Cruz e a Espada**: lei, ordem e corrupção no Brasil Colônia, 1548-1558. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. (Terra Brasilis, 4)

FUNDREM – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Unidades Urbanas Integradas do Oeste: Plano Diretor. Volume III: Nilópolis**. Rio de Janeiro, 1979.

GALVÃO, Maria do Carmo Correia. Aspectos da Geografia Agrária do Sertão Carioca. In: **Aspectos da Geografia Carioca**. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção do Rio de Janeiro/Conselho Nacional de Geografia, 1962.

GÓES, Hildebrando de Araujo. **O Saneamento da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, 1939.

GRAHAM, Maria. **Diário de Uma Viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Guanabara**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1964.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro**: do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

OSÓRIO, Mauro. **Rio Nacional Rio Local**: mitos e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro: SENAC Rio, 2005.

PEREIRA, Waldick. **Cana, Café e Laranja**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1977.

REBELO, Marques; BULHÕES, Antonio. **O Rio de Janeiro do Bota-Abaixo.** Rio de Janeiro: Salamandra, 1997.

REIS, José de Oliveira. **O Rio de Janeiro e seus Prefeitos**: Evolução urbanística da cidade. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

SEDUR – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano. Plano de Ocupação Territorial da Área de Influência do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PLANAVE SA, 1990.

SILVA, Lucia. **História do Urbanismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: E-papers, 2003.

VERÍSSIMO, Antonio Augusto. **Parcelamento do Solo na Cidade do Rio de Janeiro**: um Estudo sobre a Produção Informal da Década de 40 aos anos 90. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2005.

ANÁLISE MORFOLÓGICA DO SÍTIO HISTÓRICO DE PARATI /RIO DE JANEIRO[1]



Isabelle Cury[2]

O presente trabalho estuda o processo de formação das cidades marítimas atlânticas de origem portuguesa, relacionando-o à cidade de Parati, e faz uma análise minuciosa das características formais do sítio histórico, definindo uma periodização das fases de seu desenvolvimento, do séc. XVII ao terceiro quartel do XIX, sendo estas:

- Estrutura urbana inicial; Expansões do sistema viário; Estrutura urbana regular/a expansão da cidade; e Reestruturação formal da malha.

Nessas fases serão destacadas as diferentes concepções de espaço que estão na sua origem, considerando: a íntima articulação dos traçados da cidade com as particularidades do território; a localização de edifícios singulares como elementos estruturantes fundacionais; a estruturação de praças urbanas associadas a funções distintas; a estrutura do quarteirão; a estrutura do parcelamento; as características tipológicas do conjunto arquitetônico; e a implantação dos sistemas de defesa da baía, da cidade e da serra.

Consideramos fundamental o conhecimento dos processos históricos de urbanização das cidades portuguesas para a adequada compreensão do sítio histórico estudado; da mesma forma, o entendimento de como se processaram os parcelamentos do solo urbano tornou-se indispensável.

A estrutura fundiária do sítio histórico de Parati vem sofrendo grandes transformações, mesmo após o tombamento. A apreensão desta estrutura foi obtida a partir de documentos cartoriais – do século XVII até o XX, por meio do inventário das escrituras e dos registros dos imóveis do sítio histórico. Considerando que o sítio histórico consolidou-se urbanisticamente em meados do século XIX, os dois períodos subsequentes tratarão, especialmente, do tecido intraurbano.

O método de pesquisa proposto – da leitura do tecido intraurbano por meio das escrituras dos imóveis – nos

1 O presente estudo refere-se ao trabalho apresentado no *International Seminar on Urban Form – XIII Conferência do ISUF*, realizado em Ouro Preto, em agosto de 2007.

2 Arquiteta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/MinC/PR desde 1982, doutora e mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAU/USP/SP, e especialista em Sociologia Urbana pela UERJ/RJ, vem atuando na área do Patrimônio Cultural, em ações e políticas de proteção do patrimônio ambiental urbano e das paisagens culturais; na restauração de bens imóveis tombados; e na instrução de processos de tombamento (classificação) nacionais e internacionais (UNESCO – Patrimônio Mundial). E-mail: isabelle.cury@iphan.gov.br.

revelou procedimentos de parcelamento do solo até então não explicitados nem suficientemente estudados pela historiografia das cidades brasileiras, mudando o entendimento sobre o tema, sendo então definidas as seguintes fases:

- Estruturação do tecido intraurbano, e transformações na malha e no tecido intraurbano.

ESTRUTURA URBANA INICIAL – 1630-1719

O primitivo povoamento instalou-se numa elevação às margens do rio Perequê-Açú, posteriormente denominada Ponta da Defesa (depois Morro da Vila Velha e atualmente Morro do Forte Defensor Perpétuo), em 16 de agosto de 1630, onde foi erguida uma pequena capela dedicada a São Roque.[3]

Já na primeira metade do século, em 1646, o povoamento passou a ocupar a várzea ao sul do referido morro, até o rio Patitiba, também conhecido como Matheus Nunes, quando foi iniciada a construção da primeira Igreja Matriz, edificada sob esteios de madeira e coberta de palha. Nesse local desenvolveu-se, transformando-se posteriormente na Vila de Nossa Senhora dos Remédios.

Em 1660 foi erguido o pelourinho, porém emancipou-se politicamente de Angra dos Reis apenas em 1667. Mesmo elevada à categoria de vila, desenvolveu-se lentamente ao longo do século XVII devido à extrema simplicidade em que viviam seus habitantes.

Em 1668, teve início a construção de uma nova Matriz, em pedra e cal, em local mais próximo ao mar, concluída apenas em 1712.

Parati adotou as estratégias de implantação e estruturação urbanas utilizadas nas cidades marítimas atlânticas portuguesas. Essa fase é marcada pela existência de dois núcleos de povoamento; uma via ao longo da costa, acompanhando a curvatura da baía constituiu a estrutura primordial de ocupação. Perpendicularmente, abriam-se pequenas travessas. As primeiras construções faziam-se ao longo desse caminho, formando uma estrutura urbana linear. Um largo formava-se no centro da povoação, onde deveriam ser erguidos o pelourinho, a matriz e a casa de câmara e cadeia (construída quase um século depois devido à falta de recursos).

Com a descoberta do ouro nas minas, no final do século XVII, desenvolveu-se gigantesco processo migratório no país, principalmente externo. Significativa parcela desse fluxo passou forçosamente por Parati (Figura 1).

Por sua posição estratégica e servindo de ligação às regiões auríferas, em 1702 foi erguido um reduto com uma trincheira dotada de quatro peças, e oficializado o embarque de todo o ouro pelo seu porto, que seguia para a cidade do Rio de Janeiro, de onde era embarcado para Lisboa. Logo, em 1703, dois fortes foram construídos, um ao norte, junto ao rio Perequê-Açú, e outro ao sul, junto ao rio Patitiba. Outra medida tomada para controlar o escoamento do ouro, foi a criação da chamada Casa do Registro do Ouro, também em 1703, estabelecida na Serra.

Por volta de 1710 foi aberto um novo caminho, mais curto, apenas terrestre, ligando a região das minas diretamente ao

3 PIZARRO E ARAÚJO, J. S. A. et al. *Notícias Históricas, Tricentenário de Parati.* Rio de Janeiro: Publicação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n°22, 1960, p. 16.

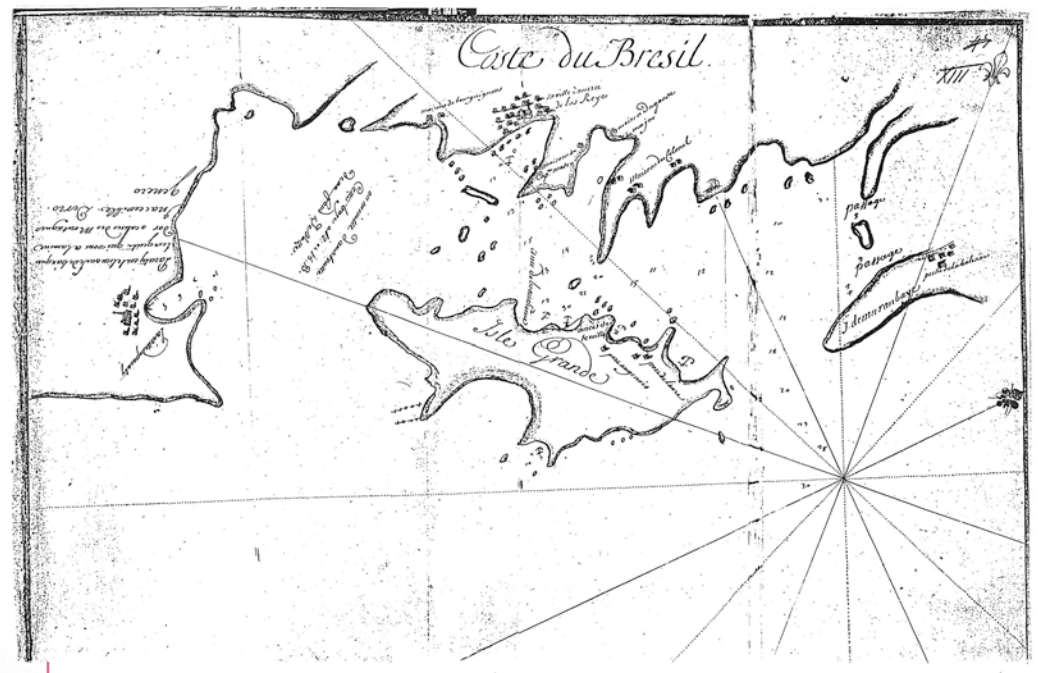


Figura 1 – *Instruction Hydrographique de la Coste du Brésil* – 1707 – Baía da Ilha Grande. *Sieur* Dupré Eberad – Academia das Ciências de Lisboa. (Este relato de viagem foi revelado aos especialistas pelo Comandante Avelino Teixeira da Mota, por ocasião da 2ª Reunião Internacional de História Náutica e da Hidrografia, realizada em Salvador - Bahia, de 22 a 26 de março de 1976, comemorando o centenário da Diretoria de Hidrografia e Navegação do Brasil.) Legenda no mapa: *Villa de Paraty – Paraty é o lugar de desembarque das pessoas que vão às minas de ouro, por causa das montanhas inacessíveis do Rio de Janeiro.*

porto do Rio de Janeiro, que só se tornou importante depois de 1720. Mas o caminho de Parati não foi abandonado, e a Villa consolidou a sua ocupação por desenvolver uma intensa atividade comercial e agrícola.

Em 1717, Parati foi descrita como uma pequena vila com menos de 50 casas térreas, a maior parte delas em taipa, cobertas com palhas, distribuídas dispersamente nas ilhas, na praia, e acompanhando os primeiros caminhos de penetração terrestre e fluvial[4]. Não existia cais e os embarques eram realizados em praias e margens dos rios próximos.

ESTRUTURAÇÃO DO NÚCLEO URBANO – 1719-1787

Na primeira metade do século XVIII foram realizadas importantes obras de estruturação na Villa, como a demarcação que ocorreu em 1719.

A Igreja de Santa Rita foi edificada, em 1722, em local próximo à praia e

4 A primeira notícia alusiva a Parati foi redigida no ano de 1717 por um companheiro ou criado anônimo do 3º governador e capitão general da Capitania de São Paulo e Minas, Dom Pedro de Almeida e Portugal, depois Conde Assumar, e constitui parte integrante do seu Diário: 31 [de julho]. (PIZARRO E ARAÚJO, J. S. A. et al., op. cit., p. 7).

ao rio Matheus Nunes e; em 1725, foi edificada a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no caminho para Laranjeiras. A construção dos edifícios religiosos desempenhava importante papel, como pólos de atração, consolidando os setores da malha urbana.

A Villa foi balizada para as respectivas ruas em 16 de março de 1726. E, para defesa do porto, em 1726, foi ordenada a construção de um cais flanqueado.[5]

O rio Perequê-Açú, que tinha sua foz natural ao norte do morro do forte, foi transladado para o sul no ano de 1728. O motivo apontado seria a falta de água potável para os moradores. Devido a esse desvio, a barra do rio passou a correr a sul e, com a corrente do mar, passou a sitiar a frente da cidade, tornando o porto mais baixo e lamacento, e as respectivas águas passaram a invadir as ruas.[6]

Em 1746 a população urbana e rural atingia aproximadamente 3.000 habitantes, e a segunda matriz já se encontrava arruinada.

Os imóveis eram caracterizados por ruas ou caminhos, por seus confrontantes e pelos elementos de referência urbana, descritos nos Livros de Notas: a *Cruz das Almas*[7] – no caminho de Laranjeiras – e a *Nossa Senhora da Lapa*, que se localizava no caminho entre a sacristia da Matriz e Santa Rita.

Em 1750 ocorreu novo balizamento, a vila era constituída pela rua da Praça; a rua Nova da Praia, depois do Mercado e atual Dona Geralda; a rua travessa da Lapa, atual Rua da Matriz – paralelas ao mar; e, perpendiculares, a rua travessa do Rosário e a rua *que vai de Nossa Senhora da Lapa para o Campo*.

Em 1757 a Igreja do Rosário foi reconstruída. O mercado funcionou, nesse período, no terreno da Rua Dona Geralda, esquina com a Rua do Rosário, deslocando-se no final do século para a mesma rua, esquina da Praça de Santa Rita[8].

Essa fase é caracterizada pelo surgimento de um conjunto de ruas paralelas e perpendiculares à primeira (travessas), criando uma malha urbana de quarteirões alongados, de formato retangular, longitudinais à costa, e uma hierarquia de ruas definidas pelas ruas principais e secundárias; os terrenos faziam frente para a rua e fundos para as travessas.

A função de centro produtor e exportador de gêneros alimentícios para as Minas Gerais e, posteriormente, para a cidade do Rio de Janeiro, promovida a sede do novo Vice-Reinado, em 1763, permitiu a Parati superar a crise esboçada no transcurso do século, quando se deu a centralização do abastecimento das Minas pelo porto do Rio de Janeiro.

5 PIZARRO E ARAÚJO, J. S. A. et al., op. cit., p. 49.

6 LIMA, Honório. *Notícia Histórica e Geográfica de Angra dos Reis*. Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, Livraria São José, Rio e Janeiro, 1972; p. 270.

7 Livro de Notas nº 2: fls. 46, 16 de outubro de 1756, escritura de seis braças de chãos no caminho que vai para as Laranjeiras, junto à Cruz das Almas e fls. 97, 1º de janeiro de 1753, escritura de venda de casas e chãos na rua que vai de Nossa Senhora da Lapa para a Boa Vista.

8 Escritura de venda de duas e meia braças e dois palmos e meio de chãos, que faz Antônio José Pereira da Cruz e sua mulher Anna Maria da Lapa a Antônio Pereira da Cruz, na Rua da Praya onde foi a Banca Velha do Pescado, frente as casas do falecido Capitão Manoel Antônio de Castro, com fundos de quinze braças para o mar, que de um lado partem com chãos dos herdeiros do falecido Tenente Coronel Francisco da Silva Soares e do outro fazem canto com a rua que segue da Igreja de Nossa Senhora do Rosário para o mar. (LN nº 5, fls. 148v e 149v, 30/11/1800)

ESTRUTURA URBANA REGULAR – 1787-1836

À medida que se aproximava o fim do século XVIII, a valorização do açúcar no mercado internacional estimulou a rápida expansão de sua cultura em terras paratienses. A produção de aguardente reativou o porto e o caminho da serra.

Do final do século XVIII ao início do século XIX, ocorrem grandes transformações urbanas. Já em 1787 começou-se a construção de uma nova Igreja Matriz, que foi concluída quase um século depois, em 1873, embora estivesse sendo utilizada desde 1859.

Em1790 existiam na Villa "*392 casas edificadas, nas quais estão 35 sobrados, e foge do mato para dentro 230 por serem algumas das ditas casas edificadas dos lavradores*". A população era composta por cerca de 2.000 pessoas, sendo 50% brancas e 50% negras, a população rural, por cerca de 6.600 pessoas.[9]

A atividade de planejamento era uma constante e realizada através das correições. Os espaços públicos foram reestruturados com a criação de largos nas extremidades, em função de novos equipamentos civis e religiosos. O de Santa Rita, junto ao rio da Patitiba, onde se localizava o porto e um novo mercado; e o da Praça do Imperador, junto ao rio Perequê-Açú, onde estava sendo construída a nova matriz, próximo à casa de câmara e cadeia.

Os antigos caminhos foram se consolidando e transformando-se em ruas. À lógica de povoamento e de desenvolvimento urbano longitudinal paralelo à linha da costa, sucedeu uma ordem urbana que passou a ter como direção fundamental a direção perpendicular ao litoral, induzindo, a partir do século XIX, o crescimento da cidade em direção ao interior.

Paralelos ao litoral, avançando a cidade em direção à serra, o caminho que "ia do Rosário para a Boa Vista" passou a se chamar Patitiba, e foi criada a rua Nova das Hortas, depois rua Nova Gravatá e Gravatá; em direção ao mar, a rua Nova da Praya passa a ser apenas Praya, e depois Mercado.

Perpendicularmente, a rua da Ferraria substituiu o "caminho do campo de lavagem"; o caminho que "vem da praya de Santa Rita para as chácaras", pela Rua Salvador do Couto; e já em 1805 aparece a rua da Cadeia. Essas ruas possuem traçado retilíneo com larguras que variam entre 35 a 40 palmos. As primeiras ruas variavam de 20 a 25 palmos.

Dada a cada vez maior distância que separava essas sucessivas ruas longitudinais que iam sendo traçadas, e abertas as ruas perpendiculares, os quarteirões ora formados eram maiores e quadrangulares, dispunham-se perpendicularmente à linha de costa e a hierarquia das ruas anteriormente verificada desaparece, dando lugar a uma nova forma. Os terrenos apresentam frente para as ruas e fundos para os interiores dos quarteirões. A malha urbana assumia, assim, um modelo reticulado.

As referências urbanas constantes das escrituras desse período são: a serra, o mar, a Boa Vista e o "*Campo da Lavagem*".

9 Juiz Ordinário M. S. Mariz. *Estado da Vila de Parati, sua povoação, termo e outras informações* em 27 de Março de 1790. Documento pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Registrado no Livro 5° de Registro da Câmara, às fls. 214 v.

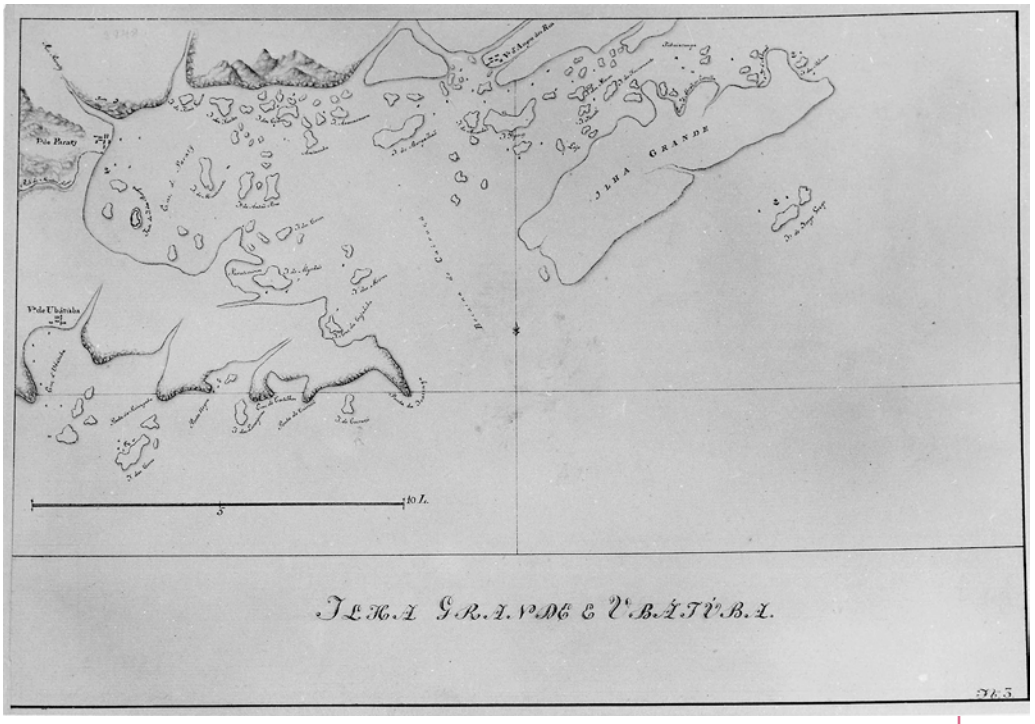


Figura 2 - Carta Topográfica da Capitania de São Vicente –1819.
Fonte: Itamaraty. Autor: Francisco Pedro Darbués Moreira.

Em 1793 foi edificado o Forte Defensor Perpétuo no alto do morro da vila velha e, em 1797, foi construído um quartel na cidade para as tropas e fortificadas todas as bocas das ruas e demais espaços da orla. Porém, é no início do século XIX que a baía recebeu um novo esquema defensivo (Figura 2).

Data de 1799 as primeiras posturas municipais, que refletiam a preocupação com o crescimento, o aspecto e a altura das novas edificações. Regulamentava as dimensões das edificações, ditando medidas das portas janelas e prumadas.[10]

O plano de urbanização e saúde pública foi proposto em 1804; no mesmo ano, a Villa foi novamente medida.

A Igreja de Nossa Senhora das Dores começou a ser edificada em 1800, junto ao mar, induzindo o crescimento da cidade naquela direção. Atravessando o rio Perequê-Açú, foi edificada a Santa Casa de Misericórdia, em 1822, e um quartel para as tropas foi construído no Forte Defensor Perpétuo. Os edifícios institucionais passam, então, a se localizar fora da área central.

Parati expandiu-se: ao norte, em direção ao Pontal; avançou em direção ao mar, com a abertura da rua Nova da Praia, atual Rua Doutor Pereira; a poente, em direção à serra, foi criada a rua Nova do Ouvidor, junto ao Campo da Lavagem, e, ao sul, foi se consolidando o bairro da Patitiba.

10 Posturas Municipais - vereança de 27 de julho de 1799, fonte: Arquivo Central do IPHAN.

REESTRUTURAÇÃO FORMAL DA MALHA – 1836-1870

Em princípio do século XIX, o café surge como o produto que iria propiciar o desenvolvimento e a reintegração da economia brasileira ao comércio mundial em expansão. A principal zona produtora, o Vale do Rio Paraíba, utilizou-se da antiga estrutura de caminhos da serra e dos pequenos portos marítimos para escoar sua produção para o Rio de Janeiro.

O Caminho de Parati foi calçado e, realizadas as obras de engenharia necessárias para tal, um grupo de engenheiros militares passou a trabalhar no calçamento da serra. Esses engenheiros atuaram também no planejamento da cidade, revendo o traçado; na manutenção de ruas e praças; dessecamento de pântanos e mangues; esgotos e abastecimento de água. Realizaram projetos e construíram edifícios institucionais. Desenharam a planta das cidades[11]. Uma comissão de obras foi formada. Como em Paraty a questão das constantes enchentes, o refluxo das marés e do espraiamento de seu porto eram fundamentais, os engenheiros também atuaram nesse viés.

As primeiras leis urbanísticas foram aprovadas em 13 de maio de 1836, sendo possível observar os cuidados com o alinhamento das edificações e embelezamento dos edifícios públicos, etc.[12] Nesse mesmo ano, o forte Defensor Perpétuo é remodelado e assume a feição atual.

As ruas passaram a ser calçadas com pedras redondas, conhecidas como pé-de-moleque, com leve inclinação em direção ao mar e aos rios, e uma calha central por onde escoavam as águas das marés.

Nesse período não mais a regra, e sim o desenho, passava a ser adotado. Uma malha de ruas de tendência ortogonal consolidou a estrutura urbana existente; verifica-se uma forte preocupação com a regularidade e o ordenamento do espaço urbano (Figura 3).

A vila foi elevada à categoria de cidade em 11 de março de 1844, pela Lei Provincial nº 302. Em meados do século, a população do município era de 10.800 pessoas e na cidade, 1.900 habitantes.

Só após 1850, com os antigos caminhos transformados em ruas e a cidade estruturada, os imóveis foram numerados.

As praças foram alvo das preocupações, recebendo melhoramentos: o novo mercado, próximo ao mar (hoje, Praça de Santa Rita), provocou transformações em todo aquele setor da cidade; o chafariz de mármore, inaugurado no ano de 1853 (hoje, Praça do Pedreira), alavancou melhorias urbanas na área, além de solucionar o problema do abastecimento de água, e, para consolidar a Praça Municipal (hoje, Praça da Matriz), ocorreram demolições de imóveis[13], retirada de monturos e de um cemitério. A construção do cemitério fora da área urbana concretizou-se a partir de 1855.

Em 1870, houve nova aprovação do Código de Posturas Municipais, pela

11 Ver Benedito Lima de Toledo. *A Ação dos Engenheiros Militares na ordenação do espaço urbano no Brasil.* In: **A Construção da Cidade Brasileira.** Lisboa/Portugal: Livros Horizonte, 2004, p. 134

12 Arquivo Noronha Santos/IPHAN, Pasta – Inventário. Ver, também, Mello e Rameck. **Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty 1801 – 1883**. Guaratinguetá/SP: Editora Dias, 2004, p. 8-16.

13 "*Com as casas velhas da Praça, cujos chãos a Câmara comprou, fez-se da despesa em sua demolição*". (MELLO e RAMECK, op. cit., p. 44.

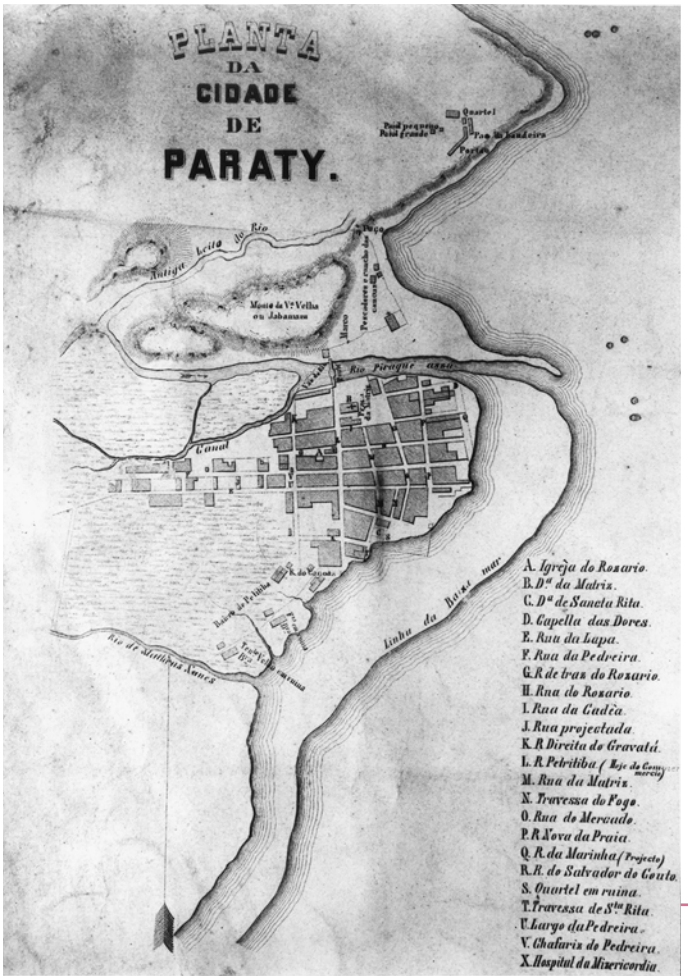


Figura 3 - Por menor da Carta Chorográfica da Provincia do Rio de Janeiro 1858-61. Autor: Jacob Conrad de Niemeyer e outros. Acervo da Biblioteca Nacional.

Assembléia Legislativa Provincial[14], que repetiu basicamente o primeiro texto, enfatizando detalhes construtivos, o recuo em relação aos rios, e a salubridade com o dessecamento dos terrenos alagadiços.

A expansão da produção cafeeira aprimorou a infraestrutura de transportes. A estrada de ferro, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo pelo Vale do Paraíba, atravessou o planalto, paralelamente à linha da costa, chegando a Guaratinguetá em 1870.

As zonas de abastecimento que utilizavam o transporte marítimo para colocar sua produção no grande centro consumidor, o Rio de Janeiro, não estavam em condições de competir com a produção de outras regiões, ali colocada através do moderno sistema de transporte ferroviário. É nesse período que tem início a decadência econômica do município.

Foi, porém, a abolição da escravatura em 1888 que, retirando a mão de obra dos engenhos, das fazendas e do porto, fez com que grande parte da população abandonasse a região em busca de futuro mais promissor.

14 Código de Posturas Municipais da cidade de Parati – 1870. Fonte: Arquivo Noronha Santos, IPHAN.

ESTRUTURAÇÃO DO TECIDO INTRAURBANO – 1870-1945

Já em fins do século XIX constata-se que a população urbana e rural estava reduzida a menos de 4.000 habitantes, devido ao deslocamento de antigos moradores para as novas cidades que floresciam ao longo da via férrea.

Nessa época, as características tipológicas e morfológicas da cidade se alteram, os armazéns transformam-se em residências, as edificações passam a remembrar-se a outras e aos terrenos urbanos disponíveis que se transformam em seus quintais, formando grandes propriedades. Também as chácaras passam a integrar a malha urbana.

Por causa das péssimas condições do seu cais, ou melhor, a ausência de um cais, Parati ficou cada vez mais fora das rotas marítimas. Foi somente em 1931 que se fez uma ponte de atracação.

A salubridade e o embelezamento da cidade voltaram à tona em princípios do século XX, durante a gestão do Dr. Samuel Costa, que desapropriou a quadra existente entre o rio Perequê-Açú e a Praça da Matriz[15], e parte da quadra lateral à Igreja Matriz, entre o beco da Matriz e a Rua da Cadeia. Também ocorreu um grande número de desapropriações na rua do Gragoatá, entre as ruas da Cadeia até a atual Avenida Roberto Silveira, formando uma área livre ocupada, hoje parcialmente, pelo Colégio Estadual.

Em 1922, o Largo da Matriz recebeu projeto paisagístico e foi transformado em Jardim Público.

TRANSFORMAÇÕES NA MALHA E NO TECIDO INTRAURBANO – 1945-1984

O declínio econômico, ao que nos parece, não tirou os encantos de Parati. A preservação do seu acervo paisagístico, urbanístico, arquitetônico e cultural, que atraiu a princípio os intelectuais, hoje é revelado para o mundo todo.

A primeira medida de proteção legal ao conjunto arquitetônico e urbanístico ocorreu em 1945, quando foi elevada à categoria de Monumento Histórico Estadual.

A periferia desenvolvia-se em direção ao bairro da Patitiba, ao longo da estrada que vinha da serra (interior), e no bairro do Pontal.

A grande escala do traçado do século XIX, em planta, não foi acompanhada por uma escala correspondente das construções, daí resultando uma profusão de espaços abertos não contidos pelas construções subjacentes, característica que é particularmente sentida na Praça da Matriz. Grandes setores definidos pelo traçado viário permaneceram desocupados, por falta de desenvolvimento urbano que o justificasse.

O "bairro histórico", em 1945, apresentava diversos vazios urbanos: os *imóveis que nunca foram ocupados* – remembrados ou não a outros, incluindo os quintais das chácaras; *os resultantes do arruinamento de edificações* – alguns preservaram a fachada principal; e os que foram *objeto de reformas urbanas* – desapropriados e sem registros.

15 A área entre a praça e o rio era assim configurada: imóveis da Rua Dona Geralda nº 2, 4, 6 e 8 e da Praça XV de Novembro nº 8: "*Um sobrado com 5 janelas para frente e 7 janelas na lateral, no pavimento superior, 3 portas para frente e 2 portas e 1 portão e 1 janela ao lado, no pavimento térreo e fundos para o rio Perequê-Açú onde tem um portão.*" (LN nº 30 - 2º Ofício, Fls. 89 e 90).



Figura 4 - Pormenor do Aerofotogrametrico Paraty – 1959. Prospec S/A – Prospecções e Aerolevantamentos. Arquivo particular: Tymur Mirza Klink.

Somente em 1954, com a reabertura da estrada Parati-Cunha, a cidade começou a reviver. O reconhecimento federal se deu em 1958, quando o "Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Parati" foi tombado (Figura 4). O Governo Nacional, em 1966, elevou o Município de Parati à categoria de "Monumento Nacional".

Foi constatada uma fase de grandes transformações na estrutura fundiária e urbana do bairro histórico durante as décadas de 1950 a 1970[16]:

1 Ao perímetro do bairro histórico foram acrescidas duas quadras periféricas:
   - A edificação que se situa na rua Doutor Pereira nº 35 foi ampliada e modificada, com a construção de outra edificação em continuidade à existente, formando mais um quarteirão.
   - A ocupação pelo Matadouro Municipal da área compreendida entre a travessa do Gragoatá e o rio Perequê-Açú ocorreu no ano de 1942. A partir de 1954, começou a ser edificada, formando também mais um quarteirão.
2 Outras três quadras foram redelimitadas: a primeira ao norte, entre a Igreja de Nossa Senhora das Dores e o Rio Perequê-Açú, e, ao sul, as duas quadras entre a rua Aurora e o braço de mar (antiga foz do rio Bananal).
3 Ocorreram dois parcelamentos, do tipo loteamento, no interior das quadras: um no terreno da chácara da Rua Tenente Francisco

16 CURY, I. **A Evolução Urbana e Fundiária de Parati do século XVII até o século XX, em face da adequação das normas de proteção de seu patrimônio cultural**. São Paulo: Universidade de São Paulo, FAU-USP, 2002, p. 211-217. (Dissertação de Mestrado).

Antônio nº 58, e outro do terreno no Largo do Rosário – antigo sobrado ruído, com seu quintal. Esses loteamentos foram executados com lotes de padrão contemporâneo, rompendo o padrão existente.

4 Os quintais das chácaras da Rua Tenente Francisco Antônio nº 8 e nº 12, e o da Rua Doutor Pereira nº 19 não foram parcelados. Os dois primeiros abrigam duas pousadas e o último uma residência de veraneio. As grandes propriedades com quintais foram as escolhidas pelos veranistas (em sua maioria paulistas).

Nos anos 70, a situação começou a mudar, a partir da abertura da rodovia litorânea Rio-Santos – BR-101, elemento indutor do desenvolvimento da região. Foi um período de muitas obras e de expansão significativa do entorno imediato do sítio histórico, que foi fechado ao tráfego de veículos automotores, com o objetivo de preservar a estrutura dos velhos casarões.

As medidas de proteção adotadas culminaram, em 1974, com o tombamento de todo o "Município de Parati" pelo IPHAN. Desde 1972, os desmembramentos no bairro histórico passaram a ser proibidos e os remembramentos admitidos apenas para questão de unificação de propriedade.

A volta do valor econômico provocou um processo de parcelamento/ desmembramento, agora já totalmente diferente do que ocorria anteriormente.

Em 1951, o bairro histórico era constituído de 359 imóveis, sendo 61 sobrados e 298 casas térreas. O levantamento executado no ano de 1971 indicou a existência de 455 casas e terrenos, incluindo as igrejas, sendo 394 imóveis, dos quais 68 sobrados. Já em1980, é indicada a existência de 463 imóveis e terrenos, excluindo as igrejas e praças, sendo 66 de sobrados.

Por esses dados, podemos concluir que, a partir da década de 60, os imóveis passaram a ser desmembrados não só pelos parcelamentos referidos, recuperando a formação fundiária anterior ao declínio econômico (Figura 5).



Figura 5 - Foto aérea – Bairro Histórico – Largo de Santa Rita, 1964. Autor: Frederic de Limburg Stirun. Fonte: Arquivo Central/IPHAN.

REFERÊNCIAS

CARITA, H. **Lisboa Manoelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)**. Lisboa/ Portugal: Livros Horizonte, 1999.

CASAL, M. A. **Corografia Brasílica ou Relação Histórico-geográfica do Reino do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1976.

COTRIM, C. R. M. Paraty: Um perfil Histórico de sua Riqueza Econômica. In: SENE, Maria (Org.). **Julia Mann: uma vida entre duas culturas**. São Paulo: Editora Estação Liberdade Ltda.,1997.

CURY, I. **O Estudo Morfológico de Parati, no contexto urbanístico das cidades marítimas atlânticas de origem portuguesa**. São Paulo: Universidade de São Paulo, FAU-USP, 2008. (Tese de Doutorado)

_____. **A Evolução Urbana e Fundiária de Parati do século XVII até o século XX, em face da adequação das normas de proteção de seu patrimônio cultural**. São Paulo: Universidade de São Paulo, FAU-USP, 2002. (Dissertação de Mestrado)

_____. **Levantamento Fundiário de Parati**. Rio de Janeiro: IPHAN/RJ. (Não publicado.)

FREITAS, B. O Século do Ouro de Paraty**.** In: **Revista do Atheneu Angrense de Letras e Artes**. Angra dos Reis: Mar./Jul./Set. 1978.

GURGEL, H.; AMARAL, E. **Paraty, Caminho do ouro**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1973.

LIMA, H. **Notícia Histórica e Geográfica de Angra dos Reis**. Prefeitura Municipal de Angra dos Reis/ Rio e Janeiro: Livraria São José, 1972.

MELLO, D. (Org.). **Paraty no anno da independência, Outros textos e poemas/ Samuel Costa**. Rio de Janeiro: Editora Litteris, 2000.

MELLO, D.; RAMECK, M. J. S. **Roteiro Documental do Acervo Público de Paraty 1801-1883**. Guaratinguetá: Editora Dias, 2004

PIZARRO E ARAÚJO, J. S. A. et al. **Notícias Históricas: Tricentenário de Parati**. Rio de Janeiro: Publicação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 22, 1960.

RIBAS, M. C. **A História do Caminho do Ouro em Paraty**. Paraty: Contest Produções Culturais, 2003.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Atlas Fundiário do Rio de Janeiro**. Secretaria de Estado de Assuntos Fundiário e Assentamentos Humanos, 1991.

SOUZA, M. M. **Parati: a cidade e as festas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Tempo Brasileiro, 1994.

TEIXEIRA, M. C; VALLA, M. **O Urbanismo Português, Séculos XII-XVIII, Portugal-Brasil**. Lisboa/ Portugal: Livros Horizonte, 1999.

COMO ATRIBUIR VALOR AO PATRIMÔNIO ESTUDO DE CASO: PROJETO PLATAFORMA[1]



Heloisa Helena F. Gonçalves da Costa[2]

QUAL É O "PATRIMÔNIO" A QUE SE PRETENDE ATRIBUIR VALOR?

O patrimônio cultural de uma nação, região ou de uma comunidade é composto de todas as expressões materiais e espirituais que o constituem, incluindo o meio ambiente[3]. A partir dessa compreensão é possível afirmar que o patrimônio cultural é formado por bens simbólicos que contém em si uma mensagem significativa com a qual a população se identifica. Essa mensagem pode ser histórica, artística, científica ou outra, mas o importante para que se inclua um objeto na categoria de patrimônio é o envolvimento que a população demonstra ter com ele e, quando se fala de população, a ideia pode ser expandida desde pequenas comunidades até o amplo conceito de humanidade, ou seja, toda a população do planeta Terra.

A UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – divulga periodicamente uma lista através da qual é possível reconhecer as categorias do que a organização considera patrimônio cultural da humanidade:

- Cidades históricas, paisagens culturais, territórios sagrados, herança cultural submersa, museus, artesanato, herança documental/digital, documentos cinematográficos, tradições orais, línguas, ritos e crenças, musicas e canções, artes cênicas, medicina tradicional, literatura, tradições culinárias, esportes e jogos, talentos humanos vivos.

Esse conjunto de bens, em cada nação, região ou comunidade, representa a Herança Cultural que vem a ser a memória coletiva da humanidade.

A Herança Cultural é um recurso não renovável. Ora, se o Patrimônio é a Herança Cultural, então uma Gestão de Qualidade dessa Herança Cultural deve ser sempre orientada para preservar os testemunhos em ambiente de desenvolvimento sustentado. Então,

1 O presente artigo refere-se à palestra realizada em 17 de outubro de 2007, na sede do IPHAN-RJ, e é fruto de experiência vivenciada no bairro de Plataforma, subúrbio de Salvador/BA.

2 Professora Associada lotada na FFCH/UFBA. Bacharel em Museologia (MHN/RJ). Licenciatura em História (UFF/RJ); Mestrado em Ciências Sociais (UFBA); Doutorado em Sociologia (Université du Québéc/Montréal). Ministra disciplinas na Pós de História e na graduação em Museologia da UFBA, no Mestrado em Museologia e Patrimônio da UNIRIO e no Mestrado em Patrimônio Cultural de Santa Maria/RS. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1346345582705216. E-mail: helocosta@uol.com.br.

3 Declaração de Caracas, 1992.

estaremos falando de atribuição de valor em vários níveis – cultural, social, econômico e político – e essa não tem sido uma equação muito fácil de resolver, especialmente no caso brasileiro, onde cada uma das instâncias trabalha, na maioria das vezes, isoladamente e sem qualquer diálogo entre elas. Como podemos falar de atribuição de valor ao patrimônio quando há tantos bens culturais deteriorados no território brasileiro? Que tipo de valor está sendo atribuído e por quem, se a maioria da população não identifica nem reconhece o patrimônio e até mesmo contribui, voluntária ou involuntariamente, para o desgaste e a deterioração? Como a população pode colaborar na preservação do patrimônio se ela mesma se encontra em condição de vulnerabilidade social, econômica e até mesmo cultural?[4]

Como se tem trabalhado na identificação e na avaliação do patrimônio cultural brasileiro?

Na Constituição da República Federativa do Brasil em vigor, lê-se no Art. 216:

> *Constituem* **patrimônio cultural** *brasileiro os bens de natureza material e imaterial, individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*
> *I. as formas de expressão;*
> *II. os modos de criar, fazer e viver;*
> *III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;*
> *IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;*
> *V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.*
> *§1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.*
> *§2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.*
> *§3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.*
> *§4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.*
> *§5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.*

Em 1937, o poder público federal criou o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – que tem sido exemplar na sua trajetória de identificar e avaliar os bens que merecem ser tombados, assim como muitos outros institutos, departamentos, secretarias em vários estados brasileiros. Entretanto, quase sempre não há integração de ações e muitos dos trabalhos executados em restauração de objetos patrimoniais sucumbem diante de fatores diversificados: morosidade da burocracia para aprovar e promover ações, equipamentos e materiais; quadros técnicos deficitários para o tamanho das tarefas a executar; falta de consciência da

4 Vulnerabilidade é o ponto fraco de um assunto; no caso, pobreza, violência e desconhecimento da cultura e do patrimônio.

população em relação ao valor do bem, que é decorrente da falta de educação patrimonial nas escolas públicas desde as primeiras classes escolares, o que pode dar origem a vandalismo, depredação, roubo; ausência de infraestrutura nas regiões urbanas desfavorecidas (centrais ou periféricas) onde, muitas vezes, o bem cultural está situado; ausência de mão de obra auxiliar especializada para dar continuidade aos trabalhos e fiscalizar a integridade do que foi realizado; falta de perspectiva dos envolvidos nas ações de identificar, avaliar, tombar e promover o dinamismo de uso do bem, já que as políticas públicas para a preservação do patrimônio ainda não estão suficientemente garantidas.

Dessa forma, não é difícil perceber que o Art. 216, anteriormente referido, não está sendo cumprido na sua plenitude pela maioria dos cidadãos brasileiros, muito particularmente por autoridades nos três níveis (federal, estadual e municipal), que poderiam exercer exemplarmente a cidadania responsável, mas deixam a desejar. Em decorrência, a população que não recebe estímulos suficientes para ser alfabetizada culturalmente não considera importante valorizar edifícios históricos ou artísticos, museus, monumentos nas ruas e praças e das cidades, porque não foi educada para perceber a quantidade de valores que esses objetos carregam em si mesmos. Então, ocorre o fenômeno do "país sem memória", que não é nada mais do que a incapacidade dos indivíduos de desenvolverem um olhar renovado sobre o seu patrimônio; um olhar afetivo decorrente das memórias coletivas que existem, mas que estão encapsuladas em espaços eruditos e acadêmicos, sem que seja possível estabelecer um diálogo mais humano e solidário entre as várias camadas da população.

O Brasil é um país com muita memória, entretanto é necessário trabalhar muito para desvendá-la e depois difundi-la, no intuito de desenvolver a formação da identidade da nação. É somente a partir da compreensão de que toda identidade é dialógica, isto é, construída através do diálogo, do respeito mútuo, da educação[5] que se pode trabalhar no processo identitário, construindo vínculos entre as várias identidades existentes para, dentro da diversidade cultural, encontrar a unidade do pertencimento tão desejada na preservação da Herança Cultural.

Foi devido à percepção acurada de todas as questões que impedem um adequado trabalho de atribuição de valor ao patrimônio cultural brasileiro que surgiu o Projeto Plataforma, em um bairro da periferia da cidade de Salvador, na Bahia.

Projeto Plataforma: preservando patrimônios (2005-2007)

Antes de tudo, é pertinente dizer que, sendo hoje um bairro da periferia da cidade de Salvador (detentora do titulo de patrimônio da humanidade em razão de seus quarteirões históricos), o espaço denominado Plataforma é um local de rara beleza natural, tendo o mar da Bahia de Todos os Santos e o parque

5 Entendemos educação como um processo de adaptação do ser humano à sua cultura e ao seu meio, através da aquisição de valores fundamentais para a existência humana e de informações instrumentais que permitam o avanço das sociedades em direção à melhor qualidade de vida, em estado de alegria, de harmonia e de solidariedade ética.

São Bartolomeu como expoentes de patrimônio ambiental, sem esquecer de referir aos marcos históricos, alguns já em ruínas, fáceis de visualizar na região.

Entendendo que uma ação de educação patrimonial precisa ter caráter holístico e transdisciplinar, a equipe de preservadores de patrimônio, interessada em testar uma metodologia sensível e humana, começou a se aproximar dos jovens carentes do Bairro Plataforma, em especial os da região próxima à linha férrea do subúrbio e também ao lado de uma ruína tombada pelos órgãos do patrimônio, a antiga fábrica de tecidos Companhia Progresso Industrial, de 1853.

O Objetivo Geral do projeto foi capacitar anualmente 60 jovens da comunidade, nas áreas específicas de Marcenaria, Mediação Cultural e Mosaico[6], tendo em vista a formação de uma cooperativa que viria a gerar produtos com valor histórico-cultural agregado. Assim, estimava-se desenvolver o protagonismo inclusivo, levando os jovens a exercitarem estratégias de sustentabilidade através do aprendizado do patrimônio cultural.

Foram então criados os objetivos específicos, voltados para a formação e a informação do grupo participante, selecionado por faixa etária (15 a 25 anos), por escolaridade (8ª série em diante) e comprovação de renda (indicativo de pobreza).

Objetivo Específico I

Valorizar a história, o patrimônio e a cultura local, com base no reconhecimento e na preservação de tesouros culturais materiais e imateriais, situados na região.

As ações desenvolvidas foram:

- pesquisa, registro e divulgação dos bens patrimoniais locais, na e com a comunidade; articulação com entidades, grupos (familiares ou comunitários) e pessoas; intervenções com mosaico cerâmico; intervenções pedagógicas nas festas locais; educação do olhar dos alunos através de aulas práticas, dinâmicas e envolvimento dos alunos com os espaços urbanos.

Objetivo Específico II

Instituir uma educação voltada para o desenvolvimento do ser humano em aspectos pessoais e interpessoais, centrada na autossustentabilidade e na Cultura de Paz.

As ações desenvolvidas foram:

- Oferta de quatro disciplinas básicas semanais; acompanhamento e avaliação dos alunos; acompanhamento psicológico; encontros mensais de autoformação e planejamento educacional com os educadores; encontros mensais de autoformação com os funcionários do projeto; encontros bimensais de integração social com o público em geral; integração mensal com familiares dos alunos.

Também ocorreu o desenvolvimento de uma **oficina de Mediação Cultural** com as seguintes finalidades: desvelar os tesouros materiais e imateriais da comunidade; divulgar a cultura e história do Bairro Plataforma e da cidade de Salvador; oferecer suporte de marketing e divulgação aos núcleos de Marcenaria e Mosaico; dar visibilidade aos personagens do Bairro Plataforma; resgatar os valores culturais das Festas de Carnaval, de São Pedro e de São Braz, santos muito venerados no bairro; tornar o grupo uma referência cultural no Bairro Plataforma.

6 Essas áreas de trabalho surgiram de uma demanda dos jovens locais, após pesquisa desenvolvida pela equipe.

Todas essas ações foram despertando, na população local, o interesse em conhecer mais e melhor as origens do bairro, a sua própria história e os marcos culturais. Assim, muitas caminhadas foram realizadas ao longo dos dois anos de realização do projeto, que contou com o apoio de verba de responsabilidade social da Petrobrás, entre outras parcerias.

Atrações locais

Uma das atrações locais é o pequeno Trem Suburbano que sai da Estação da Calçada, em Salvador, e após 20 minutos chega à Estação do Subúrbio, na Enseada do Cabrito, em Plataforma.

Um dos pontos significativos é a Igreja de Nossa Senhora da Escada (século XVII), restaurada pelo IPHAN com apoio da mão de obra local treinada pelo IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia.

Ainda se pode ver parte da remanescente Vila Operária, construída para atender aos operários da antiga fábrica de tecidos.

Metodologia baseada em narrativas

Uma metodologia que rendeu resultados bastante positivos nesse projeto foi a motivação da população através do estímulo às narrativas de vida. Através da adaptação das técnicas de história oral para os depoimentos e testemunhos obtidos, foi possível recompor a trajetória sofrida de Péricles Santana (Perinho) e sua "escrita poética mural", o seu livro nos muros da comunidade de Plataforma. Considerado um "jovem problema", Perinho esteve internado inúmeras vezes em hospitais públicos de Salvador devido ao hábito de se expressar através da pintura, desobedecendo regras, e pintando em todo e qualquer lugar que lhe parecesse ideal. Ele fez inúmeras intervenções "poéticas" nos muros internos e externos da comunidade. Os alunos do projeto descobriram esse artista local e o estimularam a continuar contando histórias de Plataforma, além de filosofar sobre assuntos do cotidiano, mas a partir de então escolhendo os locais e solicitando autorização às autoridades competentes, que tanto poderiam ser famílias proprietárias dos muros das casas quanto gestores de espaços públicos. Os participantes do projeto Plataforma, tendo conhecido a vida do poeta e profeta Gentileza, consideraram o trabalho de Perinho comparável ao que Gentileza fez no Rio de Janeiro e o orientaram de forma adequada, estabelecendo-se um diálogo muito peculiar entre jovens.

Já no caso do "Seu Zelito", um dos mais antigos moradores de Plataforma, houve a descoberta de um memorialista. Ele guardava em suas memórias muitos fatos que marcaram a história local; dentre outras coisas, ele ajudou a construir a linha do trem, além de ter iniciado a tradição de várias festas e folguedos locais. Por iniciativa dos participantes do Projeto, "Seu Zelito" recebeu uma homenagem em cerimônia no Teatro ACBEU[7], em 2006, onde foi reconhecido como Mestre Popular da Cultura e Guardião das histórias locais. Infelizmente para a comunidade, ele veio a falecer em 2007.

7 Teatro da Associação Cultural Brasil Estados Unidos, situado na Av. Sete de Setembro, na cidade de Salvador, BA.

Outra descoberta do grupo foi o "Seu Santinho", guardião de histórias e auxiliar na preservação do que resta do local considerado sagrado para os cultos afros, o Parque São Bartolomeu, mas também local de grande importância histórica no momento da guerra pela independência do Brasil na Bahia, em 1823.

Resultados Obtidos

Muitos foram os resultados obtidos no Projeto Plataforma, entre 2005-2007:

- Reconhecimento de Mestres de Cultura pelo Mercado Cultural, evento nacional anual que ocorre em Salvador;
- Valorização do "poeta" Perinho pela comunidade, fato que também melhorou a autoestima do individuo e contribuiu para o início de um processo de melhora na saúde de Perinho;
- Encaminhamento de projeto de lei para dar o nome de "Praça do Livro" ao local rodeado por escritos de Perinho;
- Interlocuções com manifestações culturais do bairro;
- Reconhecimento pela PETROBRAS do trabalho responsável realizado pelo Instituto Roerich de Cultura e Paz do Brasil, organização não governamental responsável pela execução do projeto;
- Enriquecimento cultural e decoração das festas locais, com os jovens participando da organização;
- Intervenções em espaços públicos da comunidade através da técnica do Mosaico;
- Menções, por políticos locais, nas plenárias da Câmara de Vereadores, sobre a excelência das ações no bairro de Plataforma e a redução dos índices de furto e roubo;
- Fabricação de móveis, feitos pelos próprios alunos, para a sede do projeto e para clientes locais;
- Estímulo à implantação do Programa Eco-Bairro.

CONCLUSÃO

Atribuir valor ao patrimônio é, antes de tudo, atribuir valor ao SER HUMANO. Em seguida, o indivíduo, reconhecido como cidadão e recuperado do seu estado de vulnerabilidade, será capaz de se tornar CIDADÃO RESPONSÁVEL. Nessa condição, estará apto a atribuir valor ao patrimônio; agindo como ator social que conhece sua história e sua memória, sente-se feliz e valorizado por ser detentor desse conhecimento, reage às demandas da sociedade com ações pró-ativas e pode vir a ser um preservador, um conservador ou um restaurador do patrimônio cultural.

Ao melhor compreender o fenômeno da atribuição de valor ao patrimônio, o cidadão (a quem é dado o direito da cidadania plena) pode desenvolver inúmeras habilidades em beneficio da salvaguarda do patrimônio cultural: tornar-se educador patrimonial; habilitar-se em técnico de conservação de edificações ou de bens móveis; desenvolver o talento para as artes plásticas e interferir adequadamente nos espaços e equipamentos urbanos; tornar-se um pesquisador dos temas patrimoniais e enriquecer o conhecimento da sociedade nesse campo acadêmico; voltar-se para o turismo cultural, entre outras infinitas possibilidades.

Essa situação de "empoderamento" do ator social tem demonstrado, em diversos casos de salvaguarda de cidades históricas na Europa, na América do Norte e na Ásia[8], que é muito importante formar quadros técnicos e auxiliares para ocuparem postos de trabalho governamentais e então serem os

8 Exemplos dessas ações de salvaguarda podem ser conhecidos através da consulta aos relatórios do WHC – World Heritage Center, que vem a ser o Centro de Patrimônio Mundial ligado à UNESCO.



fomentadores de ações afirmativas em relação ao patrimônio cultural das nações, das regiões e das comunidades.

Não importa o tamanho do território a ser preservado nem a quantidade de bens culturais ali existentes. O que importa é a relevância do significado que aqueles bens possuem e portam para a população que os quer protegidos, pois é essa significação simbólica e afetiva que transforma um objeto, móvel ou imóvel, em patrimônio. Da mesma forma ocorre com as manifestações da cultura popular.

Porque, se olharmos bem profundamente para a realidade do mundo em que vivemos, o maior e verdadeiro patrimônio é o ser humano que, no passado ou no presente, é o criador desses objetos ou dessas manifestações. O ser humano cria, recria, se apropria ou se adapta, e até mesmo rejeita, os valores culturais criados por outros seres humanos e esse é o processo de elaboração da cultura. Cada povo, cada sociedade, cria sua própria cultura, criando e transmitindo entre gerações os seus valores.

Assim sendo, ao valorizar o ser humano enquanto ser social e, portanto, merecedor de condições dignas de existência, a sociedade estará atribuindo valor ao patrimônio mais verdadeiro, o sujeito criador. Os objetos criados por esse sujeito



Figuras 1 e 2 – Fotos aéreas do bairro Plataforma – Salvador/BA. 2008.
Foto da autora.

criador ficarão como imagens marcantes através dos tempos e serão chamados de "patrimônio cultural" pelas gerações vindouras na medida em que essas gerações se identificarem com eles, virem-se representadas através deles, desenvolverem um grau de pertencimento na relação com esses objetos materiais e imateriais.

Mas isso só pode ser obtido se aos indivíduos forem oferecidas as condições de apreensão e de compreensão do patrimônio. Ou seja, educação e cultura devem andar de mãos dadas, em premente união.

Quando ocorre essa união, ocorre a valorização do patrimônio e a reabilitação de centros históricos, de paisagens culturais, de museus e galerias, entre outros, contribuindo para:

- Preservar os bens culturais;
- Fazer crescer a economia da cidade, ampliando possibilidades de investimento;
- Criar condições para a sustentabilidade;
- Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos;
- Despertar os atores sociais para a responsabilidade cultural.

PATRIMÔNIO NA INGLATERRA[1]



Geraint Franklin[2]

O presente texto[2] é um resumo da palestra apresentada em 24 de outubro de 2007 na Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, onde delineei o passado, o presente e o futuro da proteção do patrimônio no Reino Unido e levei em consideração a historiografia do conhecimento, preservação e proteção dos prédios históricos na Inglaterra.

Sempre tivemos consciência da importância do passado. Um exemplo disso na arquitetura é o reúso simbólico dos elementos arquitetônicos romanos nas igrejas medievais. A Igreja Saint Mary le Wigford, Lincoln, Lincolnshire, do século XI, incorpora uma lápide romana (Figura 1), uma referência intencional à cultura do passado.

A Nave da Abadia de Westminster (Figura 2), construída no século XV, apresenta a mais antiga concepção de coro, no interesse da manutenção da integridade do conjunto arquitetônico.

Já em 1572 a sociedade *The College of Antiquaries* tinha sido fundada pelo bispo Matthew Parker, Sir Robert Cotton, William Camden e outros para a preservação do patrimônio nacional de antiguidades. O primeiro encontro foi no *The Bear Tavern,* no bairro Strand, em Londres, e a sociedade existiu até 1604, quando caiu sob suspeita de estar tendo objetivos políticos, sendo abolida pelo rei James I.

ANTIQUARIANISMO

No século XVII, o antiquarianismo, estudo (e por consequência preservação) dos monumentos antigos, desenvolveu-se lentamente, junto com o movimento neoclássico na arquitetura. Surge a

1 Historiador da Arquitetura, especializado em investigação arquitetural, registro e análise de prédios antigos, avaliações de regiões e consultoria na área. Mestre em Arqueologia de Prédios pela Universidade de York em 1999. Depois de formado, trabalhou na área de arqueologia de prédios no setor privado. Foi consultor de Scott Wilson Kirkpatrick em várias avaliações de impacto ambiental e avaliações de zonas de preservação, incluindo a catedral e os parques do *Litchfield*, e as zonas de renovação urbana em *Ipswich e Stroud*. Desde 2005 vem trabalhando como historiador para o *English Heritage*, na superintendência regional de Londres e Sul da Inglaterra, incluindo avaliações de zonas de renovação urbana (*Queenborough, Kent*), estudos temáticos (escolas de Londres construídas entre as 1ª e 2ª guerras mundiais) e análises de casos, inclusive das estações *Waterloo* e *Surbiton*, o embarcadouro do *Greenwich* e o moinho Laverstoke. Ensinou em cursos profissionais do Departamento de Educação Continuada da Universidade de *Oxford*. E-mail: geraint.franklin@english-heritage.org.uk.

2 As declarações que constam no presente texto são resultado de condensação de 13 páginas, onde foram excluídas todas as informações que não fossem indispensáveis ao conhecimento do objeto de que trata. As opiniões emitidas pelo autor não correspondem à posição do *English Heritage*, e sim às de um técnico que nele trabalha.



Figura 1 – Inscrição encontrada na Igreja Saint Mary le Wigford, Lincoln, Lincolnshire - Século XI. Acima: inscrição anglosaxônica. Abaixo: inscrição romana.



Figura 2 – Abadia de Westminster, Londres - Século XV.

curiosidade e o interesse pelas primeiras escavações na Grécia e Itália, onde muitos arquitetos britânicos fizeram um "grand tour". Em 1707 vários antiquários ingleses começaram a realizar reuniões periódicas e, em 1717, a *Society of Antiquaries* foi fundada formalmente.

SÉCULO XIX - RENASCIMENTO DO GÓTICO

O Renascimento do gótico na Inglaterra, em meados do século XVIII, estimulou o estudo sistemático da arquitetura gótica. O trabalho de John Britton, chamado *Cathedral Antiquities* foi publicado pela primeira vez em 1814. Em 1837, John Britton propôs uma sociedade para a preservação da arquitetura.

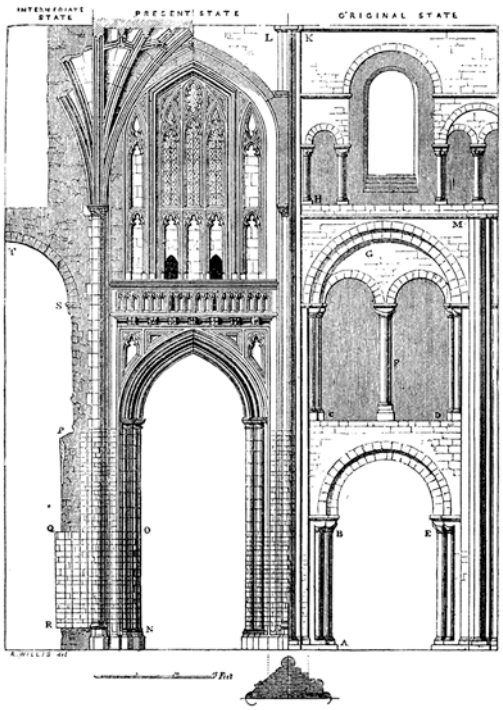
Em 1817, Thomas Rickman escreveu *Attempt... to name and define the sequence of Gothic styles in English ecclesiastical architecture*. As categorias propostas por Rickman – *Norman, Early English, Decorated* e *Perpendicular* – ainda hoje estão em uso para descrever os estilos da arquitetura medieval.

As igrejas medievais foram estudadas cuidadosamente e registradas da mesma maneira que os templos Gregos do século anterior. Planos, elevações e detalhes, como molduras e decorações, foram publicados, utilizados como livros de fonte para igrejas "arqueologicamente corretas" dos movimentos Oxford e Eclesiástico.

Os estudos meticulosos das catedrais inglesas de Robert Willis (1800-1875), como podemos ver na Figura 3, ajudaram a estabelecer a aplicação dos princípios arqueológicos no estudo dos prédios. Willis usou uma combinação de provas de construção (arqueológico), estilística (arquitetônicos) e documentais (históricos).

SPAB - RESTAURAÇÃO VERSUS CONSERVAÇÃO

É uma ironia que muitos arquitetos ingleses vitorianos, sob a influência de Eugène Viollet le Duc, foram substituindo materiais medievais na restauração "arqueologicamente correta". Para contrapor-se a este tipo de restauração, William Morris fundou a *Society for the Protection of Ancient Buildings* (SPAB), em 1877. Morris escreveu no manifesto da SPAB: "Pensamos que estes últimos cinquenta anos de conhecimento e atenção tenham feito mais para a destruição, do que os séculos precedentes de revolução, violência e desprezo."



ELEVATION OF TWO BAYS OF THE NAVE, SHOWING ITS TRANSFORMATION.
[From Willis's "Architectural History of Winchester Cathedral," 1846.

Figura 3 – À Esquerda: a nave da Winchester Cathderal. À direita: Simulação da 1ª. fase, por Robert Willis.

Princípios de Conservação da SPAB

O cuidado com que Britton, Rickman e Willis estudaram edifícios medievais foi aplicado por Morris à sua preservação. O objetivo dessa abordagem, influenciada por Ruskin, é reparar um edifício histórico com o mínimo de perdas. Ou seja:

- Reparação e não restauração.
- Adequar os novos para antigos, não antigos para os novos.
- Obras novas devem complementar e não imitar.
- Novo trabalho deve expressar necessidades modernas numa linguagem moderna.
- Manutenção regular.
- Manter a integridade do todo.
- Reparações honestas e visíveis.

A SPAB foi e é muito influente nas obras de conservação realizadas em monumentos e edifícios ingleses, desde o início do século XX, por organizações tais como o Ministério das Obras e o *National Trust*.

1882, 1913, 1979 - MONUMENTOS ANTIGOS REGISTRADOS PROTEÇÃO DOS MONUMENTOS ATRAVÉS DA DESIGNAÇÃO

A primeira lei para designar e proteger o patrimônio construído foi o *Ancient Monuments Protection Act* de 1882. A lei tentou proteger sítios através da transferência de propriedade dos monumentos para uma organização do Estado. O primeiro Inspetor dos Monumentos Antigos, General Pitt-Rivers, assegurou que 43 monumentos fossem adquiridos e protegidos pela lei, entre 1883 e 1890, incluindo *Avebury* (Figura 4) e *Stonehenge*. Estes primeiros monumentos registrados foram quase exclusivamente pré-históricos, iniciando assim um viés no registro que continua até hoje, com o pré-requisito de ser anterior a 1700.

A lei *Ancient Monuments Consolidation and Amendment*, de 1913, estabelece a



Figura 4 - Avebury, Wiltshire.

estrutura para a filosofia da subsequente legislação, levando à elaboração da presente lei *Ancient Monuments and Archaeological Areas Act*, de 1979.

1937 - O GRUPO GEORGIANO

O Grupo Georgiano foi fundado em 1937 como uma associação nacional de atrativos, com o objetivo de proteção e preservação das criações da época georgiana. Na década de 30, preocuparam-se com a amplitude e o ritmo da destruição de edifícios georgianos na Grã-Bretanha e, em particular, em Londres. Obras do século XVIII, como o *Norfolk House* em *St James's Square* e *Adelphi* do lado do Rio Tâmisa, para os irmãos Adam, estavam sendo destruídas para dar lugar a novos empreendimentos. Fora das cidades, casas de campo estavam sofrendo também. Uma em cada seis delas – muitas georgianas, e muitas tendo interiores elegantemente trabalhados – foi demolida no século XX. Naquele momento não havia nenhuma legislação para protegê-las. No período entre a primeira e segunda guerras mundiais, edifícios posteriores a 1700 foram considerados demasiados modernos para se beneficiarem de proteção legal, que foi estendida aos monumentos antigos e não muito mais.

1947 - BENS TOMBADOS

Quando o tombamento foi criado, depois da segunda guerra mundial, foi restrito, pelo Ministério dos Edifícios Públicos e Obras, aos edifícios construídos antes de 1840. Até a década de 1970, apenas os melhores exemplos da arquitetura vitoriana e eduardiana eram elegíveis para inclusão: os primeiros estudos da arquitetura inglesa do século XIX só agora começam a aparecer.

1958 - A SOCIEDADE VITORIANA

O interesse por *Victoriana* começou com *The Gothic Revival* de Kenneth Clark, em 1928. A Sociedade Vitoriana (Associação Nacional de Atrativos) foi fundada em 1958 para lutar contra a ignorância generalizada na arquitetura do século XIX e do início do século XX. Entre os seus trinta membros fundadores estavam John Betjeman e Nikolaus Pevsner.

1962 - A AMEAÇA À ARQUITETURA VITORIANA

The Euston Arch, o arco na entrada da estação Euston, em Londres, foi construído em 1830 e demolido em 1960 (Figura 5), quando da construção da nova estação.

1970 - PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO INTERGUERRA (1918-1939)

Uma mudança radical ocorreu em 1970, quando a data pré-requisito de antiguidade foi estendida até 1939. O ministério solicitou ao historiador Nikolaus Pevsner uma lista dos cinquenta prédios mais



Figura 5 – Arco da estação Euston, Londres, construído em 1830 e demolido em 1962.



Figura 6 – Biblioteca Central de Birmingham: John Madin and Partners, 1969-74. Será demolida em 2011.

importantes dessa época, que ficaram conhecidos como *cinquenta do Pevsner*. Ele selecionou os pioneiros do Movimento Moderno na Inglaterra, tais como *High and Over,* em Amersham, Buckinghamshire, por Amyas Connell, de 1929; e a fábrica "D10" da empresa farmacêutica Boots, de Beeston, em Nottinghamshire, desenhada por Sir Owen Williams em 1932.

A Sociedade Século XX (Associação Nacional de Atrativos) foi fundada em 1979, mas ainda assim a destruição do patrimônio do século XX continua (Figura 6).

1983 - REGISTRO DE PARQUES E JARDINS HISTÓRICOS

A história da paisagem ganhou sua própria designação em 1983, quando o recém-criado *English Heritage* fez um Registro dos Parques e Jardins Históricos, que incluiu 1.580 entradas.

Houve também o Registro dos campos de batalha (43 registros), incluindo *Battle*, o sítio da batalha dos *Hastings*, e os campos da batalha da Guerra civil. De igual importância, mas muitas vezes negligenciado, os naufrágios também foram beneficiados pela proteção do Estado.

1987-2002 - O PROGRAMA TOMBAMENTO DAS OBRAS PÓS-GUERRA

O *English Heritage* decidiu olhar para toda a área dos edifícios que datam do período de 1945 a 1965 por tipo de construção e realizou uma série de consultas sobre todas as propostas de inscrição, entre 1995 e 1996. Como resultado, muitos edifícios pós-guerra foram tombados durante o período de 1998 a 2002. Existem 424 edifícios tombados da época pós-guerra (Figura 7), de um total de 372 mil.

O SISTEMA HOJE

As seguintes instituições têm responsabilidade sobre o patrimônio na Inglaterra:

- *Department of Culture, Media and Sport (DCMS)* - É o responsável pela identificação e conservação do ambiente histórico na Inglaterra, incluindo os edifícios históricos, monumentos antigos, zonas de conservação e os sítios considerados patrimônio

mundial. As decisões finais são feitas pelo DCMS, mas a maioria das funções e responsabilidades do governo relativas ao ambiente histórico são delegadas para o *English Heritage*.

- *English Heritage (EH)* - É o conselheiro estatutário do Governo relativo ao meio ambiente histórico. Foi fundado em 1984, anterior ao mandato do departamento do meio ambiente. É uma organização pública executiva não governamental. As decisões sobre aplicações individuais e políticas são inteiramente independentes. O *English Heritage* trabalha em parceria com os departamentos do Governo central (DCMS), autoridades locais, ONGs, organizações voluntárias e o setor privado.
- Organizações equivalentes no Reino Unido:
- Escócia: *Historic Scotland*
- País de Gales: *CADW*
- Irlanda do Norte: *Environment and Heritage Service (Department of the Environment)*

DESIGNAÇÃO

Por toda parte do Reino Unido a proteção por lei do ambiente histórico é efetuada por três categorias de designação:

- Bens tombados
- Monumentos antigos registrados
- Zonas de Conservação

Bens Tombados

"*Listed building*" é a denominação dada a um edifício que foi inscrito na lista estatutária dos edifícios de "especial importância histórica ou arquitetônica". Estes edifícios são protegidos pela lei de demolição ou alteração. O sistema de regulamentação e orientação governamental que os protege é projetado para controlar a mudança, em vez de preveni-la: quase todos os edifícios terão de ser adaptados para acomodar novos requisitos de tempos em tempos.

A aplicação especial, conhecida como "*listed building consent*" (consentimento de bens tombados) deve, portanto, ser obtida a partir do escritório de planejamento da autoridade local (geralmente o distrito, bairro ou município) para todas as alterações – internas ou externas – tal como a licença de planejamento.

Na verdade, é um delito criminoso alterar qualquer aspecto de um prédio tombado sem consentimento, e realizar um trabalho sem o consentimento adequado pode ser um crime, conduzindo a uma multa, e ainda uma pena de prisão.

Dois exemplos disso são:

- *Greenside*, Surrey, uma casa modernista de 1936 de Connell, Ward e Lucas, localizada dentro de um campo de golfe. Depois de ter sido demolida ilegalmente em 2003, o proprietário foi processado pelo *English Heritage*. Embora a multa fosse relativamente modesta (£15.000), a decisão do governo de não permitir que o proprietário reconstrua no terreno foi muito mais punitiva no seu efeito, privando o proprietário do valor de reconstrução nesse terreno.
- *Gate Houses, Hanover Lodge, Regent's Park*, Londres, de John Nash, 1820. Foi demolido ilegalmente em

Figura 7 – Telescópio de Lovell no Observatório Jodrell Bank, 1952-1957, Bernard Lovell e Charles Husband. Tombado ao Grau I.

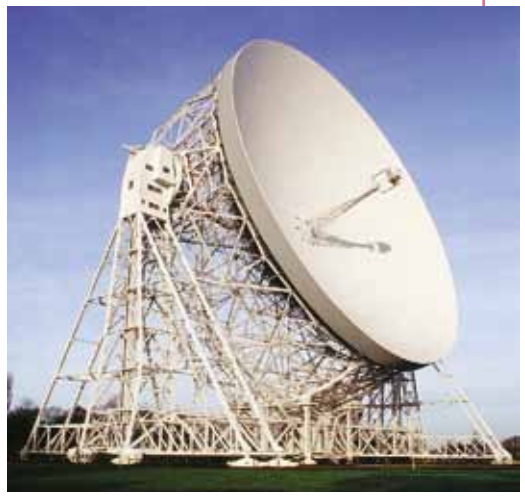




Figura 8 – Banqueting House, Inigo Jones, 1619-22, Whitehall, London. Tombado ao Grau I.



Figura 9 – Atelier do poeta Dylan Thomas, Laugharne, País de Gales, utilizado entre 1949 e 1954.

2006 pela arquiteta Quinlan Terry. A autoridade local de Westminster multou Terry em £25.000.

Alterações em algumas igrejas estão fora desse sistema de controle, pois as principais igrejas desfrutam do que é conhecido como "Isenção das Igrejas" (*ecclesiastical exemption*). Esta isenção é limitada à igreja que possui um organismo que opera seu próprio sistema interno de controle, o qual é aprovado pelo Ministério. Não há proteção legal para patrimônio móvel, só imóvel. As alterações em qualquer estrutura dentro das terras ('curtilage') do edifício em questão devem ser consentidas também.

Embora a maioria das propostas de tombamento sejam provenientes dos diversos órgãos governamentais locais e nacionais, qualquer pessoa pode propor que um edifício seja tombado.

As propostas são frequentemente causadas por ameaça. No sistema atual, a proposta é analisada pelo DCMS com a assessoria de especialistas do *English Heritage*.

Existe apenas uma lista de bens tombados, mas inclui critérios diferentes, como por exemplo:

- A importância Arquitetônica: *Banqueting House* (Figura 8), por Inigo Jones, em Whitehall, Londres.
- A importância histórica: O atelier de Dylan Thomas (Figura 9), em Laugharne, País de Gales, utilizado pelo poeta entre 1949 e 1954.
- A importância técnica ou estrutural: *Greene's Boat House*, concluído em 1858, nos estaleiros navais, Sheerness, RU.

A lista inclui cerca de 500 mil entradas, mas como algumas entradas incluem vários edifícios no mesmo endereço o número total de edifícios tombados é bem maior, talvez cerca de 600 mil.

Há ainda aí incluído as estátuas (*Nelson's Column*), esculturas, pontes *(Clifton Suspension Bridge*, concebida por Isambard Kingdom Brunel, em 1829, construída entre 1831 e 1864) e mobiliários urbanos (marcos miliários, *mounting blocks,* caixas de correios, cabines telefônicas – Figura 10), e muitos outros tipos de estrutura.

Cada edifício é descrito brevemente na sua entrada, a partir de seus aspectos de especial interesse histórico ou arquitetônico.

Os tombamentos são classificados de acordo com a "importância especial histórica ou arquitetônica" de cada edifício. Existem três níveis de importância:



Figura 10 – Cabine telefônica, modelo D8, desenhada pelo Bruce Martin, entrou em produção em 1968.



Figura 11 - Brough Castle, Cumbria, administrada pelo English Heritage

- Grade I 2,5% do total
- Grade II* 5,5%
- Grade II 92%

Monumentos Antigos Registrados (Scheduled Ancient Monuments)

Existem atualmente 19.578 Monumentos Antigos Registrados na Inglaterra, como no exemplo da Figura 11. Uma das principais diferenças entre Monumentos Antigos Registrados e Bens Tombados é que estes não têm uma utilização viável. Eles também não são categorizados por níveis de importância e todas as obras (e não apenas alterações) exigem especial consentimento, nesse caso "consentimento dos Monumentos Antigos Registrados". Transgredir a lei pode levar a uma condenação penal e uma multa.

Uma grande variedade de sítios arqueológicos, monumentos, sítios industriais e fortificações da segunda guerra mundial são protegidos como Monumentos Antigos Registrados. Existem atualmente cerca de 30 mil Monumentos Antigos Registrados no Reino Unido, e o número está crescendo rapidamente, pois o *English Heritage*, *CADW* e *Historic Scotland* estão envolvidos em novos programas para reavaliar todos os sítios conhecidos.

ZONAS DE CONSERVAÇÕES

O meio ambiente histórico é muitas vezes o produto da inter-relação entre os diversos edifícios, as superfícies e estruturas entre eles, o mobiliário urbano e a vegetação, que fazem parte do conjunto.

As autoridades locais são requisitadas no âmbito do *Planning Act 1990 (Listed Buildings and Conservation Areas)* a



Figura 12 – Poligonal da área da zona de conservação de Stamford, Lincolnshire.

designarem como zonas de conservação qualquer área "de especial interesse histórico ou arquitetônico" com um caráter ou aspecto que mereça preservação ou melhoria.

Há aproximadamente 10 mil zonas de conservação do Reino Unido. A primeira delas foi o centro histórico de Stamford, Lincolnshire, designado em 1967 (Figuras 12 e 13).

Embora a principal forma de proteção do ambiente histórico seja através do tombamento dos edifícios e o registro dos monumentos, a designação das zonas de conservação também traz controles de urbanismo adicional. O controle sobre a demolição parcial e na preservação dos desenhos de interiores é limitado, algumas vezes resultando em "façadismo" (Figura 14).

REFORMA DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO

Concluo olhando algumas novas reformas de proteção do patrimônio. O nosso atual sistema de proteção do patrimônio veio a se desenvolver pouco a pouco durante os últimos 120 anos e, apesar de funcionar



Figura 13 - Stamford, Lincolnshire: a primeira zona de conservação, designada em 1967.

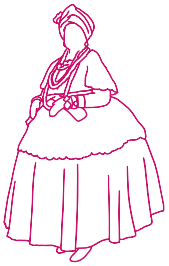


Figura 14 - Abbey House, Baker St, Londres, J.J. Joass, construído entre 1928 e 1932 foi demolido parcialmente em 2005.

bem, ele não é perfeito. A estratégia da *Heritage Protection Reform* tem como objetivo criar um sistema mais eficiente e integrado. Uma nova declaração de política de urbanismo no meio-ambiente histórico (PPS5) marca um importante passo à frente na entrega da reforma do sistema de proteção do Patrimônio. No seu cerne há um enfoque unificado de proteção e gestão do meio-ambiente histórico, a promoção das melhores práticas e a participação do público. Além disso, espera-se que a nova legislação possa provocar outras alterações, tais como:

- A combinação dos vários sistemas em um registro integrado: arqueologia e edifícios juntos pela primeira vez. E também sítios arqueológicos, parques, jardins, campos de batalha e sítios considerados patrimônio mundial;
- As denominações Grau I, Grau II* e Grau II seriam estendidas a todos os bens nacionais;
- A delegação da responsabilidade pela designação deve ser diretamente do DCMS ao *English Heritage*;
- A introdução da proteção legal provisória para edifícios a serem propostos para a designação, destinada a protegê-los de demolição precipitada;
- Propiciar aos proprietários o direito formal de recurso contra uma decisão de designação.

MAPEAMENTO DOS TERREIROS DE CANDOMBLÉ DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO[1]



Marcia Ferreira Netto[2]

O presente artigo apresenta o projeto *Mapeamento dos Terreiros de Candomblé do Estado do Rio de Janeiro*, a resolução de mapear os terreiros mais antigos e tradicionais do estado, como foram elaboradas as marcações das visitas e quais os critérios utilizados. Este projeto partiu de uma iniciativa da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, em parceria com o Departamento de Patrimônio Imaterial do mesmo órgão.

Como metodologia, foram utilizadas anotações, fotos, filmagem, gravação de áudio, croqui, preenchimento de ficha do INRC, indexação de material coletado e relatórios.

Foram mapeados 20 terreiros das seguintes nações: Efon, Ketu, Jeje, Angola. Alguns com mais de 50 anos de fundação, vindos de asés tradicionais da Bahia e/ou formados aqui no Rio de Janeiro, cujas matrizes do candomblé são rigorosamente preservadas, através de seus preceitos, rezas, cantigas, danças, rituais (Figuras 1 e 2), línguas, costumes, celebrações e saberes que são passados aos iniciados (yaôs) de forma oral, conforme o tempo de aprendizado de cada um.

Dois dos terreiros mapeados já haviam solicitado o tombamento ao IPHAN, são eles: o terreiro Ilê Asé Baru Lepê, fundado por Pai Valdemiro de Xangô (Figura 3), falecido após um mês da entrevista, e o Terreiro Ilê Asé Yá Nassó Oká Ilê Osun, fundado por Yá Nitinha de Oxum (Figura 4), falecida um ano após a entrevista. O mapeamento realizado pelo Projeto em questão servirá para a instrução do processo de tombamento em curso.

A partir das informações levantadas pelo Projeto, haverá uma discussão com as comunidades terreiros e sugerida a inclusão no livro de Registro de Patrimônio Imaterial e a salvaguarda dos saberes e celebrações de alguns dos terreiros mapeados.

APRESENTAÇÃO

O principal produto, resultante do projeto do Mapeamento dos Terreiros de

1 O presente artigo refere-se à palestra, realizada no dia 07 de novembro de 2007, no ciclo de palestras denominado *Oficina de Estudos da Preservação*, fruto do Projeto Mapeamento dos Terreiros de Candomblé do Estado do Rio de Janeiro/IPHAN/RJ, realizado no período de 2006 a 2007.

2 Mestre em História Social pela Universidade Severino Sombra/RJ, com a Dissertação "Os terreiros de candomblé como representação da identidade cultural afro-brasileira". Autora do livro *Terreiros de Candomblé do Rio de Janeiro*/IPHAN; Coordenadora do Projeto "Terreiros de Candomblé do Estado do Rio de Janeiro/IPHAN" de 2006 a 2010. Museóloga e Docente na Universidade Federal do Piauí. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8752649579558059. E-mail: marciapessoanetto@gmail.com.

Candomblé do Estado do Rio de Janeiro, 2006/2007, foi o inventário de 20 terreiros de candomblé[3], segundo a metodologia do INRC (Inventário Nacional de Referencias Cultural) do IPHAN. A metodologia utilizou os recursos da história oral para relembrar uma memória em processo de esquecimento, que serviu para delinear a presença das variadas matrizes religiosas do candomblé no Rio de Janeiro. Em síntese, o resultado da pesquisa de campo revelou-se um interessante acervo do patrimônio imaterial desse segmento social.

No levantamento preliminar, consultamos bibliotecas; indicações de babalorixás e yalorixás reconhecidos nas comunidades terreiros (egbé) por sua integridade no culto e seus feitos abalizados por preceitos tradicionais; pesquisadores etnográficos e iniciados no candomblé, tais como o doutor e escritor Roberto Conduru, professor da UERJ; doutor Muniz Sodré, presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Oba de Xangô do Ilê Asé Opó Afonjá – Bahia; professor e escritor Antônio Olinto (falecido após a entrevista), membro da Academia Brasileira de Letras, Adido Cultural do Brasil na Nigéria por três anos e iniciado como Oba de Xangô do Ilê Asé Opó Afonjá – Bahia; e o Oluwo Bamikole Ojo Kowale, Chief Ejemu Awo, Ijero Ekiti, Babalawo e Sacerdote do Culto de Ifá, Chefe dos Babalawos de Ejemu, Ijero Ekiti, na Nigéria.

Entrevistamos os terreiros: Ilê Asé Baru Lepê, Efon; Ilê Asé Yá Nassó Oká Ilê Osun, ketu/Engenho Velho; Ilê Omolu Oxum (Figura 5), ketu/Asé Opó Afonjá; Ilê Asé de Yá Atará Magbá, ketu/Asé Opó Afonjá; Ilê Omi Ojuarô, ketu/Alaketu; Ilê Nidê, ketu/Engenho Velho; Ilê Obá Nilá, ketu/Gantois; Rwe Sinfá, ketu/Jêje Mahin; Kupapa Unsaba (Bate-Folha), Angola; Ilê Asé Fire

Figura 1 – Yaô bolado sendo levado para o ronco.
Foto: Marcia Netto. 2009



Figura 2 – Comidas para ebó.
Foto: Ana Paula Santos. 2008.



3 Após essa palestra, o projeto do Mapeamento dos Terreiros de Candomblé do Estado do Rio de Janeiro, estendeu-se numa segunda e terceira etapas (2008 a 2009), inventariando mais 12 terreiros, produzindo um CD-ROM, lançado em 05 de abril de 2010, com os 32 terreiros inventariados e a produção de uma publicação, em fase de impressão.



Figura 3 – Posse de pai Sandro de Oxalaguian
Foto: Marcia Netto. 2007.



Figura 4 – YáNitinha de Oxum.
Foto: Marcia Netto. 2006.

Imó Ogun Oyá, ketu/Asé Opó Afonjá; Ilé Asé Yatopé, ketu/Asé Opó Afonjá; Ilê Asé Oyá Funké, ketu/Engenho Velho; Ilê Asé Oju Oba Ogo Odo, ketu/Asé Opó Afonjá; Ilê Asé Omó Inã, ketu/Jêje Mahin; Ilê Asé Igbá Ode, ketu/Asé Opó Afonjá; Ilê Asé Lissá Vodun, ketu/Jêje Mahin; Ilê Asé Nilá Ode (Figura 6), ketu/Gantois; Ilê Asé Obaluayê Azauany, ketu/Engenho Velho; Ilê Asé Omo Karê, ketu/Engenho Velho; Ilê Asé Ode Inlê, ketu/Engenho Velho.

Os terreiros visitados pertencem aos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Pavuna, São João de Meriti, São Gonçalo e Venda das Pedras.

Durante as entrevistas, foram feitas quase duas mil fotografias, vinte gravações de vídeo, gravações de áudio, croquis de todos os terreiros, e coletados documentos, como jornais, revistas, cópias de estatutos de associações religiosas, cópias de fotos antigas e livros publicados pelos babalorixás e yalorixás dos terreiros inventariados.

Segundo a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais, criado pelo IPHAN, foram preenchidas as fichas de Levantamento Preliminar; Localidade; Sítio; Bens Culturais e Inventariados; Bibliografia; Lista de Parques Naturais e Reservas; Registros Audiovisuais; Identificação de Lugar. Todas estão em processo de digitalização no Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN / Brasília, que poderão ser consultadas por pesquisadores e demais interessados.

ANÁLISE E PESQUISA

Ao entrarmos em contato com cada terreiro pesquisado, estabelecemos uma relação que propiciasse a elaboração de um registro de suas histórias e vivências no santo. Após o entendimento do trabalho, a pesquisa foi interpretada como um veículo de preservação e valorização do candomblé perante a sociedade, levantando a questão da tradição – como preservação de rituais,



Figura 5 – Mãe Meninazinha de Oxum. Foto: Marcia Netto. 2007.



Figura 6 – Oxossi. Foto: Marcia Netto. 2009.

costumes (Figura 7) e celebrações; e a questão de "pureza" de asé – muito discutida, mas não comprovada, por se tratar de uma "colcha de retalhos" de experiências e conhecimentos tecidos por uma inter-relação entre iniciados(as) e zeladores(as) de santo, de asés e costumes diferentes.

Os terreiros visitados foram indicados por babalorixás e yalorixás conhecidos pelas comunidades de candomblé como tradicionais, que mantêm sua hierarquia, preservam seus ritos, cantigas, itãns, orikis, preceitos, celebrações, idiomas/dialetos, modos de fazer (Figura 8), de vestir, de cozinhar, de fazer oferendas, de dançar, de usar as ervas (Figura 9) e os banhos, entre outros.

A questão sobre "tradição" nos terreiros de candomblé é muito discutida e reafirmada com certo orgulho por alguns de seus representantes, tanto quanto o conceito de "pureza de asé". Para eles, os terreiros mais tradicionais são aqueles que preservam ensinamentos e práticas ritualísticas usadas desde o primeiro terreiro de origem, formado por algum africano(a) ou por algum(a) descendente de escravos vindo de alguma região da África. Consideram os terreiros "mais puros" como aqueles que não reproduzem influências de outros cultos religiosos, com rituais diferenciados.

Para uma melhor compreensão sobre o objeto da pesquisa em questão, vamos contextualizar o perfil desses terreiros, e abordar as questões que surgiram durante o processo de elaboração do projeto de mapeamento dos terreiros.

No decorrer do projeto de mapeamento dos terreiros, identificamos algumas comunidades terreiros que funcionam como um centro irradiador de todo o sistema cultural, do qual a oralidade é um de seus elementos, onde se transmite uma relação interpessoal e dinâmica. Aproveitamos para estabelecer essas comunidades como critério de escolha para os terreiros a serem inventariados. Recolhemos dados de Yalorixás e Babalorixás que fundaram seus asés (força mística dos orixás) há mais de cinqüenta anos, herdeiros de casas tradicionais e antigas. Como também, de alguns mais jovens, porém que objetivam



Figura 7 – Fios de conta de Yao. Foto: Ana Paula Santos. 2008.

seguir e preservar os saberes que lhes foram confiados por seus antepassados. Esses dados foram observados e utilizados como critério de escolha dos terreiros pesquisados.

Durante a pesquisa de campo, observamos a preocupação com a preservação da tradição, assim como a necessidade de incentivo e apoio governamental para a preservação dos mesmos, com o respeito e a aceitação pública de seus credos religiosos e com o sentimento de orgulho de suas descendências afro-brasileiras. Percebemos a necessidade de futuras ações de salvaguarda desses terreiros para que seus legados possam ser preservados e terem condições de dar continuidade a seus asés.

Na coleta de relatos, deparamo-nos com depoimentos que constroem, ou reconstroem parte da historicidade do terreiro: depoimentos do pai ou mãe-de-santo, do iniciado(a) e de toda a comunidade. A história vivida por uma pessoa é compreendida como uma experiência que leva ao saber da coletividade. As comunidades terreiros educam e repassam seus saberes às novas gerações, a cultura dos antepassados, a preservação da memória coletiva, a ajuda mútua, o respeito aos mais velhos, o respeito às diferenças religiosas e culturais, a cura do corpo e do espírito. As comunidades terreiros configuram-se enquanto uma instituição social, portadora de uma identidade social, e ainda com o perfil de propagadora do saber dito e tido como da cultura afro.

Na questão do patrimônio cultural, podemos refletir no sentido original, ou mais restrito. "Patrimônio" significa "herança familiar" ou "conjunto de bens familiares" que são transmitidos aos seus membros de geração em geração. Esse significado tornou-se mais amplo quando passou a se referir a um conjunto de bens



Figura 8 – Barracão de pai Alberto de Yansã. Foto: Ana Paula Santos. 2008.

culturais pertencentes a comunidades maiores do que a família, como o povo de uma região ou de um país. Ou melhor, quando se passou a considerar produtos culturais, como "bens", como algo que tem valor – de uso, de gozo ou de troca – e que deve ser preservado para poder ser transmitido às gerações futuras.

Os "patrimônios imateriais" são, segundo Arantes (2001 p. 131), as "referências das identidades sociais", são "as práticas e os objetos por meio dos quais os grupos representam, realimentam e modificam a sua identidade e localizam a sua territorialidade". Os patrimônios imateriais são "sentidos atribuídos a suportes tangíveis", às práticas e aos lugares.

Para as comunidades de matrizes religiosas afro-brasileiras, o patrimônio imaterial, é uma fonte de identidade e carrega a sua própria história. A filosofia, os valores e formas de pensar refletidos nas línguas, tradições orais e diversas manifestações culturais constituem o fundamento da vida comunitária. Num mundo de crescentes ações globalizadas, a revitalização e a reinvenção das culturas tradicionais e populares asseguram a sobrevivência da diversidade de culturas dentro de cada comunidade terreiro, contribuindo para o alcance de um mundo plural.

Um dos métodos da transmissão da tradição é a oralidade. A transmissão oral através das lendas, narrativas ou de valores espirituais de geração em geração. Uma crença de um povo, algo que é seguido com respeito através das gerações. O uso da oralidade nos terreiros de candomblé se apresenta como um fio condutor da história e memória desse segmento social, para a constituição e reconstituição da sua identidade e representação social no território em que vivem.



Figura 9 – Frutos do dendezeiro.
Foto: Marcia Netto. 2009.

Os depoimentos coletados no projeto de mapeamento não passam de transmissões de relatos orais. A fonte oral vem a ser uma das formas de transmissão, registro e estudo de algumas sociedades que têm como tradição a transmissão oral de seus saberes, idiomas, ritos, celebrações, modos de fazer e cultura, como as comunidades terreiros de candomblé, cujos cultos descendem das regiões de Benim, Nigéria, Angola e Congo.

Consideramos que essa pesquisa etnográfica atravessa os campos de saberes, com fronteiras tênues, podendo oferecer contribuições para a área do Patrimônio Imaterial. Salientamos que o levantamento da história oral dos terreiros foi usado como forma de registro da memória e elucidação sobre a importância do estudo do patrimônio imaterial na formação da cultura brasileira.

Esperamos que esse Mapeamento dos terreiros de candomblé do Estado do Rio de Janeiro contribua para esclarecer, informar, valorizar e difundir esses saberes de matrizes africanas em profunda transformação e dinamicidade.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antônio Augusto. **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

BASTIDE, Roger. **O Candomblé da Bahia**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1958.

CONDURU, Roberto. **A arte Afro-Brasileira**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2007

COSSARD, Gisèle Omindarewá. **Awô***:* O mistério dos orixás. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2006.

FOX, Douglas C.; FROBENIUS, Leo. **A Gênese Africana**: Contos, mitos e lendas da África. São Paulo: Landy Editora, 2005.

HALL, Stuart. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, UFRGS, v. 22, n. 2, p. 15-45, 1997.

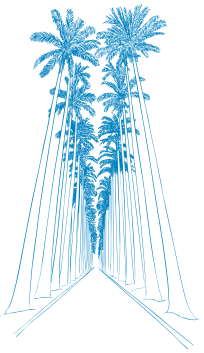
PARES, Luís Nicolau. **A Formação do Candomblé**: História e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

SILVEIRA, Renato da. **O Candomblé da Barroquinha**: Processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto. 1ª ed. Bahia: Maianga, 2006.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII ao XIX**. 4. ed. Bahia: Editora Corrupio, 2002.



PAISAGENS DO JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX[1]



Ana Rosa de Oliveira[2]

A paisagem do Jardim Botânico pode ser comparada a um palimpsesto, ou seja, foi conformada pela sobreposição de diferentes "escritas", "projetos" ou, mais especificamente, de leituras de jardim botânico adotadas por suas administrações ao longo de seus 200 anos. Esses projetos estariam diretamente associados às diferentes representações de natureza, ciência, arte e sociedade no Brasil. Reunir e apresentar algumas destas diferentes camadas, relacionando projetos institucionais e paisagens que constituíram o Jardim Botânico, ao longo do século XIX e início do XX, constitui o objeto deste escrito. Pretendemos que estas notas preliminares sirvam como janelas, através das quais os leitores são convidados a espreitar o passado e o presente da instituição.

Levando em conta o caráter prospectivo desta análise, a que nível poderíamos acomodar nosso olhar? Como seria impossível apresentar o jardim em sua globalidade ou apreender a paisagem pela enumeração de seus componentes, trataremos, através deste escrito, de recompor o modo de reunião de suas partes, privilegiando a abordagem de seu traçado, e sua configuração espacial. A primeira questão que podemos nos colocar – tendo em vista que a concepção de um jardim tem início pela escolha e controle do lugar – é sobre o que levou à escolha de uma área afastada do centro urbano para instalação da Fábrica de Pólvora[3] e futuro Jardim Botânico. Segundo o Decreto de 13/06/1808, as premissas que levaram a considerar o engenho e as terras da Lagoa Rodrigo de Freitas como os "mais próprios" para "erigir sem perda de tempo uma fábrica de pólvora" foram associadas à necessidade de "não só um local espaçoso, mas ainda abundância de

1 Texto referente à palestra realizada na Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro em novembro de 2007.

2 Doutora em Arquitetura pela Universidade de Valladolid – Espanha. Especialista em Arquitetura Paisagística pela Universidade Politécnica da Catalunya – Barcelona – Espanha. Paisagista responsável pelo Laboratório da Paisagem do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Professora do Mestrado profissional em Arquitetura. Paisagística do PROURB – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autora do livro *Tantas vezes paisagem*. FAPERJ/Digital Gráfica, 2007. E-mail: laboratorio.paisagem@gmail.com.

3 A Fábrica, segundo Chaves & Carvalho (1992, p.6), iniciou suas atividades em 1810 e produzia dois tipos de pólvora negra: a granulada, usada pelas forças armadas, e a "fina" (ou em pó), empregada na caça, em minas e em práticas de escambo na África. A incompatibilidade das atividades de visitação pública e o crescimento da cidade em direção a Botafogo, associada aos riscos da atividade fabril, levaram a transferi-la, entre 1831 e 1832, para a Serra da Estrela.

água para o movimento das diferentes máquinas, por cujo meio se hão de executar todas as necessárias operações". (BRASIL, 1891, p.152).

Assim, a localização estratégica longe da cidade, a topografia adequada para criação dos desníveis necessários para funcionamento das rodas d'água da Fábrica de Pólvora, aliada à grande extensão[4] para cultivos, certamente concorreram para que, conforme o mesmo decreto, se "procedesse logo a incorporar nos próprios da minha Real Coroa". (BRASIL, 1891, p.152).

Um dos registros dessa paisagem no período é o *Plano da Lagoa Rodrigo de Freitas* de janeiro de 1809 (Figura 1), que inventariou "terras que pagam foros", benfeitorias, cultivos, caminhos, cursos de água, convertendo a área em espaço geométrico, mensurável, onde o Estado pudesse definir intervenções concretas. A relevância desse plano é nos remeter à paisagem do Jardim Botânico no momento de sua fundação, ou seja, à primeira "camada" sobre a qual se sucederam as inúmeras intervenções que constituem sua paisagem atual.

Sobre o traçado do jardim em seus inícios, não encontramos registros cartográficos. A viajante Maria Graham, que visitou o Jardim em 1821, ao descrever o que compunha a paisagem, dá indícios dessa configuração inicial:

> *É traçado em quadras adequadas; as aléias têm plantado, de cada lado uns castanheiros que crescem muito depressa trazidos originalmente de Bencoolen e aclimatados aqui. [...] As sebes entre as divisões são de um arbusto que eu tomaria pela murta, mas cujas folhas, ainda que fortes, não são cheirosas. [...] O cinamomo, a cânfora, a noz moscada e o cravo da Índia crescem tão bem quanto no solo natal. A fruta-pão produz o fruto admiravelmente e da mesma sorte as frutas orientais, tal como foram trazidas para cá [...] (GRAHAM, 1990, p. 199-200).*

Como se deduz desse relato, a paisagem do Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, na primeira fase, estava mais próxima a um horto que a um jardim. Essa ideia do Jardim como um local voltado à aclimatação e cultivo de plantas é explícita no Alvará de 1/3/1811, o qual estabelece, dentre as atribuições do Presidente da Real Junta, aquela de:

> *Dirigir o estabelecimento de um jardim botânico da cultura em grande de plantas exóticas que mando se haja de formar na dita fazenda da Lagoa [...] promovendo a cultura das moscadeiras, cravos da índia, canela, pimenta e os cactos com a cochonilha; fazendo-os as necessárias experiências para conhecer-se o melhor meio de cultivá-las e propagar, e de levar ao maior grau de perfeição possível a plantação dos bosques artificiais de madeiras de lei [...]*

À primeira vista, poderíamos deduzir que tal iniciativa gerava um tipo de jardim botânico diferente do que seria um jardim europeu. Os jardins botânicos luso-brasileiros, porém, seguiram a política agrícola da época, fortalecendo a orientação pragmática das instituições científicas portuguesas e buscando a renovação da agricultura colonial com a

4 Chaves & Carvalho (1992, p. 6) observam que a Fazenda da Lagoa Rodrigo de Freitas englobava "os atuais bairros do Arpoador, Ipanema, Leblon, Gávea, Horto, Jardim Botânico, parte de Humaitá, e grande parte do Parque Nacional da Tijuca. No seu interior, além do engenho de açúcar havia 59 chácaras de terceiros. Estes permaneceram com posse das mesmas, pagando arrendamento aos cofres da Fábrica de Pólvora".

introdução de novas plantas, exóticas ou nativas, e de novas técnicas. (DIAS, 1968, p. 164). O JBRJ (Figura 2) equiparava-se, assim, aos demais jardins botânicos do início do XIX, "que eram por definição abrigos de plantas, locais cujas pesquisas eram necessariamente voltadas para a aclimatação e reprodução vegetal". (SANJAD, 2001, p. 27).

Com relação ao traçado do Jardim, identificamos um padrão de configuração associado à divisão do território em "quadras", "quadrados", delimitados por grandes eixos, como se observa na Figura 2. Essa modulação quadriculada deu ao jardim a flexibilidade própria das paisagens agrícolas. As quadras, ao funcionarem como receptáculo de diferentes cultivos, atividades e programas permitiram ao longo dos anos que o jardim acumulasse e integrasse as funções de horto, jardim, parque público e museu. Em paralelo à flexibilidade funcional da quadra, temos a rigidez de seus eixos articuladores, o que possibilitou a permanência do traçado, apesar das inúmeras transformações ocorridas em seu interior. Encontramos certa analogia com o traçado do Jardim de Versalhes, que apresenta, em sua escala macro, grandes eixos que ordenam e se apropriam do território. Em escala micro, observamos a preocupação com o detalhe e a criação de uma cenografia arquitetônica e vegetal associada à fruição estética, integrando fontes, estatuária, lago, jardins temáticos, etc.

As primeiras iniciativas voltadas ao desenho da paisagem, com propósitos estéticos são atribuídas a Frei Leandro do Sacramento, entre 1824 a 1829, o qual, supostamente, teria iniciado a transição de horto para jardim, aliando os propósitos experimentais àqueles ligados à fruição estética e ao lazer. Essas iniciativas nunca foram bem entendidas por aqueles incapazes de franquear as barreiras disciplinares e adotar visões da realidade mais compartilhadas. O naturalista Charles Darwin, em sua visita ao JBRJ, em 1832, observou que o nome de jardim botânico "deve ter sido dado mais como uma forma de cortesia do que qualquer outra coisa; na realidade é somente um lugar de divertimento" (DARWIN, 1988, p. 67). Talvez Darwin fosse mais condescendente ao referir-se

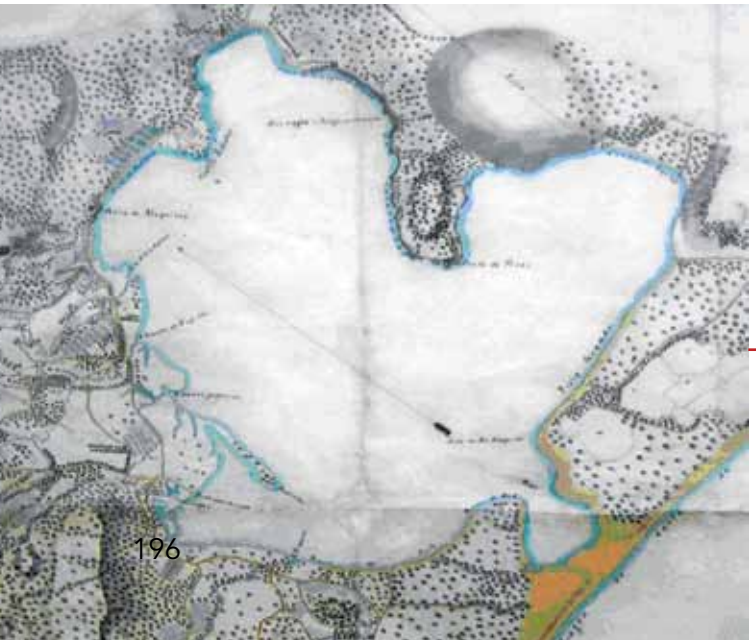


Figura 1 – Plano da Lagoa Rodrigo de Freitas. 1809.
Fonte: Arquivo do Exército



Figura 2 – Planta-baixa do Jardim Botânico. 1863.
Fonte: Arquivo Nacional



Figura 3 – Planta do Jardim Botânico. 1908.
Fonte: RODRIGUES, J. B. (1908)

ao legado paisagístico de Charles Bridgeman, William Kent e "Capability" Brown em Kew.

Outra constante que se observa até o advento da República é a ausência de hierarquização dos conhecimentos de agricultura, horticultura, paisagismo e botânica. Tais premissas foram ampliadas, entre 1861 e 1890, na administração do Jardim pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. O Instituto – fundado em 1860 e mantido até o final da década de 1897 – constituiu um espaço aberto pelo governo imperial e por sua elite política, destinado a pensar a transição política na sociedade brasileira diante da crise do modelo agroexportador e escravocrata (MARTINS, 1995, p 140). Nesse contexto, o Jardim Botânico foi a instituição do gênero que representou, principalmente na segunda metade do século XIX, o projeto científico do Estado imperial. No período, a instituição combinou sua vocação científica e tecnológica, além de se consolidar como jardim público da cidade (OLIVEIRA et al., 2007, p. 23). Conforme se depreende dos relatórios ministeriais, a partir do final de 1867, o número de visitantes deu considerável salto, contabilizaram-se mais de mil visitantes por dia e, em dias de festa, mais de três mil. Em uma cidade "nua de árvores e de jardins públicos", o Jardim certamente constituiu um refúgio para aqueles que buscavam escapar da cidade, das doenças e do calor (MACEDO, 2004, p. 146).

Foi João Barbosa Rodrigues, diretor do Jardim entre 1890 e 1909, o responsável pela proposta de um projeto integral para o Jardim Botânico, considerando essa sua função primordial. Esse projeto, que consolidou e ampliou iniciativas anteriores à sua administração, foi esboçado em seu escrito *Notícia sobre alguns jardins botânicos da Europa*. Esse relatório ao Ministro da Viação e Obras Públicas, baseado na organização dos principais jardins da Europa, serviu "de *considerando*, para um projeto de reforma do Jardim". Nele, o diretor observa que "o Jardim Botânico para bem preencher os seus fins [...] deve ter sob a mesma direção duas seções: Jardim Botânico e Museu Botânico". O Jardim Botânico deveria ter as seguintes divisões: "herbários, biblioteca, escola botânica, campo de experiências e viveiros, refrigeratórios, jardins, laboratórios e observatórios e *arboretum*" (RODRIGUES, 1904, p. 55). Nas considerações feitas, Barbosa Rodrigues praticamente delineia as atividades até hoje mantidas.

Ao longo do tempo, a essa estrutura proposta por Barbosa Rodrigues (Figura 3), agregar-se-iam pontualmente: novas coleções botânicas, jardins temáticos, elementos arquitetônicos, configurando o segundo nível de organização. Como observado anteriormente, parte-se de uma estrutura rígida de eixos e quadrículas sobre a qual se desenvolvem e sobrepõem-se formas mais sinuosas, suavizando o traçado. Esses dois níveis de organização da área possibilitaram o convívio de diferentes programas de jardim botânico e estilos paisagísticos. Destacam-se, entre outras, as influências dos jardins italiano, francês e do paisagista inglês, voltados, respectivamente, à definição de um cenário à imagem e semelhança do homem e da natureza idealizada. Essa dupla entrada (escala macro e micro) foi essencialmente o que possibilitou que o jardim fosse pontualmente transformado, ao longo de seus 200 anos, sem ser, no entanto, alterado ou descaracterizado em seu conjunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem do Jardim Botânico apresenta-se como um documento vivo da história do Rio de Janeiro e do Brasil e dos jardins no país. Ela apresenta, em seu início, influências mais marcantes do jardim luso-brasileiro – mais ingênuas e adaptadas às condições do país – e, a partir da segunda metade do século XIX, é influenciada pelo ecletismo, com miscelâneas e reproduções mais ou menos fiéis de estilos históricos que floresceram na Europa.

A partir da década de 1970, passam a ser marcantes as atividades voltadas para a restauração e conservação dessa paisagem, com destaque para a atuação da SPHAN/Pró-Memória e, desde 2002, da CROMA, dos Laboratórios da Paisagem e da Coordenação de Conservação de Áreas Verdes da Prefeitura do JBRJ.

Finalmente, o que achamos que talvez possa ficar como contribuição é a compreensão cada vez mais fina da complexidade e da responsabilidade que supõe intervir em um bem com valor histórico, científico e cultural, como é a paisagem do Jardim Botânico. Sua história está cristalizada no tempo e apresenta-se como obra aberta; é necessário, no entanto, que se estabeleça um diálogo permanente com essa paisagem como projeto para sua memória e seu devir, sem esquecer que o presente é o futuro do seu passado.

REFERÊNCIAS

BRASIL (1891). **Colecção das Leis do Brasil de 1808-1811**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

CHAVES, C. D.; CARVALHO, M. (1992). **Casa dos Pilões. Uma oficina da Fábrica de Pólvora na Lagoa de Rodrigo de Freitas**. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (Mimeografado).

DARWIN, C. (1988). **Charles Darwin's Beagle Diary**. England: Cambridge University Press.

DIAS, M. O. da S. (1968). Aspectos da Ilustração no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 278, p. 105-170.

GRAHAM, M. (1990). **Diário de uma viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

MACEDO, J. M. de. (2004). **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil: Fundação Biblioteca Nacional.

MARTINS, M. F. V. (1995). **O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura**: Elites, política e reforma agrícola. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).

OLIVEIRA, A. R.; HEYNEMANN, C. B.; LOUREIRO, M. L. de N. M. (2007). A Construção da Paisagem do Jardim Botânico do Rio de Janeiro no século XIX. In: PÉREZ, R.; CARNEIRO, A. R. S. (Org.). **Jardins Históricos Ibero-americanos**. (no prelo).

RODRIGUES, J. B. (1904). **Notícia sobre alguns Jardins Botânicos da Europa**. Relatório apresentado à S. Ex. o Sr. Dr. Lauro Muller, Ministro da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

_____. (1908). **Uma lembrança do primeiro centenário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro - 1808-1908**. Rio de Janeiro: Officinas da Renacença, E. Bevilacqua & Cia (Reed. 1989)

SANJAD, N. R. (2001). **Nos jardins de São José**: uma história do Jardim Botânico do Grão Pará, 1796-1873. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP).

UM MÉTODO E ALGUNS DISCURSOS: A MEMÓRIA DO CONVENTO E DA VILA NA

FAZENDA MACACU[1]



Cêça Guimaraens[2]

Diferentes investigações sobre as construções arruinadas representativas da história da arquitetura franciscana e colonial, brasileira e fluminense, vêm sendo desenvolvidas em virtude da acelerada e crescente ocupação das regiões do entorno da Baía de Guanabara, o que pode constituir fator de sérias degradações do patrimônio construído e ambiental.

Na pesquisa histórico-arquitetônica das ruínas e remanescentes do Convento de São Boaventura e da Vila de Santo Antônio de Sá, cujos resultados parciais ora são apresentados, esse patrimônio da cultura se expressa de modo especial. Tais trabalhos de investigação e os registros visuais e gráficos que daí estão a resultar visam fundamentar a elaboração dos estudos e dos projetos de consolidação geral das alvenarias do convento e os trabalhos de prospecção e escavação para a descoberta de vestígios da vila.

As ruínas do Convento de São Boaventura de Macacu fazem parte do sítio arqueológico Fazenda Macacu, que abrange a desaparecida Vila de Santo Antonio de Sá. Localizado no estado do Rio de Janeiro, município de Itaboraí, o convento franciscano, cuja origem data de meados do século XVII, é considerado um dos mais antigos do Brasil e foi reconstruído no século XVIII.

A Vila de Santo Antônio de Sá, reconhecida na condição de segunda mais antiga do Rio, localizava-se em frente do convento e era formada pela Casa da Câmara e Cadeia, a Igreja Matriz de Santo Antônio de Sá, praça, casario e arruados.

A mudança do eixo de desenvolvimento da região e os fatores políticos relativos à colonização e aos conflitos do Estado português com a Igreja – que tiveram início ainda no século XVIII e acirraram-se no XIX – provocaram, em alguns aspectos, a decadência urbana, econômica e social da

1 O conteúdo deste artigo foi apresentado na palestra realizada em dezembro de 2007. Tais estudos fazem parte da "Pesquisa histórico-arquitetônica do convento de São Boaventura e da vila de Santo Antônio de Sá", coordenada e desenvolvida pela autora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ / UFRJ), com o apoio do CNPq e da Faperj.

2 Arquiteta, Professora Associada da UFRJ, Doutora em Planejamento Urbano e Regional e em Museologia, é Pós-doutora em Museum and American Studies pela New York University. Autora dos livros Paradoxos entrelaçados: as torres para o futuro e a tradição nacional e Lucio Costa: um certo arquiteto em incerto e secular roteiro, organizou a coletânea de artigos Arquitetura e Movimento Moderno da Coleção PROARQ. Faz parte do Conselho Consultivo do Iphan, coordena o DOCOMOMO-Rio, é Diretora de Cultura do Instituto de Arquitetos do Brasil e Pesquisadora do CNPq.

região. A desurbanização, acelerada com o abandono no século XIX, foi determinante para o fechamento do convento em meados do ano de 1840 e a destituição administrativa da Vila em 1868.

Hoje, a torre da igreja e os restos das fachadas do convento são os marcos remanescentes ainda visíveis da freguesia de Santo Antonio do vale dos rios Macacu e Casseribu que, em 1697, tornou-se a Vila de Santo Antonio de Sá. Portanto, o conjunto é uma das maiores ruínas franciscanas e um dos mais importantes resquícios da urbanização do Brasil. Tamanha representatividade histórica, urbanística e arquitetônica foi consagrada com o tombamento nas esferas federal, estadual e municipal. (Figuras 1 e 2)

A grande área agropastoril, conhecida com o nome de Fazenda Macacu, que já pertenceu aos monges beneditinos e ao Banco Bozzano Simonsen, vai transformar-se no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, ou seja, em mais um braço produtivo da Petrobras. Assim, essas construções, que são muito representativas da história da arquitetura franciscana e colonial e, também, da formação urbana brasileira e fluminense, tornar-se-ão, finalmente, públicas.

Antes, porém, é preciso destacar que o esquecimento foi o principal fator de degradação desse patrimônio arquitetônico e ambiental.

Em tal sentido, há que lembrar que o suposto "abandono" do lugar foi o resultado das ingerências políticas e desenvolvimentistas no século XIX; mas, depois, a negligência tornou-se um fator que, configurando-se ao longo de todo o século XX, foi crucial para o arruinamento das estruturas do convento e da vila e também para o desaparecimento da antiga sede e da capela da Fazenda Macacu.



Figura 1 - Ruínas do Convento de São Boaventura e da torre de igreja de Santo Antônio de Sá. Foto: Cêça Guimaraens, julho 2006.



Figura 2 - Ruínas do Convento de São Boaventura: fachada posterior e parede lateral da capela-mór. Foto: Cêça Guimaraens, agosto 2007.

Trata-se aqui, portanto, do processo e da forma de abordagem dos trabalhos de investigação voltados para a recuperação do Convento de São Boaventura e da Vila de Santo Antônio de Sá, hoje localizados na Fazenda Macacu, no município de Itaboraí, estado do Rio de Janeiro. Desenvolvidos desde 2003, esses estudos procuram aplicar metodologia apropriada ao trato de bens culturais e, para tanto, seguem padrões específicos determinados por normas internacionais de proteção patrimonial.

Considerando a necessidade de verificação e sistematização das informações históricas relevantes que devem existir no local sobre a formação do Rio de Janeiro, a pesquisa visa ainda aos estudos do sítio arqueológico Fazenda Macacu, onde se encontram os vestígios da vida colonial e imperial fluminense.

Com tal perspectiva, o conceito abrangente que impõe a integração de várias disciplinas fundamenta o processo e os resultados da pesquisa histórica e os projetos das ações de restauro que ali serão realizadas. Assim, a metodologia proposta para o desenvolvimento das pesquisas e projetos segue as recomendações das instâncias competentes, da legislação nacional e das normas internacionais de salvaguarda do patrimônio de monumentos históricos, destacando-se as Cartas de Veneza, do Restauro e de Burra.

Verifica-se, desse modo, que o alcance das normas preservacionistas imprimiu aos estudos a aplicação de método de projeto de intervenção que privilegia a interdisciplinaridade. Portanto, ao lado de propostas projetuais que ampliarão a acessibilidade aos remanescentes arquitetônicos e arqueológicos, busca-se constituir uma base de novos elementos sobre o assunto, abrangendo várias óticas e, principalmente, relevantes aspectos históricos e antropológicos da vida e dos usos exercidos no importante monumento.

Além disso, em tais estudos busca-se ampliar a qualidade das fontes existentes, aprimorando os meios de registro até agora utilizados. Em consequência dessa abordagem, o trabalho amplia os processos utilizados nos levantamentos históricos e na compilação de informações sobre as condições de utilização do local, desde épocas passadas até o estado atual.

Os resultados das pesquisas históricas, desenvolvidas em fontes documentais, cartográficas e iconográficas acerca da Vila de Santo Antônio de Sá e das ruínas do Convento de São Boaventura, têm como um dos principais produtos a criação de base de fontes em formato digital, que será, em parte, aqui apresentada.

Os desenhos e as imagens até agora gerados confirmam que o conhecimento produzido sobre esses importantes fatos da formação e do passado do Rio de Janeiro, sob o ponto de vista histórico, econômico e cultural, poderá garantir a permanência das ruínas do Convento de São Boaventura e a recuperação adequada dos registros das formas de vida cotidiana ainda existentes em remanescentes da Vila de Santo Antônio de Sá.

O MÉTODO DE ABORDAGEM

Conforme antes comentado, a representatividade histórica e arquitetônica dos bens arquitetônicos e urbanísticos aqui tratados foi consagrada com o tombamento e com o registro que os protege nas esferas federal, estadual e municipal. Reconhecendo o alcance das normas preservacionistas, uma equipe interdisciplinar vem realizando estudos sobre o Convento de São Boaventura e o sítio onde se encontram os remanescentes da Vila de Santo Antonio de Sá, desde 2003. Novos elementos e registros sobre o assunto e os principais aspectos de importante matéria de interesse coletivo serão assim constituídos, o que permitirá ampliar a abrangência da pesquisa e a análise das fontes existentes para aprimorar as fontes e os resultados até agora utilizados em estudos anteriores.

Dessa maneira, considera-se que não apenas os bens estudados se tornarão mais conhecidos com os resultados e produtos dessa pesquisa, mas também as formas de proteção e promoção desse patrimônio fluminense de importância nacional poderão ser melhor desenvolvidas e aplicadas.

Os estudos abrangem os levantamentos históricos e a compilação de informações existentes sobre as condições do local desde épocas passadas até o estado atual. Os resultados da pesquisa histórica desenvolvida em fontes documentais, cartográficas e iconográficas poderão gerar um guia de fontes em formato digital, com uma listagem das referências encontradas, e um texto com a compilação de dados sobre a história da região, da antiga vila e dos estudos das edificações cujos vestígios ainda são visíveis no local.

Os levantamentos e as análises de fontes bibliográficas, arquivísticas e registros visuais conduzirão ao aprofundamento e à melhor conceituação do patrimônio fluminense, pois a contextualização da natureza, do tipo e das propriedades dos componentes estruturais e funcionais das construções e dos materiais do Convento de São Boaventura e da Vila de Santo Antônio de Sá serão melhor conhecidos.

A pesquisa, objetiva, portanto, a sistematização dos estudos existentes e a realização de inventário visual de conhecimento da arquitetura do conjunto das edificações do Convento

de São Boaventura e do urbanismo da Vila de Santo Antonio de Sá, expressões representativas da formação e ocupação do território do estado do Rio de Janeiro.

Dessa maneira, a decorrente observação das condições da formação e da conservação dos resquícios físico-simbólicos aí existentes, além de fundamentar as propostas de recuperação, reforçará a memória histórica e contribuirá para a constituição da cidadania e aumento da autoestima da população fluminense e dos itaboraíenses.

A ESTRUTURA DO CONJUNTO

No momento, é preciso aqui registrar que as cópias da planta do Major Rivierre de 1838, reconhecida representação da Vila de Santo Antonio de Sá e, portanto, reproduzida em inúmeras citações iconográficas, contém anotações do arquiteto Fernando Abreu que identificam alguns lugares e edifícios da vila. Entretanto, o local da torre da igreja matriz de Santo Antônio de Sá, conforme designado pelo arquiteto Fernando Abreu na cópia da planta de Rivierre, não confere com a realidade, de acordo com superposição de plantas aerofotogramétricas e da pesquisa que efetuei no campo.

Por outro lado, a análise estrutural das ruínas compreendeu a verificação das tensões e deformações, visando determinar, com precisão, o comportamento da estrutura para diferentes simulações de cargas e impactos e permitindo antever mudanças e trechos passíveis de colapsos. Além disso, a coleta de amostras de materiais originais, cadastrados e referenciados em desenhos para análise química e biológica, subsidiará a identificação das causas da deterioração.

Nessa perspectiva, as principais atividades que embasarão as propostas de intervenção para garantir a estabilidade do conjunto se configuram na elaboração dos registros físicos e documentação visual com imagens e objetos tridimensionais que permitam adequada interpretação das diversas fases da formação do lugar, além do mapeamento de danos e monitoramento e controle das estruturas.

As ruínas do convento constituem-se de estrutura monolítica, composta pela fachada principal e remanescentes das paredes laterais que denotam a solidez da antiga estrutura. Dada a solidez e aspecto maciço da estrutura do antigo Convento de São Boaventura, pode-se afirmar que os arcos, assim como todas as alvenarias, formam, desde sua construção, um conjunto sólido e estável. Dentro dessa concepção, admite-se que as paredes transversais à fachada dos arcos atuariam como elementos de contraventamento.

Entretanto, o efeito do tempo vem provocando anomalias e causando a degradação do conjunto. Ao longo desse período, os arcos vêm sofrendo ação de cargas – externas e internas – que, aplicadas à estrutura, aderiram a estas o peso próprio, as cargas da cobertura (hoje desaparecida) e as cargas acidentais. Com o abandono da edificação, houve um alívio dessas cargas, mas outros fatores provocam anomalias e o comportamento da estrutura é imprevisível. Esse quadro de deterioração agrava-se pela exposição das paredes das ruínas às intempéries que provocam, pela ação da umidade e calor, expansão das alvenarias, deteriorando as argamassas e resultando em desagregações superficiais e abaulamentos na superfície.

Em fevereiro de 2005, o tombamento de uma figueira de grande porte, cujas raízes encontravam-se entranhadas na estrutura da construção devido a causas naturais, intensificou a instabilidade do conjunto. Em consequência de tal fato, observaram-se movimentos indesejáveis, os quais derrubaram a parede lateral da capela-mor e ampliaram os estragos "naturais". Portanto, acham-se em muito comprometidas a segurança e a estabilidade já precária dos arcos cruzeiros e das alvenarias que configuram as naves das capelas. (Figuras 3 e 4)

A extrema gravidade da situação atual de estabilidade dos arcos e das paredes remanescentes das ruínas torna premente a necessária adoção de cuidados especiais e os trabalhos de consolidação. Para interromper esse processo de degradação, é indispensável que sejam realizadas intervenções que, sem interferir na estrutura do conjunto, detenham o avanço das patologias existentes e garantam a manutenção dos remanescentes dessa estrutura patrimonial.

Tais medidas de consolidação e estabilização devem estar em acordo com diretrizes e materiais adequados à conservação e restauração, considerando o respeito aos materiais originais do sítio, preservando assim os valores estéticos e históricos e evitando o processo de desaparecimento desse patrimônio nacional.

A consolidação das ruínas terá o importante papel de evitar que os novos eventos naturais e os decorrentes da atuação humana tragam maiores prejuízos ao conjunto de construções ainda hoje existente.



Figura 3 - Ruínas do Convento de São Boaventura: detalhes da parede lateral da nave e do arco-cruzeiro da capela da Ordem Terceira. Foto: Cêça Guimaraens, setembro de 2007.



Figura 4 - Ruínas do Convento de São Boaventura: detalhe do arco cruzeiro da capela da Ordem Terceira.
Foto: Cêça Guimaraens, setembro de 2007.

O estudo, na totalidade, constitui ações de longo prazo que devem resultar em importante trabalho de levantamento e consolidação desse importante patrimônio cultural, religioso e arquitetônico brasileiro. Nesse estágio, é primordial a conscientização da comunidade local quanto à riqueza do patrimônio ambiental, histórico e arquitetônico e quanto à necessidade de sua preservação.

Finalmente, afirma-se aqui, por meio da promoção das novas imagens até agora geradas, que tal reconhecimento dos recentes atos produzidos sobre esses esquecidos fatos da formação do passado do Rio de Janeiro poderá garantir a permanência dos resquícios do Convento de São Boaventura e da Vila de Santo Antônio de Sá.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, José de Souza A. Pizarro. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, 1946.

BELTRÃO, M. C. (org.) **Arqueologia do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói/RJ: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1995.

_____. **Projeto de pesquisa do sítio arqueológico Fazenda Macacu**. Rio de Janeiro: IDEC, 2006.

_____. **Relatórios de pesquisa do sítio arqueológico Fazenda Macacu**. Rio de Janeiro: IDEC, 2007.

CARENA, Carlo. Ruína / restauro. In: **Memória / História**. Porto: Imprensa Nacional, 1997.

CAMPELLO, G. *O brilho da simplicidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004.

COSTA RIBEIRO, R. **Relatórios da pesquisa histórica do convento de São Boaventura**. IDEC: Rio de Janeiro, 2007 e 2008.

FERNANDES DA SILVA. **O Convento de São Boaventura de Macacu**. Roma: Universidade de Roma, 1986. Tese de laurea.

GUIMARAENS, C. **A história do projeto de restauro do convento de São Boaventura de Macacu**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 2005.

_____. A memória do esquecimento: a vila e o convento em Macacu. In: **Cadernos PROARQ 11**. Rio de Janeiro: PROARQ/UFRJ, 2007.

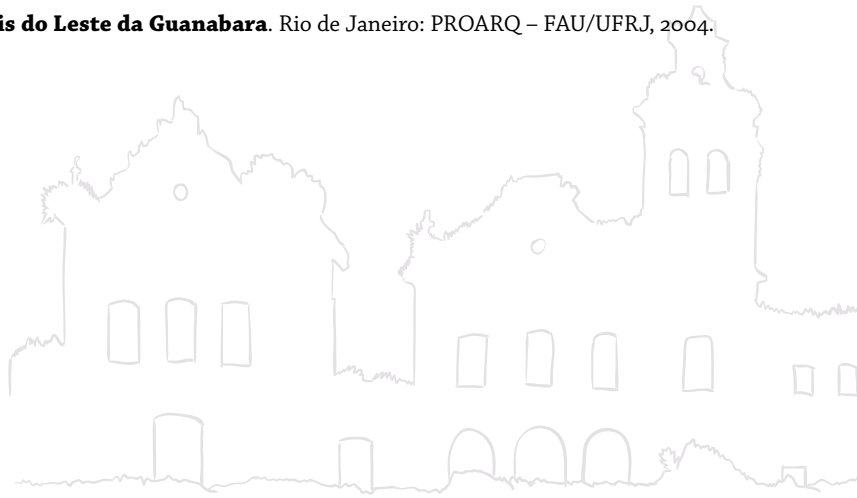
_____ et al. **Estudos para projetos de consolidação das Ruínas do convento de São Boaventura**. Rio de Janeiro: PROARQ/UFRJ, 2003.

GUIMARAENS, Dinah. A arquitetura fala, mas fala de quê? In: **Cadernos PROARQ 11**. Rio de Janeiro: PROARQ/UFRJ, 2007.

GUZZO, A. M. **O Convento de São Boaventura de Macacu na arquitetura franciscana brasileira**. Rio de Janeiro: PROARQ – FAU/UFRJ, 1999. Dissertação de Mestrado.

REIS FILHO, Nestor G. **Evolução urbana no Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Ed. Pini, 2000.

SANTOS, V. A. dos. **Capelas rurais do Leste da Guanabara**. Rio de Janeiro: PROARQ – FAU/UFRJ, 2004. Dissertação de Mestrado.



DUQUE DE CAXIAS NA ESTRADA REAL[1]



Jeanne Cordeiro[2]
Alexandre Marques[3]

Em 2005, ao assumir a Secretaria Municipal de Cultura, a então Secretária Carmen Pires Migueles revitalizou o Núcleo de Patrimônio Histórico Cultural e colocou-lhe como desafios a identificação e tombamento do Patrimônio Histórico Material e Imaterial desta cidade, a elaboração de um conjunto de ações voltadas para a educação patrimonial e, o mais importante, a inclusão da cidade de Duque de Caxias no roteiro da Estrada Real[4].

A Estrada Real, atualmente, é considerada o maior potencial turístico regional do Rio de Janeiro. Apresenta várias alternativas para o desenvolvimento sustentável dos municípios envolvidos. Ela abrange os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e tem como foco a valorização da riqueza histórica, cultural e das belezas naturais das cidades que fazem parte do trajeto.

Em relação à inclusão da cidade de Duque de Caxias neste roteiro, a Secretaria Municipal de Cultura partiu de três iniciativas: a) a participação da Secretaria de Cultura na exposição "Artesanato na Estrada Real" que despertou o interesse da cidade para esse roteiro; b) as atividades de campo denominadas por "Caminhos da Fé", que consistem na visitação às igrejas católicas da Baixada Fluminense que foram construídas entre os séculos XVII e XIX. Essa visitação era realizada, desde a década de 70, por estudiosos de Duque de Caxias e, a partir das iniciativas do IPHAB[5] e da disciplina "História da Baixada Fluminense", ministrada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias, tornaram-se mais sistemáticas

1 O presente artigo foi elaborado a partir da palestra intitulada *De Igreja da Fazenda de São Bento a Núcleo Agrícola: Patrimônio, Educação e Memória no Desenvolvimento de Duque de Caxias*, realizada em novembro de 2005 na Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

2 Arqueóloga, Historiadora e mestre em História. Dirige o Laboratório de Arqueologia Brasileira e o Escritório dos Arqueólogos. Desenvolve trabalhos acadêmicos em Arqueologia das sociedades nativas Una/Jê pré-coloniais, e em História do Brasil Colonial. E-mail: jeanne.cordeiro@hotmail.com.

3 Mestre em História pela Universidade Severino Sombra, professor da rede pública de Duque de Caxias, ex-Conselheiro Municipal de Cultura, membro do Conselho Editorial da *Revista Pilares da História* da Baixada Fluminense e de Duque de Caxias, e coordenador do Departamento de Projetos Especiais da Secretaria Municipal de Cultura de Duque de Caxias. E-mail: alxmarques@ig.com.br.

4 Esta é uma denominação genérica para várias estradas do período monárquico brasileiro, mas que nas últimas décadas se relaciona ao projeto de valorização dos caminhos com foco nas caminhadas, na valorização da marca, das cidades e do ecoturismo.

5 Instituto de Pesquisa e Análises Sociais e Históricas da Baixada Fluminense.

e com uma análise voltada para a lógica de ocupação da região; c) a percepção de que pela cidade passavam dois dos três Caminhos que ligavam o Rio de Janeiro à Região das Minas Gerais: o Caminho de Garcia Paes, ou Caminho do Couto, e um Trecho do Caminho do Proença.

O Caminho Novo de Garcia Paes foi aberto em 1699, quando o governador Artur Menezes Sá recebeu autorização de Lisboa para abertura de um novo caminho para as Minas. Ele partia do Rio de Janeiro, transpunha a Serra dos Órgãos e se dirigia para os vales dos rios Paraíba e Paraibuna, alcançando Borda do Campo e Registro. Nesse ponto, havia uma bifurcação: um caminho continuava para Vila Rica (Ouro Preto) e outro seguia rumo ao Arraial do Rio das Mortes (São João Del Rey)[6].

Nas pesquisas realizadas, o caminho também aparece com outras denominações: Caminho do Couto, Caminho do Guaguaçu, Caminho do Pilar e Caminho do Provedor do Pilar. Este último, devido a uma de suas principais referências ser a Igreja de Nossa Senhora do Pilar do Iguaçu.

A Igreja de Nossa Senhora do Pilar do Iguaçu[7] (Figura 1) foi fundada em 1696, possuía no entorno imediato um importante porto, estava próxima da Baía de Guanabara e da Freguesia de Piedade do Iguaçu. Ao longo do Caminho do Pilar, encontramos também as ruínas da Igreja de Santa Rita da Posse[8] (Figura 2) e Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor, abrigada na Fazenda de São Bento[9].[10]

Já o Caminho aberto por Bernardo Soares de Proença em 1710, também chamado de "Caminho do Inhomirim", iniciava-se na atual Praça XV, atravessava a Baía de Guanabara até o porto de Estrela, seguia para Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim, Pau Grande, Raiz da Serra, atingia o Córrego Seco (Petrópolis), Pedro do Rio, e daí seguia para as Minas.



Figura 1 – Igreja do Pilar.
Foto: Jeanne Cordeiro

6 Projeto Estrada Real. Relatório Final.
7 Está registrada no Livro de Belas Artes do IPHAN: processo 160 T, Inscrição. n° 76, fls. 14.
8 Essa Igreja também é conhecida por Igreja Velha de Xerem e sua construção inicial data de 1820.
9 Essa Fazenda assumiu a sua atual característica entre 1754 e 1760 e está registrada no Livro de Belas Artes do IPHAN: processo 564-T, Inscrição n° 439, fls. 85.
10 Ver as igrejas que fazem parte desse roteiro.



Figura 2 – Igreja de Santa Rita da Posse. Foto: Jeanne Cordeiro

Como primeira iniciativa para tentar inserir Duque de Caxias na Estrada Real, foi realizada uma reunião com a participação de historiadores e cronistas que tratam da história e da memória das cidades da Baixada Fluminense para reunir esforço para a empreitada. Já nessa reunião foi apresentada uma bibliografia básica que comprovava a existência dessas estradas em análise historiográficas.
A partir desta reunião, a Secretaria de Cultura estabeleceu um convênio com o Laboratório de Arqueologia Brasileira[11], que se encarregou de identificar e enumerar todos os "caminhos novos" que foram abertos, com ênfase naqueles que partiram ou atravessaram a região que atualmente conhecemos por Duque de Caxias, bem como os sítios arqueológicos que compunham a paisagem. Buscou-se a recuperação do traçado pretérito da estrada, tendo-se em vista a relevância histórica do objeto e a entrada do município de Duque de Caxias no projeto "Estrada Real", desenvolvido pelo Instituto homônimo.

Através desse levantamento, buscava-se uma aproximação dos esforços do poder público e da iniciativa privada, para que executassem projetos voltados para um processo consistente de transformações sociais e econômicas, representando um desenvolvimento significativo para o município.

A partir daí, foi realizado um levantamento de informações em: a) fontes primárias: documentos escritos, cartográficos e iconográficos; b) fontes secundárias: jornais, revistas e demais fontes da literatura; c) fonte oral junto a informantes diversos; d) indícios arqueológicos que apontassem para a recuperação do antigo leito da referida estrada; e e) elaboração de uma carta do trajeto da antiga Estrada Real, com base cartográfica do atual município de Duque de Caxias.

Foi identificada e relacionada uma vasta bibliografia acerca dos "Caminhos" e das áreas em seu entorno, com ênfase naquelas que se referiam à Fazenda de São Bento, à Igreja de Nossa Senhora do Pilar, à Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim e ao Porto Estrela – Vila Estrela. Nessa bibliografia, destaca-se a produção científica – publicações, teses, dissertações e artigos – e obras dos viajantes do século XIX: Charles Ribeyrolles, Daneil Kidder, Johan Emanuel Pohl, John Mawe, Johann Jacob Von Tshudi, Louis Agassiz, John Luuccock, Augusto de Saint-Hilare, Richard Burton, João Maurício Rugendas e ainda

11 Esta pesquisa foi supervisionada por Alexandre dos Santos Marques, Diretor de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de Duque de Caxias, e pelos pesquisadores Jeanne Cordeiro, Arqueóloga, Merlúcia Santos de Souza e Nielson Rosa Beserra, Historiadores. A equipe ainda foi formada por estagiários do Departamento de História da FEUDUC.

os visitadores Antonil e Pizarro. Em suas obras foram destacados sua naturalidade, seu perfil, período em que caminharam pelo Brasil, percurso feito no território da atual Baixada Fluminense e trechos que descrevessem seu olhar sobre a região.

No levantamento cartográfico, foram encontradas 31 Cartas, Planos e Plantas da região. Os arquivos consultados nessa pesquisa foram o Arquivo Nacional, o do Exército, o da Biblioteca Nacional, e o do CEMPEDOCH-BF. A documentação primária levantada aponta para os Registros de saídas de tropas com escravos do mercado carioca; para o acervo da Junta do Comércio; para o Registro dos Tropeiros vindos do interior e dos tropeiros vindos de várias localidades; Atestados de remessas de escravos; Despachos de escravos; relação de pessoas que apresentam escravos vindos do interior; Correspondências sobre a Estrada da Polícia, desde Porto de Iguaçu até a Ponte do Presídio de Rio Preto; e vários documentos da Corte de Apelação. Entre os pintores e desenhistas, destacamos as obras de Thomas Ender e de Willian John Burchel, que retratam a região, e algumas fotos da segunda metade do século XIX da Pilar e de Inhomirim. Dessas pesquisas, emergiram os seguintes caminhos variantes: Caminho de Inhomirim, Estrada de Xerém, Estrada do Provedor do Pilar, Estrada do Comércio, Estrada da Polícia e Caminho do Couto.

Os caminhos foram localizados e marcados por GPS. Assim, com denominação atual, tinham como curso primeiro aquele que, partindo de Irajá, seguia por terra firme até a Fazenda de São Bento (bairro São Bento – Duque de Caxias), e daí até o Pilar pela atual avenida Presidente Kennedy. Daí, então, o trajeto toma outra denominação, Estrada do Provedor do Pilar, que partia do Pilar, seguindo para Barão de Capivari, atravessando o rio Calombé, chegando à Estrada Velha do Pilar, e daí chegando ao Caminho de Xerem (Figura 3) e à Estrada do Provedor, a partir daí segue em direção a Nova Iguaçu. Da Estrada do Provedor chega-se à Estrada das Escravas – no bairro Amapá –, a Piranema e Peri-Peri. Atravessam-se os Rios Piranema e Marambaia, atingindo Iguaçu Velho, a Fazenda São Bernadino e Tinguá. Seguindo por esse caminho se atinge a Reserva Biológica do Tinguá (Figuras 4 e 5).

Este trabalho também possibilitou o reconhecimento, através de pesquisa bibliográfica e de campo, de vários sítios arqueológicos tipo sambaqui, e de sítios de grupos ceramistas, e apontou para alguns pontos de interesse histórico e paisagístico: Estrada da Real Junta de Commercio; o Sistema de obras hidráulicas para a captação e a condução de águas; a Estrada da Polícia; a Casa e Capela da fazenda São Bento; a Igreja de Nossa do Pilar do Iguaçu; e a Estrada de Ferro e seus entroncamentos.

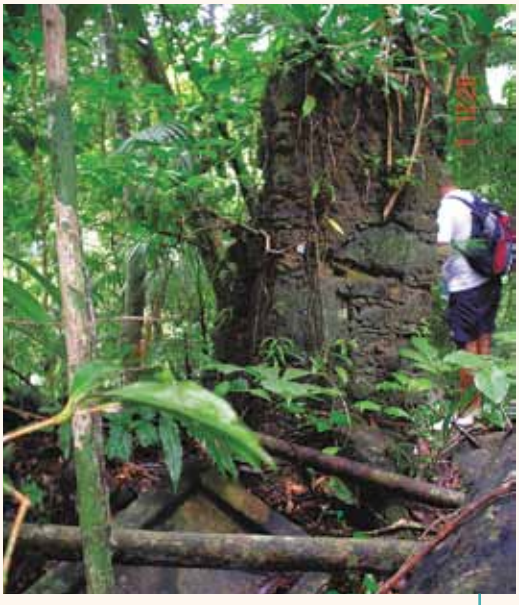


Figura 3 – Fazenda Ferraria.
Foto: Jeanne Cordeiro



Figura 4 – Localidade de Santana das Palmeiras. Foto: Jeanne Cordeiro

Com a documentação levantada, foi acessada a SPCOC – Sociedade para a Promoção da Casa de Oswaldo Cruz – para que esta tentasse, junto à Companhia Vale do Rio Doce e à Petrobras, captação de recursos para o restauro dos retábulos da Igreja de Nossa Senhora do Pilar e de parte da construção da Igreja de São Bento, bem como de suas imagens. Houve uma aproximação com o BNDES para criar um pólo regional, sediado no bairro São Bento, voltado para a Estrada Real em Caxias. Nele se previa que o prédio sede da Fazenda São Bento – O Mosteiro de São Bento – abrigaria um Museu de Arte Barroca; que a Escola Municipal Nísia Vilela se transformaria no Arquivo Municipal e na incubadora de artesanato; que o antigo silo da Fazenda São Bento, onde funcionava o Abrigo Reviver, abrigaria o Museu da Estrada Real em Caxias, com mapas e documentos históricos coletados, um espaço cultural para apresentação de seminários e de vídeos sobre a Baixada Fluminense; e que na Fábrica de manilhas, que era o antigo prédio da ferrovia, seria instalado um local de shows e projetos de inclusão social pela música, em parceria com o Instituto Mirabeau e Citté de La Musique, de Paris. Desse conjunto partiriam os passeios denominados "Caminhos da Fé", "Caminhos do Ouro" e "Caminhos do Café" da Baixada Fluminense.

Concomitantemente à realização do projeto de levantamento, foram realizadas as seguintes atividades de educação patrimonial: a inauguração de exposição nas Igrejas do Pilar, do São Bento e de Nossa Senhora das Graças, em Xerem, que envolvia os mapas levantados relacionados à Estrada Real, as imagens das igrejas que abrigaram a exposição e da comunidade de seu entorno. Foi desenvolvido um projeto

Figura 5 – Estrada do Commércio. Foto: Jeanne Cordeiro



que envolvia a Associação Brasileira de Museólogos e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias que, com o apoio da Secretaria de Cultura, iniciava os jovens de ensino fundamental e médio nas técnicas de fotografia, e que se relacionava diretamente ao registro de imagens do patrimônio histórico.

A conclusão do projeto possibilitou incluir a "Estrada Real em Caxias" como um dos temas estruturantes do governo municipal (foi incluído no Plano Diretor como Zonas Especiais de Negócios: ZEN 9 - Roteiro Cultura São Bento – Pilar; ZEN 10 - Estrada Real – Automóvel Club, e ZEN 11 - Estrada Real – Mantiqueira – Tinguá), e reivindicar ao governo do Estado do Rio de Janeiro a sua inclusão nos chamados "Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro". Parte do conjunto arquitetônico que compõe a Estrada Real em Duque de Caxias foi apresentado ao Conselho Municipal de Cultura e tombado no nível municipal. Já em finais de 2008 foi aprovada na Câmara Municipal uma lei que criou o Museu Vivo do São Bento.

A inserção da cidade de Duque de Caxias e a execução do projeto da Estrada Real possibilitariam ações de preservação e valorização do Patrimônio Histórico local, agregando valores simbólicos relacionados à memória e ao fortalecimento da identidade local. O desenvolvimento turístico e os segmentos a ele atrelados garantiriam a inserção de trabalhadores locais e melhoraria dos Índices de Desenvolvimento Humano, que na cidade é muito baixo, e atenuaria os índices de violência, por consequência, melhorando a qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

GUIA, Walfrido Mares. **Estrada real: um exemplo para o Brasil.** 30.1.2005.

MARQUES, Alexandre dos Santos. **Revitalização do Espaço Urbano e dos Bens do patrimônio Histórico Tombado. Projeto.** Duque de Caxias: Secretaria Municipal de Cultura, 2006.

Plano Diretor Urbanístico. Duque de Caxias: PMDC, 2006.

Projeto Estrada Real. Relatório Final. Estudo para a localização do leito da antiga Estrada real no trecho do município de Duque de Caxias. Duque de Caxias: Secretaria Municipal de Cultura/Laboratório de Arqueologia Brasileira/Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias, 2006.

Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis. Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: INEPAC, 2004.

PRONAC. Processo 012401, 2006.

Roteiro Básico de Informações – ROBI. BNDES/Fundo Social, 2007.

EDUCAÇÃO, PATRIMÔNIO CULTURAL E CIDADE:

O ALMANAQUE BANDAS D'ALÉM[1]



Lygia Segala[2]
Lea Calvão[3]

As cidades, como objetos culturais complexos, como construções sociais historicamente pautadas, adquiriram sem dúvida, no mundo contemporâneo, um sentido e uma importância icônica mais prementes do que a nação (HOLLANDA, 1994, p. 15-19). A intricada escritura urbana revela, no tempo, as tensões e os contrastes dos aglomerados, das ruas, dos prédios, dos "relevos monumentais", das paisagens. Alianças e conflitos sociais definem e produzem processualmente o *centro* e a *periferia*, "os extremos da ambição e da degradação" (CERTEAU, 1994, p. 21-26), o uso hierarquizado dos sítios, os padrões locacionais, os espaços de poder e do trabalho, os lugares do sagrado, da contemplação. Um mosaico sem fim de objetos.

O valor negociado de patrimônio, conferido por instituições autorizadas a certos bens culturais da cidade, materiais ou imateriais, sustenta a ideia da sua própria preservação como fonte documental, como referências da memória social e das afirmações identitárias.

De que modos, na formação de professores, o estranhamento do familiar, o conhecimento e a consciência da cidade como artefato, como campo de forças e como representação social[4] podem fundar criticamente um senso compartilhado de patrimônio cultural ou ainda avivar reivindicações pelo direto à cidade? Como

1 O presente artigo é uma síntese da palestra intitulada *Educação patrimonial: produção e contação de histórias* realizada no dia 30 de novembro de 2005 no auditório da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

2 Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do Laboratório de Educação e Patrimônio Cultural (LABOEP) e do Laboratório do Filme Etnográfico da UFF. E-mail: lsegala@id.uff.br.

3 Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense de 1993 a 2010; foi Vice-coordenadora do curso de Pedagogia e Vice-coordenadora do Laboratório de Educação Patrimonial (LABOEP) da FEUFF até 2010. E-mail: leacalvao@uol.com.br.

4 Para Ulpiano Bezerra de Meneses (MENESES, 2003, p. 262-263), o "conhecimento da natureza, estrutura, funcionamento e transformação" das cidades pressupõe o entendimento de três dimensões complementares: a) a cidade como artefato, "coisa feita, fabricada". "Artefato, genericamente, é todo segmento da natureza física socialmente apropriado" . b) a cidade como campo de forças, "espaço discernível de tensão, conflitos, interesses, energias em confronto constante, de natureza territorial, econômica, política, ideológica, cultural". c) cidade como representação social: este conceito "dá conta da complexidade da imagem (imaginário, imaginação), incorporando também outras categorias, como mentalidades, ideologias, valores, expectativas e suportes como os da identidade ou da memória".

a escola se apropria dessa cartografia de bens tombados ou registrados, nas suas inter-relações? Que usos sociais acordados têm esses **pontos de apoio** da história e das lembranças individuais ou coletivas, como são percebidos, qualificados pela pesquisa, reinventados pela imaginação, pelo "ouvir dizer"?

Nos nossos cursos, na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), tentamos construir, com os alunos, percursos textuais ou aulas-passeio[5], como exercícios de observação e de registro, como experiência de deslocamento distinta da deambulação comum. Em diferentes percursos pela cidade de Niterói[6], cada aluno escolheu "seus bens tombados" para estudar, visitar, sentir, lembrar o lugar, buscar as histórias. Histórias para contar.

Da valorização da autoria, da tomada da palavra e das leituras plurais, trocadas como experiência, comentadas em oficinas, revisadas no grupo surgiram relatos, ensaios de minutas expedições. Narrativas escritas como histórias orais contadas modelaram textos que seguem rentes à respiração do corpo.

A atenção cultivada entre o ouvinte e o narrador – como frisa Benjamin – "é dominada pelo interesse em conservar o que é contado" (BENJAMIN, 1987, p. 210) e, ainda, podemos completar, no nosso caso, em preservar simbolicamente um bem patrimonial que é objeto da narração.

Afirmou-se, desde logo, uma escrita feminina, que olha a cidade das varandas e das calçadas. Contornavam as moças, as descrições detalhadas dos bens tombados, o rigor documental, preferindo situá-los em ritos domésticos inventados, nas histórias de amor, no fabulário da infância, nas peripécias familiares. Assuntavam a moradia que é signo social e sustenta práticas culturais particulares. Vez por outra, o mundo do trabalho, a faina universitária remodelavam os lugares e tingiam as narrativas.

Benjamin chama a atenção para a "dimensão utilitária", por vezes latente, na arte de narrar. "Essa utilidade – frisa o autor – pode consistir em um ensinamento moral, em uma sugestão prática, num provérbio ou em uma norma de vida; de qualquer maneira, o narrador é alguém que sabe **dar conselhos**" (BENJAMIN, 1987, p. 200, grifo nosso). Nos nossos exercícios de aprender a escrever para contar ou contar para escrever, a "ciência e a consciência" do patrimônio cultural urbano, a sua preservação na dinâmica da vida social, parece ser o **conselho** que irriga as histórias e as brincadeiras. "Aconselhar" – insiste o autor – "é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão para a continuação de uma história que está sendo narrada" (BENJAMIN, 1987, p. 200).

A ideia de publicar esses escritos, divulgando-os na rede de ensino, nas salas de aula e nos projetos educativos das instituições culturais, foi ganhando corpo.

Alguns professores da Universidade Federal Fluminense, técnicos do Patrimônio, dos museus niteroienses, ofereceram também seus textos, esticando o olho sobre a cidade.

Compilados esses papéis diferentes, decidimos editá-los como Almanaque.

5 Ver a propósito FREINET, Célestin. *A Educação do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

6 A Universidade Federal Fluminense – nosso campo de pesquisa e extensão – está localizada em Niterói, antiga capital do estado do Rio de Janeiro.

Nesses impressos populares, as ideias se fazem por uma lógica de fragmentos, de narrativas concorrentes, construídas na fronteira entre a textualidade e a oralidade. A experiência muito bem sucedida do *Almanaque do Aluá*, realizado pelo SAPÉ/RJ[7] no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no país, nos ajudou a organizar as histórias. O *Aluá* foi um dos resultados do projeto "Confronto de Saberes em Educação Popular", um modo particular de restituição da análise dos dados, levantados ao longo da pesquisa, para professores e alunos da EJA. Durante esse trabalho tivemos a oportunidade de visitar várias experiências afins em todo o Brasil. Nessas redes de interlocução do projeto, especialmente em meio rural, os relatos se repetiam: as lembranças boas de leitura vinham quase sempre relacionadas aos velhos almanaques, publicados desde o início dos novecentos, como propaganda da indústria química e farmacêutica – anúncios de adubos e de remédios, maravilhas da saúde e da fortuna.

"Almanaque", dizem os dicionários, é palavra que vem do árabe. Significa "o lugar onde o camelo se ajoelha; a parada em uma viagem". Evoca a passagem do sol no signo do zodíaco e processualmente, na literatura popular, os livros-calendários que, desde o século XV, na Europa, faziam saber as fases da lua, as previsões do tempo, os dias fastos e nefastos, os trabalhos da estação. A seleta de textos vulgariza, aproxima, como bricolagem, informações diversas: terapias tradicionais, adivinhações, raridades, técnicas agrícolas, culinária, vida dos santos, romances, passatempos, cartas de amor. Reúnem dados sobre plantas, *povos*, e bichos; sobre as artes e os mistérios que se misturam, em um espaço apertado de letras, às certezas da ciência prática, às notas sobre o sagrado, às anedotas, às recomendações morais. Avivam-se enigmas sobre a origem, o futuro, o passado ancestral, o milagre. Na provocação de uma leitura "útil e lúdica", a imagem tem um papel luminar instigando os que não sabem ler, inventando pelos rébus e criptogramas, a descoberta da palavra. Nessas publicações, a estreita circularidade entre o escrito e o falado, o texto autorizado e a tradição oral, engendra práticas de leituras diferenciadas: a silenciosa, individual, reservada, e aquela em voz alta, compartilhada, ensaiando gestos, brincadeiras.

No trabalho educativo, a construção formal e temática do almanaque assanha a produção e a contação de histórias.

No *Bandas d'Além*[8], textos e imagens abrem três caminhos pela cidade de Niterói[9], comportam histórias dentro

7 *Almanaque do Aluá*, n. 0, 1992, realizado pelo Serviço de Apoio à Pesquisa e Educação (SAPÉ), Rio de Janeiro. Coordenação de pesquisa e edição de Lygia Segala; apoio Fondation pour le Progrès de l'Homme (França), NOVIB (Holanda), Broederlijk Delem (Bélgica), Solidaridad (Holanda), Vastenaktie (Holanda), Trocaire (Irlanda). E *Almanaque do Aluá* n. 1, 1998, realizado pela mesma instituição SAPÉ/ RJ, em parceria com o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular da FUNARTE e com apoio dos Programas de Formação da União Européia, do INDRA/ Universidade de Amsterdã e NOVIB (Holanda). As duas publicações tiveram distribuição controlada e gratuita.

8 Calvão, L e Segala, L (org.). Bandas D'Além: Almanaque de Educação Patrimonial. PROEX-UFF/ Fundação Euclides da Cunha/ Laboratório de Educação Patrimonial-Universidade Federal Fluminense, 2003.

9 O Laboratório de Livre Criação da Universidade Federal Fluminense, professor – Prof. João Alt (IACS-UFF) – e alunos, tomou o traço e desenhou as páginas. Esse trabalho estimulou uma intensa relação de troca de ideias entre alunos da Pedagogia e da Comunicação. Aqueles se fizeram guias em jornadas de exploração para a recriação gráfica da cidade.

das histórias, seguem ditos e pistas, idas e vindas, palavras mágicas, em busca da *cidade da água escondida*[10]. Em versos, cordel, histórias, receitas e advinhas nossas alunas-professoras foram criando a "cidade que interessa à escola".

A escola, esse lugar taciturno do saber; esse lugar de muitos nãos, de ausência – ou da pouca freqüência – de fantasia e encantamento, pode renovar-se como espaço de ludicidade e invenção.

Queremos falar da escola pública, lugar de passagem obrigatória para todos os meninos e todas as meninas, todos os jovens e adultos que, talvez, só ali terão a oportunidade de viver o teatro, a música a que não têm acesso, os cantos de cordel interpretados ou tantos outros bens que lhes são negados. Ela pode ser um lugar inquieto, morada de muitas perguntas, em que habitem, juntos, a ciência, a arte, a utopia

Defendendo que esse pode ser um lugar onde sempre seria "hoje e depois", levamos o *Bandas D´Além* para algumas escolas da rede pública de ensino da região metropolitana do Rio de Janeiro[11].

Sabíamos que, antes de entrar na escola, o almanaque fora personagem da infância de muitos meninos e meninas sem livros em casa. Entrava em suas vidas pelas farmácias, pelas bancas de armazém, divertindo e informando pais e filhos de muitas famílias, sobretudo do interior do país. Era o *Tico-tico*, era o *Capivarol*, o do *Biotônico Fontoura*, o da *Saúde da Mulher* e tantos outros.

Acreditávamos que qualquer almanaque, pequeno livro-xadrez, pudesse entrar, como um presente, nas salas de aula, nas bibliotecas escolares, nas oficinas de texto, encantando professores e alunos, instigando-os a contar e a escrever outras histórias.

Foram doze as escolas escolhidas para o trabalho com o *Bandas*. Localizavam-se em diferentes pontos da cidade e tinham, em seus quadros, muitos professores ex-alunos do curso de Pedagogia da UFF, de cujo currículo constavam estudos na área de cultura e patrimônio cultural. Ter como contato pessoas que valorizavam a pesquisa sobre bens culturais urbanos, materiais ou imateriais, configurava-se como uma possível garantia de continuidade do trabalho que iniciávamos como projetos de extensão universitária.

As portas das escolas abriam-se sem dificuldade, talvez porque nós, professores, nesses encontros marcados, nos reconhecêssemos nos interesses e nas dificuldades do nosso ofício. No pátio, havia a algazarra dos meninos, na saída antecipada, nesse dia em que seus professores teriam reunião de estudo. E estudavam. E estudávamos.

Sentados em roda, durante algumas horas de algumas manhãs, de algumas tardes e, em dois casos, de algumas noites, dedicávamo-nos a contar histórias. Falar de casos e memórias do trabalho docente era, quase sempre, o começo de uma conversa solta, despregada das tarefas com cadernos e diários de classe. Tempo raro de estudo docente em escola pública. Professores felizes, porque podiam contar histórias. Nesse tempo assim criado, o *Bandas D'Além* era apresentado. Primeiro, de longe, depois, passando de mão em mão. As professoras brincavam com aquelas

10 "Niterói", em tupi, quer dizer "água escondida".
11 O projeto de uso do almanaque nas escolas esteve sob a responsabilidade da professora Lea Calvão.

páginas. Trocavam risos, mostrando, umas às outras, naquelas folhas bordadas por alunas-professoras, certos lugares ou informação particular. Pareciam celebrar alguma coisa há muito esperada, quem sabe a hora de brincar? Escolhidas ao acaso, ou por sugerirem lembranças, algumas histórias escritas eram contadas em "alto e bom som", por uma ou outra das presentes. Misturavam-se aos comentários, às histórias pessoais, que iam aparecendo, saindo do caderno aberto das bandas de cá.

As histórias do *Bandas D'Além*, tocando a bainha ou o fundo das lembranças, mexiam no desejo de falar, de contar segredos escondidos há muito tempo, de permitir lágrimas e confissões. Foi assim na escola pequena do município de São Gonçalo.

Dezesseis professores, em uma silenciosa e quente tarde de novembro, formavam o círculo de conversa sobre cultura, identidade, memória. Participávamos de um curso de extensão de vinte horas sobre patrimônio e cultura. Na véspera, ficara combinado que todas levariam duas ou três fotos para o encontro seguinte. Não sabiam bem para quê, mas todas se animaram a escolher uma fotografia que lhes falasse de algo particularmente especial. Ali estavam com suas lembranças queimando as mãos e as bolsas. Todas, entre tímidas e aflitas, pareciam aguardar que alguma coisa mágica acontecesse. Assim, aos poucos, a primeira foto dançou diante dos olhos e da tensão de todos. Festa de casamento, praia de Iguaba, bolo de aniversário, formatura do curso normal, a cadeira preferida do avô. Das mãos fechadas, angustiadas, vão saindo as fotos três por quatro da neta e sua mãe, revelando o superar a recusa de uma gravidez então indesejada. De repente, salta para o meio da mesa e do susto a pequena girafa de borracha, âncora da menina grávida, problema, que fora, para ela e sua mãe. O velho livro muito rasgado, carente de páginas e de cuidado, presente do pai amado, falando das muitas mãos crianças, dos muitos olhos ávidos passeando por seus desenhos e personagens. Como o imponderável, da bolsa azul, pequena, sai o vestidinho de primeira comunhão, branco-amarelado, mostrando uma infância que se repetia no corpo de sua filha, pequena, como ela, a mãe, aos dez anos. O reconhecimento emocionado desse patrimônio individual, familiar, desdobrava-se, então, na consciência dos patrimônios culturais da cidade, das cidades, abrindo percursos novos.

Mágicas do almanaque? Fotografias virando livro, vestido, bichinho de borracha. Memórias e histórias. E muito mais que isso. Naquela terceira ciranda de conversa, aquelas professoras entendiam e abraçavam identidades desconhecidas, despertadas, agora, por fragmentos de vida nas fotos, nas culpas reveladas, na alegria. Quase se poderia dizer que

> *Foi assim que, bem devagar,*
> *O País das Maravilhas foi urdido,*
> *Um episódio vindo a outro ligar.*
> *E agora a história está pronta.*
> *Desvie o barco, comandante! Para casa!*
> *O sol declina, já vai se retirar. (CARROL, 2002, p. 7)*

Bem devagar, aquelas professoras inventaram outro episódio da história que, ali, estavam começando – junto com todos os alunos, dos três turnos, falariam dos bens culturais dessa escola e do seu entorno. A história do lugar, dos lugares, as suas marcas na cidade e nas lembranças compartilhadas, nos ensaios de futuro seriam o projeto pedagógico do próximo período letivo.

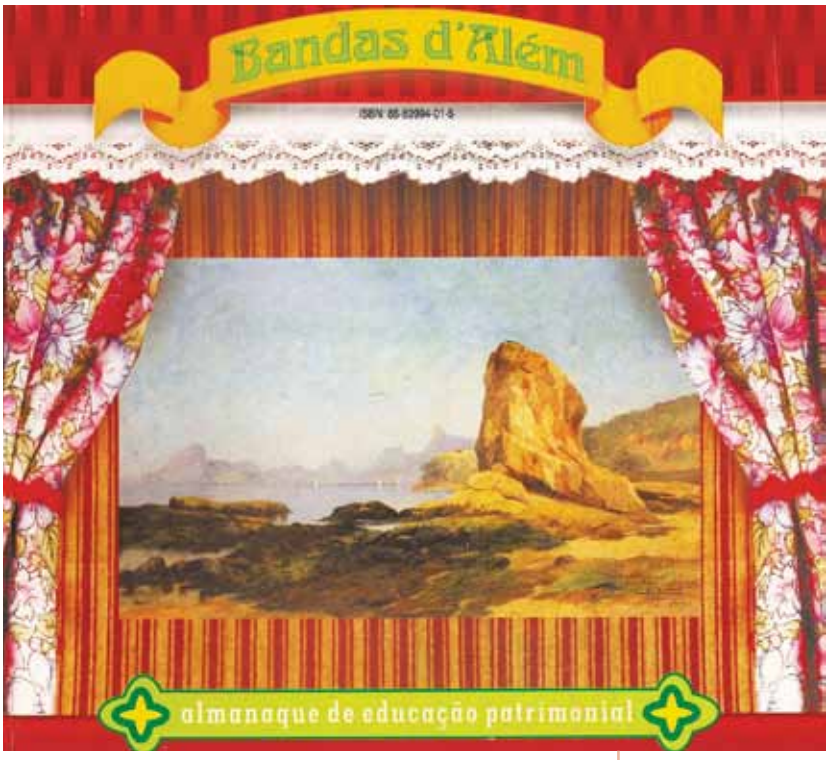


Figura 1 – Almanaque de Educação Patrimonial Bandas d´Além - capa. Calvão, L e Segala, L (org.). 2003.





Figura 3 – Almanaque de Educação Patrimonial Bandas d´Além – página 12. Calvão, L e Segala, L (org.). 2003.

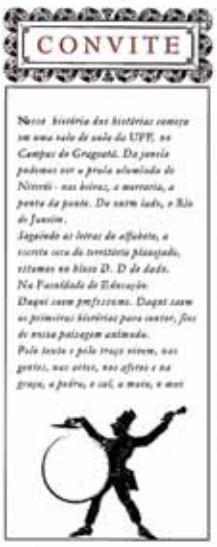




Figura 2 – Almanaque de Educação Patrimonial Bandas d´Além – página 9. Calvão, L e Segala, L (org.). 2003.

fogo na cantareira

Tem festa no Portal da Cantareira: forró de Nikiti, no apartadinho. Damas não pagam até às 23 horas. O som sai alto, rola cerveja nas mesas e na rua. Engarrafa-se a praça. Anuncia-se moda e arte.

Cantareira é cinza, show, mercado e história.

A cena se repete, homens carregando fogo passam pelo meio da multidão. Aquelas duas janelas acima do portal central da Cantareira, como olhos arregalados, presenciam tudo outra vez. Vêem o fogo sem poder fugir.

A multidão desta vez é outra. Não é mais um grupo de pessoas enfurecidas e revoltadas com os péssimos serviços e altos preços da Cantareira.

Nesse canto, que era à beira mar, funcionava, desde fins do século XIX, o Estaleiro da Companhia Cantareira e Viação Fluminense. Reparavam-se embarcações, fazia-se, com monopólio, a travessia da Baía.

Lá está agora um grupo de jovens cafeínas e descontraídas. O fogo não é protesto. É entretenimento.

No dia 22 de maio de 1959, a Cantareira foi incendiada por uma revolta popular. O que restou, somente a fachada, hoje é cenário de uma nova, uma festa. Com cores vivas, piercings e cabelos com as mais diversas penteados, a multidão de jovens vai ao portal. Do lado de dentro, três tendas de circo separam os ambientes. A música eletrônica numa ritmadamente as vibrações sentidas em todo o corpo. É ouvida por toda a vizinhança, talvez como os gritos inconformadas de 1959.

No espetáculo, dentro tantas pessoas, suem três homens com pregos na cabeça e pernas de pau. Todos estão carregando tochas acesas. O fogo dança em plena ar, iluminando a escuridão da festa. Todos os olhos admiram essas estrelas falsas, inclusive aqueles que um dia tentaram o fogo, a briga das ruas.

Denise Brown



A VISITA DE D. PEDRO

Mesmo tendo ainda menina, lembro-me, com clareza, dos episódios ocorridos. Naquele dia de agosto de 1844, toda a cidade estava relugente para a visita do imperador D. Pedro II e de suas irmãs, D. Januária e D. Francisca.

As ruas estavam limpas e capinadas. As bandeiras imperiais se espalharam por todo canto. Colchas de todo o de muda enfeitaram as janelas das sobrados.

Na igreja matriz e em suas imediações, já se estava a esperar o Imperador. A guarnição da barca e as carretas, embandeiradas em azul, com uma salva de tiros, anunciaram oficialmente a chegada.

Em terra, D. Pedro foi recebido pelo vice-presidente da Província, Brás Carneiro Nogueira da Costa Gama (Visconde de Barbacena), impecável em seu fardão de fidalgo. Os cavalos abriram o palio e o jovem monarca, a pé, seguiu até a Igreja de São Judas Tadeu. Suas irmãs seguiram em carruagens. Terminada a cerimônia da igreja, foram para o palacete da presidência, onde D. Pedro recebeu os cumprimentos da população.

O jovem monarca, que aparentava não ter mais que dezesseis anos, montou num belo alazão que já havia lhe reservado e, juntamente com sua comitiva, seguiu em visita pela Vila. Foram à igreja de Santana, à velha igreja do morro de São Lourenço, ao Campo de São Bento e outros pontos. À tarde, o imperador e suas irmãs regressaram à Corte.

Este não foi a única vez que D. Pedro visitou a Vila, sendo sempre recebido com a mesma pompa. E, como retribuição, não medie esforços para criar aqui, em Niterói, benfeitorias.

Luciana Velasco

Também as estórias não desprendem apenas do narrador, sim o performam: narrar é resistir. (Guimarães Rosa)

Figura 4 – Almanaque de Educação Patrimonial Bandas d´Além – página 13. Calvão, L e Segala, L (org.). 2003.

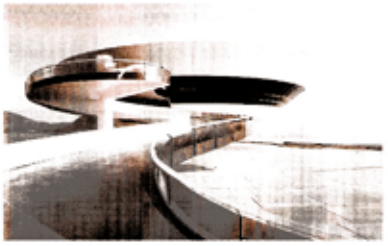
MAC MAC

É uma flor? Um pássaro? Um disco voador?

O Museu de Arte Contemporânea de Niterói (MAC), inaugurado em 1996, foi projetado por Oscar Niemeyer. Ao visitar pela primeira vez o Mirante da Boa Viagem, ficou encantado com a beleza do local e em poucos instantes já tinha escolhido a localização e criado mentalmente a forma do museu, "um museu solto no ar", algo como "um pássaro", "uma flor". Ao chegar a um restaurante da cidade para almoçar, pediu uma folha de papel ao garçom e desenhou o MAC.

Este museu foi criado para abrigar a coleção de João Sattamini, que reúne a produção dos mais representativos e atuantes artistes brasileiros desde os anos 50 até o presente.

Luiz Guilherme Vergara





Jéssica Martins. 5/11/99 - Aluna do IEPIC, turma 206

A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. (...) Ler significa reler e compreender, interpretar. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é a sua visão de mundo.

Leonardo Boff

Figura 5 – Almanaque de Educação Patrimonial Bandas d´Além – página 28. Calvão, L e Segala, L (org.). 2003.



CONVERSA COM D. MABEL

DE ALGAS E DE PEDRAS, HISTÓRIAS DE OUTROS TEMPOS.

D. Maria Isabel Watson Imbassahy viveu longo tempo em Niterói. Seus 96 anos guardam muitas lembranças, muitas histórias, muita saudade. Guardam muita alegria, que ela gosta de repartir.

22

Não havia piscina, naquele tempo, aqui em Niterói. Tudo era o mar. O mar era quase que transparente... A gente via aqueles peixinhos, era uma delícia.
Havia uma época em que aparecia uma grande quantidade de algas na praia. Então, um dia, eu, de brincadeira, peguei as algas, botei as algas pela cabeça, pelo corpo... Estava um fotógrafo da VON-FON! que me surpreendeu e fez uma fotografia. Eu não pude mostrar a meu pai, ele ia achar ruim - sorri. Isso deve ter sido em 1921 para 1922. Vai na praia das Flechas. A Pedra de Itapuca era o nosso trampolim. Nós trepávamos na Pedra de Itapuca para mergulhar. Era cheio de pedras. Um dia, um quebrou a cabeça. Aí, foi proibido se usar as pedras para mergulhar. A praia das Flechas era pequena, mas a gente reunia um grupo muito alegre. As vezes, fazíamos piquenique. Não havia coca-cola nem guaraná. Levávamos uma garrafinha com água, um xarope vermelho de groselha e algumas frutas. Um dia, não tínhamos dinheiro para comprar frutas. Lembramos que, de vez em quando, feziam uma macumba na Itapuca. Nós tínhamos visto lá umas fileirazinhas de vintém, acho que eram vinte centavos. Fomos lá, apanhamos aqueles vinténs na macumba, entramos na quitanda, compramos as frutas e fomos fazer o piquenique.

"Cada um de nós com suas armas.
A nossa é essa:
Esclarecer o pensamento,
Pôr ordem nas idéias".

Antônio Cândido

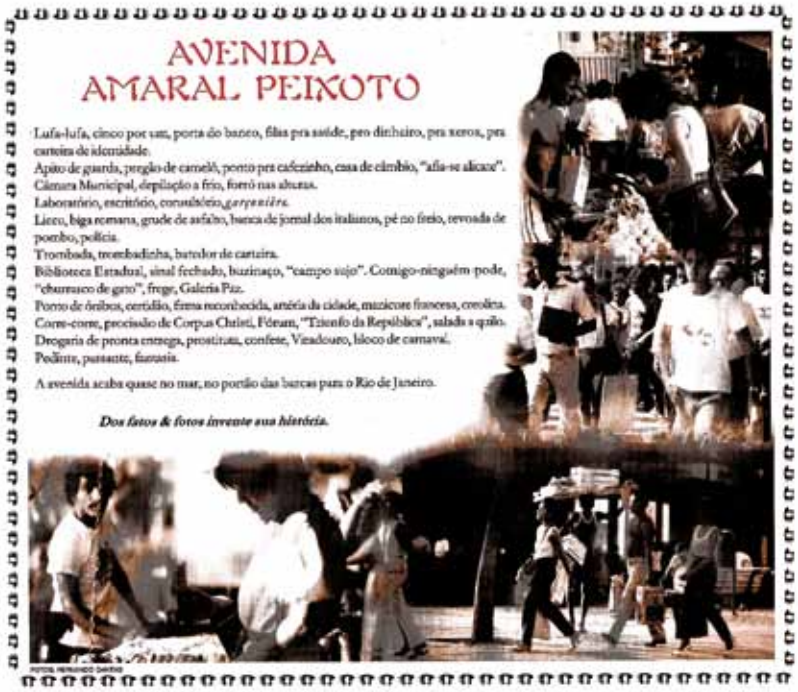
TUPI NOME DAQUI

INGÁ
i (água, rio) ga (embebido, úmido, intumescido)

ICARAÍ
i (água, rio) caraí (bento, sagrado).
Água Benta, água santa, rio sagrado."

Desta janela debruça-se o infinito à esquadria. (Carlito Azevedo)

Figura 6 – Almanaque de Educação Patrimonial Bandas d´Além – página 33. Calvão, L e Segala, L (org.). 2003.



AVENIDA AMARAL PEIXOTO

Lufa-lufa, cinco por um, porta do banco, filas pra saúde, gero dinheiro, pra xerox, pra carteira de identidade.
Apito de guarda, pregão de camelô, ponto pra cafezinho, casa de câmbio, "afia-se alicate".
Câmara Municipal, depilação a frio, forró nas alturas.
Laboratório, escritório, consultório, *garçonière*.
Liceu, biga romana, grude de asfalto, banca de jornal dos italianos, pé no freio, revoada de pombo, polícia.
Trombada, trombadinha, batedor de carteira.
Biblioteca Estadual, sinal fechado, buzinaço, "campo sujo". Comigo-ninguém-pode, "cburrasco de grito", frege, Galeria Paz.
Ponto de ônibus, certidão, firma reconhecida, artéria da cidade, mazicore francesa, cerolina.
Corre-corre, procissão de Corpus Christi, Fórum, "Triunfo da República", salada à quilo.
Drogaria de pronta entrega, prostituta, confete, Viradouro, bloco de carnaval.
Pedinte, passante, fantasia.

A avenida acaba quase no mar, no portão das barcas para o Rio de Janeiro.

Dos fatos & fotos invente sua história.

Cerca mal feita cresce e vai a ser furão.

Figura 7 – Almanaque de Educação Patrimonial Bandas d´Além – página 63. Calvão, L e Segala, L (org.). 2003.



Figura 8 – Almanaque de Educação Patrimonial Bandas d´Além – página 71. Calvão, L e Segala, L (org.). 2003.



Figura 9 – Almanaque de Educação Patrimonial Bandas d´Além – página 103. Calvão, L e Segala, L (org.). 2003.



Figura 10 – Almanaque de Educação Patrimonial
Bandas d´Além – página 126.
Calvão, L e Segala, L (org.). 2003.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Obras Escolhidas: magia e técnica; arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 210.

CARROLL, Lewis. **Alice**: edição comentada/ Lewis Carroll; ilustrações originais, John Tenniel; introdução e notas, Marins Gardner; tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 7.

CERTEAU, Michel de. Andando na cidade. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, 1994, p. 21-26.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Cidade ou cidades? **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, 1994, p. 15-19.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O Museu da cidade e a consciência da cidade. In SANTOS, Afonso Carlos marques dos; KESSEL Carlos; GUIMARAENS, Cêça. (org.) **Museus & Cidades**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 255-282.

A edição desta publicação da *Oficina de Estudos da Preservação* não seria possível sem a inestimável colaboração de todos os autores e instituições às quais estão vinculados, bem como a dedicação e o profissionalismo dos servidores da Superintendência do Iphan-RJ, envolvidos na sua produção.

Agência
Traço Leal
tracolaeal.com.br

Impressão
Gráfica Mundo Digital

Projeto Gráfico
Carol Luz
Allan Patrick da Rosa

Diagramação de Conteúdo
Allan Patrick da Rosa

Ilustrações
Allan Patrick da Rosa

Atendimento e Licitação
Andrea Leal







Adler Homero Fonseca de Castro • Alexandre Marques • Ana Rosa de Oliveira
Carlos Fernando de Souza Leão Andrade • Catherine J. S. Gallois • Ceça Guimaraens
Cyro Corrêa Lyra • Edson Farias Mello • Geraint Franklin • Gertrudes Nogueira
Guacira Waldeck • Heloisa Helena F. Gonçalves da Costa • Isabelle Cury
Isolda dos Anjos Honnen • Ivo Matos Barreto Júnior • Jeanne Cordeiro
João Conrado Niemeyer de Lavôr • Kátia Mansur • Lea Calvão • Lygia Segala
Manoel Vieira Gomes Júnior • Marcia Ferreira Netto • Márcia Nogueira Batista
Maria da Conceição M. C. Beltrão • Maria Dina Nogueira • Nely Palermo
Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro • Sérgio Valente • Telma Lasmar Gonçalves

ISBN 978-85-62176-02-9
9 788562 176029

IPHAN

Ministério da **Cultura**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA